

**UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**APROPRIAÇÃO DAS ÁGUAS, MATOPIBA E TERRITORIALIZAÇÃO
DO AGRONEGÓCIO NO OESTE DA BAHIA: AS ÁGUAS SEM
FRONTEIRA DE CORRENTINA**

Joice Silva Bonfim

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**APROPRIAÇÃO DAS ÁGUAS, MATOPIBA E TERRITORIALIZAÇÃO
DO AGRONEGÓCIO NO OESTE DA BAHIA: AS ÁGUAS SEM
FRONTEIRA DE CORRENTINA**

JOICE SILVA BONFIM

Sob Orientação do Professor
Sérgio Pereira Leite

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Novembro de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B713a Bonfim, Joice Silva, 1983-
Apropriação das Águas, Matopiba e Territorialização
do Agronegócio no Oeste da Bahia: as águas em
fronteira de Correntina / Joice Silva Bonfim. -
Ipiau, 2019.
213 f.

Orientador: Sérgio Pereira Leite.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Pós Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2019.

1. Matopiba. 2. Agronegócio. 3. Águas. 4.
Apropriação. 5. Fronteira. I. Leite, Sérgio Pereira,
1965-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Pós Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

JOICE SILVA BONFIM

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 01/11/2019.



Prof. Dr. SÉRGIO PEREIRA LEITE (CPDA/UFRRJ)
(Orientador)



Prof.^a Dr.^a KARINA YOSHIE MARTINS KATO (CPDA/UFRRJ)



Prof. Dr. PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO (UERJ)

Faz pouco tempo que passei por Correntina
Mesmo no frio Correntina tem calor
Dá tanto gosto ver a pele das meninas
Bem se vê que esse Corrente trata a gente com amor

Rio das Éguas vai passando em Correntina
Traz novidade lá das bandas “dos Gerais”
Jamais se cansa de molhar por onde passa
Traz o peixe, traz a caça
Traz fartura até demais

Corrente "véio" dá água boa e limpa
Fazendo o que era seco verdejar
A gente esquece que ainda tem caminho à frente
Na corrente do Corrente
Na sombra do jatobá

No fim da tarde bate um vento de mansinho
Depois da janta um passeio pra animar
Som de viola vindo da beira do rio
Faz o coração macio
Tira o mal do sofredor
(Xote Correntino, Sá e Guarabyra)

AGRADECIMENTOS

Uma das coisas mais importantes que a vida já me ensinou é que não construímos nada sozinhas. Os caminhos que escolhemos trilhar, os passos que seguimos, os alicerces que criamos e o amor que carregamos são sempre orientados pela coletividade. Estar sem minhas guias é estar sem mim mesma. Então, como não poderia deixar de ser, este trabalho foi guiado por muitas mãos que foram fundamentais para a sua existência, as quais agradeço de coração.

Por ser meu fundamento maior, quem me sustenta com um amor incondicional, agradeço à minha mãe, Edna. Sem ela, nada existiria. E por falar em família, agradeço àquela que a vida – e as escolhas que fizemos – me presentearam: Rebecca, Marcos, Deise, Tamar (e Iara), Thaianna, Marcella, Renata, Emília e Lucas. Obrigada a cada uma por compartilharem os caminhos amigos de vocês comigo. Amo demais.

Agradeço à AATR, organização que me fez advogada popular, que orienta meus passos na luta, que me trouxe as águas e os povos do Oeste da Bahia. E, como as estruturas são feitas de gente, de pessoas incríveis que amo e admiro, com quem pude/posso partilhar os meus sonhos mais bonitos, agradeço especialmente a Mauricio, Beatriz, André, Adriane, Felipe, Silvana, Carmosina e Tatiana.

Este trabalho também não teria vida se não fossem o povo dos “gerais”, as/os companheiras/os que vivem e atuam no Oeste. Agradeço então, ao Coletivo de Fecho de Pasto do Oeste Baiano e todas as comunidades que fazem do cerrado um território vivo, a quem também dedico este trabalho. Agradeço à Comissão Pastoral da Terra, em especial Samuel, Julita e Tânia, que para mim são referências fundamentais; e aos Correntinenses – e amigos/as – que caminharam comigo águas adentro: Iremar, Elizete, Marcos Rogério e Aliene estão sempre me dizendo para onde ir.

As reflexões aqui traduzidas são também resultado da base que pude construir durante a passagem no CPDA. Voltar à academia não foi uma tarefa fácil, mas o CPDA proporcionou uma leveza inspiradora, pela qual sou muito grata. Lá, fiz amigas maravilhosas, que quero carregar para vida inteira, e que foram essenciais para que os devaneios empíricos-teóricos ganhassem corpo: Júnior, Emília, Nívea e Jéssica, obrigada! Pude também contar com o apoio de professoras incríveis: Regina e Karina, sempre inspiração. E falando em apoio, agradeço ao meu orientador, Sérgio Leite, que, numa relação muito respeitosa e de confiança, construiu, junto comigo, os caminhos para chegarmos até aqui e me apresentou o Gemap, que fez deste

trabalho, uma peça ainda mais coletiva. Ainda no CPDA, agradeço também à Janete, por todos os dias que estive lá.

Esta dissertação foi também atravessada por uma passagem – mais que marcante – pelo Pará. Ter vivido 01 ano em Santarém me fez outra pessoa e fez deste trabalho, um outro trabalho. Agradeço ao Rio Tapajós, por ter alimentado o período crucial de escrita. Os encantos, perigos e abraços do Tapajós foram fundamentais para tudo ter saído como saiu. E além do Rio, Santarém trouxe também amores, que vou sempre carregar: Mariana, Raiana e Raione, vocês são incríveis.

Por fim, agradeço a quem tem estado sempre comigo, minha companheira. Obrigada por todo o amor. Ele me faz muito mais feliz, traz a calma e o aconchego que o coração da gente exige. Ele me transforma a cada dia. Obrigada por fazer de mim, de nós, pessoas melhores, obrigada por todo apoio neste processo. Tu é uma linda inspiração, Layza. Te amo.

Agradeço também à Capes.

RESUMO

BONFIM, Joice Silva. **Apropriação das águas, Matopiba e territorialização do agronegócio no Oeste da Bahia:** as águas sem fronteiras de Correntina. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2019.

A apropriação de terras, territórios e recursos naturais é um elemento que marca o ‘desenvolvimento’ da agricultura brasileira desde o período colonial. No Oeste da Bahia, a intensificação do monopólio e controle externo de terras e recursos naturais é impulsionado pelo processo de expansão de fronteiras e modernização da agricultura, sobretudo a partir da década de 1980, que culmina na consolidação e territorialização do agronegócio na região a partir dos anos 2000. Mais recentemente, com a crise de 2008, percebe-se a intensificação do processo de apropriação de terras, águas e recursos naturais, com a perspectiva de produção de *commodities* para o mercado global. As análises apoiadas nos conceitos de *land grabbing* e *water grabbing* afirmam que após a crise de 2008, que tem caráter financeiro, alimentar (aumento do preço dos alimentos) e energético, há um aumento significativo da demanda por terras, águas e recursos naturais em países exportadores de gêneros primários, a exemplo do Brasil, que acaba por aquecer o mercado de terras, inclusive em escala global, e provocar um aumento no preço dos ativos ligados à terra, a exemplo da água. Este contexto manifesta especificidades com a implementação do PDA Matopiba, que representa, no Oeste Baiano um “novo” ciclo de expansão de fronteiras, que tem na apropriação das águas um suporte fundamental, já que esta região está situada no cerrado – principal reserva hídrica do país. Neste sentido, o presente trabalho pretendeu analisar o papel da apropriação das águas pelas empresas vinculadas ao agronegócio na sua territorialização no bioma cerrado do Oeste Baiano, considerando principalmente o período de implementação do PDA Matopiba (2015-2018). Para isso, utilizou-se como estudo de caso o município de Correntina, na Bahia, buscando identificar as principais estratégias utilizadas pelas empresas para se apropriarem das águas, compreendendo como o agronegócio se utiliza destas estratégias no processo de construção do controle das águas, quais são os principais interesses envolvidos, e os conflitos provocados. Além disso, foi possível analisar a interface entre apropriação das águas, apropriação territorial, expansão de fronteiras e territorialização do agronegócio na região em estudo.

Palavras-chaves: apropriação, águas, agronegócio, fronteira, Oeste da Bahia, Matopiba.

ABSTRACT

BONFIM, Joice Silva. **Water appropriation, Matopiba and territorialization of agribusiness in West Bahia**: the borderless waters of Correntina. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2019.

The appropriation of land, territories and natural resources is an element that marks the 'development' of Brazilian agriculture since the colonial time. In West Bahia, the intensification of monopoly and external control of land and natural resources is driven by the process of expanding borders and modernizing agriculture, especially since the 1980s, which culminates in the consolidation and territorialization of agribusiness in the region from the 2000s. More recently, with the 2008 crisis, it is perceived the intensification of the appropriation of lands, waters and natural resources process, with the perspective of commodity production for the global market. The analyzes supported by the land grabbing and water grabbing concepts state that after the 2008 financial, alimentary (food price inflation) and energy crisis, there is a significant expansion in demand for land, water and natural resources in countries exporters of primary genres, such as Brazil, which eventually warms the land market, including on a global scale, and causes an increase in the price of land-related assets, such as water. This context manifests specificities with the implementation of the Matopiba PDA (Portuguese for Agricultural Development Plan of Matopiba), which represents, in West Bahia, a “new” cycle of border expansion. It has a fundamental support in the appropriation of water, since this region is located in the Cerrado - the main water reserve of the country. In this sense, the present work aimed to analyze the role of water appropriation by agribusiness companies in their territorialization in the Cerrado biome of West Bahia, considering mainly the period of implementation of the Matopiba PDA (2015-2018). For this, it was used as a case study the city of Correntina, Bahia, seeking to identify the main strategies used by companies to appropriate the water, understanding how agribusiness uses these strategies in the process of construction of water control, what the main interests involved are, and the conflicts provoked. In addition, it was possible to analyze the interface between water appropriation, territorial appropriation, border expansion and agribusiness territorialization in the region under study.

Key words: appropriation; water; agribusiness; borders; West Bahia; Matopiba.

LISTA DE SIGLAS

ABAPA – Associação Baiana dos Produtores de Algodão
AIBA – Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia
ANA – Agência Nacional de Águas
CAPADR – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do Estado da Bahia
CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica
CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia
CINDRA – Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia
CNIR – Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Bahia
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FMI – Fundo Monetário Internacional
FPI – Fiscalização Preventiva Integrada do Ministério Público do Estado da Bahia
GEMAP - Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Sociais
GITE – Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (vinculado à Embrapa)
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDHm – Índice de Desenvolvimento Humano municipal
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEMA – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia
MPE – Ministério Público do Estado da Bahia
NRDs – Distritos de Recursos Naturais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAM – Produção Agrícola Municipal
PDA Matopiba – Plano de Desenvolvimento Agropecuário de regiões do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projeto de Lei
PLC – Projeto de Lei Complementar
PRODEAGRO – Programa para o Desenvolvimento da Agropecuária

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

PROFIR – Programa de Financiamento de Equipamentos para Irrigação

SAU – Sistema Aquífero Urucuia

SEAGRI – Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEIA – Sistema Estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos da Bahia

SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

TJ – Tribunal de Justiça

UFV – Universidade Federal de Viçosa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Área de estabelecimentos agropecuários utilizada por ocupantes (1970/2006).....	51
Figura 2: Área de estabelecimentos agropecuários utilizada por proprietários (1970/2006).....	52
Figura 3: Exportação brasileira de soja e derivados (1997/2017).....	63
Figura 4: Variação dos preços internacionais de <i>commodities</i> (2000/2017).....	64
Figura 5: Avanço e concentração das áreas agrícolas com produção de soja no Brasil (1990/2014).....	65
Figura 6: Área colhida de soja, milho e algodão na Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia (1990/2017).....	67
Figura 7: Área ocupada por imóveis rurais com mais de 1000ha (1995/2017).....	67
Figura 8: Cobertura do uso do solo do cerrado destinado à floresta nativa e à agropecuária (1985/2017).....	69
Figura 9: Mapa pluviométrico do Oeste da Bahia (2012).....	74
Figura 10: Capas das 7ª (07/2017) e 9ª (04/2018) edições da Revista Aiba Rural.....	76
Figura 11: Identificação dos Sistemas do Aquífero Urucuia e Bambuí (2016).....	85
Figura 12: Localização do município de Correntina (2012).....	85
Figura 13: Emblema do jornal “A Foice” (1980).....	95
Figura 14: Editorial do jornal “A Foice” (1984).....	96
Figura 15: Notícia do jornal “A Foice” (1985).....	97
Figura 16: Notícia do jornal “A Foice” (1982).....	98
Figura 17: Área plantada dos principais grãos em Correntina-BA (1990/2017).....	100
Figura 18: Quantidade produzida dos principais grãos em Correntina-BA (1990/2017).....	101
Figura 19: Evolução do índice de Gini (concentração fundiária) de Correntina –BA (1920/2006).....	102
Figura 20: Estrutura fundiária de Correntina (1980).....	103
Figura 21: Estrutura fundiária de Correntina (2006).....	103

Figura 22: Variação de preços das terras (R\$/há) do Oeste Baiano – destinadas à produção de grãos (2004/2017).....	117
Figura 23: Precipitação e valor estimado da terra produtiva no Oeste da Bahia (2015).....	119
Figura 24: Avanço da produção de grãos e do uso de pivôs centrais no Oeste da Bahia, nos anos de 1990, 2000 e 2010.....	123
Figura 25: Piscinão para armazenamento de água da fazenda Sudotex (2016).....	143
Figura 26: Linha histórica dos focos da irrigação (2017).....	149
Figura 27: Título de reportagem do jornal “Notícias Agrícolas” (2017).....	161
Figura 28: Título de reportagem do jornal “Correio da Bahia” (2018).....	162
Figura 29: Fenômeno “Migração de Nascente” em curso d’águas Perenes no Oeste da Bahia (2018).....	168
Figura 30: Manifestação em defesa das águas ocorrida em Correntina-BA (nov/2015).....	178
Figura 31: Estrutura de captação da água da empresa Igarashi destruída após manifestação contra a apropriação intensiva em Correntina (2017).....	180
Figura 32: Rede elétrica da empresa Igarashi danificada após manifestação contra a captação intensiva das águas em Correntina (2017).....	181
Figura 33: Ato público em defesa das águas, após manifestação na sede da empresa Igarashi, Correntina (2017).....	182

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparativo entre os censos agropecuários. Utilização das terras, tratores e pessoal ocupado na Bahia (1975/2017).....	66
Tabela 2: Evolução populacional de Correntina (1970/2010).....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais agentes controladores de terras em Correntina-BA (2018).....	112
Quadro 2: Outorgas concedidas pelo Inema para fins de agricultura em Correntina-BA (jan/2015 a dez/2018).....	134
Quadro 3: Usuários que detém poços de alta vazão e captam água sem outorga (2018).....	137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. O ROMPER DAS FRONTEIRAS: AVANÇO DO AGRONEGÓCIO E SUA TERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE BAIANO. DO PROCESSO HISTÓRICO AOS “NOVOS” MOVIMENTOS EXPANSIONISTA E DE APROPRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS	30
1.1. A formação do Oeste Baiano e seu desenvolvimento a partir da lógica de expansão de fronteiras.....	31
1.2. A expansão da frente pioneira e a apropriação de terras, territórios e recursos naturais. A modernização da agricultura no oeste baiano.....	40
1.3. A territorialização do agronegócio no Oeste Baiano e o movimento atual de fronteira materializado no Matopiba.....	57
2. CORRENTINA, SUAS TERRAS, SUAS ÁGUAS E SUAS HISTÓRIAS	81
2.1. Correntina, cidade das águas.....	81
2.2. Modernização agrícola e territorialização do agronegócio em Correntina.....	92
2.3. O controle de terras através do fenômeno de <i>land grabbing</i> em Correntina.....	106
3. ESTRATÉGIAS E INTERESSES EM JOGO NA APROPRIAÇÃO DAS ÁGUAS DE CORRENTINA NO CONTEXTO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO	121
3.1. A importância da água para as atividades do agronegócio em Correntina e região e a sua apropriação no contexto do Matopiba. Como se expressa o <i>water grabbing</i>	121
3.2. O papel das organizações de classe Aiba e Abapa na apropriação das águas.....	145
3.3. A apropriação das águas subterrâneas. O projeto de monitoramento do aquífero Urucuia.....	157
3.4. A disputa pelas águas e os conflitos associados.....	165
CONCLUSÃO	186
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	198
ANEXOS	206
Anexo 1 - Relação das pessoas entrevistadas e rodas de conversa realizadas.....	206
Anexo 2 – Roteiro das entrevistas.....	208

INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XX, a agricultura brasileira tem vivenciado transformações profundas nas suas bases de produção e acumulação, sendo o período pós-Segunda Guerra Mundial considerado marco da modernização da agricultura. Atualmente, esta se traduz em ampla e difusa articulação de capitais sob o controle de determinados grupos econômicos, e tem como reflexo o fortalecimento do projeto político e econômico do agronegócio (DELGADO, 2012). O termo agronegócio, que sintetiza na atualidade o modelo hegemônico da agricultura brasileira, traz a complexidade em sua essência, e, por esta razão, é marcado por diversas concepções que se refletem em diferentes abordagens. Um dos principais referenciais teóricos utilizados na pesquisa para compreendê-lo é aquele tratado por Delgado (2012), que evidencia a dimensão da “economia do agronegócio” e o associa à existência de um “pacto de poder” firmado (e reafirmado) a partir dos anos 2000, que tem como elementos centrais a extração da renda da terra e a sustentação política e econômica no Estado.

Para Delgado (2012, p. 62) a “economia do agronegócio”, se constitui como algo que se reconstrói, e, ao mesmo tempo, se reafirma, se readaptando a um novo contexto, surgindo a partir da transformação do sistema de cadeias agroindustriais, e se materializando como a “soma dos negócios no e com o agro” e seu movimento de reorganização está vinculado à expansão, a nível mundial, das *commodities* e crescimento exponencial das exportações brasileiras. Destaca também que a economia vinculada ao agro se impõe enquanto hegemonia contando com aparatos ideológicos importantes, a exemplo da bancada ruralista no poder legislativo, grupos de mídias atrelados a seus interesses, e a burocracia estatal, capaz de garantir acesso ao crédito e a outras políticas de subsídio, fomento e sustentação.

Também entendendo que o agronegócio desenvolve nos tempos atuais estratégias para se consolidar como hegemonia, Bruno (2010) afirma que ele se conforma como uma “palavra política” atrelada à construção de espaços de poder e reflete uma intencionalidade em demonstrar uma imagem “unificadora de interesses de classe e grupos dominantes no campo”, materializada na preocupação com o fortalecimento das representações de classe e dos espaços institucionais de defesa dos seus interesses. O agronegócio, por ser uma palavra política, é enunciado pelas lideranças patronais como símbolo de força, êxito, poder, indestrutibilidade, modernização, desenvolvimento, riqueza, progresso, excelência, organização, sustentabilidade, produção, mas, é importante perceber que existem contradições e divergências no interior do “agro” que não podem ser subestimadas. Por isso, a autora ressalta que a própria concepção

deste fenômeno está necessariamente em jogo, no qual a existência de um discurso pressupõe um contradiscurso e um sujeito que o profere (BRUNO, 2010)

Suportes importantes para o entendimento deste conceito são também as discussões travadas por Heredia, Palmeira e Leite (2010), sobre o que eles denominam de “sociedade do agronegócio”, construída a partir de um processo histórico, cuja a relação entre modernização, tecnologia e agricultura está necessariamente presente. Os autores discutem como se articulam as posições e oposições que forjam essa “sociedade”, e destacam que o agronegócio se expressa na intensificação, no âmbito da agricultura, da dimensão econômico-industrial em detrimento da agrícola. Esta intensificação, em conjunto com o *boom* das exportações de *commodities* e a articulação e integração de capitais, são as bases para a emergência do “negócio” e sua vinculação com o “agro”.

Interessa-nos, particularmente o destaque dado pelos referidos autores em torno da dimensão expansionista do agronegócio, principalmente para as regiões de fronteira agrícola, com evidência para os Cerrados e Amazônia, ressaltando o domínio das principais multinacionais do setor nestas regiões, e a participação agressiva do capital estrangeiro (HEREDIA, PALMEIRA E LEITE, 2010). Neste processo expansionista, Heredia, Palmeira e Leite (2010) chamam atenção para a hegemonia dos “de fora”, indicando que as interações entre os de fora e os do lugar são extremamente complexas e variam nos mais diversos contextos.

No contexto de vigência deste regime político-econômico, o Cerrado brasileiro, considerado o berço das águas e principal reserva hídrica do país, assume dimensão estratégica para expansão das fronteiras e *territorialização* do agronegócio, categoria compreendida aqui como um processo que, a partir das relações de poder estabelecidas, se configura como domínio e apropriação de um determinado território e imposição de novas territorialidades (HAESBAERT, 2004). Com o desenvolvimento e avanço tecnológico – aliado a incentivos estatais materializados através de projetos voltados à promoção da ocupação territorial de espaços tidos como improdutivos e atrasados (a exemplo do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer), crédito subsidiado, garantia de infraestrutura etc – as terras e as águas do bioma cerrado passaram a ser consideradas como meios físicos mais seguros e rentáveis para o desenvolvimento da agricultura moderna. Atualmente o cerrado brasileiro, que já conta com cerca de 52% do bioma devastado, é o principal território do agronegócio no país e ainda a principal fronteira agrícola para a sua expansão.

A ocupação do bioma Cerrado por setores agropecuários hegemônicos para a produção intensiva de grãos se materializa historicamente na região Oeste da Bahia e tem se desenvolvido numa lógica de expansão de fronteiras provocadora de intensos conflitos. O trabalho de assessoria jurídica popular e acompanhamento de conflitos envolvendo comunidades rurais tradicionais neste território, que realizo a partir da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia, me proporcionou a aproximação com a região e foi um dos elementos fundamentais que orientou a definição do recorte territorial da presente pesquisa.

A aproximação prévia com o Oeste baiano já demonstrava que a região está marcada pela lógica expansionista e de espraiamento do agronegócio, orientada a ocupar os espaços de fronteira, vistos como tipicamente “atrasados” e “subdesenvolvidos”. Essa lógica traz consigo uma dinâmica impositiva e, ao mesmo tempo, de salvação. E, para se impor, ‘salvando’ e transformando o território, tem a tecnologia e o apoio externo e institucional como aliados fundamentais. Diante disso, o conflito acaba assumindo papel central neste cenário, seja o conflito externo – protagonizado por sujeitos diretamente impactados pela imposição deste modelo socioeconômico, os quais são fontes de oposição contra-hegemônica – ou o interno, fruto de divergências de estratégias e de prioridades dos diversos setores do agronegócio.

Na atualidade tem se destacado também o processo de intensificação do monopólio e controle externo dos recursos naturais (sobretudo terra e água) na região, - decorrente da priorização econômica agro-exportadora intensiva –, associado ao desenvolvimento de tecnologias voltadas a maximizar a sua exploração (extensiva e intensivamente). Nesta perspectiva, tomei como fundamentos teóricos as análises que afirmam que após a crise de 2008, que tem caráter financeiro, alimentar (aumento do preço dos alimentos/*commodities*) e energético (com o intenso incentivo à produção de agrocombustíveis), há um aumento significativo de demanda por terras e recursos naturais estratégicos em países exportadores de gêneros primários, a exemplo do Brasil, que acaba por aquecer o mercado fundiário, inclusive em escala global, e provocar um aumento no preço dos ativos ligados à terra nestas nações (FLEXOR e LEITE, 2017; BORRAS e SAUER, 2016; EDELMAN, 2016).

Como forma de fortalecer essa expansão, o Estado brasileiro criou, em 2015, por meio do Decreto nº 8.447/2015, uma nova regionalização denominada Matopiba e materializada através de um Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA), cujo nome é formado pelas iniciais de quatro estados brasileiros: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, os quais integram (não em sua totalidade) a nova região delimitada. Esta iniciativa é fruto de uma articulação e acordo de cooperação técnica entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(Incra) e o Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (Gite), vinculado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e tem no Oeste da Bahia expressão muito importante.

Ressalta-se que a definição do bioma cerrado para a delimitação do Matopiba demonstra a reafirmação do projeto político e econômico desenhado historicamente para a região. Seus aspectos físicos e naturais (relevo, hidrografia, clima etc.) associados a outros elementos sociais e econômicos, conformam um espaço propício para a expansão do agronegócio. No Oeste da Bahia o Matopiba se apresenta como a delimitação de uma “nova” fronteira agrícola, que tem como viés relevante a execução e impulsionamento de políticas e ações públicas e privadas voltadas para a aceleração do crescimento da produção agrícola, sobretudo através da incorporação de novas áreas, o que exige o aquecimento do desenvolvimento de tecnologias voltadas a garantir maior produtividade e maior controle de variáveis físicas e ambientais.

Neste contexto, se destaca na região em estudo a apropriação intensiva das águas, que se apresenta historicamente, mas que na atualidade tem ganhado contornos específicos, a exemplo da intensificação, do envolvimento de atores estrangeiros, da relação com a dinâmica de financeirização da terra, entre outros, que favorecem interesses tanto produtivos como especulativos. Entende-se que no processo de territorialização do agronegócio no cerrado baiano a dimensão da apropriação das águas assume um papel importante, visto que a água tem sido configurada, cada vez mais, como recurso natural estratégico.

Para a construção da pesquisa, parte-se da ideia de que a apropriação das águas – geradora de escassez –, assim como de outros recursos naturais, não é algo natural, sendo um produto social. A questão a ser enfrentada não é a escassez de água em seus termos gerais, e sim um processo de espoliação (HARVEY, 2004), no qual a água vai perdendo o seu caráter de bem comum e tornando-se, assim como a terra, um instrumento de acumulação, que tem como pressuposto um processo de privatização.

Considerando o contexto de construção e avanço dos processos de privatização das águas, e de quase total controle e dominação do agronegócio sobre o cerrado brasileiro, e sendo o cerrado um dos principais biomas de armazenamento hídrico, a discussão sobre a apropriação das águas, como ela influencia esta territorialização e como se relaciona com o processo atual de intensificação de apropriação de terras se mostra fundamental. Há estudos recentes que demonstram, com base em evidências crescentes, que o processo atual de apropriação e captura das terras (também chamado de *land grabbing*) pode também estar motivado por interesses relacionados à apropriação e privatização das águas, visto que identifica-se que as principais terras que estão sendo objeto das transações – inclusive internacionais – são aquelas associadas

a potenciais de se adquirir água seja através dos sistemas fluviais ou de aquíferos (FRANCO, MEHTA e VELDWISCH, 2012). Isto levanta a questão crucial de saber, no cerrado baiano, qual o papel da apropriação das águas na territorialização do agronegócio, processo este que envolve necessariamente a apropriação de terras e o fenômeno de *land grabbing*.

Segundo Edelman (2013), o estudo de caso é o principal meio através do qual estudiosos e ativistas podem compreender de modo mais seguro e confiável o que efetivamente tem ocorrido em relação à apropriação de terras e recursos naturais além de permitir delinear a base para a análise dos consequentes impactos. Partindo desta perspectiva, optou-se por definir o município de Correntina-BA como território privilegiado de estudo, considerando que este município é reconhecido na região por seu potencial hídrico, já que está quase que integralmente situado sobre o Aquífero Urucuaia, o que permite, a partir do desenvolvimento de tecnologias específicas, a captação subterrânea, e, com ela, maior controle e liberdade em relação aos limites físicos, já que a captação de águas por meio da perfuração de poços artesianos independe da vazão ou mesmo a proximidades de corpos d'águas superficiais. O município de Correntina é também regionalmente compreendido por ter uma vinculação histórica com as águas, tendo sido constituído a partir delas, já que água representa para seu povo a principal razão de fixação naquele território e, por isso, um dos principais bens comuns.

Correntina – e suas águas – têm assumido, cada vez mais, no contexto de expansão de fronteiras e territorialização do agronegócio no Oeste Baiano, um papel de extrema importância. Correntina é o quarto município de maior expressão na produção agropecuária do Oeste da Bahia, entre 2002 e 2014 quase quadruplicou a representatividade da sua participação no Produto Interno Bruto - PIB (SEI, 2014), além de entre 2009 e 2017 ter tido um incremento de 108% na quantidade de toneladas de soja produzidas e de 73% na quantidade de hectares destinados à produção do grão (Produção Agrícola Municipal - IBGE, 2017). No contexto de implementação do PDA Matopiba, Correntina tem vivenciado um novo processo de expansão de fronteiras, no sentido Oeste-Leste, que tem no entrelaçamento entre a apropriação de terras e águas um suporte essencial.

O Atlas da Irrigação produzido pela ANA (2017) destaca que o Brasil está entre os dez países com a maior área equipada para irrigação do mundo, apontando um crescimento de 43,3% da área efetivamente irrigada por pivôs centrais no Brasil entre 2006 e 2014, o que significa mais de 380 mil hectares. No que se refere à Bahia, a área equipada para irrigação saiu de 27.042 hectares em 1970 para 504.781 hectares em 2015, com destaque para Correntina que,

segundo dados da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), em 2014, era o 5º município do Oeste da Bahia no que se refere à quantidade de pivôs centrais (58) (AIBA, 2015).

Na pesquisa, buscou-se compreender, com base nas reflexões desenvolvidas em torno do conceito de *water grabbing*, associado às discussões sobre acumulação por espoliação (HARVEY, 2004), territorialização do agronegócio e apropriação territorial, a dinâmica de apropriação das águas em Correntina. Esta dinâmica, que, como se verá, tem sido assumida como estratégia institucional das organizações representativas do agronegócio no Oeste da Bahia, a exemplo da Aiba, está vinculada à interesses como segurança e rentabilidade e, seja considerando a dimensão produtiva ou especulativa, conectada com os processos históricos de apropriação e expropriação territorial como um todo.

Destaca-se que a captação intensiva das águas no município tem causado um grave estresse hídrico. Segundo Cunha (2017), nas Bacias do Rio Grande e do Rio Corrente, foram identificados 29 corpos d'águas que morreram, sendo que 17 deles se situavam em Correntina. Ou seja, a apropriação das águas tem resultado no secamento crescente de corpos d'águas, de rios e nascentes e, além disso, está atingindo, sobretudo, os territórios onde as agriculturas locais são de baixa intensidade e onde o acesso a água se dá de forma autônoma e não institucionalizada, que são os territórios dos povos e comunidades tradicionais.

A dinâmica imposta pelo agronegócio é geradora de intensos conflitos e violências, pois atinge diretamente o modo de vida e relações estabelecidas pelos povos que resistem, integram e disputam o território. Correntina é altamente povoada por diversos povos, sejam geraizeiros, indígenas, fechos de pasto, ribeirinhos, quilombolas, posseiros, camponeses ou pequenos agricultores em geral que dependem do acesso livre às águas para a sustentação dos seus modos históricos de vida e suas atividades econômicas e produtivas.

A resistência destes povos se traduz em processos coletivos e individuais de enfrentamento, de defesa dos seus territórios e têm expressão nos inúmeros conflitos na região. Segundo reportagem de noticiário local¹, construída com base nos dados do monitoramento de conflitos no campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Oeste Baiano tem o maior número de conflitos no período de 1985 a 2016, sendo que o município de Correntina se destaca com 41 conflitos nos últimos 32 anos, sendo líder em reincidências.

Correntina tem sido palco de um conflito emblemático de disputa em torno do uso e apropriação das águas. No dia 02 de novembro de 2017, cerca de 1000 pessoas realizaram uma

¹Bom Jesus da Lapa Notícias. Disponível em: <https://www.bomjesusdalapanoticias.com.br/regiao/0111-raio-x-correntina-com-41-conflitos-em-32-anos-municipio-lidera-historico-de-conflitos-agrarios-e-do-uso-da-agua-na-bahia/>.

grande manifestação na Fazenda Igarashi, localizada no distrito de Rosário, em Correntina, com o intuito de denunciar a intensa captação de águas que a referida fazenda realizava no Rio Arrojado e o descaso do poder público diante dos impactos históricos que os recursos hídricos vêm sofrendo na região. Essa manifestação resultou na destruição dos maquinários (bombas e canos de captação de águas, estrutura de armazenamento) e da rede de distribuição de energia da empresa e ganhou repercussão nacional. Este evento ficou nacionalmente reconhecido como símbolo da “guerra da água” no Brasil.

Após essa manifestação, instaurou-se um intenso processo de criminalização voltado para as principais lideranças da região e representantes das comunidades impactadas. Por determinação especial do poder executivo estadual, a Secretaria de Segurança Pública montou uma operação para apurar criminalmente a manifestação comunitária, autorizando e deslocando forte grupamento composto pelas Polícias Civil, Militar de Choque e Cerrado para a cidade. Em razão disso, a cidade de Correntina assistiu uma nova manifestação, de aproximadamente 10.000 pessoas, ou seja, um terço do município, que foram às ruas pela defesa das águas. Estes atos significam um grito de alerta e de resistência e demonstram a potencialidade da luta em defesa das águas.

A disputa pelas águas em Correntina é uma das principais razões para a definição deste município como caso de estudo da presente pesquisa, e está relacionada com a dimensão absurda da captação das águas pelo agronegócio. A empresa Igarashi, por exemplo, detém outorga para capturar águas do Rio Arrojado desde 2015 e está autorizada pelo Instituto de Meio Ambiente de Recursos Hídricos da Bahia (Inema) a captar 106 milhões de litros diários para irrigação de 2.539,21 hectares, o que equivale a cerca de 35 vezes do consumo diário de água de toda a população de Correntina. Além da Igarashi, outras tantas empresas e empresários ligados ao agronegócio estão autorizados a captar quantidades imensas de água como se poderá comprovar no decorrer da pesquisa, o que faz com que a luta pela água no município seja histórica. Antes do fato ocorrido no dia 02 de novembro de 2017, a população de Correntina já tinha inviabilizado o funcionamento de canais de irrigação e realizado, em novembro de 2015, manifestação denunciando a captação de águas pela empresa Sudotex, autorizada a extrair 21 milhões de litros por dia diretamente do aquífero Urucua.

A captura e privatização das águas se constitui em tentativa de gerar uma transformação significativa nas formas de uso e gestão das águas protagonizadas pelas comunidades, e conseqüentemente no próprio território em si, na perspectiva de desconstituir os sistemas autônomos e comunitários de vida, promovendo um grave processo de exclusão. A imposição

do modelo de controle externo das águas tem privado os povos locais de fortalecer suas próprias relações sociais, econômicas e culturais e, se não houvesse os processos de resistência, já teria provocado uma verdadeira “diáspora” do povo de Correntina.

Neste sentido, destaca-se que o tema da presente pesquisa versa sobre **o papel da apropriação das águas pelas empresas produtoras de *commodities* instaladas em Correntina – BA na territorialização do agronegócio no bioma cerrado do Oeste Baiano, considerando principalmente o período de implementação do PDA MATOPIBA (2015-2018)**. Buscou-se identificar as principais estratégias utilizadas pelas referidas empresas para se apropriarem das águas, tentando compreender como o agronegócio se utiliza destas estratégias no processo de construção do controle das águas, quais são os principais interesses envolvidos, identificando também a relação entre apropriação das águas e apropriação territorial.

Objetivava-se também com a pesquisa compreender como o Estado se relaciona com o processo de apropriação das águas e territorialização do agronegócio no Oeste da Bahia, a partir da análise sobre a política pública de concessão e autorização do uso das águas, no entanto, não foi possível aprofundá-la. O tempo e trabalho de análise destinados para consecução dos objetivos descritos no parágrafo anterior foram maiores do que o inicialmente previstos, o que resultou na impossibilidade de aprofundamento acerca do papel do Estado neste trabalho específico, apesar de haver incursões preliminares neste sentido. Entretanto, entende-se que a compreensão sobre a relação do Estado, sobretudo considerando a política de concessão a gestão das águas, é fundamental para o entendimento da interface entre territorialização do agronegócio em Correntina e apropriação das águas, principalmente partindo do pressuposto que o Estado foi – e é – um dos atores chave no processo de consolidação do agronegócio no Oeste Bahia e controle externo das terras e águas da região. Por isso, a discussão em torno do papel do Estado se coloca como horizonte necessário de continuidade da pesquisa.

Para a realização dos objetivos propostos, a presente pesquisa privilegiou o estudo de caso do município de Correntina, no qual buscou-se verificar como acontece o processo de territorialização do agronegócio, compreendendo o papel específico da apropriação das águas subterrâneas e superficiais dos rios que atravessam Correntina neste processo. A partir do estudo concreto de caso, foi possível chegar a inferências mais gerais, evidenciando a interface entre territorialização e apropriação hídrica e entre controle externo das terras e das água no cerrado baiano.

Partindo da situação concreta de apropriação e controle externo das águas em Correntina, ou seja, da escala local, e com base na análise qualitativa de dados coletados nas fontes que

envolvam as dimensões regionais e nacionais (a exemplo dos dados sobre preços de terras e sobre preços de *commodities*, dos dados referentes às outorgas de águas, à produção agrícola municipal, dos dados do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), das entrevistas com atores privados, da sociedade civil e institucionais, das revistas da Aiba, etc), foi possível identificar as principais estratégias e os reais interesses das empresas do agronegócio de Correntina na apropriação das águas e também a sua relação com a apropriação de terras, destacando sobretudo o período pós 2015 até 2018, referente à implementação do PDA Matopiba.

Neste sentido, entende-se que uma abordagem multiescalar, que envolveu tanto os fenômenos locais, específicos de um determinado território – Correntina –, quanto os fenômenos globais – relativos à dinâmica de acumulação por espoliação e sua conexão com os processos de *water e land grabbing* –, permitiu compreender como as diversas dinâmicas (locais e globais) se conectam e se influenciam mutuamente. A análise multiescalar possibilitou, então, desvelar o conjunto dos motivos e interesses ocultos das empresas na apropriação das águas, e sua relação com a própria dinâmica de acumulação global do capital.

Edelman (2013), ao refletir sobre as questões metodológicas envolvendo os estudos sobre *land grabbing*, ressalta a importância das lentes locais para compreender as complexidades envolvidas no processo de apropriação das terras e para compreender a dimensão global do fenômeno. Portanto, também para a compreensão da apropriação das águas, entendeu-se como fundamental partir das escalas locais, do estudo de caso, tentando abordar não apenas a dimensão da apropriação em si, mas também toda a complexidade que a circunda, ou seja, os interesses envolvidos, as relações de poder e de controle estabelecidas, a conexão com a apropriação de terras, a dinâmica de acumulação do capital relacionada. De acordo com Edelman (2013), os estudos de caso não são apenas úteis para iluminar fenômenos agregados ou preencher lacunas de conhecimento, mas, ao contrário, se constituem como o principal meio através do qual estudiosos (ou ativistas) podem realmente compreender o que está acontecendo nos territórios no que diz respeito à apropriação de terras e de recursos naturais.

É partindo deste entendimento que definiu-se como um dos elementos centrais da pesquisa o estudo da relação entre territorialização do agronegócio e apropriação das águas, considerando “a própria contextualização geográfica e histórica como definidora dos nossos modos de pensar o mundo e de fazer teoria” e a “leitura espacial ou geográfica” como fundamentais para compreender as disputas em torno de recursos estratégicos (HAESBAERT, 2014, p. 11). Considerando a “multiplicidade contemporânea de tempo-espacos, mobilidades e

fixações, aberturas e fechamento territoriais”, (HAESBAERT, 2014, p. 14), entende-se como imprescindível que a apropriação das águas (que por sua natureza fluida torna ainda mais complexa a sua análise) seja estudada a partir do território, considerando especificamente as relações sociais e econômicas estabelecidas pelo processo de apropriação e domínio pelas empresas do agronegócio no território (territorialização) e as disputas de poder necessariamente envolvidas.

O método que mais se aproxima do proposto no trabalho é o da indução analítica. De acordo com Daslauriers (2008) este método tem como objetivo evidenciar os elementos fundamentais de um fenômeno, a partir do estudo aprofundado de caso, para daí concluir, se possível, uma explicação universal. O trabalho analítico se inicia com um estudo aprofundado de um “fenômeno social”, tendo a teoria e a hipótese como ponto de chegada e não como ponto de partida.

Mesmo que a proposta inicial tenha sido desenvolver a pesquisa partindo da análise qualitativa dos dados e do estudo de caso, a discussão teórica –inclusive aquela assentada nas categorias do materialismo histórico dialético –não foi alijada. Ela está vinculada de forma consciente com a prática, vendo seu próprio âmbito como um limite que deve ser ultrapassado em razão desta vinculação. Com isto, busca-se estabelecer relações indissolúveis e dialéticas entre prática e teoria (VÁZQUEZ, 2007).

A exploração da discussão assentada na geografia agrária, conjugada com os aportes teóricos e instrumentais das Ciências Sociais e Economia Política, possibilitou um olhar interdisciplinar para o entendimento da complexidade das relações espaciais, sociais, políticas e econômicas estabelecidas pelos atores sociais envolvidos no fenômeno a ser estudado. Como o fenômeno envolve a discussão sobre a relação sociedade-natureza e a forma, uso, gestão e disputa pelo controle dos recursos naturais, o aporte teórico-metodológico transdisciplinar assentado na ecologia política também foi fundamental.

Alimonda (2013) destaca que para se compreender os processos de apropriação de recursos naturais é necessário desvelar a relação imbrincada entre a modernidade e colonialidade, entendendo que a construção da modernidade está assentada, sobretudo, em um processo de exploração colonial que muitas vezes é ocultado. O referido autor propõe então, em suas análises, um “giro decolonial epistemológico” e indica que o instrumental teórico metodológico da ecologia política se mostra fundamental para este intento, por objetivar desvelar as relações de poder envolvidas na apropriação de recursos naturais, as quais estão diretamente ligadas com a perspectiva colonial da modernidade.

Kurz (2001) destaca que a ciência moderna parte da premissa da estrita separação entre sujeito e objeto. Segundo Lowy (2000), esta concepção é um dos fundamentos da ideia de neutralidade, foi forjada com base nos ideais positivistas da modernidade e se configura como “homogeneidade epistemológica”, cujo objetivo é “naturalizar a concentração de riquezas”. É importante destacar que a ideia da neutralidade é pressuposto que se manifesta nas teorias e métodos de Comte, Durkheim, Popper, autores importantes e protagonistas na produção do conhecimento no campo das ciências sociais e que a influenciam decisivamente até os dias atuais. Analisando as ideias de Durkheim, Lowy (2000) afirma que este autor, na defesa da neutralidade e imparcialidade, acreditava na construção de uma sociologia livre de “paixões” ou “prenoções” (concepções e representações “esquemáticas e sumárias” pré-constituídas), que deveria buscar “verdades elementares” a partir de constatações estritamente objetivas.

Questionando a posição de rompimento absoluto com as prenoções, defendida por Durkheim, Lowy (2000) considera que a própria afirmação da objetividade e da neutralidade na ideia de construção de verdade, acaba por reforçar preconceitos, transformando-os na tal verdade científica. As prenoções existem e elas se revelam tanto no método como nas escolhas teóricas, não podendo o sociólogo ter a pretensão de afirmar a sua total libertação delas, com vistas a querer atingir uma suposta neutralidade, que se perfaz, na realidade, como um ocultamento deliberado destas prenoções. O desafio está na não cristalização dos pressupostos como verdades e na abertura necessária para que o diálogo com o campo (empíria) e com a teoria possa transformá-las. Para isso, as prenoções não podem ser encaradas como verdades e nem podem ser ocultadas. Precisa, “antes de tudo, reconhecê-las como tais”.

Também tratando da problemática envolvendo as prenoções, Bourdieu (2005) ressalta a importância de se distinguir o objeto real, que seria aquele pré-constituído pela percepção, do objeto da ciência, o qual é fruto de um sistema de relações construídas intencional e conscientemente. Bourdieu, diferentemente das concepções positivistas, destaca ser impossível romper com as influências das pré-concepções em todo o processo de produção científica e, mais que isso, evidencia um papel e uma ação consciente do pesquisador, a partir do seu lugar nas relações sociais de poder, na construção do conhecimento científico. Mas, este processo não pode ser feito aleatoriamente. Por isso, concebe a importância do método para estabelecer a conexão da realidade com a teoria, visto que os dados não falam por si só e nem podem responder de forma completa e adequada a questões para os quais não foram construídos. (BOURDIEU, 2005)

No que diz respeito à coleta de dados da presente pesquisa, buscou-se realizar o levantamento e análise de fontes documentais e fontes secundárias (as quais serão detalhadas em seguida), mas também fez-se uso de fontes primárias, como entrevistas qualitativas aprofundadas tanto de representantes dos setores do agronegócio, quanto do Estado como de representantes comunitários, obtidas através da realização de trabalho de campo. As atividades de campo foram realizadas durante os meses de julho e agosto do ano de 2018, proporcionadas pelo trabalho do Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Sociais (Gemap)² ao qual me vinculo, na oportunidade de realização da pesquisa de campo na Bahia referente ao projeto intitulado *Expansão do Agronegócio, Estrangeirização de Terras e Ação do Estado: problematizando as transformações no meio rural brasileiro*. O campo envolveu os municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto, São Desidério e Correntina, todos do Oeste da Bahia, integrantes do cerrado baiano e do PDA Matopiba, e a realização de treze entrevistas com atores institucionais, privados empresariais e da sociedade civil organizada (conforme lista de entrevistados anexa). Nem todas as entrevistas foram trabalhadas diretamente no texto da dissertação, mas todas elas serviram de alicerce para as reflexões produzidas. Além disso, foram realizadas três rodas de conversas com representantes de comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto. Especificamente em Correntina foram percorridas as Comunidades de Matão, Brejo dos Aflitos, Capão do Modesto, do Arrojado e Grilo.

Como um dos focos das entrevistas (e da pesquisa como um todo) foram as elites, no caso, representantes de setores do agronegócio, foram encontrados alguns obstáculos metodológicos. Isso porque estes setores prezam pelo sigilo em relação aos seus modos de vida, ao seu patrimônio, às suas propriedades imobiliárias e, principalmente sobre suas estratégias e fontes para obtenção de renda não salariais e, neste sentido, o acesso a estes dados se mostrou como um obstáculo metodológico (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2007). Neste sentido, apesar de tentativas de contato prévio via e-mail e telefone, foi possível realizar apenas uma entrevista com representantes dos setores do agronegócio, que foi com um dos dirigentes da Associação dos Produtores de Semente de Soja do Matopiba (Aprosem), a qual também proporcionada pelo Gemap. Por esta razão, além da entrevista, analisou-se também documentos públicos das instituições representativas do agronegócio, mais especificamente da Associação

2 O Gemap é um grupo de pesquisa vinculado do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

dos Agricultores e Irrigantes da Bahia, que expressam seus pontos de vista, além de declarações públicas divulgadas pela imprensa.

No que diz respeito às entrevistas qualitativas aprofundadas, parte-se da compreensão de que elas se conformam como “uma porta de acesso às realidades sociais” do entrevistado e, ao mesmo tempo, um “jogo complexo de múltiplas interpretações produzidas pelos discursos” (POUPART, 2008, p. 215). Ou seja, na entrevista, quem realiza a descrição é o interlocutor, e o pesquisador tem a tarefa de interpretar a descrição, com o seu olhar, mas mediado pelo olhar do outro. Será sempre necessário “relacionar as descrições (as do pesquisador, no caso da observação; as dos pesquisados, no caso da entrevista) com os pontos de vista dos quais elas dependem” (BEAUD, 2007, p.118).

Segundo Poupart (2008), apesar da existência de limites, a entrevista qualitativa é o meio privilegiado para se obter o ponto de vista dos atores, a forma e o sentido que eles dão às suas próprias ações e concepções. No entanto, não se pode admitir que o discurso do entrevistado possa ser confundido com a realidade. Os entrevistados podem ser considerados como informantes, mas é necessário partir do entendimento de que a informação é por ele reconstruída, interpretada, sendo portanto não realidade, mas uma construção dela, a partir do seu ponto de vista. Neste sentido, assim como ressaltado por Bourdieu, Poupart destaca que deve haver um esforço do pesquisador para romper com as prenoções e senso comum dos entrevistados e, em uma relação dialógica e de síntese entre teoria e empiria, construir ciência.

Outro elemento fundamental que foi considerado na realização das entrevistas foi o exercício necessário de relacionar o discurso do entrevistado, a sua fala, com o contexto no qual fala, compreendendo que o contexto influencia diretamente o discurso e que a entrevista é um recurso adicional ao campo e não um recurso isolado. Se dirigindo ao pesquisador que pretende realizar entrevistas aprofundadas, Beaud destaca que “os entrevistados são re-situados em seus meios de interconhecimento (que são também seus meios de pesquisa). Tomam lugar e sentido num contexto cuja dimensão histórica e local (história longa da região, história dos lugares e das pessoas) você não negligenciará” (BEAUD, 2007, p.118).

Em síntese, destaca-se que, além da reflexão teórica e metodológica os pontos de partida para a realização da pesquisa tiveram, como fontes primárias, entrevistas e rodas de conversa com atores privados empresariais, com representantes institucionais e com representantes da sociedade civil organizada. Os atores entrevistados foram: (1) institucionais – órgãos do poder executivo estadual, representações do poder público municipal e entes do sistema de gestão dos recursos hídricos; (2) privados empresariais – organização privada vinculada à produção de

commodities; (3) sociedade civil organizada – organizações da sociedade civil que atuam na região.

Além das fontes primárias, a pesquisa teve como fontes secundárias: (1) levantamento e análise das outorgas de águas (superficiais e subterrâneas) concedidas pelo Inema no município de Correntina, a partir de 2015 até dezembro de 2018; (2) levantamento e análise do CNIR referentes aos imóveis rurais de proprietários nacionais e estrangeiros, no município de Correntina; (3) análise das revistas institucionais e publicações da Associação de Agricultores e Irrigante da Bahia – Aiba, no período de 2015 a dezembro de 2018; (4) análise dos dados sobre mercado de terras do Informa Economics IEG/FNP; (5) análise dos dados dos Censos Agropecuários do IBGE, sobre a produção agrícola e perfil imobiliário rural de Correntina; (6) análise das edições do Jornal “A Foice”, produzido pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Correntina no período de 1980-1985.

Buscando alcançar os objetivos propostos e evidenciar a análise das fontes selecionadas, a pesquisa foi organizada em três capítulos, seguidos das considerações finais. No capítulo 1, “O romper das fronteiras: avanço do agronegócio e sua territorialização no Oeste Baiano. Do processo histórico aos ‘novos’ movimentos expansionistas e de apropriação de territórios”, discutiu-se o processo de expansão de fronteiras no Oeste Baiano, abordando tanto a dimensão histórica de incorporação dos espaços e territórios do cerrado à lógica da modernização da agricultura, quanto os ‘novos’ movimentos expansionistas protagonizados por setores do agronegócio, que constroem processos de territorialização na região em estudo e têm na apropriação e controle externo de territórios uma de suas bases fundamentais. Trabalhou-se também, neste capítulo, o PDA Matopiba, o situando como um reflexo – e impulsionador – dos ‘novos’ movimentos de fronteira agrícola no Oeste Baiano.

O capítulo 2, “Correntina, suas terras, suas águas e suas histórias”, trabalhou especialmente a apresentação e contextualização de Correntina neste processo de expansão de fronteira agrícola, com destaque para a análise da territorialização do agronegócio no município e sobretudo a dinâmica atual de apropriação e controle externo de terras e territórios. Além disso, destacou também o papel das águas na própria conformação do município e das relações socioeconômicas que o constituem (histórica e atualmente), já evidenciando alguns elementos da dinâmica de apropriação hídrica, que foi aprofundada no capítulo III.

No capítulo 3, denominado “A apropriação das águas de Correntina na dinâmica atual de territorialização do agronegócio. Estratégias, interesses e conflitos”, tratou-se sobre a dinâmica de apropriação e controle externo das águas no município e sua relação com a

territorialização do agronegócio e a expansão de fronteiras na atualidade. Foram trabalhados concretamente os principais interesses e estratégias das empresas vinculadas ao agronegócio do município na apropriação das águas a partir da investigação em torno da importância deste bem natural/recurso estratégico para o agronegócio, analisando, para isso, as posições públicas das instituições representativas do agronegócio refletidas nas revistas da Aiba, bem como o Projeto Urucuia, voltado para o fortalecimento da captação subterrânea das águas no Oeste Baiano. Desenvolve-se também, neste capítulo, as reflexões em torno dos conflitos e disputas de poder associadas a esta dinâmica entendendo que eles são reflexos (e refletem) da interlocução direta entre terra e água no processo de apropriação e controle externo dos bens naturais.

Por fim, as considerações finais fazem um apanhado das principais conclusões evidenciadas ao longo da pesquisa, confirmando a hipótese de que a apropriação das águas é um dos fatores determinantes para o processo de territorialização do agronegócio e expansão de fronteiras no Cerrado Baiano, e mais especificamente, no município de Correntina. A dimensão da apropriação hídrica não é apenas impacto ou efeito do avanço do agronegócio em Correntina, mas trata-se, sobretudo, de um dos atrativos determinantes para este avanço, tendo em vista os interesses produtivos e especulativos identificados no capítulo 3.

Esta perspectiva fica mais evidente no contexto de implementação do PDA Matopiba, em decorrência do processo de intensificação do avanço do agronegócio para regiões com menor regularidade e volume de chuvas no município em destaque, e da existência de um novo ciclo de apropriação de terras e águas (*land e water grabbing*), a nível global, que evidenciam o aumento exponencial das transações envolvendo terras, o aquecimento deste mercado. Com isso, identificou-se a interlocução necessária entre apropriação de terras e apropriação das águas em Correntina, sendo as garantias de terra e água indissociáveis para o capital. Destacou-se esta interlocução como sendo propulsora de conflitos e disputas de poder na conformação de territórios (territorialização), e provocadora tanto de processos de violências, como também de afirmações políticas de identidades territoriais.

Apontou-se também, nas considerações finais, o horizonte necessário de aprofundamento das dimensões políticas e institucionais da dinâmica de apropriação das águas e expansão de fronteira. Para uma análise mais completa do tema proposto, é necessário identificar o papel fundamental do Estado e da política de gestão das águas na condução, fomento, subsídio ao avanço do agronegócio em Correntina, e na criação das condições necessárias tanto para garantir o acesso do agronegócio aos recursos hídricos como para

viabilizar os instrumentos que permitem maior controle das águas e a sua efetiva transformação em mercadoria.

1. O ROMPER DAS FRONTEIRAS: AVANÇO DO AGRONEGÓCIO E SUA TERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE BAIANO. DO PROCESSO HISTÓRICO AOS “NOVOS” MOVIMENTOS EXPANSIONISTA E DE APROPRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS.

O objetivo central desta primeira abordagem da dissertação é discutir os “novos” movimentos de expansão de fronteiras no Oeste da Bahia, tendo em vista o contexto do Matopiba. Para isso, entendeu-se como necessário, uma abordagem, ainda que não exaustiva, do processo histórico de “ocupação” do Oeste Baiano por uma lógica de modernização da agricultura, que culmina na chamada territorialização do agronegócio, especialmente a partir da década de 2000, período com características particulares, que se diferencia, como se verá ao longo do texto, do processo de modernização agrícola que se fortalece no Oeste da Bahia a partir da década de 1970.

Palmeira e Leite (1998) destacam que a modernização da agricultura consistiu na alteração da base tecnológica da agricultura, na articulação com setores industriais produtores de insumos e de bens de capital e também com a indústria de processamento formando-se o complexo agroindustrial, e teve como efeito concreto o aumento da produtividade e produção agrícola, a partir da incorporação de créditos e da mecanização e a integração com os modernos e globais circuitos de comercialização. Com a modernização, provocou-se também diferenciações no campo, a partir do surgimento do campesinato tecnificado e das chamadas empresas rurais, considerando a imposição de um novo padrão de produção agrícola que envolve escalas de produção absolutamente excludentes. Como não houve alteração da base fundiária, mantendo-se e intensificando-se as relações de poder oligárquicas e fundadas na concentração da propriedade e da riqueza, este processo é também chamado de “modernização conservadora” (PALMEIRA e LEITE, 1998).

Os autores apresentam importantes processos que ocorreram no bojo da modernização da agricultura, sendo provocados pela lógica modernizadora e, ao mesmo tempo, e dialeticamente, a fortalecendo. São eles: as migrações internas e a expropriação do campesinato – associados à dinâmica de expansão de fronteiras, favoreceram transformações fundamentais no campo brasileiro, sobretudo no que diz respeito à expropriação de trabalhadores, concentração da propriedade e distribuição espacial da população; a política de Estado – entendendo que a modernização da agricultura foi conduzida por uma ação estatal direcionada que teve como instrumentos fundamentais o crédito subsidiado, os incentivos fiscais, e a

política de concessão de terras públicas, constituindo o Estado como um dos agentes econômicos protagonistas e não apenas como mediador ou regulador de processos socioeconômicos (PALMEIRA e LEITE, 1998).

A análise deste processo histórico se deu com os aportes teóricos da discussão de fronteiras, território e territorialização, os quais foram, de modo dialético, entremeados das questões fáticas e empíricas acerca da região em estudo. Buscou-se, deste modo, que a teoria e a empiria estivessem em constante diálogo. E isso se deu tanto nas análises sobre o processo histórico que resultou na predominância do agronegócio como projeto político e econômico para o território do Oeste Baiano quanto nas compreensões acerca dos processos atuais de expansão de fronteiras e apropriação de territórios.

1.1. A formação do Oeste Baiano e seu desenvolvimento a partir da lógica de expansão de fronteiras.

O processo histórico de ocupação do Oeste da Bahia e o desenvolvimento da agricultura moderna e do projeto político e econômico do agronegócio podem ser compreendidos à luz das discussões em torno da expansão de fronteiras, nas quais as categorias de “frente de expansão” e “frente pioneira” (MARTINS, 1996) são fundamentais. Para Martins (1996), a fronteira é o “lugar de alteridade” e, dentre outras coisas, expressa “a contemporaneidade dos tempos históricos”, ou seja, se manifesta como representação, como expressão das disputas que orientam a realidade atual. É possível olhar para a/as fronteira/as (em suas dimensões históricas e atuais) e perceber as disputas que estão (ou estiveram) em jogo. Pensando mais concretamente a realidade da América Latina e, mais especificamente, o que para Martins é a grande fronteira (Amazônia), o autor ressalta que a fronteira é também um lugar, necessariamente em movimento, de expansão geográfica, demográfica e também econômica (em determinadas situações) sobre terras tidas como “não ocupadas” ou “sub ocupadas”, sendo que este movimento de expansão marca as relações sociais e políticas de um determinado lugar.

Martins, apoiado nas concepções de Darcy Ribeiro, ressalta uma diferenciação extremamente importante entre frente de expansão e frente pioneira. As frentes de expansão “constituem as fronteiras de civilização”, onde a terra ainda não se constituiu, em regra, como propriedade, com valor econômico. Tem como referência os povos indígenas, ou outros povos do campo, e envolve um movimento que pode ser de empresário, de algumas instituições, mas

sobretudo de pequenos agricultores, garimpeiros, população pobre em busca de oportunidade ou, numa concepção mítica, um lugar melhor, o lugar prometido (MARTINS, 1996, p. 27-29).

A frente de expansão é um modo de expansão do capital, mas não é tipicamente capitalista, podendo ser também qualificada como expansão demográfica. Segundo Martins:

Essa expansão é essencialmente expansão de uma rede de trocas e de comércio, de que quase sempre o dinheiro está ausente, sendo mera referência nominal arbitrada por quem tem o poder pessoal e o controle dos recursos materiais na sua relação com os que explora, índios ou camponeses. (MARTINS, 1996, p. 30)

Quando os antropólogos falam de frente de expansão, estão geralmente falando da fronteira demográfica. Isso nos põe, portanto, diante de uma primeira distinção essencial: entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica há uma zona de ocupação pelos agentes da ‘civilização’, que não são ainda os agentes característicos da produção capitalista, do moderno, da inovação, do urbano, das instituições políticas e jurídicas, etc. (MARTINS, 1996, p. 31)

Como a frente de expansão não pode ser caracterizada como manifestação típica do modo de produção capitalista, Martins (1972) a qualifica como sendo expressão de uma “economia de excedente”, onde prevalece a produção de subsistência e apenas o excedente é destinado para troca ou comercialização. Haveria neste movimento de fronteira a expansão demográfica e geográfica sem a correspondente expansão econômica moderna, o que não significa que não esteja integrada à dinâmica capitalista, mas, “todavia, as suas relações sociais fundamentais não são determinadas pela produção de mercadorias” (MARTINS, 1972, p. 107).

A frente pioneira, diferentemente da frente de expansão, se caracteriza por ser a representação de uma das faces da reprodução do capital, que é a sua face extensiva e territorial, que tem como um dos pontos centrais a mercadorização da terra e “indica a proliferação de companhias de terra e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma” (MARTINS, 1996, p. 30). Para o autor, esta é a fronteira econômica, protagonizada pelos “agentes da modernização”, por empresas e corporações capitalistas, além de setores urbanos, etc., e que não necessariamente é coincidente com a fronteira demográfica.

Martins (1972, p. 105) ressalta que a frente pioneira “exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado”, e mais precisamente, pela economia capitalista, e tem como um dos objetivos principais a produção de mercadorias, sejam elas os produtos ou mesmo o próprio espaço/território, se instaurando, principalmente como empreendimento econômico. É importante ressaltar que na frente pioneira, o Estado é um mediador fundamental para a sua expansão e consolidação, tendo no direito uma base de sustentação importante. Além disso, a expansão de fronteiras, da frente pioneira, se

configura como o principal modo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o qual conta com a “interiorização das funções metropolitanas” e o “colonialismo interno” como alicerces fundamentais.

Pensando o contexto brasileiro, Velho (2009) analisa como se deu (e se dá) o desenvolvimento do capitalismo no país, qualificado por ele como autoritário, a partir da expansão da fronteira. De uma forma ou de outra, parte das mesmas premissas de Martins (1972; 1996) de divisão entre frente de expansão, que envolve a expansão de um campesinato marginal, como será destacado adiante, e frente pioneira, quando a expansão demográfica atinge um limite e, num modo de capitalismo autoritário, a fronteira econômica prevalece.

De acordo com Velho (2009), o desenvolvimento capitalista do tipo autoritário tem como bases de sua formação a existência de terras livres abundantes e, ao mesmo tempo e por causa disso, um sistema de “repressão de força de trabalho”, baseado na escravidão ou servidão, como no Brasil. A existência de terras livres, no processo de formação histórica do Brasil, é tida como possibilidade de aliviar a tensão provocada pela expropriação de povos e camponeses, pois propiciava a formação de um “campesinato marginal” sendo uma alternativa para a construção do trabalho minimamente livre. Como as terras livres permitia a liberação dessa tensão, e a existência da fronteira poderia enfraquecer a subordinação do campesinato e dos povos ao sistema de *plantation*, foi desenvolvido um processo de “repressão de força de trabalho” para manter os povos subordinados aos interesses oligárquicos e longe dessas terras livres. A fronteira aberta poderia significar “a quebra revolucionária do monopólio da terra” (VELHO, 2009, p. 95).

Apesar da existência de um sistema de repressão de força de trabalho, base para a formação do chamado capitalismo autoritário, a existência de terras livres permitiu/permite o alívio da tensão provocada pelo processo histórico de expropriações e violência e, neste sentido, viabilizava a expansão das fronteiras no Brasil, inicialmente em uma manifestação típica de frente de expansão, que tem na criação de gado uma importante expressão. É neste sentido que é possível afirmar que:

O mesmo sistema que era incompatível com um campesinato de massas deu origem a tensões que trabalhavam no sentido de forçar a existência de um campesinato. Em certos casos ocorreu um avanço limitado, especialmente quando o campesinato se manteve próximo à marginalidade em áreas que eram como que periféricas ou situadas ‘além fronteira’. A verdade é que a tensão provocada pela existência física de terras livres não podia ser simplesmente eliminada pelo sistema de repressão da força de trabalho (VELHO, 2009, p. 129-130)

É importante ressaltar que para Velho (2009, p. 131) o movimento de fronteira a partir da frente de expansão promoveu um processo de ‘ocupação’ de terras “fraco e rarefeito”, mas isso foi a base para a construção, a partir da década de 1930, com o Estado Novo, de um discurso fundado no nacionalismo e na necessidade de controle de vastos recursos naturais estratégicos que fundamentou o fortalecimento do capitalismo autoritário, o qual tem na ‘ocupação’ de espaços tidos como vazios uma das estratégias. Trata-se, portanto, do início do processo que faz com que a frente demográfica (frente de expansão) assuma como centralidade a dimensão econômica, se mesclando, portanto, com a frente pioneira e nela se transformando.

É por esta razão que para Otávio Velho a fronteira se configura como um instrumento para o desenvolvimento capitalista, tendo o autoritarismo como aspecto central de continuidade. Alguns fatos históricos foram fundamentais para a expansão da fronteira de maneira controlada e autoritária, na perspectiva de impor uma unidade nacional e, ao mesmo tempo, criar um processo em que houvesse confluência das dimensões demográficas, políticas e econômicas. Neste sentido, pode-se citar a Marcha para Oeste, construída por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, que teve como objetivo a ‘ocupação’ controlada das regiões do Centro Oeste e sua interligação com a região do Sudeste, produtora de café; a construção de Brasília, aliada ao Plano de Metas e à construção da Rodovia Belém-Brasília, ao Projeto Rondon e a Rodovia Transamazônica, que foram projetos executados pelos militares, em aliança com o capital nacional e estrangeiro, durante a ditadura militar, fundamentais para a ‘penetração’ econômica capitalista nas regiões centrais do Brasil e base para a transformação modernizadora da agricultura.

O processo de expansão econômica (frente pioneira) para a intensificação de um desenvolvimento capitalista foi, segundo Velho (2009, p. 178), baseado em “transformações agrárias mais colonização de terras novas” para a construção de uma “modernização no interior de uma estrutura autoritária”, e também conduzido e controlado de modo autoritário, em consonância com os interesses das oligarquias agrárias. Do mesmo modo, Martins (1995, p. 4-5) afirma que a base social que garantiu sustentabilidade ao golpe militar e a implantação do processo de modernização agrícola apoiado na expansão das fronteiras e, ao mesmo tempo, na conservação de seus privilégios, foram “as oligarquias tradicionais de base fundiária”, fundadas na “tradição oligárquica da dominação pessoal e violência”.

Destaca-se que analisar o processo de expansão de fronteiras e desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir das categorias de frente de expansão e frente pioneira não pode resultar na ideia de que a diferença entre elas seja estanque. Para Martins (1996), a distinção

entre frente de expansão e frente pioneira se constitui apenas como instrumento para compreender melhor as transformações sociais e econômicas nas regiões de fronteira e, neste sentido, devem ser estudadas conjuntamente, como dimensões que se mesclam e se complementam. É por esta razão que, pensando a fronteira a partir de um olhar histórico, localiza a frente de expansão e a frente pioneira em momentos diferentes (não de maneira rígida, cindida ou limitada), mas, ao mesmo tempo, identificando que eles se interpenetram e se influenciam:

O conjunto da informação histórica que hoje se tem sobre a frente de expansão e a frente pioneira sugere que a primeira foi a forma característica de ocupação do território durante longo período. Começou a declinar com a chamada Marcha para Oeste, em 1943, e a intervenção direta do Estado para acelerar o deslocamento dos típicos agentes da frente pioneira sobre territórios novos, em geral já ocupados por aqueles que haviam se deslocado com a frente de expansão. Tipicamente, a frente de expansão foi constituída de populações ricas e pobres que se deslocavam em busca de terras novas para desenvolver suas atividades econômicas: fazendeiros de gado, como ocorreu na ocupação das pastagens do Maranhão por criadores originários do Piauí; seringueiros e castanheiros que se deslocaram para vários pontos da Amazônia. E mesmo agricultores. Levaram consigo seus trabalhadores, agregados sujeitos a formas de dominação pessoal e de exploração apoiadas no endividamento e na coação. (MARTINS, 1996, p. 43)

Analisando o movimento de avanço de fronteira a partir da frente de expansão (tido como fraco e rarefeito), que, como destacado, representa a contraposição ao sistema de repressão de força de trabalho, Velho (2009) evidencia também que um dos elementos que caracteriza a fronteira é justamente a dimensão de movimento, não sendo este movimento unilinear, e, por essa razão a fronteira deve ser conjugada no plural, como fronteiras, como múltiplas. A intensificação da expansão da frente pioneira nas regiões centrais, por exemplo, fez com que houvesse um processo de deslocamento de uma frente de expansão para as regiões Amazônicas, e à medida que a frente econômica se mesclava com a demográfica também na Amazônia, povos, sobretudo indígenas, já massacrados com a frente de expansão, e pequenos camponeses são expulsos, para além da fronteira ou absorvidos de maneira subordinada.

Neste sentido, para compreender o processo de ocupação dos cerrados baianos (do Oeste da Bahia) a partir da dinâmica de expansão de fronteiras, entende-se importante destacar os principais momentos históricos da ocupação territorial da referida região, os quais foram se constituindo como elementos centrais para a reestruturação deste território que tem, na atualidade, o agronegócio como um dos agentes primordiais. Refere-se à reestruturação do território compreendendo que o processo de ocupação desta região já esteve (e em certa medida está) calcado no regime de posses, marcado pela criação coletiva, extensiva e comunitária de animais – o tradicional uso dos gerais pelas comunidades locais - , como se verá mais adiante.

Brandão (2010), ao analisar o processo de formação territorial do Oeste Baiano, destaca três momentos históricos distintos nos quais também tiveram diferentes agentes de produção do espaço que promoveram dinâmicas territoriais específicas. O primeiro período evidenciado pelo autor é aquele compreendido entre 1501 e 1827, marcos estabelecidos considerando a “descoberta” da foz do Rio São Francisco (1501) e a anexação da chamada “Comarca do São Francisco” (região hoje conhecida como Oeste da Bahia) à Província da Bahia (1827). Segundo Brandão (2010) este período é marcado pela prevalência da natureza na constituição das relações sociais e econômicas, sendo o território, neste momento, configurado como um “território indiferenciado dos Sertões”.

A delimitação longeva deste período (326 anos) é explicada, segundo Brandão (2009), pela permanência de processos políticos, econômicos e sociais que não geraram transformações profundas na constituição do território neste íterim. O processo de conformação do território durante este lapso temporal se deu de forma lenta e gradual, marcado sobretudo por ocupação dos povos originários e pela dinâmica autônoma de interiorização em busca de novas áreas para a agropecuária – base para a formação do regime de posses calcado na criação coletiva e extensiva de animais – e para a extração de pedras e minerais preciosos e também incentivada, segundo a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do Estado da Bahia (CAR, 1995), através das doações de terras. Neste sentido, destaca-se que nos dois primeiros séculos, devido ao caráter extensivo da pecuária, poucos foram as aglomerações “protourbanas” formadas na região conhecida hoje como Oeste da Bahia, havendo mais entrepostos comerciais, tendo a primeira vila sido criada em 1752 (Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul – atual município de Barra).

No entanto, esta situação, de certa forma, já configurava um processo de expansão de fronteiras, já que a interiorização demandava armas e recursos financeiros e resultava na expulsão e confronto com os povos indígenas. O próprio Brandão (2009) ressalta o papel das famílias tradicionais de Garcia D’Ávila e Guedes de Britto na formação de grandes latifúndios calcados na pecuária extensiva ao longo das margens do Rio São Francisco e dos seus tributários navegáveis. Destaca-se que Santos e Sano (2015) situam o processo de expedições em busca de povos indígenas e pedras preciosas como uma das fases expressivas na frente de expansão no Oeste da Bahia.

O segundo período é aquele compreendido entre 1827 e a década de 1980, que tem seu marco inicial na incorporação definitiva do atual Oeste à província da Bahia, fato gerador de maior estabilidade política e administrativa, e no qual se percebe uma maior integração técnica

às dinâmicas produtivas naquela região. Analisando este intervalo temporal, Brandão (2010) e a CAR (1995) destacam alguns fatos e momentos históricos que foram fundamentais para o processo de expansão de fronteiras e reestruturação territorial do Oeste da Bahia.

Em 1865 há a criação da primeira companhia de navegação a vapor do Rio São Francisco, que proporcionou uma maior dinamização sócio econômica e espacial a partir do transporte fluvial, que integrado à estrada ferroviária que ligava Juazeiro a Salvador, impulsionou o comércio do Oeste e colaborou com o surgimento e aquecimento de núcleos e povoados mais urbanizados. Os anos seguintes foram marcados pelo fortalecimento comercial, sobretudo a partir da agropecuária, de certo crescimento populacional da região em torno das margens dos rios e a partir do maior desenvolvimento do transporte fluvial. Mas, ainda assim, devido a pouca integração e a certo isolamento, o Oeste da Bahia era também conhecido como Além São Francisco (BRANDÃO, 2010). Na mesma perspectiva, destaca a CAR:

Somente a partir do século XIX a Região do Oeste da Bahia começou a ganhar contornos próprios no seu processo de desenvolvimento, ancorado na navegação fluvial. A ocupação e distribuição da população na Região foram orientadas, neste primeiro momento, pelos cursos dos rios Corrente, Grande e Preto. Os dois primeiros afluentes e o terceiro subafluente do Rio São Francisco (CAR, 1995, p. 15)

Além da criação da companhia, que foi se mostrando ineficiente para atender as exigências do mercado, a CAR (1995) ressalta que, a partir da década de 1940, o Estado brasileiro intensificou a sua intervenção na região na perspectiva de, no contexto da Segunda Guerra Mundial, garantir maior integração nacional da mesma. Diante disso, destaca algumas ações públicas voltadas para a integração e quebra do “isolamento” da região do Oeste Baiano:

* A construção do aeroporto de Barreiras, que passou a servir como suporte para as forças aliadas durante o período da Guerra; * Instalação de uma agência do Banco do Brasil (1943) em Barreiras; * Surgimento das primeiras pequenas indústrias têxteis, produtoras de fios, sacarias e tecidos, além de máquinas beneficiadoras de plumas; * Criação de 14 novos municípios, entre 1958/62, o que implicou no surgimento de novas estradas e redefinição da malha rodoviária da Região; * Início da construção da Hidrelétrica de Correntina (1966); * Instalação do 4º Batalhão de Engenharia e Construção (1969), visando a construção das rodovias BR-242 (Brasília-Ibotirama) e BR-135 (Brasília-Piauí) (CAR, 1995, p.16)

Assim como a CAR, Brandão (2010) destaca também a abertura de estradas de rodagem pelo governo estadual já no início do século XX, a edificação do aeroporto de Barreiras no ano de 1940 e a inauguração de Brasília em 1960. A construção de Brasília assume um papel de destaque nas análises de Brandão, pois se configura como um fator fundamental para a redefinição da organização espacial do Brasil, na perspectiva de garantir maior integração

política e econômica do interior do país e está associada à pavimentação de diversas rodovias, que foram centrais para a dinâmica de expansão de fronteiras. Neste sentido, evidencia que “a criação de Brasília abriu perspectivas de assimilação do Oeste Baiano à rede urbana que viria a se formar a partir do novo Distrito Federal” (Brandão, 2010, p. 41).

Então, em consonância com as análises de Velho (2009), que destaca a estruturação de Brasília associada ao Plano de Metas e à estruturação de estradas, rodovias e redes de transporte, e toda a dinâmica modernizadora imposta a partir do período da ditadura militar, como centrais para a expansão de fronteiras no âmbito nacional, Brandão (2010) ressalta o papel dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e da pavimentação das BRs 242 e 020 (que conectam o Oeste da Bahia à Brasília e à Salvador) para a expansão de fronteiras nesta localidade. Para Brandão, a construção das rodovias em conjunto com a implementação de políticas públicas regionais voltadas para o desenvolvimento e integração foram formatando e redesenhando o território do Oeste Baiano.

Entendendo as redes regionais de transporte, as rodovias, como substanciais para a expansão de fronteiras, destaca Haesbaert (2008) que elas são promotoras e facilitadoras do “desenvolvimento” e estão necessariamente conectadas com o processo de modernização da agricultura no Oeste da Bahia, o qual, como se verá, relaciona-se diretamente com a expansão da frente pioneira nesta região. As transformações nas dinâmicas de transporte interferem diretamente na organização do espaço, na valorização econômica das terras, faz surgir cidades e, neste sentido, compara o processo ocorrido no cerrado Baiano com o papel das ferrovias no avanço da frente pioneira no oeste paulista na década de 1940 descrito por Monbeig (1984). Identifica, neste sentido, as estradas como fluxos de conexão com a economia global e como impulsionadoras da lógica expansionista territorial do capital.

É tanto que Haesbaert (2008) também evidencia que com a construção de Brasília e a pavimentação das rodovias que conectam este novo centro ao Oeste da Bahia, houve um processo de transformação e hierarquização de fluxos que foi orientado para proporcionar a dinâmica (local e global) de expansão territorial do capital. Neste sentido, os rios que cortam o cerrado baiano (que tinham um papel importante no transporte e na dinamização comercial) foram perdendo seu papel (ou tendo sido ele transformado) e estes territórios sendo reestruturados.

Aliada à pavimentação das rodovias, importante destacar também a instalação na região, na década de 1970, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), responsável pela implementação de projetos de irrigação (a exemplo do

Projeto de Perímetros Irrigados de São Desidério e de Barreiras) e projetos de colonização em parceria com o Incra, o que contribuiu significativamente para a reestruturação das redes de transporte e do território como um todo e para a redefinição do papel das águas. Neste sentido:

Enquanto os fluxos anteriormente se aglutinavam em torno do grande rio, hoje eles se dão em torno do eixo BR-242/020, especialmente na área agrícola dos cerrados, onde a rede de estradas, apesar de ainda precária, tornou-se muito mais densa em relação à área da caatinga. Os rios, ao invés de redes de circulação, vão sendo sugados pelo desenvolvimento “pontual” de projetos de irrigação do tipo pivô central, conectados diretamente à rede global dos complexos agroindustriais (HAESBAERT, 2008, p. 383).

Importante destacar que neste segundo período histórico analisado por Brandão (2010), que vai de 1827 até a década de 1980, além de haver um processo crescente de expansão de fronteira, do tipo frente de expansão, há a construção das bases, principalmente a partir da década de 1950, para a expansão da frente pioneira, ou seja, para a penetração econômica em “novas regiões”, em “novos espaços”. De acordo com Becker (1998, p. 68-69), é após 1955 em que se “intensifica a relação Estado-espaço”, articulada com um processo de produção global, que favorece a “acumulação monopolista”, na qual há o início do deslocamento de capitais para os setores especulativos da economia, inclusive para a compra de terras, o que condiciona o processo de expansão de fronteiras. E, neste sentido, como dito, o transporte assume função central, pois é também através da extensão da “rede viária pioneira” que o Estado promove e fortalece essa dinâmica.

A construção de Brasília, o Plano de Metas, a implementação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento no contexto da ditadura militar, a reestruturação das redes de transporte, a criação de projetos de irrigação e colonização foram fatores que impulsionaram o processo de expansão de fronteiras no Oeste da Bahia, promovendo uma estratégia de ocupação de um espaço tido como “sub ocupado” ou mesmo “vazio”. Estratégia esta que está estruturada fundamentalmente na promoção de um processo de modernização da agricultura (que está aliado às dimensões nacionais e globais, como se verá no próximo tópico) e de apropriação intensiva de terras e recursos naturais. É no processo de modernização da agricultura e posterior construção do regime político e econômico do agronegócio que a expansão de fronteiras a partir da lógica de frente pioneira, mesclada necessariamente com a frente de expansão, se mostra mais intensa no Oeste da Bahia a partir da década de 1980, período que compõe o terceiro momento histórico da formação territorial desta região.

1.2. A expansão da frente pioneira e a apropriação de terras, territórios e recursos naturais. A modernização da agricultura no oeste baiano.

Como visto, a frente pioneira, também chamada de “fronteira econômica”, se manifesta como representação do caráter extensivo e territorial do capital, que tem na mercadorização da terra e de outros recursos naturais, como a água, um dos principais alicerces. A expansão de fronteiras a partir da frente pioneira se baseia fundamentalmente na incorporação de novas regiões, novos espaços e novos territórios ao mercado em um sistema de articulação global e, como ressaltado, no caso do Oeste da Bahia, ela foi (e tem sido) protagonizada pelos agentes que conduziram o processo de modernização da agricultura e que constroem o regime político e econômico do agronegócio.

O processo de modernização conservadora da agricultura, que foi impulsionador da expansão de fronteiras no oeste, está inserido em um contexto nacional e global de transformações técnicas e integração de capitais na agricultura. Este processo influenciou a consolidação do agronegócio como alternativa de desenvolvimento regional e nacional e se configura como uma profunda transformação nas bases técnicas de produção agropecuária, na dinâmica das relações sociais do campo e numa maior integração entre agricultura e indústria. A modernização da agricultura, implementada a partir da lógica de expansão de fronteiras, confluiu para a consolidação da economia do agronegócio como estratégia política e econômica brasileira pactuada (DELGADO, 2012).

Segundo Delgado (2012), o período inicial da chamada “modernização conservadora” (1965-1985) se caracterizou tanto por uma transformação na base técnica de produção como por alterações significativas das relações sociais do campo, processos estes que envolveram a integração da agricultura capitalista à indústria (agroindustrialização), com setores externos e com setores urbanos. Ressalta o autor que a de modernização foi impulsionada também tendo em vista a necessidade de dar respostas à “crise agrária” vivenciada pelo Brasil desde a década de 1930, caracterizada pela estagnação das exportações de gêneros primários, e em virtude dos processos de urbanização e industrialização em curso no país.

Importante destacar que o Estado exerceu um papel protagonista neste processo, se materializando como um agente central na modernização da agricultura e constituição do agronegócio. Seja através da concessão de créditos subsidiados, de gastos excessivos com atividades de fomento, pesquisas e desenvolvimentos de tecnologias agrárias, investimentos em infraestrutura, incentivos fiscais, elaboração e execução de políticas de estímulo voltadas à

“ocupação” das regiões tidas como improdutivas (Norte e Centro-Oeste, inicialmente), ou mesmo através da facilitação de aquisição de terras, muitas vezes por meios fraudulentos (grilagem), o Estado brasileiro sempre esteve atrelado diretamente ao processo de modernização da agricultura.

Delgado (2012) evidencia que a modernização manteve o caráter conservador da questão agrária brasileira, com o favorecimento às oligarquias agrárias latifundiárias ligadas ao capital comercial e com a execução de políticas institucionais de fomento e incentivo aos fazendeiros que estavam atrelados à lógica modernizadora. Segundo o autor, estas políticas garantiam “incentivos fiscais e financeiros protetores das margens de lucro dos fazendeiros que alteravam sua base técnica; e também valorização patrimonial dos que ampliavam a fronteira de terras apropriadas para fins produtivos ou especulativos” (DELGADO, 2012, p.14).

O processo de modernização da agricultura brasileira envolveu necessariamente a disputa por terras e uma real articulação entre Estado e capital. Articulação esta que se realizava com “a adjudicação de terras, escolha de clientes, concessão de incentivos fiscais, processos de licitação de terras públicas, titulação privada em terras devolutas ou de comunidades indígenas e a sua consequência fatal de expropriação das terras de índios e posseiros” (DELGADO, 2012, p. 61). Outro ponto específico que ilustra o protagonismo do Estado Brasileiro no processo de modernização conservadora da agricultura é a expansão do crédito rural e agroindustrial, principalmente a partir da década de 1970. Foi esta expansão, com destaque para configuração do Sistema Nacional de Crédito Rural, que propiciou as condições necessárias para a articulação técnica entre agricultura e indústria (formação da agroindústria processadora) e, mais posteriormente, a consolidação efetiva das ligações da agricultura com os setores bancários, industriais, comerciais, de serviços e financeiros, promovendo a ampliação do capital agrário e concentração da produção.

Considerando a relação entre modernização da agricultura e crédito, Delgado reflete sobre a papel do mercado de terras neste processo, afirmando que “a conexão do mercado de crédito com o que se poderia caracterizar embrionariamente como mercado de terras já começa por aqui, pela forma social específica com que se reconhece o título de propriedade territorial como hábil para respaldar o financiamento” (DELGADO, 2012, p. 26). Portanto, desde o início do processo de modernização, quando o padrão de financiamento da agricultura se lastreava majoritariamente no crédito público subsidiado, o título de terra se conformava como um instrumento importante. Este movimento já se caracterizava por ser fomentador de um mercado de terras (baseado, sobretudo na ilegalidade – grilagem), o qual é um dos orientadores no

processo de expansão de fronteiras e, posteriormente, com o processo de intensificação da financeirização da agricultura, se consolidou como um mercado independente, global, agregando de fato a finalidade especulativa.

Percebe-se que estes elementos destacados, aliados ao processo de consolidação do capital bancário na agricultura, formam o alicerce para o desenvolvimento do que tanto Delgado (2012) quanto Gonçalves (2005) denominaram de integração de capitais, que difere da integração técnica-industrial que marcou o início da modernização da agricultura brasileira, e que também é base para a articulação do capital financeiro com a agricultura e para a conformação do projeto político e econômico do agronegócio. Portanto, compreende-se a que transformação da agricultura e a formação do agronegócio envolve a inserção da agropecuária num complexo produtivo que vai além da conexão profunda e crescente entre agricultura, tecnologia e indústria. Considerando o contexto de globalização neoliberal, este processo envolve necessariamente uma "interdependência do agente econômico com outras instâncias de mercado" e a inserção da agricultura na lógica de financeirização da riqueza, exigindo, então, a "consolidação de instrumentos que sustentarão a alavancagem do padrão produtivo dos agronegócios num novo ciclo de desenvolvimento" (GONÇALVES, 2005, p.7-8).

Em síntese, pode-se afirmar que o processo de modernização da agricultura provocou transformações profundas na dinâmica de ocupação territorial do Brasil e nas bases de produção e acumulação a partir da agricultura e está necessariamente conectado com o sistema de acumulação global. Atualmente, a modernização agrícola se traduz em ampla e difusa articulação de capitais sob o controle de determinados grupos econômicos, e tem como reflexo o fortalecimento do projeto político e econômico do agronegócio (DELGADO, 2012).

Dito isso, passa-se à compreensão do terceiro momento histórico de ocupação do Oeste da Bahia, que Brandão (2010) localiza como um processo em construção a partir da década de 1980. Esta ocupação, como ressaltado, se insere numa lógica de frente pioneira, embora muitas vezes a dimensão de frente de expansão se mescle com ela. O cerrado baiano como se conhece hoje é fruto do processo de expansão de fronteiras e foi, a partir desta lógica, que foram conduzidas e impostas as transformações no bioma, o constituindo como espaço privilegiado de desenvolvimento do agronegócio. Expansão esta que se deu de forma direcionada e verticalizada pelo Estado Brasileiro e setores do capital nacional e estrangeiro, e foi materializada em programas, políticas e ações institucionais a exemplo do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), do Prodecet, do Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (Profir), entre outros.

A expansão do “novo modelo agrícola” vem se consolidando “nas três últimas décadas como uma das poucas soluções para o desenvolvimento e crescimento do setor agrícola do Estado da Bahia” (SANTOS et al., 2012, p. 188). Segundo os autores, os cerrados foram incorporados à dinâmica produtiva agrícola que se forjava a partir da produção intensiva calcada na integração técnico-industrial e na integração de capitais (agrário, bancário, comercial financeiro) e isso se deu através de concessão de crédito subsidiado e não “por decisões individuais de produtores ou de empresas e sim pela interação dessas decisões com as condições objetivas criadas do período”, com a participação ativa e protagonista de Estados, governos e corporações financeiras e industriais nacionais e internacionais (SANTOS et al, 2012, p. 190).

Percebe-se que a modernização da agricultura nos cerrados brasileiros, e no Oeste da Bahia, teve as dimensões técnicas e científicas como essenciais para a sua constituição. Neste sentido, importante apontar o papel da Embrapa, que, segundo Brandão (2010), em meados da década de 1980 se destacou na preparação das condições para o avanço da produção de soja no território nacional, divulgando os resultados das pesquisas que apontavam o potencial agrícola do cerrado baiano para a produção de grãos de modo intensivo e em larga escala.

As pesquisas empreendidas pela Embrapa foram fundamentais para a formulação de um dos principais programas institucionais desenvolvidos para impulsionar (e impor) as transformações modernizadoras na agricultura dos cerrados e a incorporação verticalizada de novos espaços a essa dinâmica, que é o Prodecer. De acordo com Inocêncio (2010), o Prodecer foi cunhado na ideia de incorporação de novas áreas na dinâmica de produção agrícola intensiva a partir de novos sistemas e padrões produtivos e, neste sentido, foi o vetor principal para a transformação do cerrado em território produtor de grãos. Constituído através de uma cooperação econômica bilateral entre Brasil e Japão e financiado pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Jica), uma das integrantes da também financiadora Jadeco (holding japonesa), em conjunto com recursos nacionais, o Prodecer foi o “indutor do uso intensivo de tecnologia e capital no campo, apropriando-se de terras de baixo valor agregado, mas favoráveis à mecanização, que compensavam os investimentos destinados ao cultivo do solo” (INOCÊNCIO, 2010, p. 37).

Dividido em três etapas, o Prodecer implementou suas ações nas regiões de cerrado dos estados de Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Tocantins a partir da lógica de expansão de fronteiras. Para Inocêncio (2010), o Prodecer exerceu um papel fundamental na ocupação dos cerrados, fomentado a apropriação e (re) apropriação do território cerradeiro, interiorizando de modo mais intensivo e direcionado o

capital. A autora destacou também o papel do Estado, que, atuando como ator público, ao mesmo tempo que construiu o Prodecer como uma política pública, o utilizou como instrumento de ordenamento territorial, que teve como alicerce fundamental a tecnologia.

O Oeste da Bahia foi alvo da segunda etapa de implementação do Prodecer (Prodecer II), através dos Projetos de Colonização Brasil Central e Ouro Verde, em Formosa do Rio Preto, os quais foram fundamentais para a ocupação pela agricultura moderna de exportação de áreas estratégicas para o seu desenvolvimento. A concepção de determinadas áreas como estratégicas para a introdução da lógica modernizante e intensiva da agricultura, se deu considerando, sobretudo, a própria configuração física, espacial e ambiental da faixa caracterizada por extensa área com topografia plano-horizontal, clima úmido com precipitações de 1500mm, intensa disponibilidade hídrica (SANTOS et al, 2012) que guarda em si boa parte do aquífero Urucuia. Segundo Sobrinho (2012), o Oeste Baiano é formado, no que se refere a suas características morfoclimáticas, por duas partes: uma mais baixa, situada na depressão do São Francisco, onde estão localizadas as comunidades tradicionais, famílias agricultoras, e outra mais alta, formada de planalto, também conhecida como gerais ou chapada, espaço crescentemente apropriado pela produção intensiva de grãos.

A existência de extensas áreas planas, mesclada com regiões de vale, e a disponibilidade de águas são, de forma geral, os principais elementos que configuram os territórios de cerrado e que compõe o cenário atrativo para investimentos na agricultura moderna:

O fator terra e hídrico abundantes, os incentivos fiscais e financeiros oferecidos pelo Governo em condições extremamente favoráveis e a aproximação da Região com o resto do País transformaram o Oeste da Bahia em área de fronteira agrícola para território, no qual a terra passou a ser vista como um bem de reserva de valor (CAR, 1993, p. 09-10)

Aliado a isso e ao incentivo do Estado acrescenta-se a construção política e social do cerrado como um território vazio e atrasado, as relações locais coronelistas que facilitam processos de grilagem e o uso indiscriminado da violência, dimensões provocadoras de conflitos, como se verá. A CAR (1995), inclusive, destaca que com a disseminação do crédito subsidiado e dos incentivos voltados para a expansão da cultura de soja e outros grãos no Oeste da Bahia se promoveu um contraste com “a letargia secular que caracterizou a economia e a sociedade local” (CAR, 1995, p. 16)

Importante destacar que um dos vetores relevantes do Prodecer foi o incentivo à produção irrigada, já que através dele objetivou-se também o diagnóstico e identificação de áreas propícias à irrigação, além de ter se fomentado o desenvolvimento de tecnologias voltadas

para a implementação de equipamentos de irrigação, por meio de programas associados ao Prodecer, a exemplo do Profir. Ressalta-se que o papel da irrigação para o desenvolvimento do agronegócio no cerrado baiano será objeto dos próximos capítulos, mas desde já, identifica-se a promoção da irrigação como um dos elementos que estão interligados com a modernização da agricultura no Oeste da Bahia e, inclusive, segundo Santos (2016), o Prodecer foi essencial para a avaliação da implantação de sistemas de irrigação nos lotes agrícolas de modo a garantir maior segurança, produtividade e rentabilidade. Estas avaliações foram centrais para a introdução nos lotes do Programa da obrigatoriedade da prática de agricultura irrigada.

A implementação do Prodecer, em conjunto com outras iniciativas, atraiu então investidores individuais e grupos empresariais nacionais (oriundos principalmente das regiões do Centro-Sul) e estrangeiros, que, segundo Santos (2016, p. 393), contaram com crédito rural subsidiado, seguros agrícolas, preços mínimos, pesquisas agrônomicas, extensão rural e incentivos fiscais e financeiros voltados para “a melhoria do sistema de comercialização e transformação tecnológica” e para a “disseminação da adoção de insumos moderno”.

Percebe-se então que o Estado através do Prodecer e outros programas e ações institucionais é um ator importante, mas não é o único, no processo de transformação da agricultura brasileira. De acordo com Santos (2016, p. 408), as manifestações concretizadas por meio da modernização agrícola são também resultantes da expansão do capital para países periféricos, articulada com o plano nacional de “integração” da economia brasileira ao mercado internacional. Não se pode ignorar, portanto, os interesses das “corporações internacionais vinculadas ao agro” na “incorporação das atividades agrárias brasileiras à dinâmica industrial, comercial e financeira que passaria a prevalecer no país”.

Neste sentido, Haesbaert (2008) compreende as transformações agrícolas, econômicas e geográficas da agricultura brasileira como um processo de “modernização agrícola com conexões globais”, que tem nos complexos agroindustriais da soja uma base importante. Inclusive, descrevendo as semelhanças existentes entre os chapadões que se alastram no Oeste Baiano e as “pradarias do centro-oeste americano”, evidencia um processo de globalização dos complexos agroindustriais, que espalha pelo mundo o mesmo padrão sócio-espacial e tecnológico baseado na linearidade e padronização.

Portanto, Mondardo (2010) evidencia que a região Oeste da Bahia tem vivido grandes transformações vinculadas à modernização da agricultura, à mobilidade de capital e trabalho, desde a década de 1980 através da expansão da fronteira agrícola. Para ele, nesta região o capitalismo busca se reproduzir por meio da sua expansão (tecnológica e territorial) e

“espraiamento” do agronegócio sob novas áreas do cerrado brasileiro, causando sérios problemas como o desmatamento indiscriminado e sem planejamento, uso demasiado dos recursos hídricos, além do êxodo rural e disseminação da pobreza.

Santos e Sano (2015) ao analisarem a expansão de fronteiras no Oeste da Bahia a partir a frente pioneira levantam alguns indicadores que apontam e evidenciam as profundas transformações ocorridas neste território. Entre eles, vale a pena destacar: 1) o aumento significativo do número de tratores, que indica a intensificação da mecanização e formação de um padrão tecnológico. Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, destacam que entre 1975 e 2006 houve uma elevação do número de tratores superior a 150 vezes no Oeste da Bahia. 2) a modificação considerável quanto ao uso do solo para a pecuária, havendo entre 1980 e 2006 um declínio de 80% das áreas ocupadas por pastagens naturais, e uma mudança no “estilo” da pecuária, que agora preza pelo aumento da produtividade animal e não pela prática tradicional da criação extensiva, solta e coletiva. 3) o aumento exponencial da área agrícola plantada por lavoura temporária, crescendo 352% entre 1985 e 2005, havendo uma significativa conversão da cobertura natural do cerrado para a produção de grãos. 4) o crescimento de terras irrigadas numa proporção de 614% entre 1985 e 2006, fator que indica a expansão vertical da produção de grãos a partir da mudança de um padrão tecnológico associado à apropriação das águas.

Uma questão central da expansão de fronteiras no Oeste da Bahia é a articulação entre expansão territorial, tecnologia e capital, pois estes elementos articulados, contando com a mediação estatal e com um contexto global voltado para a apropriação territorial e de bens naturais dos países periféricos, construíram o território do cerrado baiano como espaço de fronteira a ser transformado. É neste sentido que Becker (1998) entende que o Estado, a alta tecnologia, a apropriação monopolista do espaço, a integração econômica e ideológica e a mobilização da força de trabalho são os principais determinantes históricos para a produção da fronteira, compreendida pela autora, como um “espaço em incorporação ao espaço global/fragmentado, não plenamente estruturado e dotado de alto potencial político” (BECKER, 1998, p. 60).

Além de compreender a fronteira como um espaço que é produzido, construído, se referindo muitas vezes em seus escritos à construção de uma determinada região, ou um determinado espaço, como um lugar de fronteira, que é necessariamente dinâmico e contraditório, Becker (1998) evidencia a dimensão dos interesses globais para explicar o fenômeno da expansão de fronteiras, entendendo o Brasil como uma fronteira internacional de

recursos desde o século XVI. Para a autora, a ideia de fronteira no Brasil precisa ser explicada considerando a inserção do país no capitalismo global, a qual está conectada com o fortalecimento de uma nova escala (internacional) de divisão do trabalho, onde os Estados Nacionais preservam algumas funções de controle e regulação do uso e destinação do espaço.

A regulação do espaço, a conformação dele como um território (necessariamente dinâmico e contraditório) alinhado aos interesses privados de grandes agentes econômicos, são tidos como instrumentos do Estado no jogo do capitalismo global. Para Becker (1998), o Estado, no processo de produção da fronteira, vai além de ser o gerenciador da economia, mas assume um papel de garantir as condições de reprodução das relações de dominação estabelecidas de acordo com a hierarquização das forças e dos meios de poder dos agentes produtores do território.

No entanto, destaca a autora também que no processo global de fortalecimento das corporações econômicas, o Estado acaba perdendo poder:

Na produção do espaço global/fragmentado sob condições de menor autonomia do Estado, amplia-se assim, sobremaneira, a fragmentação pela apropriação privada de grandes parcelas que, vinculadas a um espaço transnacional, são relativamente autônomas, introduzindo profundas dissociações no espaço estatal. Em consequência, aguça-se a contradição entres os interesses gerais e os interesses privados, os conflitos com as formas construídas anteriores, bem como os movimentos contestatórios dos usuários (BECKER, 1998, p. 67).

Já para Foweraker (1981), a fronteira não pode ser compreendida simplesmente como qualquer atividade econômica voltada para o exterior, pois um dos seus elementos importantes é a integração de determinadas regiões (tidas como não exploradas ou não suficientemente exploradas) à economia nacional, mesmo considerando a disputa de forças e as contradições inerentes a esta economia. A expansão da fronteira, especialmente através da frente pioneira, independente dos momentos históricos em que acontece (os quais obviamente têm suas particularidades) deve ser compreendida como um ciclo de acumulação, que está associado com o processo global de “domínio da economia pelo capital monopolista”. E, este ciclo de acumulação se materializa essencialmente na forma da acumulação primitiva, que tem como base central a concentração e o monopólio da propriedade fundiária da terra. Além disso, como destacado, importante é também o papel exercido pelas esferas institucionais, que, numa articulação entre lei, burocracia e violência, se constituem como forças políticas e ideológicas vinculadas ao processo de acumulação, e se evidenciam como mediação política, ou seja, como

“o processo de institucionalização da luta de classes, que é sempre uma luta por um excedente social e, na fronteira, também uma luta por terra” (FOWERAKER, 1981, p. 38).

Neste sentido, a análise dos fatos econômicos (nacionais e internacionais) e dos fatos políticos não podem estar desassociados, pois, para o autor, o tipo de acumulação que se concretiza na fronteira – a acumulação primitiva – tem como elemento importante a intervenção estatal:

No caso da fronteira pioneira, afirmamos que sua expansão progride ao longo de um ciclo de acumulação economicamente determinado, mas que se realiza por meio de diferentes formas de mediação política e ideológica. Somente após ter-se situado a lei, a burocracia e a violência dentro desse ciclo de acumulação, que se encontra ao nível econômico, pode o processo de fronteira ser entendido. Além do mais, isso é particularmente necessário no caso da fronteira porque uma de suas maiores formas de acumulação – a acumulação primitiva – tem lugar largamente fora das relações de produção propriamente ditas, isto é, através da intervenção política e legal do estado (FOWERAKER, 1981, p. 39-40).

Trabalhando o conceito de acumulação primitiva, originalmente desenvolvido por Marx (2017) – cuja obra contou com sua primeira publicação em 1867 – Foweraker (1981), quando analisa este processo no âmbito da fronteira também destaca o elemento central da dissociação entre produtores diretos, que são os camponeses, e a propriedade da terra, desempenhando a violência um papel importante. Destaca que no processo de acumulação na fronteira está presente a dimensão fundamental da apropriação dos “produtos da natureza” e da apropriação do solo e da riqueza associada a ele e a transformação dos mesmos em capital e em mercadorias, sendo que quanto mais rápido se der este processo, mais intensa será a acumulação. Elementos como “posse insegura”, instabilidade fundiária, e “demoras legais” facilitam os processos de apropriação e intensificam a acumulação na fronteira a qual, como visto, conta com a violência como aliada essencial, e é provocadora de intensos conflitos.

Neste sentido, entende-se importante localizar a expansão da fronteira agrícola para o cerrado baiano como meio de reprodução do capital, visto que a 'organização espacial' e 'expansão geográfica' são produtos necessários para o processo de acumulação capitalista, que tende a se intensificar em contextos de crise, assumindo o Estado papel ativo crucial visto que o poder estatal e suas instituições se vinculam, de modo dialético, com as relações sociais capitalistas (HARVEY, 2005). E, neste sentido, o Prodecer, aliado aos interesses monopolistas do capital, foram fundamentais para a apropriação de terras, territórios e recursos naturais no Oeste da Bahia, fenômeno que está conectado a processos de acumulação primitiva (e acumulação por espoliação), como se verá.

A expansão de fronteiras naquela região provocou, como já destacado, uma contínua e intensiva substituição de áreas anteriormente utilizadas para a produção de gêneros alimentícios de subsistência e pastoreio tradicional por grandes lavouras tecnificadas e modernizadas de produção de grãos. Houve uma massiva apropriação de territórios ocupados por famílias camponesas e povos tradicionais em regime de posse e a transformação destes espaços em propriedades de grandes empreendimentos agrícolas (nacionais e estrangeiros) e latifundiários, processo este que, muitas vezes envolveu a mediação do Estado, a grilagem de terras e a violência.

O livro branco da grilagem publicado pelo Incra em 1999 (INCRA, 1999) retrata um pouco da situação crítica relativa à prática histórica de falsificação de títulos de propriedades no Brasil, destacando, em estimativas modestas (já que este órgão fundiário não consegue mapear a totalidade de falsificações de títulos e nem atingir e enfrentar o sistema de grilagens de terras públicas que ainda é uma realidade presente em todos os estados brasileiros), que cerca de 100 milhões de hectares são de origem duvidosa ou ilegal. Na oportunidade, 255 imóveis da Bahia tiveram seus cadastros cancelados pelo Incra, totalizando quase 6 milhões de hectares, sendo que a grande maioria das áreas estava localizada na região Oeste do Estado.

Em entrevista com representante da CAR, que acompanhou, segundo o mesmo, a chegada e instalação do agronegócio no Oeste da Bahia desde a década de 1980, foi possível perceber que a grilagem de terras e os conflitos dela decorrentes são uma realidade incontestável da região. O funcionário da CAR relata que aprendeu a falsificar documentos e medições de terra na própria faculdade de agronomia, sendo esta uma prática comum entre seus colegas e professores. Além dele, outros agentes públicos locais, a exemplo do representante da Prefeitura Municipal de São Desidério, identificaram a grilagem de terras como uma problemática manifesta na região:

Se você olhar o mapa, você vai perceber que ainda tem áreas para expansão, mas a gente tem um problema fundiário aqui gravíssimo, que é chamado de “terra de andar”, que são várias matrículas, uma em cima da outra.

Essa região aqui que é bem mais fechada é onde tem mais essa problemática, de terra de andar. São várias matrículas, uma em cima da outra, problema de cartório e gente já foi presa por conta disso.

(...)

A terra antigamente não tinha documento ou o documento era “a minha terra vai do rio tal até o pequiizeiro” e o pequiizeiro já nem existe mais. As confrontações eram assim, então não tinha medição, o processo de mapeamento, certificação, regularização é recente. Então, por conta disso há uma matrícula que gerou não sei quantas e 1000 hectares que viraram 100.000 hectares. E algumas situações com conflitos com posseiros (Entrevistado 1, representante da prefeitura municipal de São Desidério).

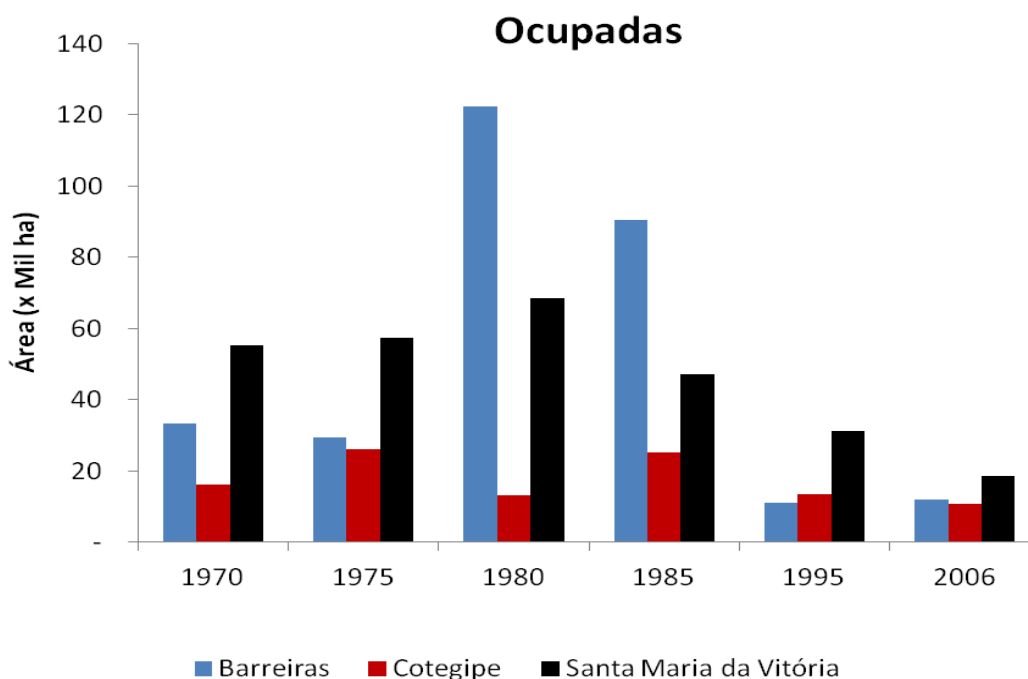
Interessante notar que mesmo sendo funcionários públicos, com funções importantes no poder local, os entrevistados trataram a grilagem – que na verdade se constitui como uma prática de falsificação – como algo comum, integrante da dinâmica fundiária do Oeste da Bahia, demonstrando a sua relevância no processo de expansão da fronteira agrícola na região. Assim, é possível indicar a grilagem de terras como uma das principais práticas que estão associadas às dinâmicas de violência na fronteira.

A Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR) realizou uma publicação sobre grilagem de terras na Bahia, identificando nove casos específicos de apropriação ilegal de terras, e, em todos eles, e particularmente de forma mais intensa nos casos da região Oeste, a grilagem traz consigo um processo violento (ou tentativa dele) de expulsão de trabalhadores de suas terras e territórios, de privatização das terras, e envolve ameaças, intimidações, destruição de bens e em alguns casos assassinatos (AATR, 2017). Em relato sobre a grilagem de terras de algumas comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto em Santa Maria da Vitória - BA, destaca a AATR

O processo culminou com a expulsão de famílias em Mutum e trouxe impactos significativos para o modo de vida das comunidades, pois algumas famílias deixaram de usar os 'gerais' e as que insistiam em soltar o gado conviviam com intimidações frequentes dos jagunços, chegando, em algumas situações a perder animais. Em Jacurutu, o fazendeiro já chegou com violência. Depois da compra de um quinhão de herança de 8 hectares, o mesmo contratou funcionários armados para residir na comunidade e os moradores desta passaram a conviver cotidianamente com ameaças, intimidações e proibições de utilizar a área de solta (AATR, 2017, p. 22).

Destaca-se também que os dados relativos à forma de relação com a terra são importantes indicadores de processos de conflitos, expropriação de camponeses e apropriação fundiária. As séries históricas dos Censos Agropecuários produzidos pelo IBGE demonstram, por exemplo, que as três microrregiões do Oeste da Bahia tiveram, entre 1980 e 2006 um decréscimo acentuado da área utilizada por ocupantes, ou seja, por pessoas cuja relação com a terra não estava mediada por um título jurídico de propriedade. Na microrregião de Barreiras houve uma redução da área utilizada por ocupantes em 87%, na de Santa Maria da Vitória em 61% e na de Cotegipe em 58%, como se pode perceber na figura 1, indicando um processo de privatização da terra, de transformação de um regime de posses em um regime de propriedade.

Figura 1- Área de estabelecimentos agropecuários utilizada por ocupantes (1970/2006)



Fonte: SANTOS e SANO (2015), elaborado com dados do IBGE/Censo Agropecuários (1970-2006)

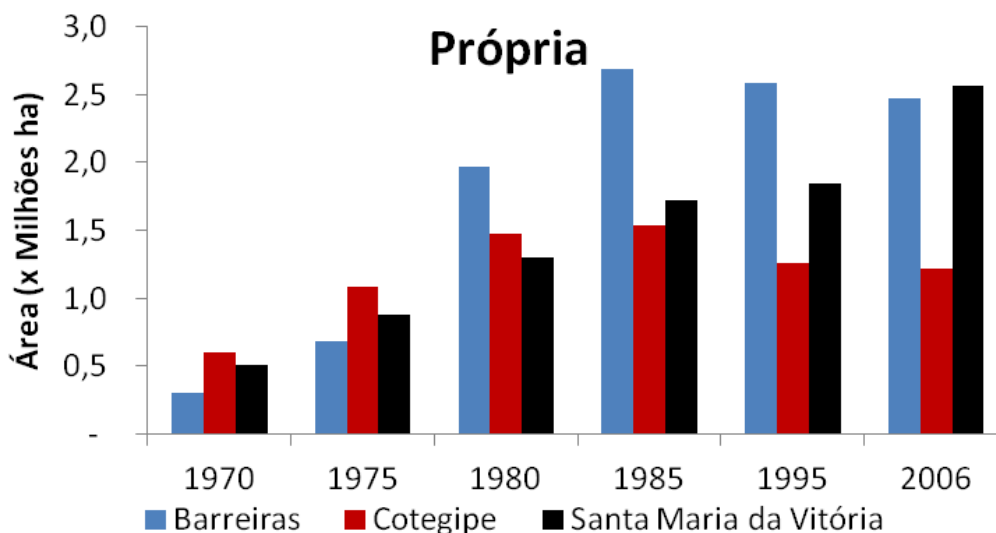
O regime de ocupação de terra por meio da posse no Oeste da Bahia esteve (e ainda está) calcado na criação coletiva e extensiva de animais, na pequena agricultura e na moradia, elementos que conformam o modo de vida tradicional das comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto da região. Estas comunidades, também conhecidas na região como geraizeiras, são caracterizadas pela prática da pecuária bovina em áreas de uso comum (as chamadas áreas de solta dos gerais), sendo que a criação se assenta nas pastagens naturais do cerrado e nas aguadas (ou brejos) nos períodos de estiagem do ano, nos quais não é possível alimentar o gado através das pastagens plantadas:

No caso do Oeste da Bahia, há séculos os camponeses ali se instalaram nas terras devolutas, praticando a pequena agricultura. De modo geral, nos fundos de vale se apropriavam de parcelas para uso familiar onde cultivavam alimentos para o sustento da família e excedentes para comércio. Nas áreas mais elevadas, onde praticam a pecuária, a apropriação, de modo geral, se faz pelo uso comum da terra, nas soltas, concentradas mais próximas às comunidades e nos fechos de gerais, quando localizadas ou nos interflúvios dos afluentes ou nos chapadões, onde se localiza a maioria das nascentes que formam os rios da região (SOBRINHO, 2012, p. 90)

Estas áreas ocupadas em regime de posse foram, principalmente após a década de 1980, incorporadas à dinâmica da agricultura moderna, assumindo a condição de propriedade privada, seja legal ou ilegalmente (através da grilagem, como visto). Os dados dos Censos do IBGE

acerca das áreas de estabelecimentos agropecuários utilizados por proprietários também demonstram o aumento crescente do regime de propriedade na agricultura, com destaque para a microrregião de Santa Maria da Vitória, onde se insere o município de Correntina.

Figura 2 – Área de estabelecimentos agropecuários utilizada por proprietários (1970/2006)



Fonte: SANTOS e SANO (2015), elaborado com dados do IBGE/Censo Agropecuários (1970-2006)

Este processo de transformação do regime de ocupação da terra no Oeste da Bahia (de posse para propriedade) está intimamente relacionado com o avanço da fronteira agrícola, particularmente, da frente pioneira, no qual a valorização do ativo terra se evidencia como um fator fundamental. Destaca-se que o incremento do regime de propriedade da terra não pode ser dissociado, portanto, da expropriação dos posseiros e ocupantes de suas terras e da apropriação das mesmas pela dinâmica da moderna agricultura.

Percebe-se, então, no Oeste da Bahia, um movimento de ocupação, pela frente pioneira, daquilo que já estava ocupado pela frente de expansão e por ocupações originárias, gerando um processo de sobreposição das frentes e, provocando a intensificação dos conflitos. E este não é, obviamente, um movimento que ocupou todos os espaços, permanecendo no cerrado diversos povos e comunidades tradicionais, que resistindo ao avanço do agronegócio, o qual pode ser encarado como um movimento de frente pioneira, também compõe a perspectiva multiterritorial do cerrado.

Para Becker (1998), a expansão de fronteiras envolve a construção de novas representações para uma determinada região, a qual, com sua carga simbólica e material, está

associada à implementação de um sistema de desconstituição de relações sociais e econômicas existentes anteriormente no território. Este movimento, de encontros e confrontos de territórios dinâmicos e contraditórios, é provocador de conflitos.

No caso do Oeste da Bahia, o avanço da frente pioneira teve como protagonistas, além do Estado, organismos multilaterais e grupos empresariais nacionais e internacionais, agentes econômicos oriundos do sul do Brasil, genericamente conhecidos como “gaúchos”. Haesbaert, tratando sobre o ‘(des)encontro’ entre “baianos” e “gaúchos” na região do Oeste da Bahia, destaca a dimensão do confronto entre estas duas identidades. O autor afirma que se trata de um encontro inédito entre dois extremos da formação social brasileira: generalizando, o grupo mais influenciado pela cultura europeia, os sulistas descendentes de italianos e alemães, e o mais influenciado pela cultura africana e “cabocla”, os “baianos”, o que é um fato gerador de intensos conflitos (HAESBAERT, 2008, p. 368). Há um processo em que sulistas, associados a uma dinâmica capitalista, impõe no território baiano a transposição dos seus lugares e, fundamentados na ideia de ‘mito fundador’, constroem a argumentação de que o território do Oeste da Bahia surge (em grau de importância local e global) a partir da sua chegada, promovendo um confronto de territorialidades que tem raízes embasadas no racismo.

O único entrevistado do segmento empresarial, de origem “sulista”, apesar de ter chegado no Oeste da Bahia na década de 2000, tem uma concepção muito definida do que representava esta região nas décadas de 1970/1980, que reproduz a lógica de que o Oeste da Bahia era um “não lugar” antes da chegada dos “gaúchos”:

Há 30 anos aqui não tinha nem moradores. Veja que é uma região, vamos falar de uma cidade como essa, construída na mesma lógica de Brasília. O pessoal 100% de fora construiu uma dinâmica de uma região que no início não tinham nem moradores no local.

(...)

Nesses vazios aí não tinha muito o que conviver, a não ser com a agricultura que veio aí depois da conquista do cerrado brasileiro. Então, o começo de conversa de uma região como essa do Matopiba, que é do Brasil central, é tudo depois do entendimento de como trabalhar a agricultura moderna e mecanizada em solos do cerrado, que foi o movimento que começou com os europeus, que passou pelo Rio Grande do Sul em busca de terras e veio a cultura da soja como a mais prática e dinâmica cultura agrícola pra abertura de áreas, aí veio toda a conquista do Paraná, Mato Grosso, Goiás, Bahia.

(...)

É um pessoal que tem sangue de ir para uma área nova, como vão pro Piauí, e pegar 10 mil hectares e passar o mês inteiro derrubando o cerrado e plantando lá no meio com as onças. Aquele perfil que ‘eu vou desbravar, começar’, tá no sangue. Eu falo da gauchada que veio lá da Europa, que não tinham o que fazer e foram lá pro fim de mundo chamado Brasil e chegaram no sul do Brasil e pegaram aquela história toda da imigração italiana e alemã, que foram pro Rio Grande do Sul. Expulsaram eles do barco lá em Porto Alegre e mandaram pra Serra Gaúcha, a 200km mata adentro, lá há 150 anos, que é onde começou tudo isso. Derrubando

matas que só tinham árvores que ninguém abraçava. Tá no sangue isso de pegar derrubar aquelas matas enormes e aqui no cerrado tudo pequenininha, olha a vantagem! Tá no sangue deles começarem áreas novas. Quem está vinculado à soja faz (Entrevistado 2, representante da Aprosem).

Portanto, um dos elementos que marca o movimento de fronteira é a construção da concepção de que o lugar “conquistado” era um grande vazio, que começa a existir, em grau de importância política econômica e social a partir da chegada dos “conquistadores”, e, neste sentido, o conflito assume uma dimensão fundamental. Quando Martins (1996) conceitua fronteira, se refere à “história da destruição”, mas, com resistência. Por isso, trata este movimento como um processo que envolve lutas sociais e, mais que isso, lutas étnicas. O elemento central para definir o movimento de fronteira no Brasil, segundo o autor, é o conflito social. Por isso, a fronteira como o lugar da alteridade, como o lugar do encontro (ou do confronto, para ser mais realista). Esse “desencontro” na fronteira é, tanto o desencontro em razão de diferentes concepções de mundo, como um desencontro de diferentes tempos históricos.

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica do nós. Quando a História passa a ser a nossa História, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou. (MARTINS, 1996, p. 27)

Quando Martins destaca os desencontros de tempos históricos, está se referindo à coexistência conflituosa de tempos históricos desiguais, que podem expressar diferentes modos de produção ou insuficiência de elementos para a configuração do modo de produção capitalista, mas que são, ao mesmo tempo, contemporâneos. Trata-se, para o autor do “desencontro de tempos históricos contidos nas relações sociais reais, como expressão da diversidade na unidade, própria da sociedade capitalista moderna” (MARTINS, 1996, p. 33). Destaca-se que história não é entendida como passado, mas como construção do presente, como construção de possibilidades.

A diferença das relações descompassadas historicamente fica mais evidente na sobreposição das frentes, como acontece no cerrado baiano, e, neste sentido, a diferença é encarada como atraso. Isso não significa que o capital não ocupe todos os espaços e que não construa com ele relações. É possível a sobrevivência de povos indígenas, povos tradicionais, camponeses pobres na dinâmica da frente pioneira, mesmo que de modo precário, confinados nas terras de menor interesses do capital, se integrando (ou não) na lógica da agricultura de

mercado e isso é razão provocadora de conflitos. Essa diversidade na fronteira indica a impossibilidade do uso das categorias ‘frente de expansão’ e ‘frente pioneira’ como instrumentos classificatórios. A frente de expansão (não necessariamente motivada de forma central por interesses econômicos) não pode ser encarada como uma etapa da frente pioneira. Diferentemente, Martins a situa como expressão da contradição.

As tensões e os conflitos que se expressam no processo de expansão das fronteiras tem na disputa pela terra fundamento importante (MARTINS, 1972) e no Oeste da Bahia esta dimensão é central, como visto. Uma das características tanto da frente de expansão, como também das ocupações originárias, é o fato delas se assentarem na posse da terra, de terem como sujeitos protagonistas os posseiros e também as comunidades e povos originários que não têm a propriedade privada da terra como mediadora de suas relações com o território. Com a frente pioneira é diferente.

O ponto chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. (MARTINS, 1972, p. 108)

É a propriedade da terra e, principalmente o modo utilizado para obtê-la, - a compra – que marca a expansão da frente pioneira e que fundamenta os conflitos. Não são apenas os antagonismos em torno do moderno/arcaico, ou mesmo das relações capitalistas/não capitalistas, que são explicativos das tensões geradas pela expansão da fronteira do tipo frente pioneira. O que configura o processo de avanço do capitalismo no campo no Brasil de acordo com Martins (1972, p. 112), “a instauração da propriedade privada da terra”.

A prevalência do regime de propriedade privada da terra no contexto de expansão da frente pioneira, em detrimento da ocupação histórica de posseiros e povos originários, para se efetivar demanda necessariamente a mediação da violência. Segundo Foweraker, a luta pela terra é quase sempre violenta, sendo a violência “parte integrante da luta, mediando-a tanto quanto resultando dela” (FOWERAKER, 1981, p. 42). Para o autor a violência se manifesta como um mecanismo “substituto” para “resolver” as situações de conflitos e disputas por terras e pode existir fora do alcance da lei, mas também ser fruto das interferências estatais e institucionais na fronteira e, ao mesmo tempo, estar relacionada com fatores econômicos – a materialização da acumulação primitiva. Enquanto se perpetuam as demoras e confusões legais acerca da propriedade das terras, a violência é manifesta e a acumulação continua (FOWERAKER, 1981).

O Estado, portanto, não pode ser alijado da análise sobre a violência na fronteira. Foweraker ressalta que na luta pela terra o camponês se confronta tanto com os “outros” (que na lógica da frente pioneira estão representados pelos agentes econômicos individuais ou empresariais) quanto com representantes públicos e agentes estatais e, neste sentido, a violência se sustenta muitas vezes com amparo da lei e da burocracia. O Estado, por deter o controle último da força em um determinado território, está necessariamente vinculado às práticas de violência que acontecem na fronteira, sejam elas públicas (principalmente através da atuação da polícia) ou privadas. A atuação da lei, dos aparelhos de Estado, complementa a violência, ao passo que a legitima através da coerção direta do Estado, e também à medida que tolera e impulsiona a violência privada, quando esta é voltada à “apropriação do valor” (FOWERAKER, 1981, p. 232).

A dimensão específica do conflito e como ele está associado às disputas de poder em torno do acesso e domínio da terra e dos recursos naturais e aos processos públicos e cotidianos de resistência será trabalhada em momento específico. No entanto, entende-se que na análise acerca do avanço da fronteira agrícola no Oeste da Bahia, principalmente em sua face de frente pioneira, a discussão sobre violência e como ela se vincula à expropriação de terras e territórios de camponeses na região não poderia deixar de ser abordada. Afinal, como dito, a existência da fronteira agrícola pressupõe o conflito e, em decorrência dele, a violência se mostra como um dos mediadores principais.

Pensando especificamente o cerrado baiano, ressalta-se que a violência associada à disputa pela terra e aos chamados conflitos agrários marcou o processo de modernização da agricultura, que tem como característica fundamental o fato de ter mantido (e muitas vezes aprofundado) o caráter conservador da estrutura agrária e de se alicerçar na grilagem de terras públicas e expropriação de camponeses. Como será melhor destacado adiante, entende-se que o processo de expansão de fronteiras no Oeste Baiano não se esgotou, havendo, na atualidade, um novo movimento de fronteira que está relacionado com o fortalecimento da territorialização do agronegócio na região, e materializado na implementação do PDA Matopiba.

A expansão de fronteiras no Oeste da Bahia gerou (e tem gerado) transformações profundas no território, as quais se expressam no fenômeno denominado ‘territorialização do agronegócio’, o qual está essencialmente amparado na apropriação dos recursos naturais e da terra. Isso significa dizer que à medida que a expansão de fronteiras no cerrado baiano se concretiza através da apropriação e fragmentação dos espaços ela também se constitui como um dos elementos que compõe a territorialização do agronegócio no Oeste Baiano.

O novo movimento de fronteira tem como suporte o processo de territorialização do agronegócio na região e está também vinculado com a busca desenfreada pela apropriação de terras e recursos naturais no contexto das crises confluentes pós 2008 como será melhor desenvolvido. Entende-se que, além da intensificação da busca por terras, este novo movimento é marcado pela apropriação das águas de modo determinante. Além de envolver a intensificação no processo de captura de terras, caracterizado pelo aumento exponencial de transações envolvendo compra e venda e também por intensa expropriação de terras de camponeses e povos originário e tradicionais, abrange também um importante fenômeno de captura de águas.

Neste sentido, assim como foi ressaltado por Martins a conversão da terra em propriedade capitalista como característica da frente pioneira e fonte de tensões e conflitos sociais, há que se destacar, neste atual movimento de expansão de fronteiras no cerrado baiano, a apropriação das águas e a intencionalidade da sua conversão em propriedade capitalista, em mercadoria. Supõe-se que a compreensão da apropriação das águas, que por sua natureza correm e atravessam caminhos e estruturas, como espaço de expansão geográfica para a reprodução do capital nos faz pensar em uma dimensão de espaço para além de um lugar específico, localizado e determinado.

1.3. A territorialização do agronegócio no Oeste Baiano e o movimento atual de fronteira materializado no Matopiba.

Os cerrados baianos têm vivenciado na atualidade, principalmente no período pós 2015, um novo movimento de fronteira, do tipo frente pioneira, materializado no PDA Matopiba, que pretende ocupar os espaços e territórios ainda não inseridos na lógica da agricultura moderna do agronegócio. E é justamente neste movimento do Matopiba que a apropriação das águas assume um papel central, se constituindo como fator essencial na expansão da fronteira e na territorialização do agronegócio neste bioma. No entanto, antes de adentrar a discussão específica sobre o Matopiba e o novo movimento de fronteira, entende-se importante trazer alguns apontamentos específicos sobre a territorialização do agronegócio e como ela se expressa no Oeste da Bahia.

O processo de modernização da agricultura discutido no item anterior, principalmente em se tratando das regiões de cerrado, envolve, além da perspectiva de expansão das fronteiras, também a modernização territorial, corporificada pelo fenômeno da territorialização. Inocêncio (2010, p. 119) ressalta a diferenciação entre modernização territorial, “compreendida como um

conjunto de elementos capaz de criar uma nova configuração territorial”, sejam eles um “sistema de ações”, a relação entre objeto natural e “agentes territoriais” ou mesmo o Estado, e modernização da agricultura, que envolve a expansão de fronteiras, se refere à transformação técnica e industrial da agricultura com a injeção e articulação de capitais, em sua maioria “capitais facilitados pelos projetos de colonização públicos e privados em uma parceria entre Estado e capital”.

As transformações impostas ao cerrado baiano envolvem tanto a modernização territorial quanto a modernização da agricultura, estando presentes um processo de reestruturação produtiva do capital, a expansão das fronteiras, uma reordenação do território, tanto em aspectos físicos, sociais, políticos e econômicos, como com impacto à dimensão do território do “povo cerradeiro”. Estas transformações territoriais, voltadas para a dinâmica da acumulação, culminam na territorialização do agronegócio (e, ao mesmo tempo, são também reflexo dela), e têm a apropriação e a expansão de fronteira como instrumentais fundamentais. Assim como a expansão das fronteiras é instrumento para as transformações territoriais, estas mesmas transformações são alicerces para a construção da territorialização do agronegócio.

Para entender o processo de modernização territorial e, em consequência, a territorialização do agronegócio é importante compreender o território como um espaço (físico, social, econômico, cultural) de poder, sendo que a sua construção implica tanto em uma perspectiva de apropriação (dimensão mais simbólica, impondo novas formas de uso) como de domínio (político-econômico que se perfaz de maneira mais concreta, objetiva e funcional) (HAESBAERT, 2004). Neste sentido, para Haesbaert, a territorialização se constitui como um sistema de dominação e apropriação do espaço, buscando controlar processos produtivos, produzir e impor novos significados e novas territorialidades, sufocando outras possibilidades de reapropriação, mas também constituindo multiterritorialidades, que seriam a “sobreposição de territórios hierarquicamente articulados”.

Para a definição de territorialização, Haesbaert (2014, p. 57-58) se apoia no conceito de território e o concebe como um espaço que não é apenas natural, e nem somente político, econômico e cultural. O território é construído a partir da interação entre a sua representação, a sua construção simbólica, e a sua materialidade, a qual se efetiva a partir da apropriação e domínio de espaços, ou seja, ele “nasce com uma dupla conotação, material e simbólica”. A concepção de Haesbaert do território a partir da interação entre apropriação e domínio está apoiada em Lefebvre, que concebe o espaço e o território como uma construção social, “concebido, percebido e vivido”, e que distingue o domínio (forças que objetivam controlar e

dominar o espaço, de maneira jurídico, política e institucional, a partir da imposição de uma determinada ordem estabelecida) de apropriação (forças que se relacionam e que disputam a construção das formas de uso do espaço, que vão desde as elites até as comunidades).

Importante destacar também que para Haesbaert (2014), o foco da construção do território está nas relações de poder, e, por essa razão, ele é múltiplo e complexo. As dinâmicas de territorialização, para o autor, são de “mão-dupla” e, neste sentido, para compreendê-las, deve-se passar pela percepção de quem são os sujeitos que efetivamente exercem o poder e controlam o território e como se dão as relações sociais (e de poder) que o constituem. Neste sentido:

Enquanto *continuum* dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através do múltiplos sujeitos envolvidos – tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas subalternas de resistência -, pois poder sem resistência, por menor que ela seja, não existe. (HAESBAERT, 2014, p. 59)

No que diz respeito ao controle dos recursos naturais, Haesbaert (2014, p. 60), o associa à dimensão funcional (material) do território. Segundo o autor, a tendência da sociedade moderna capitalista é conceber o território a partir da sua perspectiva funcional, pois tem o objetivo de controlá-lo para a extração e produção do valor tanto a partir da especulação e monopolização da terra e do seu preço quanto a partir dos recursos naturais a ela associados. Com fundamento em Milton Santos, o autor faz a distinção do território como recurso, que seria a perspectiva dos atores hegemônicos, compreendendo-se como um meio para se chegar a um determinado fim e o território como abrigo, que o compreende como um fim a si mesmo e estaria relacionado à perspectiva dos atores subalternizados.

Uma outra dimensão importante do território é a sua dinamicidade, na qual se agrega a ideia de movimento – em contraposição a uma ideia de fixação absoluta –, de descontinuidades, de conexões, de redes, de poder e de diversidades. É com base nesta compreensão que Inocêncio (2010, p. 59) analisa o contexto sócio-espacial dos cerrados, principalmente após a década de 1980, onde há um “acirramento das relações econômicas/comerciais e o capital expande-se, rompendo fronteiras e sobrepondo-se aos interesses nacionais”. A dinamicidade do território relaciona-se diretamente com a ideia de expansão de fronteiras.

Tratando especificamente sobre territorialização do agronegócio, Campos (2011) considera que a mesma ocorre à medida que segmentos da sua complexa articulação de capitais, de técnicas associadas aos processos de trabalho, se apropriam dos espaços e territórios. Um

determinado espaço torna-se território do agronegócio quando seus agentes – seus segmentos – , através do poder político e econômico, determinam os seus usos e funções, adequando as decisões políticas (locais e nacionais) a seus interesses, controlando o mercado de trabalho, atraindo ou excluindo investimentos estatais e de outros setores econômicos e dominando os recursos naturais existentes.

A conformação de um “novo” território no cerrado baiano envolve também a imposição de uma lógica de racionalização e padronização associada à tecnologia e à modernização, que se configuram como critérios para a criação de uma “outra” regionalização, para a construção de um “outro lugar” que se contrapõe à ideia de um lugar arcaico ou mesmo de um não-lugar. A busca pela “ordem” e pelo controle é elemento importante no surgimento dos “novos territórios” da agricultura moderna, e este “surgimento” está aliado a uma dinâmica moderna e eurocêntrica, vinculada à perspectiva atual de globalização. Como objetivo deste processo está a garantia de maior rapidez no ciclo de reprodução do capital. Há uma ligação direta entre redes voltadas para a promoção dos fluxos (de produtos e capitais), forma, racionalidade, padronização, tecnologia (elementos que integram a territorialização do agronegócio no cerrado baiano), maior domínio das condições naturais, da natureza, e maior velocidade na rotatividade do capital. Estes elementos interrelacionados e integrados compõe uma “rede hierárquica de fluxos comandada a partir do exterior” transformando o cerrado e reconfigurando territórios (HAESBAERT, 2008, p. 374-375).

A territorialização do agronegócio no Oeste da Bahia trata-se, em síntese, da reestruturação daquele lugar a partir do espraiamento de uma perspectiva advinda do centro-sul, que tem conexões com interesses globais. Pela natureza das empresas, pela origem dos capitais investidos e pelas formas de organização social que se impõe, trata-se de uma incorporação do cerrado baiano pelo agronegócio. O interesse é o espaço e não o território. Com o espaço “cerradeiro”, o agronegócio impõe seu território, a partir da apropriação e domínio. Portanto, este processo é resultado da constituição histórica e econômica do agronegócio enquanto hegemonia e das disputas de poder relacionadas tanto com a compreensão do significado do território como com a apropriação de terras e recursos naturais.

O termo agronegócio, usado para cunhar atualmente o modelo hegemônico da agricultura brasileira, é bastante complexo, e esta complexidade está refletida nas suas diversas concepções. Delgado (2013) trabalha o “agronegócio” a partir da expressão “economia do agronegócio” e o associa à existência de um “pacto de poder” firmado (e reafirmado) a partir dos anos 2000, que tem como elementos centrais a extração da renda da terra e a sustentação

política e econômica no Estado. A “economia do agronegócio” se traduz em uma estratégia hegemônica moderna e se opõe, pelo menos no âmbito discursivo, ao dito latifúndio improdutivo.

Delgado (2013, p. 62) evidencia a dimensão da “reestruturação da economia do agronegócio nos anos 2000”, como algo que se reconstrói, e, ao mesmo tempo, se reafirma, se readaptando a um novo contexto. Ressalta que a “economia do agronegócio” surge a partir da reestruturação do sistema de cadeias agroindustriais, se materializando como a “soma dos negócios no e com o agro” e tem como suporte estrutural o Estado. Para o autor o movimento de reestruturação da economia do agronegócio está vinculado à expansão, a nível mundial, das *commodities* e crescimento exponencial das exportações brasileiras.

O movimento que constitui o agronegócio como projeto político e econômico para o campo brasileiro, apesar de ter raízes históricas anteriores, tem como marco, segundo Delgado, a grave crise cambial do fim da década de 1990 e demarca a “construção de um novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola”. Este “novo” projeto de acumulação está vinculado à implementação de uma “estratégia de capital financeiro na agricultura”, que tem como peças fundamentais, o mercado de terras, o sistema de crédito rural, os complexos agroindustriais e o Estado, todas estruturalmente organizadas em um “pacto de economia política” e voltadas para a efetivação de um plano econômico de comércio exterior (DELGADO, 2012, p. 89-93).

Além destes aspectos, Delgado (2013) ressalta que a “economia do agronegócio” se impõe enquanto hegemonia, mas diferentemente de modelos anteriores, a imposição desta hegemonia não se dá apenas “pelo alto”, e conta com aparatos ideológicos fundamentais. Entre eles estão a bancada ruralista no poder legislativo, um grupo de mídia atrelado a seus interesses, e a burocracia estatal capaz de garantir acesso a crédito e a outras políticas de subsídio, fomento e sustentação, entre outros.

Para Heredia, Palmeira e Leite (2010), a construção do que eles denominam de “sociedade do agronegócio” é resultado de um processo histórico, cuja a relação entre modernização, tecnologia e agricultura está necessariamente imbrincada. Segundo os autores, essa relação histórica pode ser remontada ao século XIX, mas é a partir da década de 1970 que a oposição entre agricultura moderna/indústria rural e práticas tradicionais de agricultura se fortalece. Preocupados em identificar “que tipo de sociedade (no sentido mais amplo do termo) existe ou se está produzindo dentro e em torno do agronegócio”. (HEREDIA, PALMEIRA E LEITE, 2010, p. 161), a partir da compreensão de como se articulam as posições e oposições que forjam a chamada “sociedade do agronegócio”, os autores destacam que o agronegócio

(termo cunhado no contexto da intensificação das exportações de *commodities* – o chamado “*boom das commodities*”) se expressa na prevalência da dimensão econômico-industrial – tanto em relação aos insumos como em relação aos produtos – em detrimento da agrícola.

No entanto, para os autores, na compreensão da “sociedade do agronegócio”, este não é o único fator a ser destacado. É necessário evidenciar a dimensão empresarial, se opondo, de certa forma, à ideia clássica de latifúndio, cuja produtividade e eficiência poderiam ser facilmente questionáveis. Estes elementos, além do *boom* das exportações de *commodities* e a articulação e integração de capitais, bases para a emergência do “negócio” delinearam o cenário para o surgimento da expressão agronegócio. Além disso, destacam a dimensão expansionista do agronegócio, principalmente para as regiões de fronteira agrícola, com evidência para os Cerrados e Amazônia, ressaltando o domínio das principais multinacionais do setor nestas regiões, e a participação agressiva do capital estrangeiro (HEREDIA, PALMEIRA E LEITE, 2010).

Neste processo expansionista, Heredia, Palmeira e Leite (2010) chamam atenção para a hegemonia dos “de fora” na construção da “sociedade do agronegócio”, indicando que as interações entre os de fora e os do lugar são extremamente complexas e variam nos mais diversos contextos. Evidenciam também o papel do Estado, através de incentivos e apoio institucionais que incidem de forma direta nas políticas cambiais, de comércio exterior, tributárias e salariais. Então, para se compreender o agronegócio, é necessário se atentar para a análise das políticas (e seus instrumentos) efetivadas pelo Estado, pois elas criam as bases para a sua expansão e para o alívio das tensões necessariamente vinculadas a essa expansão e são fundamentais para viabilizar as transformações que conformam a “sociedade do agronegócio”.

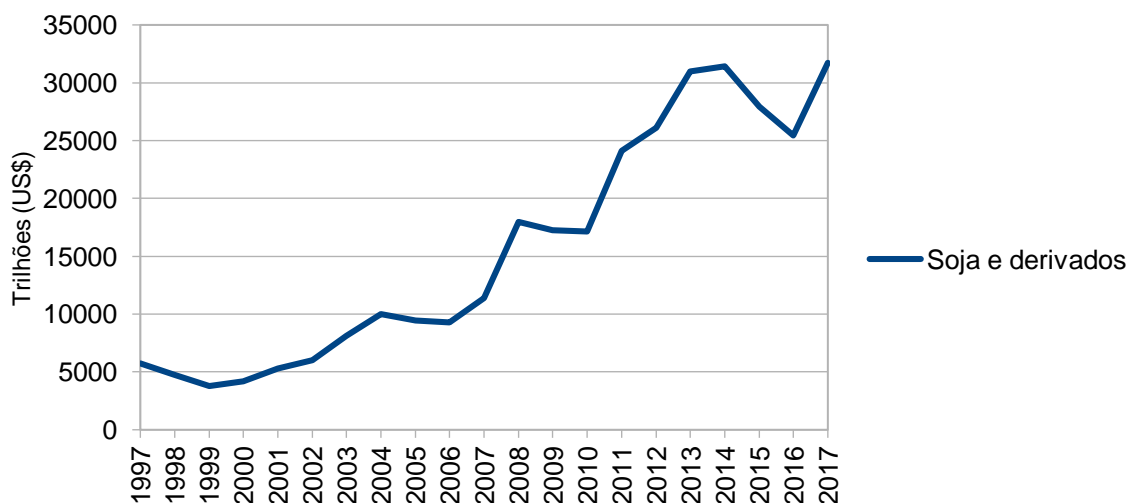
Neste sentido, tomando como base estas referências, percebe-se que são vários os elementos que, associados, conformam o entendimento do termo agronegócio e que fazem dele algo mais amplo e mais complexo do que um modelo uniforme e homogêneo de agricultura. Ou seja, a associação dos elementos já citados (modernização tecnológica, ampla e controlada integração industrial e de capitais, apoio e sustentação estatais, perspectiva primária exportadora intensiva, monopólio expansivo e intensivo de territórios e recursos naturais) como um sistema orienta a compreensão do agronegócio como um projeto político e econômico.

Em termos concretos, a consolidação do projeto político e econômico do agronegócio está atrelada, como dito, ao contexto de *boom das commodities* e do significativo aumento das exportações de gênero primários. Delgado (2012, p. 95) destaca que a década de 2000 representa a opção brasileira pela via exportadora primária, quando houve um aumento do valor

médio anual das exportações que de 50 bilhões de dólares referente ao período 1995/96 cresce para aproximadamente 200 bilhões de dólares no fim da década de 2000, com destaque para a exportação de produtos primários (a exemplo dos grãos), que sobe de 25% para 45% em 2010, indicando que estes dados demonstram um processo de “reprimarização” e “especialização” do comércio exterior.

A título de ilustração, mostra-se aqui a figura 3, referente à evolução da exportação brasileira de soja (uma das principais *commodities* exportadas), produzido com base nos dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, que demonstra o aumento considerável do valor das exportações na década de 2000, com certa estabilidade até o ano de 2008, quando há um decréscimo importante que permanece até o período de 2011, quando as exportações voltam a crescer, mas com certa instabilidade, já que em 2013 há uma nova queda significativa. A instabilidade pós 2008 está relacionada com o contexto de crise mundial e indicam, segundo Delgado (2012, p. 97), um alto “custo de remuneração ao capital estrangeiro”, custo este que sinaliza a inviabilidade da lógica de ‘vantagens comparativas’ das exportações de bens primários como solução do desequilíbrio econômico externo.

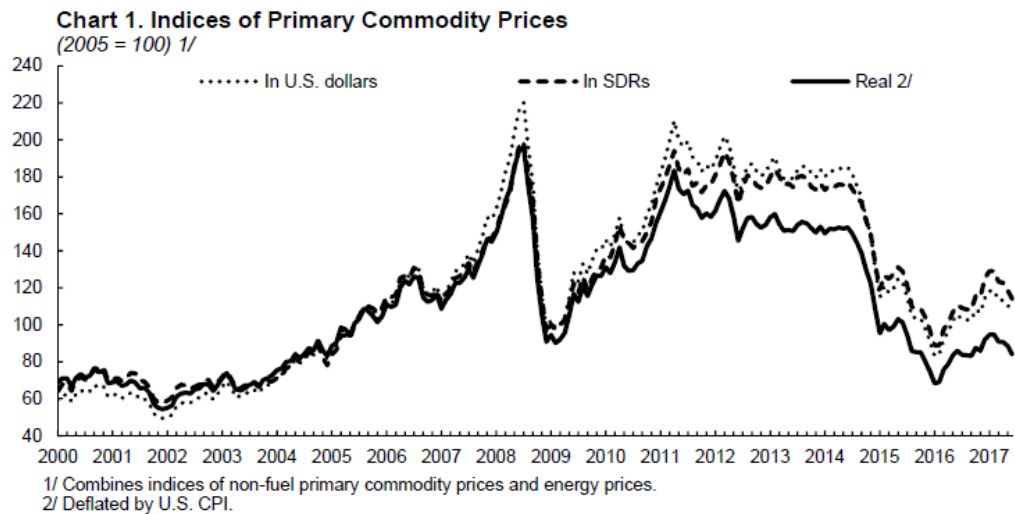
Figura 3 – Exportação brasileira de soja e derivados (1997/2017) em Trilhões US\$ FOB



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Organização: Joice Bonfim

Outro fator que está associado à consolidação do projeto político e econômico após a década de 2000 é o aumento do preço mundial das *commodities* a partir deste período. Este movimento de variação dos preços das *commodities* é monitorado pelo índice de preços do Fundo Monetário Internacional e pode ser verificado na figura 4:

Figura 4 – Variação dos preços internacionais de *commodities* (2000/2017)



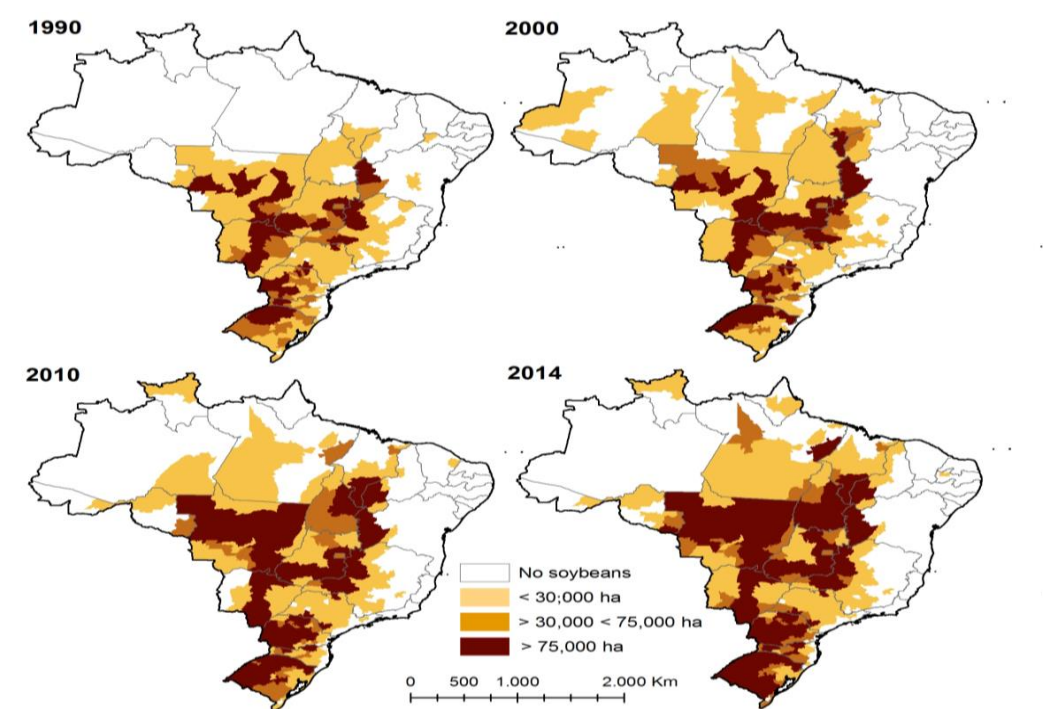
Fonte: Fundo Monetário Internacional (2018)

Identifica-se, portanto, um aumento crescente dos preços das *commodities* a partir de 2002 até o ano de 2008, havendo uma queda brusca que permanece até o ano de 2009, quando se inicia um novo ciclo ascendente, durando até 2011, quando parece se encerrar, pois a partir deste período se inicia um movimento de queda contínua dos preços. Flexor e Leite (2017) apontam que entre as razões explicativas para os chamados “superciclos” das *commodities*, está o aumento da demanda a nível mundial, sobretudo da China em decorrência do crescimento econômico deste país, que começa a estagnar justamente no período de queda dos preços. No entanto, ressaltam também que há variáveis financeiras atreladas à dinâmica de movimento de preços, já que a subida de preços reflete o comportamento dos mercados financeiros e a inclusão das *commodities* na lógica que guia estes mercados. E, neste sentido, a indicação de fim dos “superciclos” está também relacionada a estratégias financeiras.

Os referidos autores destacam também que o contexto de boom das *commodities* promoveu um importante aquecimento no mercado de terras dos países produtores (ou potencialmente produtores), provocando um aumento significativo também no preço das terras e gerando uma corrida mundial para aquisição e alocação de capitais na produção de alimentos, como se verá em seguida. Além disso, como já era de esperar, o *boom das commodities* também provoca um aumento da sua produção tanto em nível quantitativo/intensivo (toneladas), quanto também em nível geográfico/expansivo (hectares), o que se reflete também na dinâmica de exportações.

Tomando com exemplo a soja, Flexor e Leite (2017) indicam, com base nos dados do IBGE, que houve um aumento na produção do grão de 197,6% entre 2000 e 2015 e que este aumento se expressa também em dimensões territoriais, havendo um verdadeiro espraiamento da produção de soja no Brasil, com destaque para as regiões de cerrado, como se pode perceber na figura abaixo:

Figura 5 – Avanço e concentração das áreas agrícolas com produção de soja no Brasil (1990-2014)



Fonte: Leite e Wesz Jr(2016) *apud* Flexor e Leite (2017), produzidos com dados do IBGE

De acordo com os mapas, o Oeste da Bahia se destaca como produtor de soja desde a década de 1990, mas seguramente é a partir dos anos 2000 em diante que esta produção (e também de outras *commodities*, como milho e algodão) assume maior expressão. Com a publicação dos dados preliminares referentes ao Censo Agropecuário de 2017 pelo IBGE, e comparando com os Censos anteriores, é possível perceber, no estado da Bahia, um relativo aumento da quantidade de terras (em hectares) utilizadas em lavouras temporárias (nas quais a produção de grãos se enquadra) e também uma redução considerável das terras destinadas para lavouras permanentes. Percebe-se, na tabela abaixo, que entre 1995/96 e 2017 houve um aumento de aproximadamente 33% na destinação das terras agrícolas para as lavouras

temporárias, uma redução de 23% para as lavouras permanentes. Além disso, associado a este processo de aumento das terras destinadas para lavouras temporárias, que indica maior presença da produção de *commodities* na Bahia, há um processo, entre 1995 e 2017, de intensificação da mecanização e, com ela, uma redução do emprego no campo. Houve, neste sentido, conforme tabela, uma ampliação de cerca de 51% no uso de tratores e uma contração de mais de 17% da ocupação no campo, o que contribui para a migração da população do campo e para a intensificação da concentração fundiária.

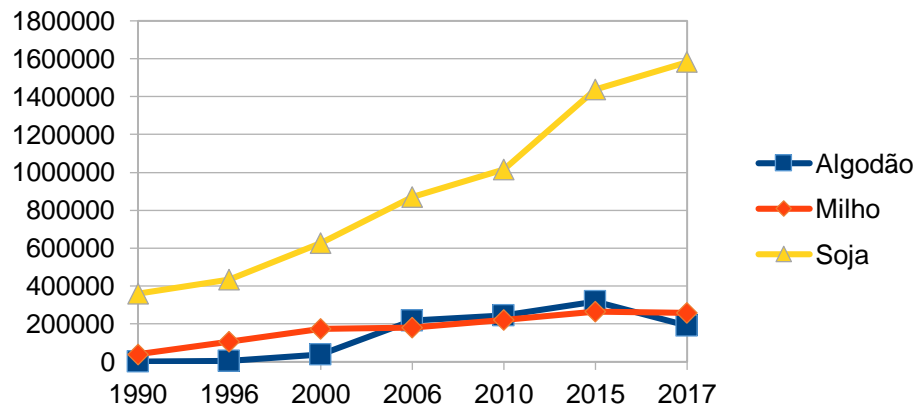
Tabela 1 - Comparativo entre os censos agropecuários. Utilização das terras, tratores e pessoal ocupado na Bahia (1975/2017)

Dados estruturais	Censos					
	1975	1980	1985	1995-1996	2006	2017
Utilização das terras (ha)						
Lavouras permanentes (2) (3)	972 047	1 389 819	1 604 300	1 348 743	1 688 667	1 033 499
Lavouras temporárias (3) (4)	1 691 534	1 947 456	2 555 923	2 541 086	3 517 050	3 376 439
Pessoal ocupado	2 518 925	2 662 835	3 202 485	2 508 590	2 326 437	2 078 469
Tratores	4 342	13 349	15 953	25 443	27 587	38 538

Fonte: IBGE (2017)

Apesar de ter havido um crescimento referente à utilização das terras para lavouras temporárias entre 1995/96 e 2017, percebe-se que na Bahia, entre 2006 e 2017 houve, na verdade, um ligeiro decréscimo. No entanto, importante notar que esta dimensão não se expressa no Oeste Baiano, já que o que se identifica entre 1990 e 2017 é o crescimento constante da quantidade de hectares colhidos com soja, milho e algodão (principais produtos integrantes da categoria de lavoura temporária), com exceção do ano de 2017, com pequena diminuição nas colheitas de milho e algodão:

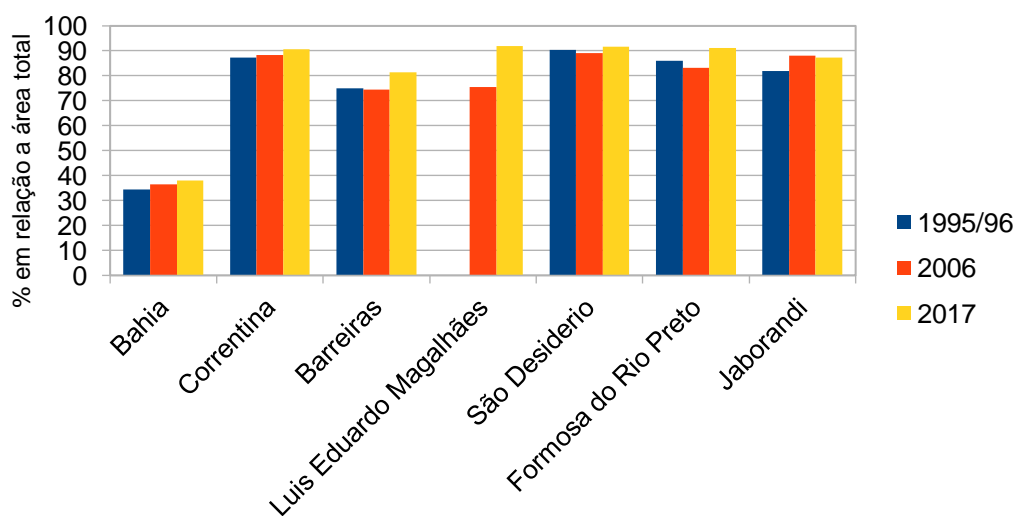
Figura 6 - Área colhida de soja, milho e algodão na Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia (1990/2017)



Fonte: IBGE(PAM). Organização: Joice Bonfim

Importante ressaltar também que a consolidação do projeto político e econômico do agronegócio se relaciona diretamente com a dimensão da concentração fundiária e da intensificação da monopolização da terra. Os principais municípios do Oeste da Bahia que estão calcados no agronegócio apresentam, por exemplo, um número absolutamente maior de área (hectares) ocupada por imóveis com mais de 1.000 hectares do que a média da Bahia, como pode ser observado na figura 7.

Figura 7 – Área ocupada por imóveis rurais com mais de 1000ha (1995/2017)



Fonte: IBGE (censos agropecuários). Organização: Joice Bonfim

A figura 7 mostra também que, em todos os municípios selecionados, entre 1995 e 2017 há um significativo aumento da área ocupada por latifúndios, indicando, como dito, a intensificação da concentração fundiária e da monopolização da terra. Neste aspecto, em 2017, se destacam os municípios de Correntina, onde as grandes propriedades (2,6% dos imóveis) ocupam mais de 90% da área dos estabelecimentos agropecuários, e de Luís Eduardo Magalhães³, onde os latifúndios são quase 20% dos imóveis rurais do município e ocupam 92% da área dos mesmos.

A leitura em torno dos dados levantados nas linhas anteriores indica um processo constante e crescente de expansão do agronegócio desde o início da década de 2000. Por mais que haja desde 2011 uma tendência de queda (e uma queda efetiva) dos preços das commodities, o cenário que se aponta é o de expansão, inclusive com a incorporação de novas áreas para a produção de grãos, para a intensificação, por meio do desenvolvimento de tecnologias que acentuam a exploração da terra e da natureza, da produtividade e para a produção de valor, seja através de uma dinâmica produtiva ou especulativa, como se verá em seguida.

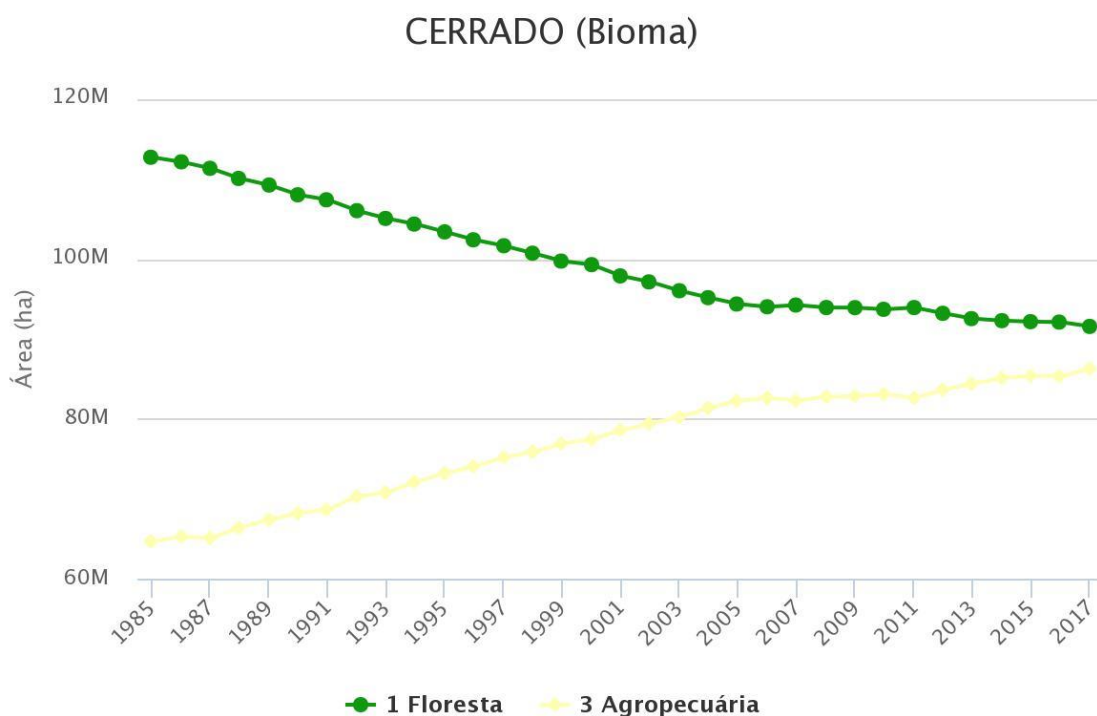
Neste sentido, entende-se que, mesmo em territórios que já vivenciaram processos intensos de transformações, de (re)construções, voltados para a reestruturação socioeconômica da agricultura numa perspectiva modernizadora e de consolidação do agronegócio, a expansão de fronteiras permanece sendo um instrumental para a continuidade e o fortalecimento destas transformações. No Oeste da Bahia a dinâmica de fronteira se constitui como um movimento também atual.

No contexto do projeto político econômico do agronegócio, o Cerrado brasileiro, considerado o berço das águas e principal reserva hídrica do país, continua assumindo dimensão estratégica para expansão das fronteiras e territorialização do agronegócio. Atualmente o cerrado brasileiro, que já conta com cerca de 52% do bioma devastado, é o principal território do agronegócio no Brasil e continua sendo a principal fronteira agrícola para a sua expansão. Conforme o MapBiomass⁴, entre 1985 e 2017 o cerrado brasileiro perdeu 18,8% de extensão das suas florestas ainda existentes, havendo, no mesmo período, um aumento de 34% na destinação da cobertura do solo do bioma (ha) para a agropecuária, como se pode ver na figura 8:

3 Não há dados referentes a Luís Eduardo Magalhães no Censo de 1995/96, pois o município somente foi criado no ano de 2000.

4 O MapBiomass é uma iniciativa multi institucional de sistematização e divulgação de informações sobre as transformações do território brasileiro a partir do mapeamento anual da cobertura e uso do solo.

Figura 8 – Cobertura do uso do solo do cerrado destinado à floresta nativa e à agropecuária (1985-2017)



Fonte: MapBiomias (2018)

Na figura 8, pode-se perceber que a diminuição da cobertura vegetal de florestal segue paralela e proporcionalmente à incorporação da agropecuária no bioma cerrado, o que indica que esta incorporação tem se apoiado, ao longo dos anos, no desmatamento das áreas de floresta, ou seja, na expansão para áreas ainda pouco intensivamente exploradas. Identifica-se que a diminuição da cobertura vegetal de floresta segue permanente desde 1985, mas é no período que vai de 1985 até 2001 que ela se dá de modo mais drástico, apesar dos dados anteriores demonstrarem que a expansão da agricultura moderna tem sido mais aguda após os anos 2000. Importante destacar que a expansão do agronegócio a partir dos anos 2000 além de estar calcada na incorporação de novas áreas de floresta (principalmente a partir de 2015, com o PDA Matopiba), envolve também a substituição das áreas de pastagem (muitas delas utilizadas de forma tradicional por comunidades que realizam a criação coletiva de animais nos gerais) pela agricultura⁵, e também no uso de tecnologias voltadas para o aumento da produtividade, a exemplo do uso intensivo da irrigação (como será melhor destacado no capítulo seguinte), da

5 Segundo o MapBiomias, entre 2002 e 2017 houve a diminuição de 8,5% das áreas destinadas a pastagem no bioma Cerrado.

mecanização e do uso de agrotóxicos. De qualquer modo, a perspectiva expansionista do agronegócio, a partir da lógica da fronteira, se constitui como continuidade.

Como forma de fortalecer essa expansão na atualidade, o Estado brasileiro criou, em 2015, por meio do Decreto nº 8.447/2015, uma nova regionalização denominada Matopiba cujo nome, como destacado na introdução, é formado pelas iniciais de quatro estados brasileiros: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, os quais integram (não em sua totalidade) a nova região delimitada, e que pretende expandir e consolidar o agronegócio em uma área de mais de 73 milhões hectares de terras sobre o bioma cerrado (91% da área total do projeto), e de partes da Amazônia e da Caatinga. Esta iniciativa é fruto de uma articulação e acordo de cooperação técnica entre o Inra e o Gite, vinculado à Embrapa. Destaca-se que mesmo após a extinção do Departamento de Desenvolvimento Agropecuário da Região Matopiba pelo presidente Michel Temer por meio do Decreto 8.852/2016, o PDA Matopiba continua em vigência, as ações relativas a sua implementação estão sendo desenvolvidas. Há, inclusive, em tramitação (em regime de urgência) no Congresso Nacional um Projeto de Lei Complementar (PLC 279/2016) que autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência de Desenvolvimento do Matopiba, o qual já foi aprovado nas Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).

Para a Embrapa, o Matopiba, “que surgiu como uma necessidade de diversos órgãos governamentais em 2013”, designa uma “realidade geográfica” e se caracteriza “pela expansão de uma fronteira agrícola baseada em tecnologias de alta produtividade”. Na perspectiva de se opor a uma “agricultura de baixa produtividade e pouca rentabilidade”, o PDA Matopiba objetiva “apoiar, monitorar e avaliar as políticas públicas e privadas”, além de estruturar “programas de pesquisa, de desenvolvimento e inovação” na região delimitada (MIRANDA et.al, 2014, p. 1-18).

Os critérios utilizados pela Embrapa para a delimitação da região, segundo a própria empresa, foram selecionados de modo a incluir e fortalecer “num território geograficamente coerente a agricultura moderna” e o “crescimento econômico decorrente”. Para isso, estabeleceu como critérios as áreas de cerrados dos respectivos Estados, a dimensão socioeconômica (principalmente aquela relativa à produção agropecuária), e a existência (ou potencialidade de expansão) da malha viária, logística e da infraestrutura do lugar (MIRANDA et.al, 2014, p. 9-10).

Importante destacar que a escolha do bioma cerrado para a delimitação do Matopiba demonstra a fortificação e agudização do projeto político e econômico desenhado historicamente para a região, que é o agronegócio. Além disso, evidencia que seus aspectos físicos e naturais (relevo, hidrografia, clima etc.) associados a outros elementos sociais e econômicos, conformam um espaço propício para a expansão do agronegócio e revela a ausência de neutralidade do ambiente “natural” e das ações do Estado (em articulação com a iniciativa privada). Mais do que a inauguração de um processo inédito, o Matopiba representa o reconhecimento da importância dessa região para a construção do projeto político-econômico do agronegócio.

Entende-se Matopiba como a delimitação de uma “nova” fronteira agrícola, que tem como viés relevante a execução e impulsionamento de políticas e ações públicas voltadas para a aceleração do crescimento da produção agrícola, inclusive através da incorporação de novas áreas; consolidação e incrementação de redes regionais de infraestrutura, transporte e serviços; o aquecimento do desenvolvimento de tecnologias voltadas a garantir maior produtividade e maior controle de variáveis físicas e ambientais. Trata-se, então, da criação de uma regionalização específica, voltada para empreender e implementar políticas públicas diferenciadas para a expansão do agronegócio e se configura também como “arranjo institucional”, termo cunhado por Leite e Delgado (2011) ao tratarem da política de desenvolvimento territorial.

A criação de novos arranjos institucionais, que certamente é fruto de negociações (e oposições) políticas, revela uma “diretriz de intervenção governamental”. Estes novos arranjos interferem em como os diversos atores sociais interessados (ou impactados) por eles se movimentam e se articulam diante da mudança e no processo de negociação e cobrança de políticas públicas. Traz reflexos nas ações de controle social, de manifestação pública, de interação entre os próprios atores e entre eles e as políticas já existentes ou mesmo a ser pleiteadas (LEITE e DELGADO, 2011). Ou seja, com o Matopiba a orientar a formulação e implementação de políticas públicas, os atores nelas interessados irão se movimentar, na perspectiva de garantir seus interesses (ou de demonstrar oposições) a partir dessa nova configuração. Se materializa como mais um instrumento para o agronegócio e para a oposição a ele.

O PDA Matopiba tem atraído investimentos de empresários que representam o grande capital nacional e internacional oriundos principalmente do Japão, China e Emirados Árabes que, contando com o apoio do Estado na concessão de crédito, nas pesquisas técnicas, na

flexibilização da legislação ambiental e agrária, na atitude comissiva diante da grilagem, no favorecimento de relações locais de poder, na realização de obras de infraestrutura, pretendem expandir e intensificar a territorialização do agronegócio no cerrado baiano. Segundo a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2018), o Matopiba apresenta condições ideais para o aumento na produtividade de grãos, pois permite aos produtores a extração tanto da renda diferencial I (relativa à localização, disponibilidade de recursos naturais – exemplo da água – e fertilidade do solo) quanto da renda diferencial II (obtida através da incorporação de capital intensivo/tecnologias às características específicas do solo, a exemplo dos sistemas de captação de água e irrigação). Para o autor, este fator colabora para o aumento do preço da terra e de seus ativos associados, tornando-se um negócio ainda mais vantajoso e lucrativo, pois é possível acumular tanto através da produção das *commodities* em si, como também através da valorização patrimonial dos imóveis, que numa dinâmica de abertura de fazendas e início da produção tem seus preços elevados, evidenciando “o caráter especulativo desse tipo de negócio” (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2018).

O Matopiba representa então, nos dias atuais, a comprovação de que o agronegócio – que, como visto, realiza uma “estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra” (DELGADO, 2012, p. 94) – está tanto assentado no patrocínio do Estado, como na expansão de fronteira, a qual também conta com o papel fundamental dos atores e estruturas institucionais. Entende-se, portanto, que à medida que o PDA Matopiba representa a expansão da fronteira agrícola no cerrado baiano (região Oeste), a dinâmica de fronteira se constitui neste território como continuidade. Mas, uma continuidade em movimento, que em momentos e contextos diferentes se expressa de forma mais ou menos intensa e com particularidades específicas.

É nesta perspectiva que Foweraker (1981, p. 238-239) trabalha a ideia de uma fronteira em movimento, não fortuita, e que se desenvolve ou se intensifica em resposta a uma necessidade de acumulação do capital, seja considerando interesses globais ou voltados para o fortalecimento da economia nacional. Mas, além de ser um instrumento de acumulação primitiva capaz de alimentar a economia, a fronteira se constitui também como uma forma de ampliar essa acumulação através da criação de “um meio econômico a partir do meio natural”. E este processo se manifesta primordialmente na “periferia da economia”, nos países e territórios subalternizados, já que em contextos de necessidade de ampliação da acumulação do capital, ou seja, em contextos de crise, as contradições do centro são dirigidas para os setores periféricos.

É fato que Foweraker (1981) destaca que a concretização em um determinado território do regime de propriedade privada representa o estágio final da expansão, entendendo, entretanto, que enquanto houver terras “disponíveis”, o processo de expansão de fronteiras permanece. Indo além desta compreensão, ressalta-se aqui que se a fronteira também se constitui como uma forma de ampliação da acumulação através da incorporação do meio natural ao meio econômico e a apropriação dos recursos naturais é um dos alicerces da acumulação primitiva, enquanto houver, bens naturais passíveis de privatização e mercantilização, a dinâmica de (re)fronteirização pode ser uma realidade.

Portanto, neste “novo” movimento de fronteira no Oeste da Bahia, materializado e institucionalizado no Matopiba, a água (na medida em que se concretizam os seus processos de apropriação) se constitui como fator central na acumulação e para o fortalecimento da territorialização do agronegócio. Este “novo” ciclo de expansão de fronteiras envolve não apenas as disputas, os conflitos e as mediações políticas em torno da terra, mas também em relação à água, que no Oeste da Bahia, no contexto do Matopiba, é fundamental para garantir maior rotatividade do capital. O Matopiba representa, então, “o universo móvel e imediatista das ‘novas’ fronteiras” (HAESBAERT, 2008, p. 374).

A ampliação destas “novas” fronteiras tem acontecido principalmente nos municípios que ainda possuem áreas “aptas”, na concepção dos agentes do agronegócio, para o avanço da produção de commodities, e cuja a dinâmica especulativa em torno da terra e dos recursos naturais se mostra favorável. O avanço das fronteiras no Oeste da Bahia, na atualidade, se revela a partir de uma combinação complexa envolvendo as dimensões sociais, políticas, técnicas, econômicas, culturais e ambientais que alicerçam as condições territoriais dessa região (CUNHA, 2017).

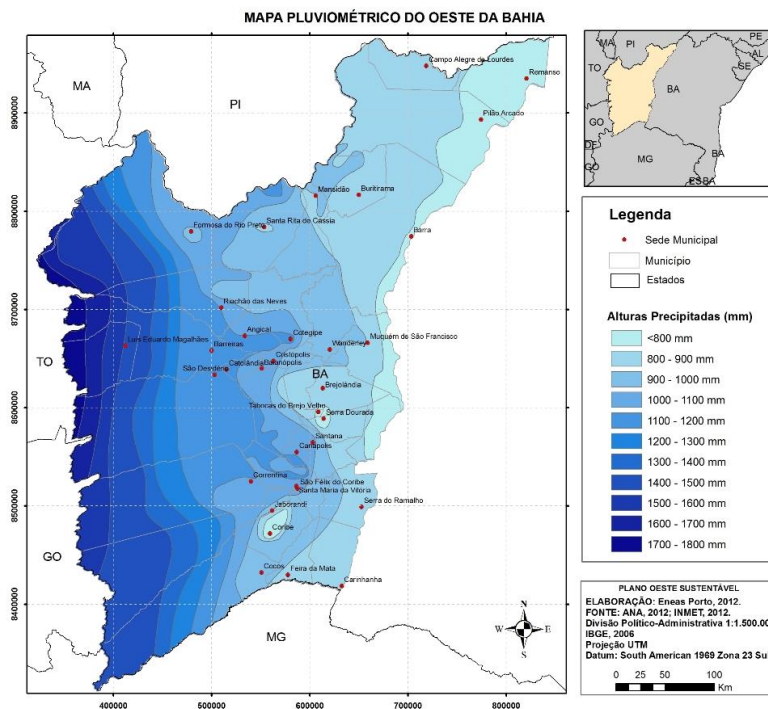
Um dos principais indicadores do avanço da fronteira na atualidade é o desmatamento. Percorrendo as comunidades de Capão do Modesto, Matão, Brejo dos Aflitos, do Vale do Arrojado e do Grilo, no município de Correntina, durante as atividades de pesquisa de campo, foram unânimes os relatos de que nos últimos dois anos houve um aumento significativo da oferta de trabalho para a catação de raízes. Após o desmatamento da vegetação do cerrado, que se caracteriza por ter raízes profundas, cuja função é tanto alimentar os aquíferos de água (através da infiltração) quanto nutrir de água a própria planta, o trabalho com a catação das raízes é essencial. Neste sentido, aumentando a oferta deste tipo de trabalho, supõe-se que há também um aumento do desmatamento.

Segundo Cunha, novos desmatamentos são as primeiras manifestações concretas, no território, das ações voltadas para o controle da natureza e, atualmente, determinados municípios do Oeste da Bahia, a exemplo de Cocos, Jaborandi, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto e Correntina, por ainda terem áreas para a expansão, são considerados como “áreas reservas”:

Foram entendidas dessa forma por estarem localizadas em territórios de menor média pluviométrica e regularidade climáticas (fatores cruciais para a expansão). A estrutura para a produção foi montada de início sobre o Chapadão do São Francisco, em áreas com pluviometria mais regular, de superior amplitude e consequentemente com maior segurança para se atingir o máximo da produção. Em especial, pela posição direcionada ao Oeste Baiano pelo capital em produzir lavouras temporárias enquanto principais, dependentes de climas com pluviometrias regulares, e o domínio das técnicas para se cultivar sobre os padronizados tipos de solos e topografia da região (CUNHA, 2017, p. 133)

No mapa em seguida pode se observar que no Oeste da Bahia há uma importante variação no que diz respeito aos índices pluviométricos, havendo maior intensidade e regularidade de precipitações nas regiões do Espigão Mestre e da Serra Geral do Goiás, ou seja, nas divisas da Bahia com os estados do Tocantins e de Goiás, que vai diminuindo na direção oeste-leste:

Figura 9 – Mapa pluviométrico do Oeste da Bahia (2012)



Fonte: Agência Nacional de Águas (2012)

Com a aplicação, cada vez maior, de capitais em tecnologias voltadas para o aumento da produtividade tem se fomentado, principalmente no contexto do Matopiba, a expansão para as regiões com menor pluviosidade e com maior risco climático. As principais áreas objetos deste “novo” avanço são aquelas com maior disponibilidade hídrica, sejam as situadas às margens dos rios ou aquelas com possibilidade de captação de águas subterrâneas, pois a irrigação se mostra como um recurso fundamental para diminuir as incertezas decorrentes do clima.

A região com possibilidade de expansão é também conhecida como “quebra gaúcho”⁶, pois nela estão as áreas que são compradas por empresas ou produtores rurais de fora da região e que acabam por não viabilizarem uma produção rentável em decorrência das questões climáticas ou da falta de investimentos em irrigação. Na entrevista realizada com representante e agente do agronegócio, esse desafio (climático) foi colocado como um dos principais a serem enfrentados, de modo a viabilizar a expansão:

A expansão aqui em áreas fechadas acontece por quem já está aqui consolidado. E tem áreas de expansão aqui também. Porque vai expandir mais? Primeiro porque tem dentro dessa zona meio que uma faixa imaginária que da divisa entre Goiás e Tocantins, adentrando 50 km, parando na linha que liga o Piauí a Minas, como se fosse um retângulo, é a região que é boa de chuva. E nós estamos com avanços tecnológicos em preparo do solo e melhorias genéticas de cultivares (principalmente de soja) que toleram mais déficit hídrico. Ou seja, pode se cultivar onde chove um pouquinho menos. E o que significa isso? Tem determinadas regiões que quase não tem agricultura porque chove menos, mas nós já estamos evoluindo em modelos de produção agrícola que já está sendo possível produzir soja nestas regiões também, que hoje não estão muito otimizadas. E este é o elemento número um de expansão.

(...)

Para a expansão, o risco número um é o risco da segurança da produção agrícola. Onde é que entram esses riscos na produção agrícola? Primeiro é o climático. Se eu abrir uma área nova e chover bem eu vou colher com certeza. Mas, aí nestes últimos anos, uma seca atrás da outra e foram 05 secas que deixou essa turma com fôlego no limite (Entrevistado 2, representante da Aprosem).

No contexto em que o risco climático se mostra como um dos principais desafios para o novo ciclo de expansão da fronteira no Matopiba, e particularmente na Bahia, visto que a variável pluviosidade está no centro da dinâmica expansiva no estado, o uso e apropriação das águas acaba assumindo um papel de destaque. Apesar do representante da Aprosem não citar a ampliação da irrigação como uma alternativa capaz de minorar estes riscos, esta tem sido uma das principais pautas da Aiba, nos últimos quatro anos. Além das áreas com menor índice pluviométrico estarem sendo inseridas na dinâmica expansiva, ainda há terras passíveis de

6 A expressão “gaúcho” é utilizada por moradores locais para designar aqueles que não são da região (geralmente oriundo do eixo sul-sudeste ou mesmo estrangeiros) e que se instalam para a produção de grãos.

ocupação na região denominada de “filezão”, aquelas com alto índice pluviométrico, mas que cada vez mais têm sido acometidas por períodos de veranico e que, por esta razão, também demandam irrigação. Esta é a compreensão dos representantes da sociedade civil organizada da região que acompanham diretamente a dinâmica de expansão do agronegócio, sobretudo do ponto de vista de quem se posiciona pela proteção ambiental e dos direitos das comunidades tradicionais impactadas:

Eles alegam que a viabilidade econômica da região vai depender da irrigação. Eles vêm dizer que os índices pluviométricos estão dentro da perspectiva. Se estão dentro da perspectiva, porque eles fazem tanta irrigação lá dentro? Eles sabem que vêm acontecendo veranicos muito mais fortes a cada ano. Então, em um ano você tem 15 dias de veranico, no outro 20 dias, no outro você tem 40. Há uma alteração no regime das águas aqui e eles já estão sentindo isso e intensificando o processo de irrigação (Entrevistado 3, representante de organização popular em Correntina).

Inclusive, os últimos dois anos têm sido marcados pelo desenvolvimento de um estudo envolvendo o Estado da Bahia, a Aiba, a Universidade Federal de Viçosa (UFV), a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Institute Water for Food da Universidade de Nebraska, nos Estados Unidos, que, como será visto adiante, tem como objetivo avaliar o potencial hídrico da Bahia de modo a viabilizar a ampliação da irrigação. As capas da Revista Aiba Rural demonstram o investimento na pauta dos recursos hídricos e da ampliação dos seus usos para o agronegócio:

Figura 10 - Capas das 7ª (07/2017) e 9ª (04/2018) edições da Revista Aiba Rural.



Fonte: AIBA (2017-18)

Este novo ciclo de expansão está sendo também percebido pelas organizações populares que atuam no Oeste da Bahia e sentido diretamente pelas comunidades tradicionais rurais que estão sendo impactadas. Em entrevistas com as organizações que atuam em Correntina e com comunitários locais, esta dimensão foi uma das mais problematizadas pelos/as entrevistados/as:

A expansão deve ser na linha de produzir tecnologia suficiente que permita ocupar esse restante. Essa região aqui é chamada de “mata gaúcho”, de 90km pra cá⁷ é chamada de “mata gaúcho”. A pluviosidade é menor do que a indicada para a soja. E aí a estratégia da irrigação tem sido forte, a exemplo da Universo Verde, dos chineses, que é um super projeto de irrigação e é aqui pertinho, pouco menos de 30km e também o desenvolvimento de tecnologias que favoreçam a adaptabilidade (Entrevistado 3, representante de organização popular em Correntina).

Eles estão descendo em direção a Cocos. Vão acabar de consolidar o extremo-norte, Formosa do Rio Preto, que ainda tem áreas lá e vão migrar em direção ao São Francisco. Se eles precisarem irrigar, a grilagem com certeza vai aumentar, porque eles vão ter que ter áreas para hipotecar (Entrevistado 4, representante de organização popular em Correntina).

Identifica-se que o movimento de expansão de novas áreas tem se dado tanto na direção norte-sul, com a consolidação da região de Formosa do Rio Preto, quanto na direção oeste-leste, o que vai demandar investimentos em irrigação e maior captação de águas. É importante perceber, neste movimento, o atrelamento entre a apropriação de águas e a apropriação de terras. Primeiro porque é na dinâmica expansiva, de incorporação de terras ao agronegócio, onde a apropriação hídrica se mostra fundamental e, segundo, porque a terra como ativo financeiro, como meio de garantia para aquisição de crédito, é essencial para a alavancagem da agricultura irrigada. O próprio representante do segmento empresarial evidencia esta perspectiva:

Tendo título do imóvel, significa dinheiro do banco para alavancagem. Isso é gaúcho e soja e Brasil. Basta olhar lá do Rio Grande do Sul ao Amapá, porque tem soja, porque tem gaúcho, porque tem dinheiro do banco pra isso. No final das contas, o que é que é? Crédito barato. Se eu preciso de dinheiro e é uma atividade que me dá retorno, qual a lógica? Eu pego meu resultado da atividade e faço investimentos e outras coisas. E aí, se eu preciso do insumo, eu compro com dinheiro do banco, que monetariamente falando é um bom negócio. Porque são juros relativamente baratos. Só que criou uma cultura e uma necessidade de que ninguém faz essa atividade sem a dependência do banco e aí quando vem anos de crise que interferem no pagamento, o agricultor fica aí que só falta ir lá para Brasília matar o presidente. Ou ele pega dinheiro do banco ou ele não planta. Mas e o dinheiro que ele pega com o negócio? Ah, aí já é outra conversa (Entrevistado 2, representante da Aprosem).

7 Quando se fala “cá”, está se referindo à sede da cidade de Correntina.

Outro elemento importante deste “novo” movimento expansivo no Matopiba que precisa ser destacado é que as áreas que estão mais próximas aos locais de moradias, de criação coletiva e de agricultura das comunidades rurais estão sendo alvo nesta dinâmica, o que revela a dimensão da fronteira e territorialização e sua relação com o conflito, a ser melhor explorado nos capítulos subsequentes. Um dos entrevistados, representante de comunidade de fecho de pasto, que realiza a atividade tradicional de criação de animais à solta em área cobijada por produtores rurais relatou como tem se dado na prática o processo de apropriação de terras e expropriação de áreas comunitárias:

Nessa área nossa por enquanto não tem plantação nenhuma, só o cerrado mesmo. Mas eles não têm nada plantado lá não. Diz eles que querem para a reserva legal, mas como que é reserva legal se eles só andam querendo vender? Um vendendo pro outro. Então não é reserva legal.

(...)

Seu Antonio da Sudotex uma vez me procurou na cidade, dizendo que Cabo Erlani tinha oferecido essa terra de Dino pra ele. Cabo Erlani foi lá mostrar a área para ele, a que queria vender, lá dentro da área nossa. Aí ele me disse que quando chegou lá falou: “ah, sargento, mas essa terra aqui é de confusão, porque os arames e os palanques estão tirados, cortados. Essa terra aqui é confusão, eu não vou nem olhar a terra.” Aí ele veio me procurar para saber se a gente vendia. Ele queria 600 hectares parece e se nós vendêssemos essa parte que ele queria, ele comprava e depois acertava legalmente com Dino. Mas eu falei que não vendia um palmo dessa terra, pois é a única terra que tá sobrando para nós porque o povo veio empurrando nós pra cá. E nós não queremos isso aqui para vender não, isso aqui não dá nem para os sócios colocar o gado direito, que já tá é apertado, pequeno, porque a gente veio empurrado lá da Brasil Agro para cá (Entrevistado 5, representante de comunidade de fecho de pasto de Correntina).

Estas são áreas que ainda contam com estrutura viária mais precária do que as regiões de fronteira já consolidadas. Por esta razão, o novo ciclo de fronteira no Oeste da Bahia precisa necessariamente do apoio institucional, créditos e de políticas públicas voltadas para a sua facilitação e, neste sentido, o PDA Matopiba se mostra como uma iniciativa estratégica. O Matopiba não inaugura um novo processo de expansão, mas o materializa se conformando como a veia institucional que dá sustentabilidade a este movimento.

Como foi ressaltado anteriormente, o Matopiba foi institucionalizado por meio de decreto e criação de um departamento específico para dar andamento às suas ações. No entanto, com a saída de Kátia Abreu do Ministério da Agricultura e recomposição dos quadros dirigentes do ministério, o departamento foi extinto, o que indicaria uma mudança de prioridades quanto à definição do Matopiba como área estratégica de expansão do agronegócio. Em campo, as reflexões dos atores entrevistados acerca do Matopiba foram um tanto contraditórias, mas, ao mesmo tempo, reveladoras da importância atual do Matopiba no cenário de fortalecimento do

agronegócio. O representante da Aprosem, por exemplo, ao passo que afirma que o Matopiba foi pensado por Kátia Abreu, de acordo com os interesses dela e que com sua saída, o projeto acabou, também ressalta que mudou o nome da sua organização de modo a se adaptar a esta nova regionalização⁸, que, segundo ele, segue os próprios horizontes de expansão da soja. Portanto, o que se percebe é que o Matopiba vai além de uma delimitação institucional se mostrando também como reflexo da própria perspectiva de expansão da produção de grãos:

A razão de toda essa conversa foi Kátia Abreu, por questões políticas dela, com os interesses dela também. E que naturalmente Palmas seria o centro disso tudo. Até se falou, 'então vamos criar um estado do Matopiba'. Mas a conversa só não continuou porque ela saiu e aí os trabalhos todos findaram. Tudo que tinha dentro do ministério zerou literalmente.

(...)

Nós estamos em quatro irmãos aqui e vamos nos abraçar porque as nossas realidades são semelhantes, os nossos desafios são semelhantes e vamos pensar em conjunto. E a delimitação respeita muito o mapa da soja. Pensar lógicas para essa região e planos de desenvolvimento para a região. A ideia é muito bonita. Mas, com isso surgiu muita fumaça, muito barulho, muito ibope, muita e nós aproveitamos a onda e mudamos o nome em função disso. Hoje matopiba foi um nome que pegou, ficou muito conhecido. As discussões hoje das esferas ambientais têm várias em andamento no Brasil, que saíram da Amazônia e vieram para o cerrado, mas não para o cerrado brasileiro e sim para o cerrado do matopiba. E tem várias agendas andando aí e o foco é matopiba. Então as agendas ambientais no Brasil estão aqui e também ajudam a fortalecer o nome matopiba. Porque matopiba? Porque é o conceito de que esta é uma das poucas regiões que permite-se a expansão agrícola no Brasil (Entrevistado 2, representante da Aprosem).

No discurso do representante da Aprosem está subentendida a preocupação, do ponto de vista empresarial, com os questionamentos (ambientais e outros) que se apresentam diante da institucionalização do Matopiba. Como evidenciado, a criação de novos arranjos institucionais, à medida que expressa uma determinada orientação política e econômica e traz com ela um discurso específico, também é fomentadora e revela posições opostas, as quais acabam por gerar um contraponto à perspectiva de expansão agrícola nesta região, e se conformam como empecilhos políticos. Neste sentido, a negação ou apagamento do PDA Matopiba como uma realidade ainda em construção e prioritária está necessariamente relacionada com a intencionalidade de se evitar as oposições a ele. A fala do representante da prefeitura municipal de Correntina, que circula nos espaços locais de interlocução entre poder público e o setor privado, anuncia esta perspectiva:

8 A Aprosem, em 2015, passou a se chamar Associação dos Produtores de Sementes de Soja dos Estados do Bahia, representando os produtores de sementes de soja dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia e Pará. Inclui-se o Pará, pois tem se conformado como um Estado também prioritário para a expansão da soja. Segundo o representante da Aprosem, a sigla que melhor traduz este ambiente é BAMATOPIPA, por incluir o Pará e deixar em ordem de grandeza, por quantidade de área dos Estados destinadas à plantação de soja.

O Matopiba ainda está em expansão só que é tipo aquele fato de você colocar um sapo na água fria e depois você bota ele para aquecer. Ele morre lá dentro sem perceber que a água esquentou. É o que acontece com os projetos no Oeste da Bahia no contexto do Matopiba (Entrevistado 6, representante da prefeitura municipal de Correntina).

Apesar do PDA Matopiba não estar mais tão evidente nos discursos públicos da institucionalidade e dos setores empresariais agrícolas, a sua manifestação concreta no Oeste da Bahia é uma realidade. Há, como dito, um Projeto de Lei em tramitação em caráter de urgência no Congresso Nacional que visa a criação da Agência Matopiba e, além disso, toda a perspectiva de expansão da fronteira agrícola na região, que é percebida, na prática, pelas organizações populares que se posicionam de forma contrária à lógica de expansão do agronegócio:

Do ponto de vista de fontes lá dentro do governo há quem dizia que eles não tinham o interesse em fazer uma divulgação oficial porque sabiam que existiam organizações populares que tinham o posicionamento contrário. E isso poderia de certa forma tomar uma nova proporção. Desde 2013 pra cá a gente vem numa crescente de mobilização popular, algumas audiências públicas impedidas de acontecer. E isso tem de certa forma crescido os olhos deles. Eles sabem que existem organizações com capacidade de inviabilizar qualquer seminário que eles venham a propor. (Entrevistado 4, representante de organização popular em Correntina)

Eles revogaram a portaria, entretanto, o subsídio, dinheiro por trás é ‘a rodo’. É a concretização do avanço. (Entrevistado 3, representante de organização popular em Correntina).

Neste sentido, além de um “arranjo institucional” voltado para garantir o apoio, a sustentação política e os subsídios necessários para a expansão de fronteiras no Oeste da Bahia, o PDA Matopiba é também manifestação de uma realidade concreta, que tem raízes históricas e, ao mesmo tempo, novos elementos que dão contornos específicos ao movimento atual de fronteiras na região estudada. Entre estes elementos, destaca-se o interesse na apropriação das águas, como demonstrado, e sua relação com a dinâmica global de apropriação de terras, o qual tem conexões globais, e também se materializam nos territórios.

Como será desenvolvido no próximo capítulo, o município de Correntina, que é objeto do estudo de caso desta pesquisa, é um exemplo emblemático de como os processos – atuais e históricos – de expansão de fronteiras se materializam e como, com a implementação concreta do PDA Matopiba, a apropriação das águas assume uma dimensão fundamental na lógica expansionista e na territorialização do agronegócio.

2. CORRENTINA, SUAS TERRAS, SUAS ÁGUAS E SUAS HISTÓRIAS.

Como já ressaltado no capítulo anterior, o Oeste da Bahia tem vivenciado transformações profundas em suas bases produtivas do meio rural principalmente nas últimas quatro décadas, o que envolve, numa dinâmica de expansão de fronteiras, a incorporação do bioma cerrado na produção intensiva de grãos e na dinâmica de produção fundada na integração técnico-industrial da agricultura e articulação de capitais. Neste processo, o Estado se mostrou como ator fundamental, principalmente em razão da elaboração e implementação de políticas voltadas ao incentivo a esta dinâmica produtiva, definindo, através da concessão de créditos e subsídios, do suporte logístico e de infraestrutura, e dos direcionamentos de pesquisa, quais atores protagonizariam as referidas mudanças e em que direção elas deveriam seguir. Além disso, de acordo com Santos et. al. (2012), estes incentivos institucionais aplicados não foram destinados a todos os municípios do Oeste Baiano, mas principalmente para Correntina e outros cinco municípios (São Desidério, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto e Riachão das Neves).

Como descrito na introdução, os estudos que embasaram esta dissertação foram focados no município de Correntina e buscaram explorar, a partir da análise sobre o processo histórico de transformação territorial e econômica no município, a dimensão da apropriação das águas no município e sua relação com a expansão de fronteiras, a territorialização do agronegócio e apropriação de terras e territórios em geral. Neste sentido, entende-se que é importante a discussão e apresentação do município em si e de suas águas, considerando tanto a dimensão histórica, como as transformações mais recentes e as projeções de fortalecimento do agronegócio a partir do Matopiba.

2.1. Correntina, cidade das águas.

Fundado em 1891, o município de Correntina é um dos 24 municípios integrantes da Mesorregião Oeste do Estado da Bahia, a qual está localizada na margem esquerda do Rio São Francisco, e tem como biomas principais o cerrado e a caatinga e as áreas de transição entre os mesmos. O município conta, de acordo com o Censo de 2010, com uma população de 31.249 habitantes, sendo 59,6% dos habitantes da zona rural, taxas estas que, ao longo dos anos, variaram de forma bastante significativa, revelando seu processo histórico de expansão da fronteira agrícola que promoveu uma evidente dinâmica de expulsão dos povos do campo.

Tabela 2 - Evolução populacional de Correntina (1970-2010)

População	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2010
<i>Total</i>	30.365	34.783	28.005	30.583	31.249
<i>Urbana</i>	2.942	4.429	8.636	11.355	12.604
<i>Rural</i>	27.423	30.354	19.369	19.228	18.645

Fonte: IBGE. Elaboração: Joice Bonfim

Analisando a tabela 2, pode-se identificar que, entre 1970 a 1980, período que inicia o processo de modernização da agricultura no município, há um certo crescimento populacional, com um decréscimo significativo da população rural entre 1980 a 1991. Já o período de 1991 a 2010 houve certa estabilização da população rural com um aumento importante da população urbana. Neste processo de fluxos e migrações, importante destacar o exôdo rural no município, já que em 1970 Correntina tinha um percentual de população rural de cerca de 90% do total de habitantes, sendo que este percentual diminuiu para 69% em 1991, chegando em 59% em 2010. Isso significa que, assim como ocorrido no Oeste da Bahia de forma geral (conforme analisado no capítulo 1), ao longo dos anos Correntina tem sofrido um processo de migração da população rural, que, como se verá, está necessariamente vinculado aos movimentos violentos de expansão de fronteiras, ocupação, invasão e expropriação deste território por agentes econômicos privilegiados.

A expropriação de terras e territórios e a apropriação dos recursos naturais são presenças marcantes na construção do que hoje é o município de Correntina. Ocupado historicamente por povos indígenas e por agricultores e posseiros que mediam a sua relação com o território a partir do uso e da posse, Correntina vivenciou momentos históricos importantes de transformação. Miranda (2000, p. 24) evidencia que um dos marcos desta transformação foi o processo de “incorporação de novas terras, antes juridicamente desocupadas” como forma de reprodução do capital, ou seja, a expropriação das terras e territórios efetivamente (mas não juridicamente) ocupados por povos tradicionais e posseiros em geral.

Miranda (2000) destaca que assim como toda parte ocidental do Rio São Francisco, Correntina foi alvo do “espírito latifundiário” dos Garcia D’Ávila, grande “senhor” de terras no período colonial, “contemplado” no regime de sesmarias de imensas áreas de terras e “conquistado” outras tantas, indicando que desde a abertura das primeiras fazendas para criação de gado, os chamados “desbravadores” se depararam com diversas aldeias indígenas habitadas.

O autor evidencia que a ocupação indígena na região do Rio Corrente e seus afluentes cobrem os últimos 12.000 anos, o que faz com que os períodos da colonização, da formação das fazendas e da “modernização” da agricultura sejam temporalmente insignificantes. Com base na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, destaca que as disputas por terra e território no processo da “conquista colonial” e de expansão dos currais envolveram as resistências dos povos da nação tapuia: rodelas, pimenteiras, cariris, aricobés, chicriabus, caripós (MIRANDA, 2000, p.38).

Incrementando a pecuária extensiva, outro fator que impulsionou o processo de invasão do território de Correntina e expansão de fronteiras foi a descoberta do ouro no final do século XVII e início do século XVIII, pois a atividade de pecuária é quem sustentava o abastecimento dos mineradores. E, além disso, descobriu-se ouro também no vale do São Francisco, que aliado às dinâmicas comerciais, foi um dos motores para surgimento de vilarejos no Oeste da Bahia, a exemplo de Correntina:

Se a pecuária condicionou um povoamento disperso, foi o ouro – em sua trajetória, embora de curta duração, em torno de um século em algumas áreas, de meio século em outras, um pouco menos em umas, um pouco mais em outras – que estimulou o surgimento de vilas e cidades. A cidade de Correntina surge de um garimpo às margens do Rio das Éguas, outrora rio Rico (MIRANDA, 2000, p. 48).

A exploração do ouro se deu a partir de 1792, o que atraiu um bom número de pessoas ao povoado, que o fez crescer em termos populacionais e comerciais, passando à alcunha de freguesia em 1806, chamada “Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas”, se transformando em município com o nome de Correntina apenas em 1891. Após o esgotamento do ouro, houve um fluxo migratório de saída do município, mas uma parte da população (tanto a descendente dos povos originários como aquela parcela oriunda do processo expansivo tipicamente de frente de expansão) se fixou a partir do desenvolvimento de atividades de pequena agricultura, extrativismo e criação comunitária e extensiva de gado (as “soltas”), além de atividades comerciais entre os municípios vizinhos baianos, goianos e mineiros. Este era o período do chamado Além São Francisco, onde havia poucos vínculos comerciais, mas com certa incorporação à dinâmica colonial mesmo que em posição periférica, que perdurou até meados do século XX, quando as transformações “modernizadoras” começaram a ocorrer.

Para entender como se deram estas transformações em Correntina, importante a compreensão acerca dos aspectos físicos e socioeconômicos do território correntinense. Assim como alguns dos municípios do Oeste da Bahia que hoje se conformam como pólo do agronegócio baiano, Correntina é formada majoritariamente pelo bioma cerrado e seu território

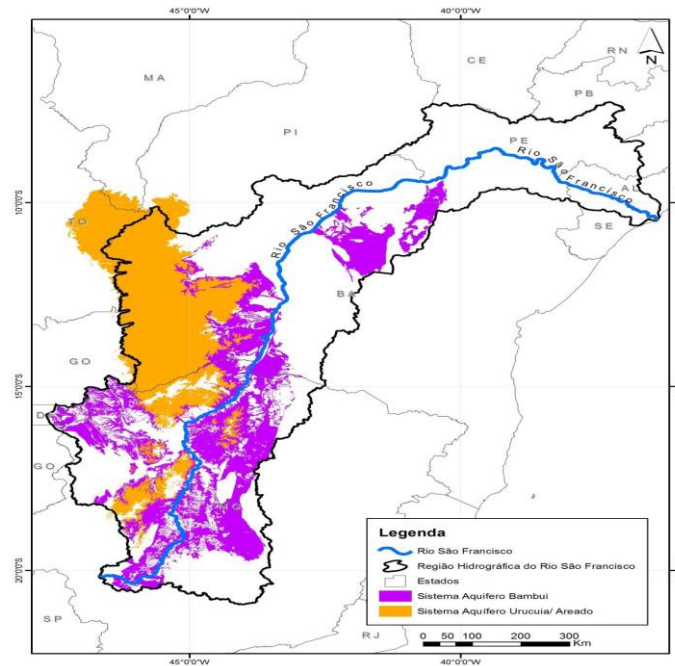
é dividido em espaços com topografia plana, os chamados “gerais”, e espaços de vale, com topografia mais acidentada, e onde se encontram as comunidades rurais do município. De acordo com Miranda (2000), Correntina tem cerca de 170.000 hectares, precipitação média de 1200 mm, com concentração pluviométrica num período de 5 a 6 meses, sendo que a precipitação é mais intensa na área dos Gerais e vai declinando na direção Oeste-Leste.

É justamente na região dos Gerais onde se localiza o Sistema do Aquífero Urucuia (SAU), com formação geológica milenar e que é responsável pela formação e abastecimento dos rios da Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco, Tocantins e Araguaia. A formação do aquífero está diretamente relacionada com as características do bioma cerrado, que é a segunda maior formação vegetal brasileira, ficando atrás apenas da Amazônia e que justamente por abarcar os principais aquíferos é distribuidor das águas que nutrem as grandes bacias hidrográficas da América do Sul.

O bioma cerrado, adequadamente denominado Sistema Biogeográfico do Cerrado, ocupa, desde a aurora do Cenozoico, a parte central da América do Sul e também recebe o nome “berço das águas” ou “cumeeira do continente”, pois é distribuidor das águas que alimentam as grandes bacias hidrográficas sul-americanas. No cerrado encontram-se três grandes aquíferos, responsáveis pela formação e alimentação de rios continentais. O aquífero Guarani alimenta a bacia hidrográfica do Paraná, além de abastecer alguns formadores que vertem para a Bacia Amazônica. Já os aquíferos Bambuí e Urucuia são responsáveis pela formação e alimentação dos rios que integram a bacia do São Francisco e as sub-bacias hidrográficas do Tocantins, do Araguaia, além de outras tantas situadas na abrangência do cerrado. Esses três grandes aquíferos, armazenados nos lençóis artesianos, se intercalam na parte central dos chapadões do continente sul-americano, formando lagoas e olhos d’água, conhecidos como “águas emendadas”, que tomam as direções norte, sul, leste e oeste do continente. Essas direções estão condicionadas à estrutura geomorfológica que caracteriza cada espaço, definindo e delimitando as bacias e sub-bacias hidrográficas. (BARBOSA, 2016, p.12)

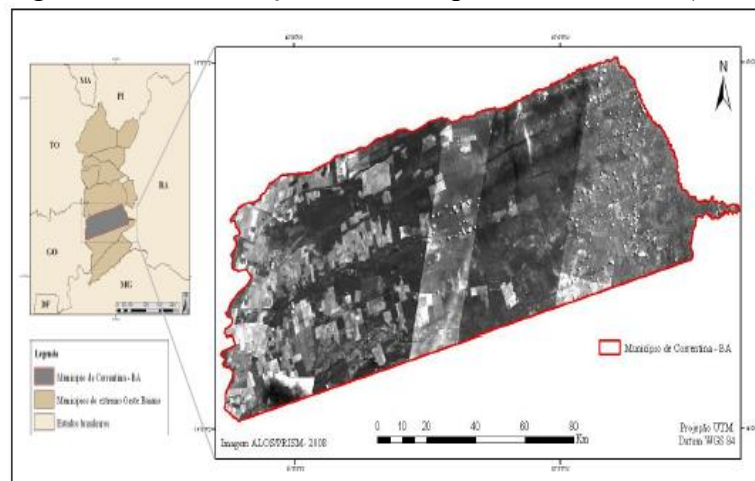
Abaixo encontra-se o mapa, apresentado pela Agência Nacional da Águas (ANA) na XXIX Reunião Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que delimita o Aquífero Urucuia e mostra que o mesmo está localizado majoritariamente no Oeste da Bahia, no bioma cerrado, e que o município de Correntina, conforma mapa 3, localiza-se sobre o referido aquífero:

Figura 11 – Identificação dos Sistemas do Aquífero Urucuia e Bambuí (2016)



Fonte: ANA (2016)

Figura 12 – Localização do município de Correntina (2012)



Fonte: PINHEIRO (2012)

É pela existência dos aquíferos que o cerrado é chamado da caixa d'água do país, pois a vegetação deste bioma, em razão das raízes profundas, cumpre a função de fazer a água infiltrar na terra e formar os aquíferos. Para Porto-Gonçalves (2014), o cerrado é uma verdadeira floresta invertida, se constituindo como a mais importante área de recarga hídrica de todo o país,

assim como uma das maiores reservas de água doce do mundo. Destaca-se que na dimensão do relevo do cerrado, em especial do Oeste da Bahia, as áreas dos “gerais”, ou seja, as regiões de chapadas (de maior altitude, maior pluviosidade e mais planas) são as principais responsáveis pela recarga do aquífero. Porto-Gonçalves e Chagas (2018), identificam, com base nos dados da ANA que 67% da área do Urucuaia são de recarga (onde as águas se infiltram) e 33% são de descarga (onde as águas emergem).

Entendendo e vivenciando estas características, o povo de Correntina sempre soube que a função primordial dos gerais, devido a sua permeabilidade, era a de produzir água. Como a ocupação histórica do cerrado é milenar, isso indica que os povos que neste bioma viveram (e ainda vivem) são detentores de conhecimentos profundos sobre os processos de reprodução da vida neste território e, por essa razão, sempre conservaram os “gerais” como espaço de produção de água, mantendo a vegetação nativa, que, como dito, em razão do seu sistema radicular complexo e profundo, alimentam os lençóis freáticos com água.

No modo de vida das comunidades tradicionais de Correntina, e do Oeste da Bahia em geral, sempre houve e ainda há a diferenciação entre as chamadas “terras de gerais” e as “terras de cultura”. Como dito, historicamente não se cultivava nas “terras de gerais”, ela era destinada para o extrativismo e criação coletiva de animais, num regime tipicamente de posses, mantendo-se a vegetação natural do cerrado e preservando este espaço como produtor de água. Os cultivos eram realizados (e ainda são nas comunidades que ainda têm disponibilidade de água perto) nas áreas de vale, perto dos rios, riachos, córregos e das moradias dos comunitários. Esta realidade em Correntina, como se verá mais adiante, tem sido estruturalmente modificada desde a década de 1980, quando boa parte das “terras de gerais” foram capturadas por empresas e fazendeiros para a produção de pinus e eucalipto (inicialmente) e de grãos logo em seguida. Foi quando as terras passaram a ser regidas primordialmente pelo regime de propriedade, numa dinâmica de frente pioneira, e os agricultores tradicionais foram paulatinamente confinados em territórios menores e nas “terras de cultura”.

Em entrevista com um representante de organização popular de Correntina, ele compara a relação estabelecida entre o agronegócio e o povo correntinense com os gerais, afirmando que, diferentemente do agronegócio, como a perspectiva dos povos de Correntina é a permanência, a preservação dos “gerais” como produtor de água é fator essencial dos seus modos de vida:

O agronegócio é absenteísta. Absenteísta no sentido de que não é daqui, não tem vínculo nenhum aqui e tanto faz estar aqui como estar na China ou no Japão ou em qualquer outro lugar. E é isso que move eles.

Já esses caras de fecho de pasto eles têm uma previsibilidade de no mínimo 5, 6 gerações. É uma outra lógica de convivência, de relação com água, com o ambiente, com o território, que presume uma sustentabilidade. E aí eu to falando de uma sustentabilidade efetiva, não pueril igual o agronegócio fala. (Entrevistado 4, representante de organização popular em Correntina)

Em termos teóricos, do mesmo modo que Martins (1996) destaca o fenômeno do “desencontro dos tempos históricos” no processo de expansão de fronteira como sendo um dos principais motivadores do conflito, Porto Gonçalves e Chagas (2008) qualificam esta “dissonância” como fruto de uma tensão entre visões de mundo e modos de conhecimento:

há uma tensão aberta entre visões de mundo e modos de conhecimento que informam práticas culturais concretas entre, de um lado, o conhecimento científico convencional de matriz eurocêntrica, autodesignado como universal brandido pelos *experts* do agronegócio como vimos, e de outro lado, múltiplas outras formas e modos de produção de conhecimento de matriz indígena, afrodescendente e de múltiplas campesinidades (PORTO-GONÇALVES E CHAGAS, 2018, p. 22).

É em virtude das suas próprias compreensões que os povos de Correntina historicamente utilizam os “gerais” de forma cíclica, nos períodos de estiagem, já que lá há disponibilidade de água, em razão das veredas e nascentes, e pode alimentar o gado. Este modo de uso dos gerais, de forma coletiva, mediada a partir da posse e não da propriedade, periódica, sem cercas, para a criação do gado e extrativismo dos chamados frutos do cerrado (pequi, mangaba, cagaita, caju, faveira, plantas medicinais, etc.) é o que conforma o modo de vida tradicional das comunidades de fundo e fecho de pasto de Correntina e de boa parte do Oeste da Bahia. A relação entre os fechos, as áreas de uso comum, os “gerais” e as águas são umbilicais, como se percebe neste excerto da entrevista realizada por um representante que trabalha diretamente com as comunidades de fecho de pasto:

Como é que acontecem os fechos? O fecho da comunidade de Brejo Verde tem uma série de pequenos riachos que formam o riacho Brejo Verde: pixico, botabunga, virassaia, santana e forquilha formam o pequeno riacho de Brejo Verde. O Fecho de Tarto, na barranca de lá tem o riacho do ribeirão. O fecho de Clemente, na barranca do ribeirão. Fecho da vereda do rancho tá entre o morrinhos e o riacho da vereda do rancho. Fecho de Non tá justamente entre o entre morros e o morrinhos. Fecho dos Quincão é a grande nascente do morrinhos, do entre morros e do galho do zeferino. Fecho de Carreirinha pega entre o riacho do gado bravo, galho da cruz e riacho do lodo. Fecho do capão do modesto pega o riacho do capão do modesto, pega o rio Correntina (Entrevistado 3, representante de organização popular em Correntina)

Porto-Gonçalves e Chagas (2018) ressaltam que a expressão “gerais” denomina terras de uso comum, terras de todos, ou seja, terra geral. Os povos que historicamente vivem em Correntina sempre usaram os gerais de forma coletiva, sem estabelecer com este território uma

relação clássica de propriedade, já que o entendem como um bem comum, essencial para a reprodução do modo de vida das comunidades de fundo e fecho de pasto. As comunidades visitadas no trabalho de campo, a exemplo de Matão, Garrote, Brejo dos Aflitos e Capão do Modesto, se organizam política e economicamente a partir do uso e da defesa dos fundos e fechos de pasto como áreas tradicionais coletivas essenciais para a reprodução física social e econômica das mesmas e isso fica claro na entrevista realizada com o próprio “fecheiro”:

Meu avô já lutava nesses gerais lá. E naquela época não tinha cerca e a gente soltava o gado aqui mesmo, na porta e o gado ia pra lá pros gerais, lá pra cima. E a gente ia acompanhando, de vez em quando ia olhar, e eles só subindo. Aí a gente ia, olhava, aí na época de pegar, a gente pegava. Isso no tempo do meu avô. Mas, no meu tempo mesmo eu já comecei com 12 anos a ir pros gerais com meu pai. A gente ia, levava o gado, ficava lá a semana inteira. Aí a gente ficava só olhando e vinha embora e aí com 8, 10 dias, a gente voltava de novo. E onde os gados ficavam, porque lá tem vereda e eles iam para as veredas, fica a uns 20km. Esse é o que é aqui perto, mas quando a gente tocava lá pro Firmo, galho grande, eram 3 dias de viagem. E hoje lá é a Brasil Agro.

(...)

Mas eu mesmo só tocava o gado aqui mais perto, no Guará, Pombas. E hoje a gente toca só até esses 20km, que é o fecho de Porcos, Guará e Pombas, que são três nascentes que estão quase todas secas. Houve um desmatamento no tempo da firma do caju. A do Guará está cercada para ver se regenera. Essas são as três cabeceiras do Rio Santo Antônio. (Entrevistado 5, representante de comunidade de fecho de pasto de Correntina)

Sobre o Fecho de Porcos, Guará e Pombas, utilizados pelas comunidades de Garrote, Matão, Brejo dos Aflitos e outras, é evidente a relação entre o seu uso e a existência das águas:

A área que nós estamos de posse é 8.033 ha. Esse fecho está na frente do fecho do Capão do Modesto, sendo que o Capão está do lado do Rio Correntina e Guará está do lado do Rio Santo Antônio. Estes fechos são divididos por uma “eixão” que foi aberto pelos grileiros e vai até lá onde estão as grande fazendas lá em cima. (Entrevistado 5, representante de comunidade de fecho de pasto de Correntina)

Porcos, Guará e Pombas, vai levar o gado pros gerais... porque? Porque tem os pequenos riachos de porcos, guará e pombas. Se não existissem, qual o interesse que eles teriam nisso? O interesse é muito automático primeiro na água. Aí tendo água, eles discutem o que tiver que discutir. (Entrevistado 3, representante de organização popular em Correntina).

Segundo informações coletadas em campo com o Coletivo das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto de Correntina e região, em Correntina há pelo pelo menos 25 áreas de uso comum⁹ e é justamente a disputa em torno destes territórios que provoca a maior parte dos

9 Pode-se citar alguns dos fundos e fechos de pasto de Correntina: Porcos, Guará e Pombas, Capão do Modesto, Vereda da Felicidade, Quincão, Brejo Verde, Firmo, Arriba e Abaixo, Capão Grosso, Salto, Bois e Faca, Fecho do Rio do Meio ao Santo Antonio, Tarto, Fecho do Clemente, Fecho de Non, Vereda do Rancho, Fecho de Carreirinha, etc. Destaca-se que os fundos e fechos de pasto não necessariamente representam área de apenas

conflitos fundiários e pelo uso e preservação das águas, e onde a expansão de fronteiras e a territorialização do agronegócio se materializam de forma mais direta.

Como dito, é nestas áreas onde está concentrado o processo natural de produção de água através da recarga do Aquífero Urucua. Os “gerais” são responsáveis pela formação de inúmeras veredas, riachos, córregos e nascentes e dos rios principais que atravessam o município, que são o Guará, do Meio, Correntina (ou das Éguas), Santo Antônio e Rio Arrojado. Estes rios, que em conjunto com o Formoso formam, na condição de afluentes, o Rio Corrente (um dos principais formadores do Rio São Francisco), têm suas nascentes nos “gerais”, na divisa entre Bahia e Goiás, na região chamada Espigão Mestre e na Serra Geral. É nas nascentes dos rios onde justamente tem sido mais intenso o processo de substituição da vegetação natural e de produção de grãos, o que, como se verá, tem provocado graves consequências.

As águas de Correntina são fundamentais para a construção da identidade do município e dos povos que lá vivem. A própria formação de Correntina esteve diretamente ligada às suas águas, já que muitas pessoas, povos e famílias que lá se instalaram o fizeram em razão da existência de água em abundância. Miranda (2000) evidencia o papel fundamental exercido pelas águas na formação do município:

Os rios do município de Correntina: Guará, do Meio, Correntina ou das Éguas, entre outros, ocuparam e ainda ocupam papel fundamental na vida dos humanos e dos animais dessa região, como vias de penetração para o deslocamento (migração) de pessoas e de animais e para a fixação de populações, notando-se, em face das características climáticas, uma tendência potamográfica nas diversas formas de assentamentos ligados às sociedades tradicionais. Essa tendência potamográfica manifesta-se quer como via migratória, quer como fator de fixação (abastecimento de água, instalação de hidrelétrica etc); afinal, a água dos rios e lagos sempre entra no cálculo das políticas de povoamento e colonização (MIRANDA, 2000, p.36)

Muitas pessoas e famílias entrevistadas no trabalho de campo também relataram a importância das águas para as suas vidas e para a vida do município. Além da água existente nos “gerais” ser fundamental para a atividade tradicional de criação coletiva de gado nos fundos e fechos, da água nas “terras de cultura” ser extremamente importante para a construção dos sistemas de irrigação familiar, como se verá, as águas de Correntina foram e são um dos principais motivos, na dinâmica de migração, para a fixação de população naquele território.

Representantes das comunidades de Matão, Garrote e Brejo dos Aflitos afirmaram que seus bisavós se instalaram em Correntina por causa das águas por ela oferecidas, já que vieram

uma comunidade mas, por ser de uso coletivo, no geral, várias comunidades utilizam o mesmo fundo ou fecho de pasto.

para a localidade onde vivem em razão dos grandes períodos de estiagem vivenciados em Macaúbas, município da região semiárida da Bahia. Conta-se nestas comunidades que a Igreja Brejo dos Aflitos (que tem o mesmo nome da comunidade onde está localizada) foi construída e nomeada desta forma em virtude de uma promessa. O primeiro migrante que chegou a esta região havia deixado um dos seus filhos em Macaúbas e seguido em busca de um novo lugar para viver, em companhia do seu filho mais velho, e havia prometido que caso encontrasse um local com água, construiria uma igreja como forma de compensar o filho deixado. Como ele estava em uma situação de extrema aflição, chegando no local com boas condições de fixação, onde havia um importante brejo com fartura de água, construiu a Igreja Brejo dos Aflitos e deu o mesmo nome ao povoado que “fundou”.

Em conversa com uma antiga dirigente do Sindicato de Trabalhadores/as Rurais de Correntina, que protagonizou a luta por direitos e em defesa dos fechos e das águas na década de 1980, e preferiu não ser identificada e nem autorizou a gravação da entrevista, ela relata que quando morava em Pernambuco, “sonhava com essa história de rio permanente” e que veio para o Oeste da Bahia para “conhecer um rio que nunca secava”. Chegou em Correntina na década de 1980, depois de passar por Barra e por Ibotirama, nas décadas de 1960 e 1970, e, deslumbrada com a quantidade de água e com as lutas na região, decidiu por se fixar nas beiras do Rio Arrojado.

Além do relato da dirigente do sindicato, outras pessoas, falando sobre a história de suas próprias famílias, também ressaltaram os povos que chegaram e se fixaram em Correntina por conta de suas águas:

Meu bisavô veio de Macaúbas. Não sei como eles vieram, mas vieram de lá e ficaram aqui, onde tinha água. Teve uma seca danada pra esses lados de lá. Aí onde encontrou água eles foram ficando.

E esse povo aqui veio todo de Macaúbas também. (Entrevistado 5, representante de comunidade de fecho de pasto de Correntina)

O município de Correntina nasceu em torno de águas. Os primeiros habitantes que se tem notícia para cá em grande volume, eles vieram fugidos da seca do sul do Piauí e Macaúbas. A grande massa das famílias que estão aqui ainda é desse grupo. Porque antes disso, em 1790 houve um aglomerado ali onde é aquele mercado de quase 5000 habitantes. Foi fabuloso, em função de um garimpo que surgiu ali. Naquela ponte eles retiraram o desvio do rio, jogaram o desvio do rio para lá, fecharam cá, fizeram um açude e o rio passou por onde tem a igreja nova lá e eles fizeram um imenso buraco de escavação de ouro aqui. Uma bela noite esse negócio estourou, soterrou, o povo foi embora e ficou aqui o pessoal que vivia dos pequenos currais, da pequena agricultura e dos remédios caseiros. Quem aguentasse viver aqui, vivia, quem não aguentasse...

E esse problema perdurou por longos anos, mas todo mundo sabe aqui que a relação do pessoal aqui ficou mais forte quando teve a seca de 1890. Esse pessoal atravessou então o São Francisco e veio localizar aqui. Havia muita água, água com fartura, terras

boas e se instalaram aqui. Todo mundo aqui tem uma relação com Macaúbas. Macaúbas era um grande município que hoje envolve Igaporã, Riacho de Santana, Oliveira dos Brejinhos, a própria Macaúbas, entendeu? É esse trechão aí, que eu acho que vai até a direção de Ibotirama, Paratinga, Paramirim, por ali. É a grande Macaúbas deles. Veio de lá nessa seca e chegou aqui tinha muita água e, de fato, tinha muita água. Eu ainda conheci o Oeste da Bahia com muita água (Entrevistado 3, representante de organização popular em Correntina).

Nossa região ela é uma região muito ligada a água. Muita gente dessa geração atual descende de pessoas que vieram fugindo da seca do Nordeste adentro, do Ceará e da própria Bahia mesmo. Então já vem consciente que já passou por um processo de falta d'água e sabe o que é faltar água. Então, meus descendentes que vieram de Brotas de Macaúbas vieram fugindo da seca. Eram os famosos retirantes, pessoas que na fome, na ânsia de não morrer de sede saíam a procura de lugares melhores. Então quando chegaram aqui e viram essa abundância, desenvolveram uma forte relação com a água. Você tem o nome da cidade, que tá relacionada a água. Várias comunidades aqui que mesmo que não tenham mais água, seus nomes estão relacionados às águas. E todos os municípios aqui tem sua sede às margens de um rio (Entrevistado 7, representante de organização popular em Correntina).

Como destacado pelo Entrevistado 7, as águas são tão importantes para Correntina e estão tão umbilicalmente ligadas a seus povos e a sua identidade que grande parte dos lugarejos, comunidades, povoados, são os mesmos nomes dos rios, das veredas, das nascentes, dos galhos. A comunidade de Capão do Modesto, por exemplo, recebeu este nome pois foi constituída nas proximidades do riacho do Capão do Modesto. Nas comunidades do Grilo e do Salto são históricas as cabeceiras grandes do Grilo e do Salto que atualmente infelizmente não correm mais água. A Comunidade do Arrojado, como não poderia deixar de ser, foi formada na beira do Rio Arrojado. O Fecho de Porcos, Guará e Pombas tem esse nome pois nele há estas três cabeceiras de mesmo nome. Os Fechos da Vereda da Felicidade e da Vereda do Rancho são assim nomeadas por conta das veredas (da felicidade e do rancho, respectivamente) que os alimentam. E assim segue o jeito correntinense de nomear territórios.

Destaca-se, por fim, que as águas também eram os pontos orientadores para as dinâmicas de transporte em Correntina. Segundo Miranda (2000), o Rio das Éguas (Correntina), o rio Arrojado e o Rio do Meio serviam de apoio aos viajantes que seguiam de Correntina a Goiás e se configuravam como um importante suporte em razão das condições precárias de transportes, que estavam assentadas até a primeira metade do século XX no uso de animais em estradas impróprias e era uma das principais razões para o isolamento do município. Importante também era o Rio Corrente em Santa Maria da Vitória, afluente do Rio São Francisco e do qual se partiam vapores de navegação. A situação de “isolamento” do município, portanto, só começou a ser superada com a construção das estradas de rodagens e com o processo de modernização agrícola a partir da década de 1980, que, numa dinâmica de expansão de

fronteiras, trouxe consigo a intensificação da apropriação privada da terra, das águas e dos recursos naturais.

2.2. Modernização agrícola e territorialização do agronegócio em Correntina.

Seguindo o percurso histórico da “modernização” agrícola no Oeste da Bahia, Correntina, como dito, também vivenciou este processo. Ele também foi vertical e autoritariamente conduzido pelo Estado e pelas elites, em suas várias facetas do capital nacional e internacional, e teve como suporte fundamental o crédito agrícola, o qual foi o principal alicerce para a implantação das culturas de pinus e eucalipto, projeto este considerado como o pontapé inicial das transformações agrícolas modernizadoras no município.

De acordo com Miranda (2000), o incentivo às culturas de pinus e eucalipto através da prática de reflorestamento se deu principalmente a partir da segunda metade da década de 1970, após o estouro da crise do petróleo em 1974, e se apresentava como uma estratégia de fonte energética renovável, além de se configurar como matéria-prima para celulose e papel. Esta perspectiva se materializou em um grande projeto de reflorestamento que, numa lógica de expansão de fronteiras, do tipo frente pioneira, promoveu a abertura de áreas e fazendas através do desmatamento quase que integral do cerrado e a inserção forçada da plantação de pinus e eucalipto por empresas reflorestadoras. Destaca-se que “o oeste da Bahia abrangia metade do reflorestamento programado para o Estado, ao passo que Cocos e Correntina ocupariam mais da metade da área destinada ao oeste baiano” (MIRANDA, 2000, p. 123)

Em Correntina este projeto predominou principalmente na primeira metade da década de 1980, em grande parte do entorno da BR 020 que liga o distrito de Rosário à sede do município, sobretudo nos primeiros 90km, na direção oeste-leste. Ou seja, sobretudo nas terras coletivas de “gerais”, aquelas com maior pluviosidade, onde estão as nascentes dos rios, as áreas de recargas dos aquíferos, e são as áreas planas passíveis de mecanização.

Nas entrevistas realizadas no trabalho de campo, as memórias sobre a “época do reflorestamento” estão sempre presentes. A antiga dirigente do STR de Correntina destaca que quando veio de Ibotirama para o município na década de 1980, esperava um cenário menos conflituoso, mas o que encontrou foi a mesma coisa que tinha lá, de forma mais intensificada. Encontrou um município com suas autoridades absolutamente comprometidas com o projeto de reflorestamento e viu Correntina quase se transformar em um “tapete verde” por meio da grilagem de terras e da violência.

Por ser expressão do prelúdio da expansão de fronteira a partir da lógica da frente pioneira, o projeto de reflorestamento e a atuação das empresas reflorestadoras tiveram como alicerce fundamental a apropriação privada da terra e recursos naturais e o desapossamento de trabalhadores e comunidades rurais, representando, como desenvolvido no capítulo anterior, o caráter extensivo e territorial do capital. E isso se deu, assim como em boa parte dos movimentos de acumulação do capital por via da expansão da fronteira, através da pilhagem, ou seja, da apropriação ilegal de terras e bens públicos que estavam originariamente ocupados por meio da posse.

Miranda (2000) realizou um levantamento cartorário de certidão de imóveis e aponta alguns exemplos emblemáticos da grilagem em Correntina, principalmente no período que antecede a chegada das empresas reflorestadoras, que envolvem desde a ausência de limites precisos das dimensões topográficas dos imóveis até as falsificações grosseiras de documentos:

No levantamento que realizamos na seção de Registro de Imóveis de Correntina, deparamo-nos com um grande número de casos que, aos desavisados podem parecer incomuns; contudo são fatos que no passado eram rotineiros e que recentemente foram utilizados por pessoas e grupos inescrupulosos e ambiciosos. Assim, a título de exemplo, lê-se em uma escritura pública datada de 14 de março de 1968: 'Rio das Éguas abaixo até a barra do Corrente e por este acima até as porteiras...'. Na escritura de 05 de julho de 1969, lê-se: 'da cabeceira do morro, estrada do Vau abaixo, até extremar em terras da Manga em uma baraúna grande'

(...)

Um dos casos mais impressionantes foi o da fazenda Passagem Funda, que era uma posse avaliada pela justiça em Cr\$ 31,00 e, após sucessivas retificações, alcançou oficialmente 299.105 hectares. Toda a área foi requerida por um condomínio de empresas que incluía a Triflora, a Reba, Florestaminas, a Planta 7 e a Vale do Rio Grande Reflorestamento S.A., no dia 27 de maio de 1980, e homologada pelo juiz de Direito de Correntina, no dia 07 de junho do mesmo ano, portanto, num período de dez dias (MIRANDA, 2000, p.135-136).

Destaca-se que a empresa Planta 7, acima citada, é apontada no Quadro 1 (a ser apresentado adiante) como uma das principais empresas controladoras de terras em Correntina, detendo mais de 40.000 (quarenta) mil hectares e, atualmente, é conhecida no município por participar de esquemas de grilagens e atuar na dinâmica especulativa de compra e venda de imóveis. Apesar de ainda existirem no município algumas empresas reflorestadoras que são proprietárias de terras, grande parte deste condomínio foi sendo, ao longo dos anos dividido e vendido para produtores e empresas produtoras de grãos. Isso porque, na verdade, o Projeto de Reflorestamento em Correntina teve como função primordial a apropriação privada da terra (por meio da grilagem), a aquisição de crédito público (já que o Estado Brasileiro foi um dos principais incentivadores e promotores do reflorestamento), e a apropriação do território dos

“gerais” mediante o desapossamento dos povos e comunidades que historicamente o ocupavam. No entanto, o projeto não se consolidou e, na verdade, abriu caminhos para a introdução impositiva da soja e outros grãos naquele território.

Como descrito por um dos entrevistados:

Na década de 80 se fez um “tapete documental” de toda essa região, para as reflorestadoras que chegaram plantando pinus e eucalipto. Em 1979 a Prestec já estava aqui. E isso não foi para frente porque não era para ir pra frente. Não se construiu para isso. Havia um desconhecimento agrícola total da área, uma não adaptação total de certas plantas no modelo que eles estavam querendo. E ele não deu certo porque não era para dar certo porque o financiamento era um presente. Então você gastava uma quantidade daquele financiamento e já podia ir embora alegando que o projeto não deu certo e sumia. Ou então você abandonava e deixava a terra como penhor. Nenhum problema quanto a isso. E ia embora com o dinheiro, porque o dinheiro tava na conta e ponto final.

Essas reflorestadoras vieram, fizeram esse tapete documental e depois o agronegócio veio, com o apoio governamental, as instituições federais, embrapa, financiadoras e tal, bancos. (Entrevistado 3, representante de organização popular em Correntina).

Este processo de reflorestamento significou, em Correntina, um dos marcos para o avanço da dinâmica expansionista de fronteira, do tipo frente pioneira. E nele, a incorporação “modernizadora” de “novas” regiões ao mercado, numa articulação com interesses globais, teve, como desenvolvido no capítulo anterior, como alicerce fundamental a transformação do regime de posses em um regime de propriedade e a valorização da terra como ativo financeiro e econômico. O incremento do regime de propriedades, neste período, não pode ser dissociado da expropriação de povos originários e posseiros, e, neste sentido, o conflito é elemento fundamental. A grilagem e expropriação de terras são componentes centrais das discussões sobre fronteiras e estão necessariamente vinculadas à violência. De acordo com Miranda (2000), entre 1980 e 1984, os conflitos por terra em Correntina envolveram pelos menos 5.104 famílias e cerca de 1.880.213 hectares.

As edições do Jornal “A Foice”, produzido pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Correntina, a partir dos anos de 1980, têm como pauta permanente a discussão sobre a grilagem de terras no município. O Jornal, que se intitula “A foice” por pretender, como a ferramenta, ser um instrumento capaz de cortar as injustiças do mundo, expõe como a grilagem foi promovida pelas empresas reflorestadoras, com o apoio do Estado, retrata os conflitos dela decorrentes, e traz a dimensão dos primeiros impactos das transformações modernizadoras em Correntina.

Figura 13 - Emblema do jornal “A Foice” (1980).



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Correntina (1980)

O editorial do primeiro número do jornal, publicado no final do ano de 1980, retrata bem as preocupações dos trabalhadores rurais àquela época:

Vai o ano de 80 embora ao meio da poeira dos primeiros tratores que vão entrando no município, abrindo picadas e outros serviços para Reflorestamento, Proalcool e outros ‘progressos’.

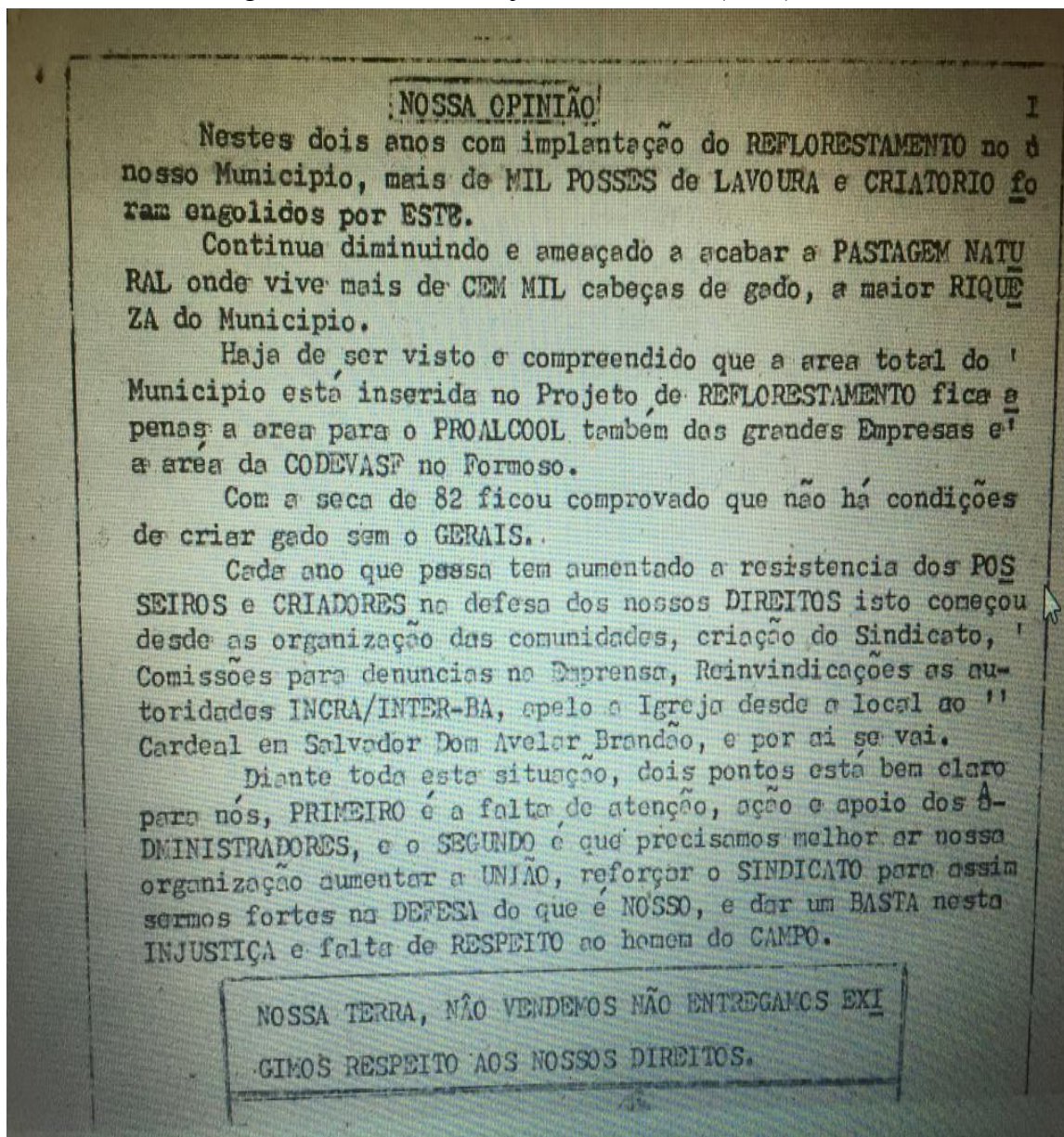
(...)

Grilagem atingindo proporções nunca vistas, aumento dos conflitos e já chegando a beira das terras boas, tudo indicando que em 81 as grilagens vão ser maiores e mais violentas. Pelo que aí está, a criação nos campos nos gerais vai acabar num prazo curto, a invasão dos grileiros dos fechos dos gerais e a grilagem de frentes de pequenos e médios proprietários, estes que até agora tem garantido o abastecimento de Correntina (A Foice, ano I, nº 1, p. 1).

Nos anos seguintes, a preocupação em torno da grilagem permanecia, conforme citação abaixo e excertos extraídos do Jornal:

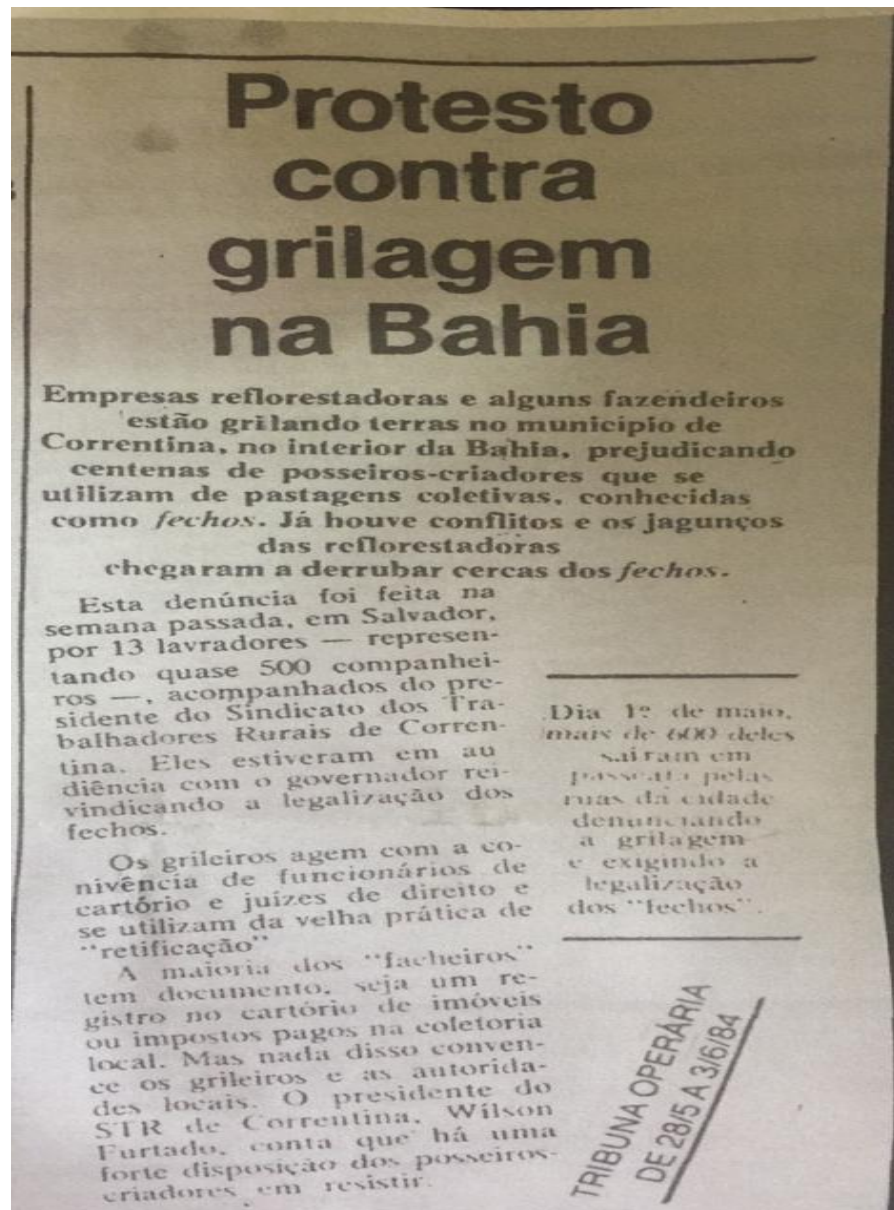
a continuação da grilagem conforme mapa de Reflorestamento em Correntina, que mostra claramente todas as terras do município ficarão para o Projeto de Reflorestamento, não ficará nem um palmo de terra para o plantio de lavouras: milho, feijão, arroz e mandioca; as autoridades governamentais autorizaram as Empresas para plantio de eucalipto e pinus e ainda se comprometeram publicamente em colaborar com as Empresas no que elas necessitarem (A foice, ano II, n VI, p. 2)

Figura 14 – Editorial do jornal “A Foice” (1984)



Jornal “A Foice”, ano IV, n.II, p. 1. Fonte: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Correntina (1984)

Figura 15 – Notícia do jornal “A Foice” (1985)



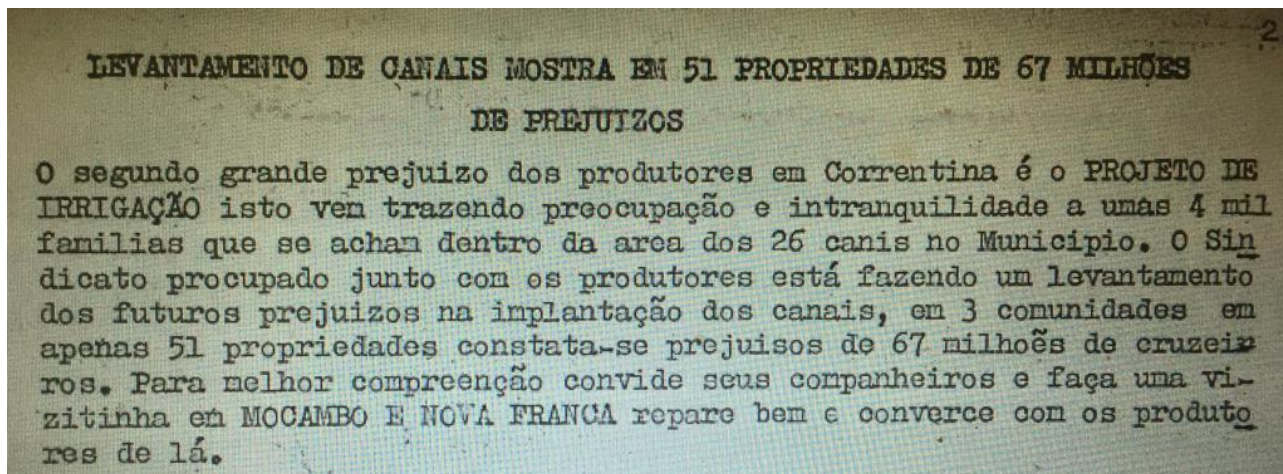
Jornal “A Foice”. Ano V, nº II, p. 3. Fonte: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Correntina (1985).

Já nesta época, a dimensão da apropriação das águas era também um fator relevante nas discussões em torno das transformações impostas em Correntina. Em proporção bem menor do que a apropriação privada da terra, a captura da água, no início da década de 1980, já demonstrava a sua potencialidade lesiva. A água era apropriada para usos de irrigação nos projetos de reflorestamento e na produção de grãos que já começava a despontar neste período:

Este ainda mantém os produtores inquietos, apesar dos abaixo-assinados, reuniões, ofícios as repartições e denúncias em Salvador. O projeto está aí. ‘Abra o olho meu amigo, quem vê as orelhas do vizinho arder ponha as suas de molho’. Os

companheiros do Pedra Branca por morarem perto do Mocambo Nova Franca e sendo conhecedores de perto dos prejuízos do Projeto de Irrigação estão sempre mais alertas e dispostos e não deixarem se repetir os estragos. ‘O engano dos óio é ver’ (ditado dos mais velhos) assim se na sua comunidade tem canal você tem por obrigação fazer uma visita lá em Mocambo para ver os estragos (A foice, ano II, n VI, p. 3).

Figura 16 – Notícia do jornal “A Foice” (1982)



Jornal “A Foice”. Ano II, nº VII, p. 4. Fonte: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Correntina (1982).

Desde os primórdios da “modernização”, a irrigação já se mostrava como importante. Um dos programas com ações desenvolvidas em Correntina foi o Programa de Apoio à Agricultura Irrigada (PROIR), do Fundo Constitucional do Nordeste, do Banco do Nordeste, que financiava ações de construção de açudes, perfuração de poços, construção de barragens, equipamentos de irrigação e outras (MIRANDA, 2000). Ressalta-se que a preocupação com as águas do povo correntinense é marcante em todas as falas dos trabalhadores rurais e representantes de organizações sociais do município que foram entrevistados. E esta preocupação, que se expressa hoje como uma questão de calamidade, também está presente historicamente, como se pode perceber com os excertos do jornal.

Tem-se então que, a partir da década de 1980, há um processo de valorização do capital, com a presença de novos atores, que tem na terra e na água um motor fundamental. Para a implementação da dinâmica de “modernização” territorial e da agricultura de Correntina, a “abundância de terras ‘vazias’, parte comprada a preços simbólicos e outra parte adquirida a custo zero por muitos ‘pioneiros’ do processo de ocupação moderna”, assim como a disponibilidade hídrica, foram fatores essenciais (MIRANDA, 2000, p. 24). E, neste sentido, o projeto de reflorestamento com pinus e eucalipto imposto para Correntina significou a abertura de caminhos, principalmente em termos fundiários, de infraestrutura e creditícios, para a

introdução das monoculturas de grãos no município, que foram se intensificando a partir da segunda metade da década de 1980.

Desde os primórdios, a produção de grãos em Correntina esteve mais concentrada no distrito de Rosário, à época um pequeno povoado e atualmente já se constituindo como importante nucleação urbanizada que, junto com a Vila Coaceral (Barreiras) e o distrito de Roda Velha (São Desidério), compreendem os principais núcleos produtores de grãos da Bahia. Estas nucleações estão localizadas nas regiões de chapadas do Oeste da Bahia (“gerais”), e por esta razão foram aquelas inicialmente ocupadas para a produção intensiva de grãos. De acordo com Santos (2016), são exemplos do surgimento de territórios resultantes do avanço da fronteira agrícola no bioma Cerrado, já que estas regiões de “chapadões” estão distantes dos centros municipais e, diante da ausência inicial de infraestrutura em torno da BR-020, a formação das nucleações distritais, em torno dos postos de combustíveis, foi essencial para a garantia do apoio estrutural necessário às empresas e produtores de grãos.

A Vila Rosário, por exemplo, fica às margens da BR-020, aproximadamente 200km da cidade de Correntina, é composta por três loteamentos (Cidade Vila do Rosário, El Dourado e Residencial Primavera do Oeste), possui empresas revendedoras de máquinas e insumos agrícolas, compradoras de *commodities*, estrutura de armazenamento de grãos, se constituindo, portanto, como um importante polo de produção e comercialização de grãos. De acordo com Miranda:

No município de Correntina, o ponto avançado da cultura da soja pelo aparato da moderna tecnologia é Posto Rosário, pequeno povoado que, por rodovia (BR-020/BR349), dista aproximadamente 200km da cidade de Correntina e 30km da cidade de Posse (GO). Em Posto Rosário, modernas instalações físicas da Ceval e de outras empresas sinalizam com eloquência os contornos arquitetônicos e funcionais do novo padrão agrário, sob a dinâmica do capital industrial e financeiro (MIRANDA, 2011, p. 124).

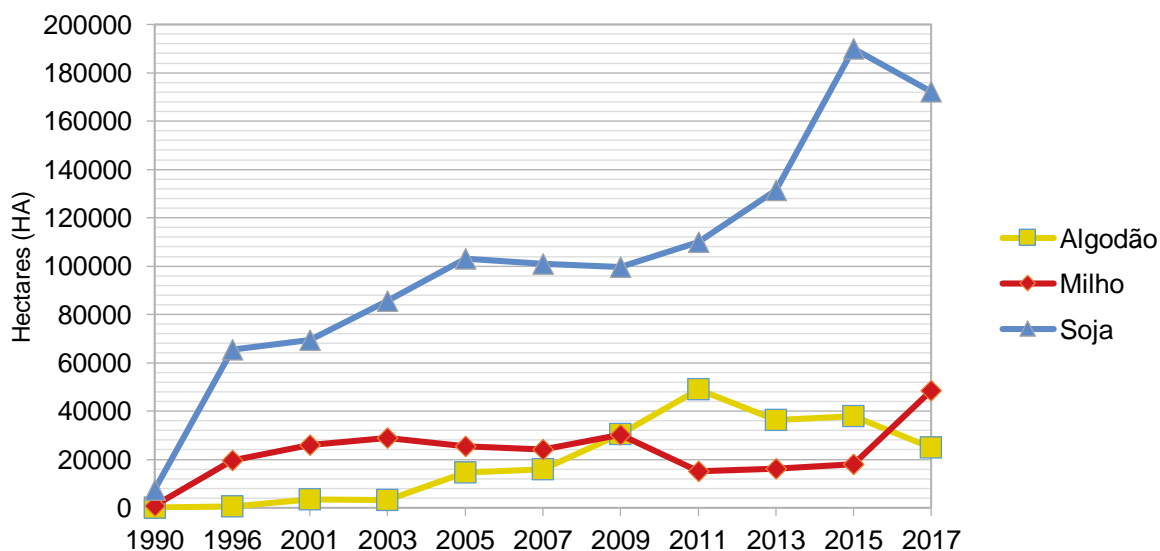
As transformações agrícolas e territoriais em Correntina, que culminaram com a consolidação do distrito de Rosário como um dos principais polos da agricultura moderna do Estado da Bahia, acompanharam a mesma dinâmica dos demais municípios da região Oeste da Bahia. Como já ressaltado, foi a partir da década de 1980 que Correntina passou a vivenciar de modo mais intenso as transformações modernizadoras da agricultura, sendo um dos seis municípios que mais recebeu investimentos governamentais, oriundos tanto da segunda fase do Prodecer quanto do Projeto de Reflorestamento (SANTOS et al, 2012). No entanto, é a partir

da década de 2000, com o boom das *commodities* e aumento expressivo da exportação brasileira de gêneros primários, que o agronegócio assume maior dimensão no município.

Correntina é, na atualidade, um dos principais municípios com maior expressão na produção agropecuária no Estado da Bahia. No período de 2002-2016, Correntina vivenciou uma ampliação de proporções significativas tanto no ‘valor adicionado bruto da agropecuária ao PIB’ quanto no valor do ‘PIB Municipal’. De acordo com os dados do IBGE, no que diz respeito ao valor adicionado bruto da agropecuária ao PIB houve um aumento de 228% no período e o PIB municipal expressou um acréscimo de 308%.

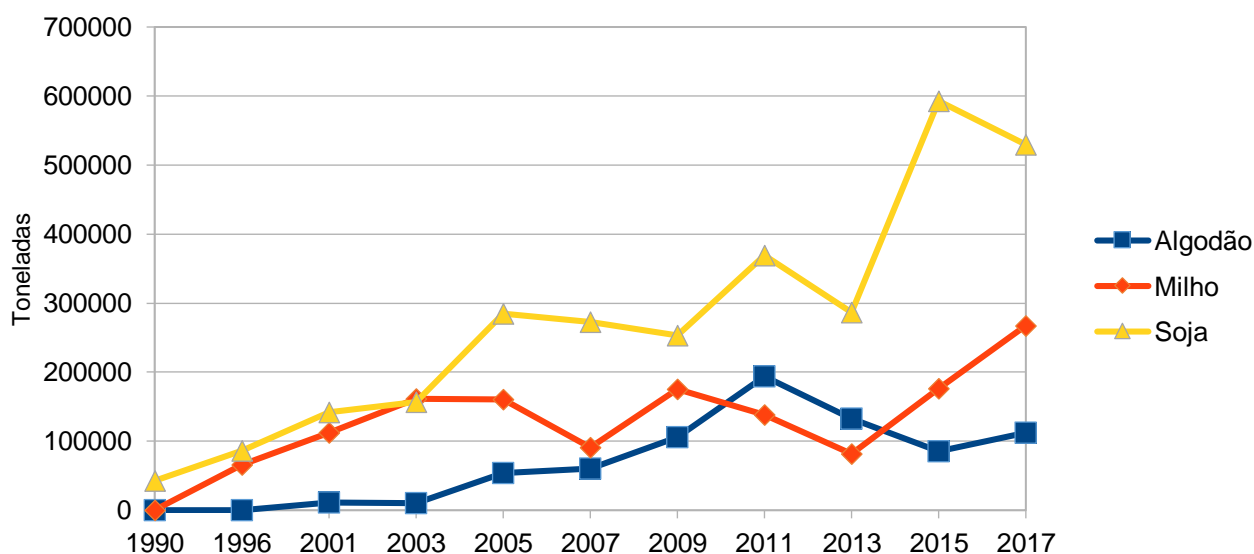
Obviamente que o aumento expressivo do valor agregado à agropecuária em Correntina, sendo, junto com o setor de serviços, uma das principais fontes de “riquezas” do município, se deve ao incremento da própria produção agrícola, com intenso espraiamento da produção de grãos pelo território, tanto em termos de área plantada quanto em termos de quantidade produzida e, isto se reflete na elevação mais que considerável do PIB Municipal. Os gráficos abaixo ilustram a dimensão do desenvolvimento da produção de grãos em Correntina ao longo das últimas quatro décadas:

Figura 17 - Área plantada dos principais grãos em Correntina -BA (1990/2017)



Fonte: PAM – IBGE. Elaboração: Joice Bonfim

Figura 18 - Quantidade produzida dos principais grãos em Correntina - BA (1990/2017)



Fonte: PAM – IBGE. Elaboração: Joice Bonfim

Percebe-se que é justamente a partir da segunda metade da década de 1980 que se inicia a introdução do plantio de grãos no município, período em que o Estado Brasileiro aportou incentivos governamentais principalmente através do Prodecer e do Projeto de Reflorestamento, programas estes que também foram instrumentos para a grilagem de terras públicas e transformação de um regime de posse em um regime de propriedades, como visto. Os gráficos também demonstram que é a partir da década de 2000 que ocorrem os maiores incrementos na destinação das áreas e na quantidade produzida de grãos, seguindo, portanto, o fluxo do período chamado “*boom das commodities*”.

É fato que ocorreram algumas oscilações tanto na quantidade produzida quanto na área plantada principalmente no período pós 2005, mas a tendência de crescimento constante destas variáveis permanece. Inclusive, o período pós 2008, de queda dos preços das *commodities*, não fez com que houvesse um refreio na destinação de áreas para a produção e nem na produção em si. Ao contrário, se tomarmos como exemplo o caso da soja, percebe-se que no período de 2009 à 2017, houve um aumento de 108% na quantidade de toneladas produzidas e de 73% na quantidade de hectares destinados à produção do grão, indicando, como trabalhado no capítulo anterior, o incremento produtivo como uma estratégia de enfrentamento ao período de crise. Importante destaque há de ser dado ao ano de 2015, mesmo ano de início da implementação do

PDA Matopiba, no qual o número de hectares destinado à soja e a quantidade de toneladas produzidas foram recordes no município.

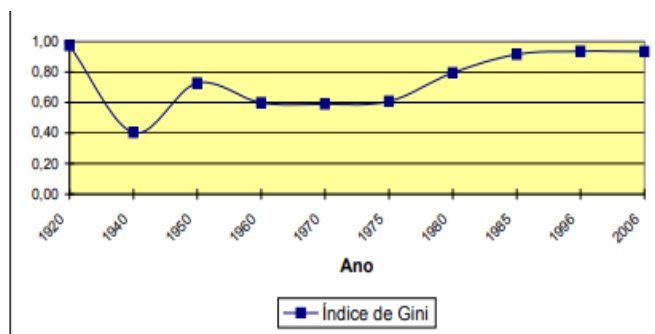
Apesar destes números indicarem uma situação de pujança econômica, em Correntina¹⁰ permanecem graves situações de desigualdades. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015), permaneceu intacta a desigualdade de renda no mesmo período, tendo o município Índice de Desenvolvimento Humano municipal (IDHm) de 0,603, o qual está abaixo da média nacional. Além disso, segundo relatório da Oxfam (2016), Correntina é um dos municípios integrantes do grupo dos 1% com maior concentração fundiária do Brasil.

O Projeto Geografar realizou um levantamento importante sobre a evolução do índice de GINI (o qual indica, quanto mais próximo do número 1, maior concentração fundiária) dos municípios da Bahia no período de 1920 à 2006, e identificou que apesar de algumas variações ao longo destas décadas, a partir de 1985 (ano que marca a introdução da produção de grãos naquele território), o índice de GINI de Correntina sofre significativa elevação, indicando, aumento expressivo da concentração fundiária, que praticamente chega aos níveis do ano de 1920.

Figura 19 - Evolução do índice de Gini (concentração fundiária) de Correntina-Ba (1920/2006)

Ano	Índice de Gini
1920	0,973
1940	0,404
1950	0,726
1960	0,598
1970	0,59
1975	0,608
1980	0,794
1985	0,915
1996	0,935
2006	0,934

Fonte: Projeto GeografAR, 2011.

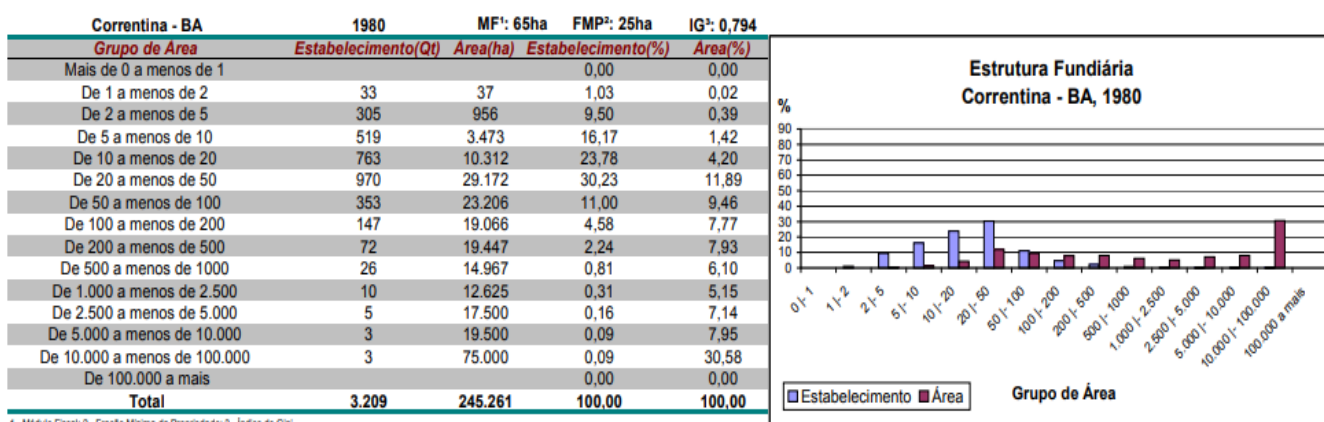


Fonte: Projeto Geografar, 2011.

¹⁰ Além de ter aumentado o PIB Municipal em proporções consideráveis, o município de Correntina apresentou, em 2016, segundo dados do IBGE, PIB *per capita* no valor de R\$ 33.778,30, revelando um aumento de aproximadamente 85% no período de 2010 à 2016

Como trabalhado no capítulo 1, Correntina, de acordo com os últimos Censos Agropecuários, está entre os municípios do Oeste da Bahia com maior concentração fundiária. O projeto Geografar também sistematizou a área ocupada pelos imóveis rurais de Correntina ao longo das últimas décadas, e exemplificativa é a comparação da estrutura fundiária do município no ano de 1980 com o ano de 2006 (último Censo analisado pelo projeto), com destaque para a prevalência da ocupação da terra por imóveis com mais de 2500 hectares:

Figura 20 – Estrutura fundiária de Correntina (1980)



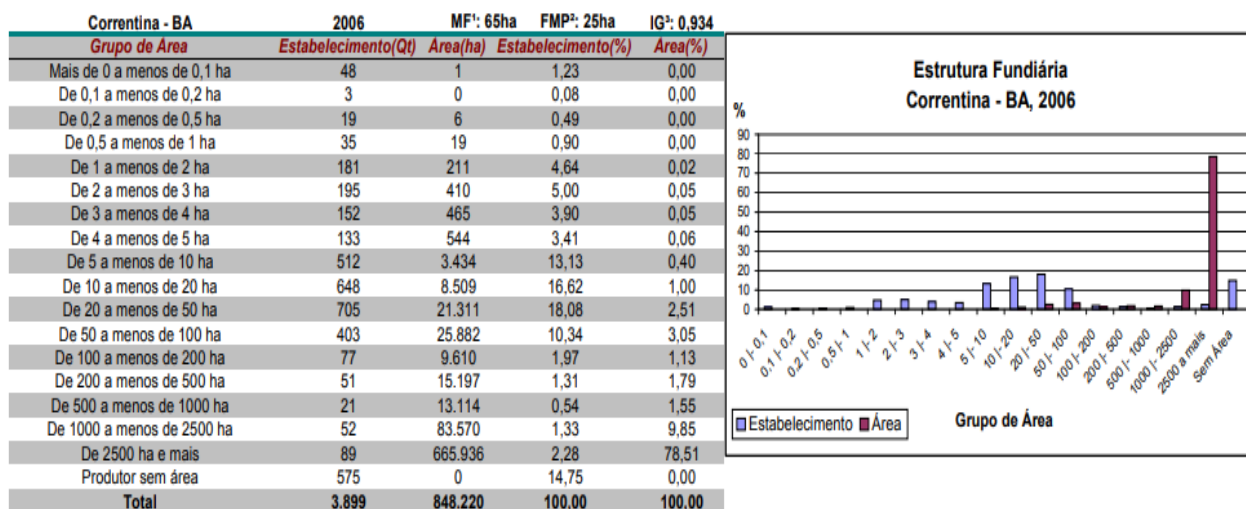
1 - Módulo Fiscal; 2 - Fração Mínima da Propriedade; 3 - Índice de Gini.

Fonte: IBGE. IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 Censo Agropecuário. SR - BA, V. 2, Parte I, Tomo 3, N. 15. Rio de Janeiro 1983/4.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

Fonte: IBGE. Elaboração Projeto Geografar.

Figura 21 – Estrutura fundiária de Correntina (2006)



1 - Módulo Fiscal; 2 - Fração Mínima da Propriedade; 3 - Índice de Gini.

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006, Bahia www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeografAR.

Fonte: IBGE. Elaboração Projeto Geografar.

Este processo de intensificação da concentração fundiária pós modernização da agricultura e emergência do agronegócio reflete a monopolização e privatização da terra naquele território, fenômeno que está imbricado ao projeto político e econômico do agronegócio e que ganha contornos específicos pós a crise de 2008. O quadro 1 apresentado em seguida revela quais são as principais empresas e empresários detentoras/es de terras no município.

As dinâmicas de monopolização da terra que se apresentam em Correntina são variadas. Algumas empresas são detentoras de terras no município desde as décadas de 1980/90, sendo popularmente reconhecidas por participarem de esquemas de grilagens, a exemplo da empresa Planta 7, empresa do ramo de reflorestamento e das famílias tradicionalmente reconhecidas como grandes produtoras de grãos (Horita, Mizote). Essas, tanto produzem de fato, quanto trabalham na lógica de compra e venda de terras. Outras, são empresas nacionais e estrangeiras que tanto controlam terras nas melhores e mais produtivas áreas de Correntina (nos “gerais” da divisa com o Estado de Goiás), quanto estão em processo de expansão na direção Oeste-Leste, a exemplo da Brasil Agro. Há também as imobiliárias rurais, surgidas principalmente na última década, especializadas na compra e venda de imóveis rurais e com foco na lógica especulativa, a exemplo da Imobiliária Cajueiro, SLC Agrícola e outras. Os fundos financeiros internacionais de investimentos, muitas vezes associados a empresas nacionais (imobiliárias, inclusive) que atuam na lógica especulativa também marcam presença em Correntina, a exemplo do TIAA-CREF.

O que tem marcado a atuação de quase todas estas empresas e empresários em Correntina no último período é a expansão na direção Oeste-Leste, para as áreas com menor pluviosidade e mais próximas aos territórios das comunidades correntinenses. Alguns fatores estão associados a esta dinâmica. A promulgação do Novo Código Florestal (Lei 12.651/12), no ano de 2012, instituiu a possibilidade de haver compensação de reserva legal nas propriedades rurais, permitindo a regularização da reserva legal mediante a compra e destinação de área equivalente ao que seria a reserva legal em outro imóvel rural do mesmo bioma. Este fator promoveu uma verdadeira corrida por terras ainda preservadas em Correntina, favorecendo o aumento de transações e os cercamentos de áreas de posse tradicional e comunitárias.

Em visita de campo à Comunidade de Capão do Modesto, foi relatado pelos comunitários o aumento dos conflitos e da violência neste período. Os comunitários apontam

que a área comum de fecho de pasto utilizada secularmente pela comunidade de Capão, Barreiro Vermelho e outras, localizada entre os rios Santo Antônio e Correntina, tem sido invadida e violentada por pelo menos sete agentes do agronegócio da região, entre eles: Agrícola Xingu, Dino Faccioni, Jonhn Kudiess, Talismã Agropecuária, entre outras. Os referidos agentes têm cercado as áreas, destruído os ranchos e as benfeitorias construídas há décadas pelos fecheiros, colocado placas indicando as áreas como reservas legais e contratado seguranças privados (sobretudo da empresa de segurança Estrela Guia) para realizar a vigilância das áreas e intimidar os comunitários.

A partir das entrevistas de campo e conversas realizadas com representantes de comunidades de fecho de pasto e de organizações populares de Correntina, entende-se que os conflitos associados à instituição de reservas legais não estão apartados da lógica de aquisição de terras para as chamadas “áreas de reserva”, que são aquelas com menor regularidade pluviométrica, destinadas à reserva de valor e que dependem da irrigação para se garantir maior segurança na produtividade. Ou seja, com a possibilidade de compensação de reserva legal trazida pelo Código Florestal, o que hoje é reserva legal, havendo condições técnicas, em um curto período pode se tornar uma área irrigada de produção de grãos.

Outro fator essencial à dinâmica de expansão territorial do agronegócio em Correntina é o PDA Matopiba, que, como visto, tem promovido e incentivado a expansão do agronegócio nas regiões de cerrado da Bahia. Em Correntina, a expansão tem se dado justamente nestas áreas de reserva, ainda em posse coletiva e comunitária e está assentada também no processo de apropriação das águas. Analisando as publicações institucionais da Aiba, pode-se perceber a vinculação direta entre Matopiba, fortalecimento desta fronteira agrícola, e incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura, logística e “inovação agrícola” deste território. Como a perspectiva é de expansão para áreas de produção menos consolidadas, o Matopiba se apresenta como um instrumento capaz de garantir a estrutura e segurança necessárias. E, neste sentido, o desenvolvimento de técnicas voltadas à apropriação e uso das águas na agricultura se mostra como elemento fundamental. Esta questão será melhor trabalhada no capítulo seguinte, mas abaixo está um excerto da Revista nº 5 da Aiba, que aponta este viés como um dos principais direcionamentos da Embrapa no âmbito do PDA Matopiba:

Uma das principais ameaças para o desenvolvimento da região está vinculada ao risco climático, a exemplo do ocorrido nesta safra 2015/2016, cuja magnitude foi intensificada pelo fenômeno “El nino”, onde os prejuízos na produção estão estimados em média de 50%, mas as perdas em algumas lavouras foram de até 100%, ocasionando uma situação sem precedentes na região, considerando o início do cultivo de grãos a partir de 1975. Diante deste cenário, a Embrapa está estruturando o projeto

“Adaptação e desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis com enfoque na redução do risco climático no Matopiba”, com o objetivo de mitigar os prejuízos decorrentes de deficiência hídrica, a exemplo da safra 2015/2016, cuja situação certamente se repetirá, embora com incertezas de “quando” e qual a intensidade. Neste projeto serão desenvolvidos diversos trabalhos, incluindo: manejo do solo para redução do risco climático; Sistemas de produção (rotação, integração) focados na redução do risco climático; insumos para mitigar o risco climático; Outros a definir. O projeto está em fase de estruturação e todos os parceiros estão convidados a participar. O resultado esperado deste projeto é desenvolver tecnologias para diferentes sistemas de produção para reduzir os impactos negativos que as variações dos eventos climáticos podem causar na produção agrícola e assim, diminuir os riscos. (AIBA RURAL, nº 05, Ano II, 2ª trimestre, 2016, p. 25)

Em síntese, destaca-se que o processo histórico de modernização da agricultura e consolidação do agronegócio no Oeste da Bahia, que envolve a captura das “terras de gerais” e das águas, também se expressa em Correntina. Este processo pode ser compreendido a partir da discussão proposta por Haesbaert (2014), trabalhada no capítulo 1 relativa à dinamicidade do território, que no caso de Correntina tem sido imposta, numa dimensão verticalmente autoritária e violenta, e tem provocado transformações profundas a partir da territorialização do agronegócio (que pressupõe domínio e apropriação). O aumento expressivo da concentração fundiária, da destinação das áreas (ha) para a produção de grãos, a sucessiva e permanente transformação de um regime de posses em um regime de propriedades e a apropriação das águas (como se dará destaque adiante) em Correntina tem materializado a transformação do “território como abrigo” em “território como recurso”, pois há a imposição de uma lógica de racionalização associada à tecnologia e padronização, que busca transformar o lugar dos povos e comunidades que ali vivem em um “não lugar” ou no lugar do agronegócio.

2.3. O controle de terras através do fenômeno de *land grabbing* em Correntina.

A consolidação efetiva do agronegócio na região do cerrado baiano e a dinâmica de expansão no contexto do Matopiba estão relacionadas, como visto, com o chamado ‘boom das commodities’ da década de 2000 e também estão associadas ao aumento exponencial do preço da terra nesta região, e ao processo de corrida e captura global por terras, ou seja, ao fenômeno de *land grabbing*. Além dos “novos” elementos que caracterizam o movimento atual de (re)fronteirização agrícola da região em estudo, debatidos no capítulo anterior, a exemplo da intensificação do processo de apropriação das águas, há que se destacar também que, diferentemente de períodos anteriores, este movimento tem como objetivo “a acumulação de ativos financeiros a servirem de lastro para a nova promessa de expansão da produção de tais ativos movida pela inflação do preço destes nos mercados financeiros de derivativos mundiais”.

Além disso, se expressa, como evidenciado, no aumento da área plantada de *commodities* (entre 2000 e 2014 a área de soja, no Brasil, aumentou 253%) e no aumento do valor da terra (nos últimos 10 anos 2006-2016, segundo o indicador Farmland, a terra no Brasil teve uma inflação de 220%) (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS p. 31, 2018).

Borras e Sauer (2016) fizeram um esforço de sistematizar as principais discussões sobre *land grabbing*, evidenciando o conceito e os elementos centrais que caracterizam o fenômeno. Os autores ressaltam, inicialmente, que as primeiras discussões que colocaram em evidência o termo *land grabbing* o associaram à crise mundial de 2008 e estiveram voltadas para a lógica quantitativa, para a quantidade de hectares de terras transacionados e de investimentos estrangeiros no sul global, muitas vezes embasados em fontes jornalísticas um tanto imprecisas e não confirmadas, o que não foi suficiente para caracterizar efetivamente o contexto atual de apropriação de terras e bens naturais.

Apesar de não terem dado conta de apresentar toda a complexidade do *land grabbing*, as discussões iniciais sobre a ‘corrida mundial por terras’ foram importantes para dar maior visibilidade à problemática, e, desde quando apresentadas, estiveram, segundo Borras e Sauer (2016), devidamente associadas à crise mundial de 2008, que envolveu as dimensões alimentares, energéticas, ambientais e financeiras. De acordo com os autores, a corrida por terras explicita a demanda crescente por alimentos, fibras, florestas, combustível, águas e outros recursos naturais.

Estabelecidas estas premissas, é importante aprofundar um pouco sobre o próprio conceito de *land grabbing*, evidenciando, em linhas gerais, a sua complexidade. A primeira questão a se destacar é em relação ao termo em si, o qual, ao expressar a corrida global por terras, deve-se ir além da ideia de ‘estrangeirização’ e de corrida por terras para cultivos agrícolas. Para Borras e Sauer (2016), a associação de ‘*grabbing*’ com estrangeirização, apesar de evidenciar um elemento importante do fenômeno (o aumento expressivo da aquisição de terras do sul global por capitais estrangeiros) tratou-se de um equívoco, “dificultando uma compreensão mais ampla do fenômeno na América Latina”, que envolve a importante participação de capitais nacionais e dos Estados anfitriões. Do mesmo modo, a associação do fenômeno com a aquisição de terras voltadas para cultivos agrícolas também é bastante restritiva e não expressa a variedade dos interesses envolvidos na aquisição de terras (minerários, agrícolas, florestais, relacionados às águas, especulativos, energéticos etc.).

Corroborando com o entendimento dos referidos autores, compreende-se a necessidade de marcar o termo *land grabbing* com uma perspectiva mais genérica, para que o mesmo possa

abarcam a diversidade e a complexidade do fenômeno e, neste sentido, opta-se por entendê-lo como um novo ciclo de apropriação de terras associado ao controle externo (seja estrangeiro ou não):

Diante das dificuldades conceituais – que não se reduzem a problemas linguísticos -, a melhor opção (certamente com baixo apelo midiático) é traduzir *land grabbing* como apropriação de terras. Em primeiro lugar, apropriação descreve o fenômeno porque “[...] implica na transferência de propriedade, de direitos de uso e de controle” que “eram propriedades pública ou privada”. A transferência pode se dar via diferentes tipos de transações – legais, ilegais ou mesmo não legítimas -, o que não necessariamente implica em compra, pois há muitos casos de leasing ou arrendamentos, mas sim no controle sobre terras e recursos. (BORRAS e SAUER, 2016, p. 13)

A apropriação, seja de terras ou de outros recursos naturais (como a água, por exemplo) envolve, como descrevem os autores, um processo de transferência, seja de direitos de propriedade, de direitos de uso ou do controle de determinados bens, gerando a exclusão da forma utilizada anteriormente e isso pode se dar de forma legal ou ilegal. É importante ressaltar que boa parte dos processos de apropriação de terras e recursos naturais (sejam eles históricos ou inseridos no novo ciclo de *land grabbing*) envolve, assim como no movimento de expansão de fronteiras, a lógica da privatização, de tornar privado, através de novos (ou antigos), legais (ou ilegais) cercamentos de bens públicos ou bens tradicionalmente tidos como de uso comum/coletivo e uma disputa em torno do controle. Ao se utilizar o termo apropriação para definir *land grabbing*, amplia-se a perspectiva para incorporar, na atual corrida global por terras (e recursos naturais), a apropriação por via do controle na gestão da terra, o que nos leva a perceber as relações de poder envolvidas, e também a privatização não apenas de bens públicos, mas também de bens tradicionais de uso comum, gerando expropriação, e tendo como perspectiva central a acumulação. O conceito de apropriação está, então, “diretamente relacionado a processos interrelacionados e interdependentes de acumulação e expropriação” (BORRAS e SAUER, 2017, p. 13).

A opção pelo termo apropriação além de permitir ir além da ideia de transferência de propriedade, abrangendo a perspectiva do controle, e nos remeter aos conceitos de privatização e expropriação, nos leva a considerar que o fenômeno de *land grabbing* não se trata de algo novo, afinal, a apropriação de terras e de recursos naturais marca historicamente a construção da chamada sociedade moderna. Neste sentido, são importantes os escritos de Marx (2017) sobre a acumulação primitiva do capital que analisam a transição do feudalismo para o capitalismo na Inglaterra e o papel dos cercamentos e da expropriação dos camponeses.

Destaca-se que ao trabalhar o movimento de fronteira, tanto Martins (1995) quanto Foweraker (1984) retomam o conceito de acumulação primitiva desenvolvido por Marx, afirmando que a reprodução do capital a partir da expansão das fronteiras resgata os mecanismos da acumulação primitiva, principalmente a exploração intensiva do trabalho (muitas vezes materializada no trabalho escravo, na peonagem) e a conversão da terra em propriedade capitalista, ou seja, a expropriação de camponeses, povos tradicionais e originários. A acumulação primitiva, em ambos os autores, não pode ser encarada como “rótulo” e sim como “processo”, pois além de estar presente historicamente nas transformações sociais e econômicas que forjaram a sociedade moderna capitalista, está essencialmente atrelada à reprodução do capital. Para Martins (1995, p. 11), “a expansão territorial do capital”, presente no movimento de fronteira, não pode estar apenas na dependência do “capital propriamente dito” e, por esta razão, há a necessidade de se reestabelecer processos de acumulação primitiva. É a partir deste entendimento que o autor ressalta que a teoria da fronteira é “um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital”, afirmando que “novos terrenos são ocupados de modo capitalista quando é possível extrair deles a renda capitalista da terra” (MARTINS, 1996, p. 48).

Partindo deste pressuposto, importante trazer à tona, assim como fazem a maioria dos escritos sobre *land grabbing*, o conceito de acumulação por espoliação desenvolvido por Harvey, que se configura como “acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência”, que não está restrita à etapa original de formação do sistema capitalista. Harvey (2004, p. 121-122), analisando as reflexões de Marx sobre o processo de acumulação primitiva, destaca que este autor relega “a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência a uma etapa original” e ele, ao contrário, entende este fato como um processo em andamento. Ou seja, este processo não poderá ser datado, por tratar-se de um fenômeno contínuo e diverso, denominado de “acumulação por espoliação”. Para chegar a este entendimento, parte das concepções de Rosa Luxemburgo, a qual, segundo Harvey, caracteriza a acumulação sob dois aspectos. Em um deles, ela se perfaz no lugar onde é extraída a mais valia, que oculta o processo de transformação da propriedade em apropriação da propriedade alheia, e pressupõe a igualdade, a paz. O outro aspecto da acumulação é aquele que mantém a violência e que se concretiza através de uma política colonial e um sistema internacional de empréstimos, na qual a força, a “pilhagem”, e as leis hostis não são escamoteadas (HARVEY, 2004, p. 115). Para Harvey (2004, p. 116), estes dois aspectos são “organicamente vinculados” e devem ser considerados, conjuntamente, para a compreensão do processo de acumulação capitalista, que atualmente alia espoliação, “reprodução expandida”, e a especulação financeira.

De acordo com Harvey (2004), em momentos de crise de sobreacumulação (e não de subconsumo como entendia Rosa Luxemburgo) o capital se movimenta para, através de processos de desvalorização de ativos (aí incluídos terra, trabalho, recursos naturais e bens comuns apropriados/expropriados), garantir a acumulação via espoliação, como já destacado, a qual permite o investimento do capital excedente a baixo custo ou mesmo a custo zero:

A acumulação por espoliação se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida. O principal veículo dessa mudança foi a financialização e a orquestração, em larga medida sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de vez em quando surtos de brandos a violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros. (HARVEY, 2004, p. 129)

Um dos elementos centrais neste processo de acumulação por espoliação é a privatização, o qual é instrumento para a desvalorização de ativos de capitais e força de trabalho, que são necessariamente reciclados e valorizados no processo de circulação e financeirização. E, no contexto de privatização e liberalização pós década de 1970, resultado fundamental foi transformar a expropriação de terras comuns em política institucional de Estados, seja ela velada ou declarada. Diante disso, "ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso compartilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles". (HARVEY, 2004, p. 131)

Levien (2014), identificando a necessidade de se construir estudos que levem em conta a importância central das apropriações forçadas de terras para as abordagens sociológicas, aponta a insuficiência dos conceitos de acumulação primitiva e a acumulação por espoliação e desapossamento para explicar toda a complexidade envolvida nas contínuas apropriações de terra no capitalismo avançado. A partir de uma proposta voltada à construção de uma "sociologia da desapropriação", o autor agrega às discussões econômicas, que analisam a expropriação de terras e recursos naturais como algo contínuo e não restrito à acumulação primitiva, a dimensão da natureza política, entendendo a apropriação/desapropriação como processo.

Entendendo que a apropriação/desapropriação "é uma relação política de redistribuição fundamentada em diferentes configurações de classe e executadas por Estados como seus meios específicos de gerar consenso", o autor identifica que é de fundamental importância entender o processo como acontecem os cercamentos (de terras, recursos naturais e bens comuns) e quais

as mediações realizadas pelo Estado para a construção deste “consenso”. Uma análise que vincule política e acumulação é que pode propiciar a compreensão dos interesses e intencionalidades que motivam a apropriação, e a identificação da heterogeneidade destes processos a depender dos territórios e dos momentos históricos específicos em que acontecem (LEVIEN, 2014, p. 45-46).

Pensando o contexto do Brasil, OLIVEIRA (2010) ressalta a dimensão histórica da apropriação de terras por capitais nacionais e estrangeiros, remontando à década de 1960, destacando sobretudo o Relatório Velloso, que é fruto da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada em 1968 com o objetivo de apurar as ilegalidades e grilagens nas aquisições de terras por estrangeiros, e que evidencia o escândalo do repasse ilegal de terras para estrangeiros e a ação da ditadura militar neste sentido. No que diz respeito ao Estado da Bahia, e mais especificamente a região Oeste – que hoje integra o Matopiba – o Relatório destaca que os municípios atingidos foram Cocos, Correntina, São Desidério, Bom Jesus da Lapa e Formosa do Rio Preto, que juntos tiveram um total de 5.600.000 hectares apropriados, distribuídos em 53 fazendas, representando uma dimensão superior a 10% do Estado. Para Oliveira (2010), isso é resultado da política orquestrada no Brasil, na ditadura militar (período da chamada ‘modernização conservadora’), com o objetivo de garantir a transferência de terras e recursos naturais para capitais nacionais e estrangeiros.

Considerando então que a apropriação de terras e de recursos naturais não é algo novo ou recente, seja no Brasil ou em outros contextos da América Latina e do sul global, o questionamento acerca do que há de novo no *land grabbing* é fundamental para a sua própria caracterização. Borrás e Sauer (2016), Sassen (2016), Knuth (2015), assim como Flexor e Leite (2017) trazem alguns elementos que caracterizam este novo ciclo de apropriação de terras e recursos naturais, os quais podem ser assim sistematizados: 1 – a extensão e a escala das apropriações de terras no sul global, sendo que muitas delas envolvem governos e empresas estrangeiras; 2 – a associação com o chamado ‘boom das *commodities*’ e com a confluência de diversas crises (alimentar, energética, ambiental e financeira); 3 – o envolvimento e o interesse direto de grandes corporações e agências financeiras globais, a exemplo dos fundos de investimento e fundos de pensão, no mercado de *commodities* e de terras, contrariando a rejeição histórica dos atores financeiros em relação aos ativos ilíquidos, em especial à terra, considerados de baixa liquidez (FLEXOR e LEITE, 2017) e construindo uma possível monopolização e controle externo neorentista da terra e dos recursos naturais a médio e longo prazo, o que demanda pensar em diversas formas e usos lucrativos para a terra e para os demais

recursos associados, a exemplo da água (KNUTH, 2015); 4 – a diversidade dos capitais envolvidos na apropriação de terras e recursos naturais e a diversidade dos interesses e ‘tipos’ de terras apropriadas; 5 – a associação entre a apropriação de terras e a apropriação dos recursos naturais ligados a elas, a exemplo das florestas (*green grabbing*) e das águas (*water grabbing*); 6 – o papel importante das organizações e agências multilaterais na construção e imposição de políticas disciplinadoras para os países do sul global no sentido de garantirem a dinâmica de livre mercado e abertura necessária para a apropriação de terras e bens naturais (SASSEN, 2016); 7 – o papel do Estado, através das mediações políticas associadas à acumulação, na construção de um consenso das desapropriações (LEVIEN, 2014).

Refletindo sobre o Oeste da Bahia, sobre Correntina, e considerando mais especificamente o contexto de implementação do Matopiba, entende-se, que o novo movimento de expansão de fronteiras tem no fenômeno de *land grabbing* um viés extremamente importante. A dinâmica de expansão no Oeste Baiano, aprofundada especialmente a partir do *boom das commodities*, traz consigo este novo ciclo de apropriação de terras e recursos naturais. São vastas as pesquisas e levantamentos acadêmicos que revelam a grande quantidade de apropriação de terras e recursos naturais por empresas e atores estrangeiros e nacionais no Oeste da Bahia. Neste sentido, considerando que o foco do estudo é o município de Correntina, a partir da sistematização de levantamentos anteriores e das atividades da própria pesquisa, foi possível identificar os principais agentes externos que controlam terras no município:

Quadro 1 - Principais agentes controladores de terras em Correntina – BA (2018)

	Nome do Empreendimento	Empresas/Empresários relacionadas/os	Fazendas Identificadas	Área (Ha) identificada	Origem do capital envolvido
1	Agrícola Xingu	Multigrain; Mitsui; SLC Agrícola; Nelson Schneider.	Schiavini; Tabuleiro II; Tabuleiro VII; Susi e outras (Complexo de fazendas Tabuleiro V)	30.126	Japão
2	Agrifirma	Agrifirma Bahia Agropecuária; Agrifirma Brasil Agropecuaria Ltda, Genagro Produtos e Serviços Agropecuários Ltda.	Fazendas São Simão, Rio do Meio, Nova Esperança, Beira Rio, Flamengo, Chapadão, Terra Boa, Galho Escondido, Aliança I, Saudade da	11.857	Inglaterra

			Querência, Aliança II, Gaviões		
3	Braslagro Companhia Brasileira Propriedades Agrícolas	– Cresud; JP Morgan, Credit Suisse; Holding-Griffo; Elie Horn; Kopernik Global Investors; Imobiliária Cajueiro	Fazenda Chaparral e outras	37.181	Argentina, EUA
4	Braussie Farms Pty Ltda.	Braussie Agropecuária Ltda.	Fazenda Braussie	11.576	Austrália
5	Bunge Alimentos SA	DuPont; The Solae Company	Silo Rosario; São Miguel	60	EUA
6	Calix Agropecuária	Louis Dreyfus Company; Calix Agro; Coruja Agrícola Ltda.	Fazenda Santana, Fazenda Santana I	8.774	França
7	Ciaseeds Agronegocio Ltda (Tecnoseeds)	Piana Capello Agropecuaria Ltda	Fazenda Serrana, I, II, III	3.258	Argentina, Brasil
8	Família Denardin	Gilmar Antonio Denardin, Gilson Osmar Denardin; Joao Vitor Denardin; Marilane Moresco Denardin; Rafaela Moresco Denardin; Renan Tiago Denardin; Umberto José Denardin; Erci Ines Denardin;	Cafelandia, Céu Azul, Cascavel, Palatina, Piquiri, Chateubriand, Matelândia e outras	31.275	Brasil
9	Grupo Horita	Ricardo Lhossuke Horita; Walter Yukio Horita; Wilson Hideki Horita	Fazendas Sagarana I e II	5.154	Brasil
10	Grupo Mizote	Barra Velha Agropecuária Ltda.	Fazenda Barra Velha	38.862	Brasil
11	JH Sementes	Harald Kudiess, Heinz Kudiess, John Kudiess; Udo Kudiess	Delta, Mamona, Nossa Senhora, Aurora, Arrojelândia, São Francisco, Bela Vista, Itamarana	35.580	
12	LONE STAR BRAZIL HOLDINGS 1 LTDA	STAR BRAZIL US LLC 1; STAR BRAZIL US LLC 2; WPX Courier, LLC; Sollus Bahia Texas Participacoes Ltda; EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LONE STAR LTDA; AGROPECUS	Fazenda Metropolitana	6.195	EUA

		COLONIZADORA AGRICOLA E PECUARIA SA; Burity Agro Industrial Sa			
13	Louis Dreyfus Company Brasil S.A.	Biosev S.A.	Fazenda Armazém	20	França
14	Multigrain S.A.	Agrícola Xingu, SLC Agrícola, Mitsui CHS	Fazenda Três meninas	10	Japão, EUA
15	Planta 7 S.A. Empreendimentos		Buriti	40.154	
16	S.J. Agropecuaria Empreendimentos		Fazenda Agropecuaria	23.477	
17	SLC Agrícola Participações S.A	SLC LandCo.; Dois Vales Participações; Mitsui&Co.; Deustche Invest I Global Agribusiness; Valiance Asset Management; Neuberger Berman	Fazenda Piratini,	353	Brasil, Japão
18	TIAA-CREF	Tellus Bahia Propriedades; Cosan; Mansilla Participações S.A.; Royal Dutch Shell; Raízen; Tellus S.A	Colorado e Grão de Ouro	7550	Brasil, EUA
19	Vanguarda Agro (V-Agro)	Terra Santa Agro; Bonsucex Holding; Laplace Investimentos Gestão de Recursos Ltda.; Gávea Investimentos; EWZ Investments LLC; Sul America Investimentos; Maeda Agroindustrial	Não sabida	1400	Brasil, Japão
20	Lavoura e Pecuaria Igarashi	Nelson Yoshio Igarashi	Fazenda Rio Claro, Igarashi e outras	5.322	Brasil
21	Associação entre a Agropecuária Sementes Talismã, Almor Paulo Antonioli, Claudia Briani Antonioli Lenzi, Dino Romulo	MRF Participações S.A. (empresa imobiliária), Sementes São Franciso, Candango Leilões e Negócios Rurais, Lavrobras Comercio e Representações,	Fazendas Tamara, Santo Antonio, Prata Nova, Prata Nova III, Caramuru, Caramuru II Tapete Verde, Tapete Verde I,	57.857	Brasil, Argentina, Holanda

Faccioni, Luiz Carlos Bergamaschi, Paula Briani Antionioli Nedeff, Suzane Mari Piana	Ciaseeds Agronegocios Ltda, Piana Capello Agropecuária Ltda	Tapete Verde II, Gleba Rosario Lote 07, Vale do Correntina, Ilha, Xanxerê, Serrana I, II, III e IV, Tucumã.		
---	--	---	--	--

Organização: Joice Bonfim

Fonte: CNIR/INCRA; CUNHA (2017); NERA (2017)

Para a definição dos atores externos que controlam terras em Correntina, utilizou-se como critérios principais os atores estrangeiros associados a grandes empresas com presença de capital internacional e os atores nacionais com mais de cinco mil hectares. Considerando este levantamento em Correntina como uma amostragem emblemática do fenômeno de *land grabbing* no Oeste da Bahia, alguns elementos importantes devem ser considerados. O primeiro deles é que no processo de controle externo das terras no município há uma participação significativa de atores nacionais detendo grandes quantidades de hectares. Sejam grupos que representam as famílias tradicionais produtoras de grãos na região, a exemplo dos grupos Horita e Mizote, e que têm presença histórica no Oeste da Bahia e se destacam por já estarem consolidadas na atividade; sejam novos atores, que segundo comunitários locais apareceram comprando e vendendo terras principalmente após 2008, a exemplo de Dino Romulo Faccioni e da família Denardin, que têm ocupado as chamadas “áreas de reserva”, com menor pluviosidade e mais próximas às comunidades; sejam as empresas reflorestadoras, especializadas na produção de pinus e eucalipto, que, como será melhor destacado no tópico seguinte, foram as primeiras responsáveis pelo processo histórico de grilagem de terras em Correntina e atualmente têm atuado na compra e venda de imóveis rurais, a exemplo da Planta 7 Empreendimentos S.A..

É bastante significativa também a participação de atores e empresas estrangeiras no controle e apropriação de terras em Correntina, como se pode ver na tabela. No que diz respeito à origem do capital envolvido há uma participação bem diversa, com destaque para o capital japonês e o norte-americano. Percebe-se também que boa parte das empresas estrangeiras está associada ou é detentora de imobiliárias agrícolas transnacionais ou brasileiras especializadas nas atividades de compra, venda e corretagem de imóveis, a exemplo da Brasil Agro (associada à Imobiliária Cajueiro Ltda.), da Calix Agropecuária (associada à Coruja Agrícola), da Lone Star Brazil Holding (associada à Empreendimentos Imobiliários Lone Star Ltda), da Agrícola Xingu, da Multigrain S.A., (associadas à SLC agrícola, que possui uma imobiliária como filial,

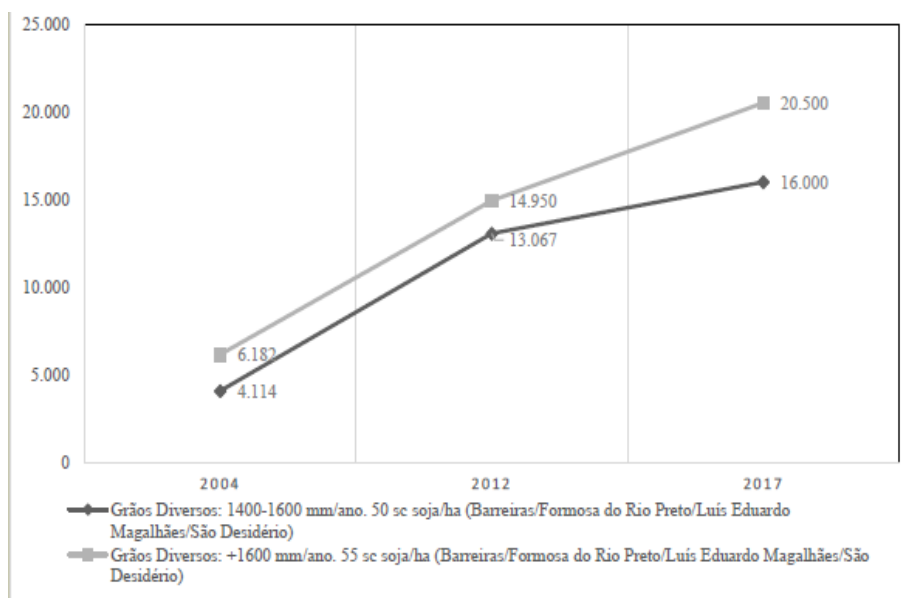
a SLC Land Co), do Fundo de pensão TIAA-CREF, (associado à Tellus Bahia Propriedades), o que indica a relação destas empresas com o mercado de terras e a importância desta perspectiva (de compra, venda e especulação imobiliária) para as suas atividades.

O envolvimento das empresas brasileiras e estrangeiras na compra e venda de imóveis rurais tem aquecido o mercado de terras na região nos últimos anos, o que está diretamente relacionado com o aumento exponencial do preço da terra e com a ampliação da participação de atores interessados prioritariamente na dimensão especulativa e financeira do negócio, a exemplo do fundo de pensão TIAA-CREF, da SLC Agrícola, que tem atuado em parceria com o fundo de investimento britânico Valiant Assets Manager. O representante da Aprosem explica como tem funcionado essa perspectiva no Oeste da Bahia:

Nesse processo de valorização da terra, eu pego lá um bilhão de dólares lá fora, eu compro 1 bilhão de terras aqui, naturalmente grandes áreas, e no ano seguinte eu tenho literalmente 2 bilhões apenas em ativos. Eu posso não ter feito nada, como em muitos casos, que plantaram soja, algodão e ficaram no prejuízo nas atividades agrícolas, porque *know how*, tudo isso, em grande escala não é pra todos. Mas, eles ganharam na remuneração do capital pela terra porque compraram por 100 e no ano seguinte estava no mínimo 150. E este foi um sucesso porque muitos grupos internacionais investiram. O sucesso na atividade não era o principal, porque o importante era valorização patrimonial (Entrevistado 2 representante da Aprosem).

Com o aquecimento do mercado de terras, a atividade especulativa envolvida na compra e venda de imóveis rurais torna-se tão (ou mais) atraente e lucrativa quanto a produção de *commodities*. Abaixo está a figura 22 que demonstra o aumento expressivo do preço da terra no Oeste Baiano, no período de 2004 a 2017:

Figura 22 - Variação de preços das terras (R\$/ha) do Oeste Baiano – destinadas à produção de grãos (2004-2017)



Fonte: IEG/FNP. Elaboração: Orlando Aleixo Junior/Gemap¹¹

Percebe-se, então, que houve um aumento expressivo do preço da terra no período destacado. Entre 2004 e 2017, elevou-se média, considerando as duas variáveis de pluviosidade, 360,5% e entre 2012 e 2017, 29,5%. Portanto, o aquecimento do mercado imobiliário rural e a configuração deste mercado de forma autônoma e apartada da dinâmica produtiva, acaba atraindo atores e investidores ligados às atividades financeiras e que não privilegiavam estes tipos de investimentos.

É fato que o aumento mais expressivo no preço das terras se deu no período de 2004 a 2012 e que após este período manteve-se a inflação, mas em grau absolutamente menor. Conforme destacado anteriormente, depois que os preços da maioria das *commodities* atingiu seu nível máximo nos anos de 2012 e 2013, tem ocorrido uma tendência constante de queda e isso pode ser um dos elementos que explique a não continuidade de elevação dos preços das terras nas mesmas proporções que nos anos anteriores. No entanto, apesar disso, é importante ressaltar que mesmo em contexto de diminuição dos preços internacionais das *commodities*, o preço das terras continuou em ascensão, ainda que em menor grau e, neste sentido, identifica-se que a pressão sobre as terras e recursos naturais segue sendo forte.

Identifica-se que essa tendência de continuidade da elevação do valor das terras e intensificação da apropriação, mesmo com as *commodities* com preços em queda, indica tanto

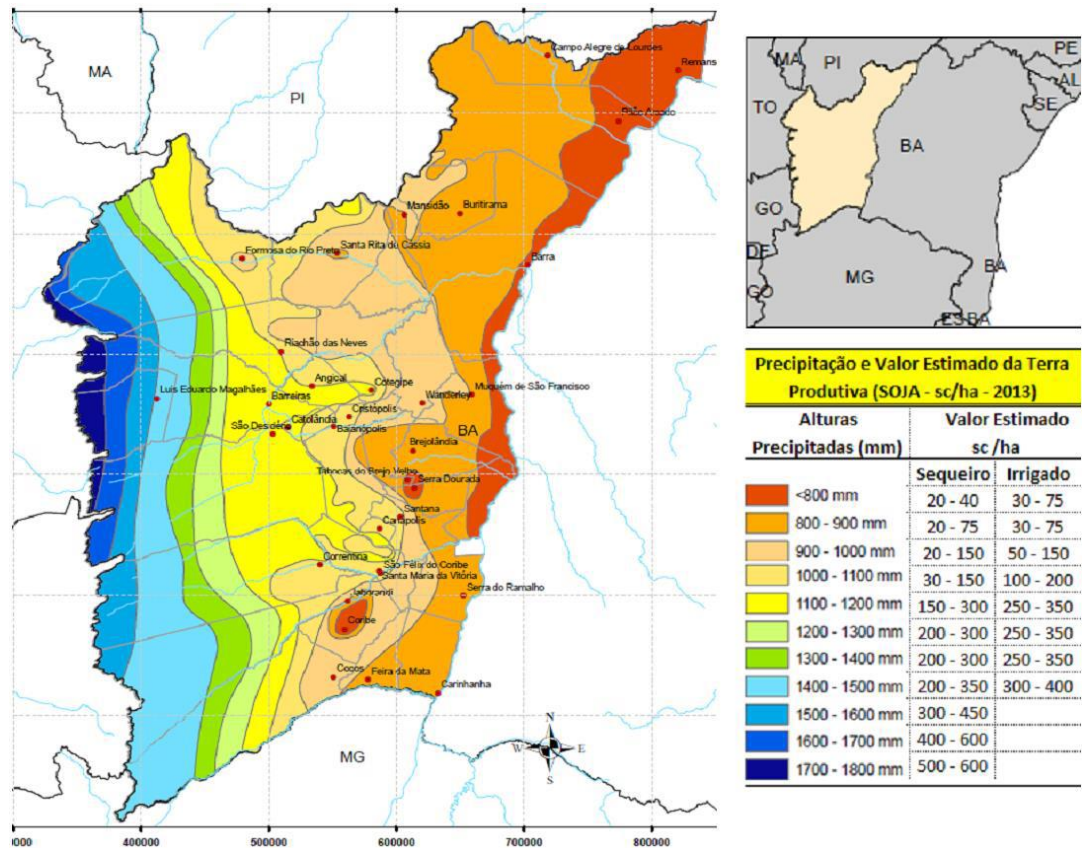
¹¹ Elaborado no âmbito do projeto “Expansão do Agronegócio, Estrangeirização de Terras e Ação do Estado: problematizando as transformações no meio rural brasileiro, desenvolvido pelo Gemap, sob a coordenação do professor Sérgio Pereira Leite

uma perspectiva de incrementar os preços baixos com o aumento do volume da produção (EDELMAN, 2016), e neste sentido, aumenta-se a área plantada, como uma perspectiva de fortalecimento da terra como um ativo financeiro independente, o que favorece o ganho especulativo. Além disso, também indica que outros recursos associados à terra estão despertando cada vez mais interesses do mercado, das empresas e dos investidores sejam eles nacionais ou estrangeiros. Considerando especificamente o Oeste da Bahia, o interesse nas águas (subterrâneas e superficiais) tem assumido cada vez mais importância na dinâmica da apropriação global de terras, evidenciando o fenômeno denominado de *water grabbing*, a ser trabalhado no capítulo seguinte.

Portanto, outro viés da caracterização do fenômeno de *land grabbing* no Oeste da Bahia, mais precisamente em Correntina, é a sua associação com a apropriação das águas, já que grande parte das empresas e empresários controladores de terras no município, listados no Quadro 1, também protagoniza (ou está se movimentando neste sentido) processos de apropriação das águas. É o caso da Agrícola Xingu, da Agrifirma, da Brasil Agro, da Bunge, da Calix Agropecuária, da SLC Agrícola, da SJ Empreendimentos Agropecuários, da Sudotex e outras, que têm realizado ações voltadas para a garantia da permissão e efetivação da captação das águas.

A dinâmica e a importância da apropriação das águas pelo agronegócio será melhor desenvolvida no capítulo seguinte, mas, é importante destacar que na lógica de especulação através do preço da terra, a disponibilidade de água para irrigação é um fator que tem influência direta. O mapa elaborado pela Aiba (figura 23) demonstra que o preço da terra é significativamente mais elevado quando há autorização para realizar a captação de águas para fins de irrigação, o que indica que, num contexto de intensificação das transações envolvendo compra e venda de terra e consolidação de um mercado imobiliário rural no Oeste da Bahia, a água assume um papel central, capaz de agregar valor à área e favorecer a lucratividade tanto através do negócio produtivo quanto através do negócio imobiliário.

Figura 23 - Precipitação e valor estimado da terra produtiva no Oeste da Bahia (2015)



Fonte: AIBA (2015)

Outro fator importante do fenômeno de *land grabbing*, que também tem expressão no Oeste da Bahia e em Correntina é a dificuldade de identificação dos reais controladores de terras na região. A presença marcante da financeirização neste fenômeno traz consigo uma lógica complexa de investimentos financeiros que faz com que estes agentes se beneficiem dos ganhos na produção de grãos e no mercado de terras de forma escamoteada e sem assumir os riscos e os ônus de possuir diretamente estes ativos (CLAPP, 2016). Destaca-se também que há restrições na legislação brasileira, a exemplo da Lei 5709/71 e Parecer LA-01 da Advocacia Geral da União, de 2010, que limitam a 2500 hectares a quantidade de terras que uma empresa ou empresário estrangeiro pode adquirir no Brasil, e, diante disso, muitos controladores de terras estrangeiros acabam se associando a empresas e pessoas brasileiras de modo a burlar esta restrição, o que faz com que seja mais difícil a percepção da atuação destes atores no território em si.

Barramentos legais no Brasil impedem a compra indiscriminada de imóveis estrangeiros, mas isso não significa que não aconteça de fato, já que com a legislação impeditiva, buscam-se outras alternativas, a exemplo do “alarranjamento”, o que dificulta a identificação tanto das áreas quanto dos reais proprietários (Entrevistado 3, representante de organização popular em Correntina).

Apesar da dificuldade de identificação de quem são os agentes externos que controlam terras no Oeste Baiano e em Correntina, a expressão do fenômeno de *land grabbing* nestes territórios e a vinculação dele com o processo atual de expansão de fronteiras e territorialização do agronegócio é indiscutível. A apropriação de terras é algo que marca o processo de expansão de fronteiras no Oeste da Bahia, e, no “novo” movimento expansionista no contexto do Matopiba, acaba assumindo também “novos” contornos. Atravessado por interesses em ganhos produtivos (na produção de grãos) e/ou especulativos (principalmente imobiliários e financeiros), o novo ciclo de apropriação de terras apresenta características diversas, como visto, e entre elas se destaca, especialmente no município de Correntina, a apropriação das águas.

3. ESTRATÉGIAS E INTERESSES EM JOGO NA APROPRIAÇÃO DAS ÁGUAS DE CORRENTINA NO CONTEXTO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO.

Ao longo do texto foi possível aprofundar, considerando tanto as dimensões históricas quanto as atuais, a dinâmica de expansão de fronteiras no Oeste da Bahia no processo da modernização conservadora da agricultura e na territorialização do agronegócio. Buscou-se enfatizar, sobretudo, os novos movimentos de expansão no contexto de implementação do PDA Matopiba, trazendo como estudo de caso o município de Correntina. Pode-se perceber que a apropriação dos recursos naturais – terra e água principalmente – compõe historicamente, e de forma central, a expansão de fronteiras em Correntina.

No momento atual, considerando a imposição vertical e autoritária do PDA Matopiba, esta dinâmica ganha contornos próprios, na qual ao controle externo da terra se associa, de forma entrelaçada, a captura das águas. E este fenômeno tem se dado de modo cada vez mais intensivo e com finalidades diversas. Neste sentido, o objetivo deste último capítulo é tratar especificamente da captura das águas em Correntina, buscando evidenciar a importância deste bem comum/recurso para o agronegócio e analisando, para isso, a atuação das organizações de classe vinculadas ao seu projeto político e econômico, bem como o Projeto Urucuia, que coloca a captação subterrânea das águas no centro dessa questão. Tratou-se também sobre os conflitos e resistência produzidos e associados à apropriação hídrica entendendo que eles são reflexos (e refletem) a relação direta entre terra e água no processo de controle externo dos bens naturais.

3.1. A importância da água para as atividades do agronegócio em Correntina e região e a sua apropriação no contexto do Matopiba. Como se expressa o *water grabbing*.

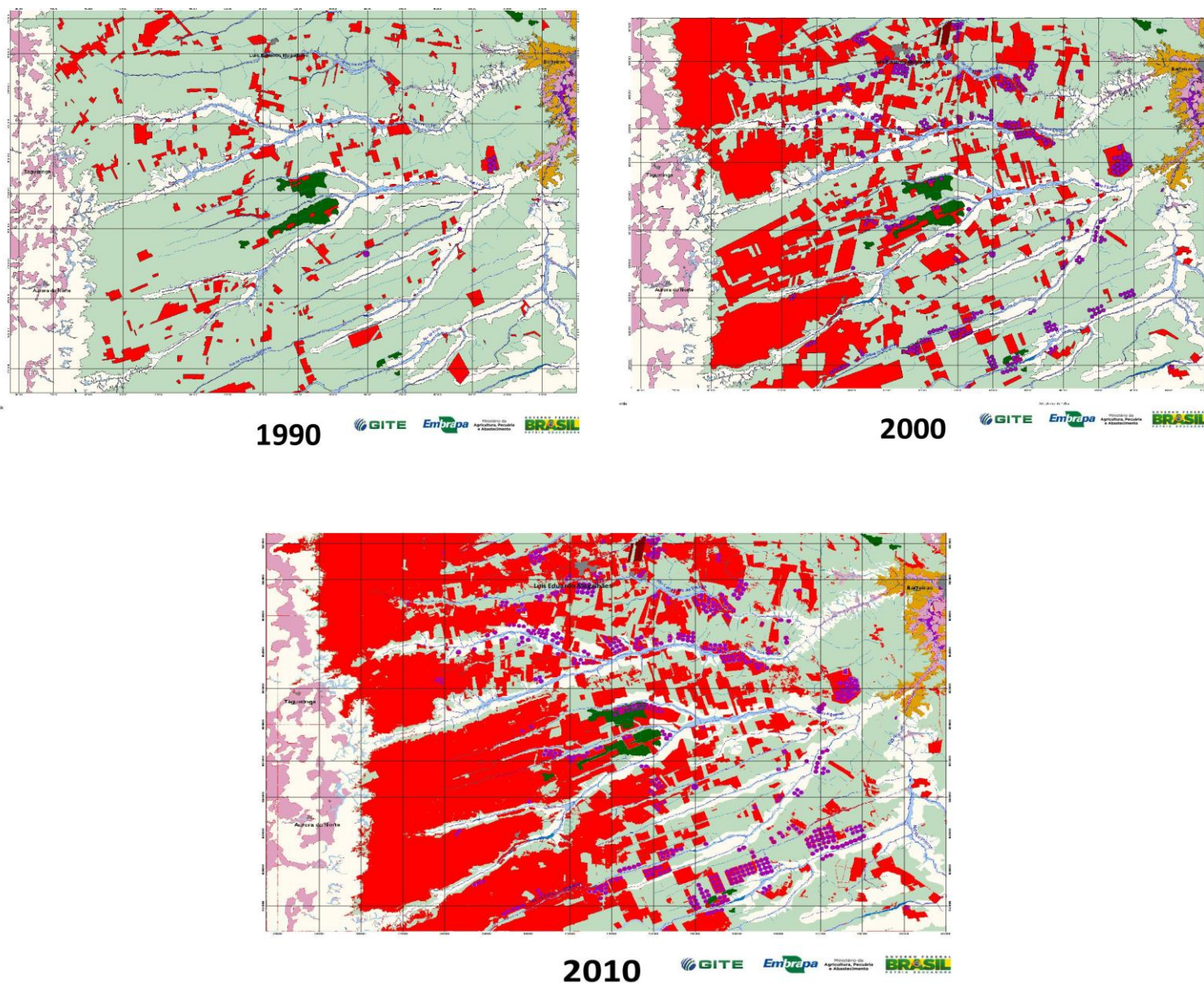
Como já desenvolvido anteriormente, a disponibilidade hídrica do Cerrado Baiano e mais especificamente de Correntina foi e continua sendo um fator primordial para a expansão de fronteiras e territorialização do agronegócio neste município. Tanto o processo histórico de modernização da agricultura quanto a dinâmica mais recente de consolidação e fortalecimento do projeto político e econômico do agronegócio são necessariamente dependentes da lógica de apropriação das águas e da irrigação. As incursões anteriores trouxeram elementos e fatos que apontam para este entendimento. A implantação do Profir, destinado ao financiamento para aquisição de equipamentos de irrigação, associado ao Prodecet, que também tinha como vertente importante o incentivo ao desenvolvimento da agricultura irrigada; a implementação

dos Projetos de Irrigação da Codevasf no Oeste da Bahia; e as iniciativas de construção dos Canais de Irrigação vinculados ao Projeto de Reflorestamento de Correntina demonstram o atrelamento histórico do desenvolvimento da agricultura do Oeste da Bahia com a apropriação das águas e irrigação.

De acordo com Oliveira e Coelho (2000, p. 1 apud Empresa Júnior de Engenharia Agrícola, 2002, p. 31) o Profir, em conjunto com o Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis (Provárzeas) foram responsáveis pelo “incremento de um milhão de hectares às áreas irrigadas no Brasil, entre 1986 e 1988. A partir daí até 1995 foram incorporados 263 mil hectares irrigados ao processo produtivo incentivados pelo Programa Nacional de Irrigação (PRONI)”. Segundo o Atlas da Irrigação produzido pela ANA (2017), estes programas marcam a interlocução de ações e papéis entre o Estado e a iniciativa privada no que tange à irrigação na agricultura. A partir da década de 1980, o Estado brasileiro orientou de modo mais firme e intensivo (tanto em ações governamentais quanto em destinação de recursos) a sua ação de incentivo à prática da irrigação, protagonizando a construção de obras públicas de irrigação (perímetros irrigados), de infraestrutura básica (energética, drenagem e logística) e de suporte (financiamento e desenvolvimento de pesquisas. À iniciativa privada coube a complementação das ações governamentais para viabilizar na prática a irrigação, na escala da propriedade (ANA, 2017).

No que diz respeito ao oeste da Bahia e à Correntina, o avanço da agricultura irrigada historicamente se deu principalmente nos “gerais”, no extremo Oeste do Estado, onde se encontram as nascentes dos principais rios. O Conjunto de Mapas (figura 24) produzido pela Embrapa revela este avanço, demonstrando que o mesmo está assentado no uso de pivôs centrais para a irrigação.

Figura 24 – Avanço da produção de grãos e do uso de pivôs centrais no Oeste da Bahia, nos anos de 1990, 2000 e 2010.



Fonte: EMBRAPA/GITE (2015)

Legenda: (■): área de produção de grãos (●): Pivôs centrais

A leitura da figura 24 demonstra que o espraiamento territorial da produção de grãos no Oeste da Bahia ao longo dos anos é diretamente acompanhado do aumento dos pivôs centrais, localizados principalmente às margens dos corpos d'água. Apesar do uso da irrigação estar

vinculada ao processo de modernização agrícola desde o seu início, na década de 1980, ao longo dos anos, o seu uso tem se intensificado em proporções significativas a partir do atrelamento, cada vez maior, entre as dimensões fundiárias, agrícolas e hídricas. O Atlas da Irrigação produzido pela ANA (2017) destaca, com base nos dados da FAO, também de 2017, que o Brasil está entre os dez países com a maior área equipada para irrigação do mundo e que os incrementos anuais de áreas irrigadas no país têm sido bastante acentuados nas últimas décadas.

De acordo com o Atlas, entre 1960 e 2015 a quantidade de área irrigada no Brasil passou de 455 mil hectares para cerca de 6,95 milhões, sendo que na Bahia, a área equipada para irrigação passou de 22.102 hectares (em 1960) para 504.781 (em 2015). Destaca-se que a perspectiva brasileira é de continuidade da expansão, indicando o Atlas que em 2030 o país deve atingir cerca de 10 milhões de hectares irrigados, havendo ainda possibilidade de expandir ao máximo para 76,19 milhões de hectares, que seria todo o potencial irrigável brasileiro. Ressalta-se que a Bahia conta ainda com um potencial de expansão de quase 4 milhões de hectares, concentrado principalmente na região Oeste do Estado e a partir da exploração subterrânea das águas.

A ANA (2017) aponta também que há um tipo de irrigação que se destaca neste processo de expansão que é a irrigação por pivô central, indicando que houve um crescimento de 43,3% da área efetivamente irrigada por pivôs centrais no Brasil entre 2006 e 2014, o que significa mais de 380 mil hectares. O levantamento da agricultura irrigada por pivôs centrais no Brasil, também produzido pela ANA (2016) revela a liderança dos pivôs na irrigação brasileira, com incremento médio de 85mil ha ao ano, e com perspectiva de ampliação crescente nos próximos anos, principalmente para regiões com maior déficit hídrico.

Apesar da ANA monitorar quantitativamente os pivôs centrais no Brasil, os dados acerca do número de pivôs municipais são um tanto imprecisos. De acordo com a Agência de Águas, neste monitoramento realizado em 2014, Correntina possuía 63 pivôs centrais, sendo o oitavo município da Bahia com maior área equipada para irrigação por pivôs. Já Miranda et.al (2014), em documento oficial da Embrapa de caracterização ambiental das áreas com Agricultura Irrigada por Pivôs Centrais na Região do Matopiba, produzido tendo como fonte central as imagens do satélite Landsat 8 – OLI/TRS de 2013, aponta o município de Correntina com 79 pivôs, com área equipada para irrigação por este meio de quase 8.500 hectares. A diferença é significativa e certamente se dá em razão da Embrapa utilizar como fonte as imagens de satélite, que captam os pivôs registrados e também aqueles que não possuem aval institucional.

A questão central é que a dimensão da irrigação no Brasil, a perspectiva de crescimento exponencial do seu uso, principalmente através da técnica dos pivôs centrais, e a expressão disso tudo em Correntina são elementos fundamentais para a compreensão da apropriação das águas e sua relação com a expansão de fronteiras e territorialização do agronegócio no município. Como dito antes, a modernização da agricultura e a expansão do agronegócio no Oeste da Bahia e em Correntina estão necessariamente atrelados à apropriação das águas, majoritariamente destinadas à prática da irrigação. E, no contexto atual, este atrelamento tem se mostrado cada vez mais evidente e intensificado.

Analisando tanto as publicações acadêmicas vinculadas aos setores empresariais quanto os documentos oficiais dos órgãos públicos de pesquisa ligados ao agronegócio (a exemplo da Embrapa) sobre irrigação e uso das águas na agricultura pode-se perceber a tentativa de tratar esta forma de apropriação capitalista da natureza como uma atividade tradicional desenvolvida secularmente. Em publicação da Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp, Testezlaf (2017) caracteriza a irrigação como uma prática pré-histórica de desviar cursos d'água para irrigar plantações de modo a garantir a subsistência de povos e comunidades. O autor ressalta que a fixação de povos em regiões áridas só foi possível em decorrência da irrigação e cita as civilizações que se constituíram ao longo dos rios Nilo, Tigre, Eufrates e Hindus como exemplos de povos que usaram a irrigação como prática essencial de subsistência (TESTEZLAF, 2017, p. 9)

Apesar da intencionalidade de se vincular a irrigação a processos históricos e tradicionais de subsistência, o uso desta prática pela agricultora moderna e a sua incorporação ao projeto político e econômico do agronegócio não se relaciona com a perspectiva da subsistência dos povos. Ao contrário, há interesses claros de acumulação na dinâmica de apropriação das águas pelo agronegócio, que, na verdade, envolve “espoliação” e “desapossamento”, que se intensifica e fica ainda mais evidente num contexto de crise e de expansão de fronteiras.

Com a realização da pesquisa foi possível entender a importância das águas para as atividades do agronegócio em Correntina e os principais interesses envolvidos na dinâmica de apropriação, identificando-se a irrigação como elemento chave neste processo. Em publicação da Embrapa sobre a agricultura irrigada por pivôs centrais na região do Matopiba, Landau et.al. (2014) evidenciam que as áreas de cerrado desta região possuem um clima com períodos de estiagem que variam de 4 até 6 meses (ou mais) e que, por esta razão, em muitas circunstâncias

o aumento da produção agrícola está vinculado à implementação de técnicas de irrigação, o que depende da disponibilidade hídrica local.

Portanto, o aumento da produção e da produtividade agrícolas estão na centralidade da dinâmica de apropriação das águas para a irrigação em Correntina. Landau e outros (2014, p. 08) afirmam que “a agricultura irrigada permite a obtenção de aumentos significativos de produtividade de diversas culturas agrícolas”, indicando que o uso da irrigação para a produção do milho e da soja pode promover um aumento de produtividade de até 57% e 60%, respectivamente. Indicam também que “a irrigação por pivôs centrais, em muitas regiões ainda possibilita a sucessão de até três cultivos irrigados ao longo do ano agrícola” (LANDAU e outros, p. 08).

Destaca-se que o aumento da produtividade, associado à possibilidade de se obter até três cultivos de grãos durante o ano, plantando também nos períodos de estiagem, está também diretamente relacionado com o aumento da lucratividade dos diversos agentes econômicos do agronegócio:

A presença controlada de água na produção agrícola, mediante o uso da irrigação, permite ao agricultor, acostumado tradicionalmente a colher uma safra por ano (época das chuvas), a ampliar o número de safras, passando a plantar em diferentes épocas ou estações e tendo a possibilidade de colheitas na entressafra. Este tipo de cultivo pode melhorar a lucratividade da produção pela remuneração extra que se obtém colocando o produto no mercado no momento de baixa oferta e alta remuneração (TESTEZLAF, 2017, p. 13).

Em contexto de crise econômica, como a que se vivencia desde 2008 e atinge o setor agrícola, como destacado no capítulo antecedente, há a necessidade de reorganização do capital de modo que se possa aprofundar o processo de acumulação capitalista. E, neste sentido, a ‘expansão geográfica’ do capital (HARVEY, 2005), intensificando e ampliando a espoliação de territórios (fundamentalmente os periféricos), tem como vetor importante, em Correntina, a apropriação das águas para a irrigação, já que esta prática permite um ‘aproveitamento’ mais intensivo da terra na produção de grãos, gerando maior lucratividade, garantindo maior rotatividade do capital e fortalecendo o projeto político econômico do agronegócio, mesmo em condições econômicas em tese desfavoráveis.

As entrevistas realizadas no trabalho de campo em Correntina demonstram como a irrigação tem estado no centro do processo de expansão do agronegócio no município e na região como um todo. Esta é uma percepção quase unânime na região, estando presente nas falas e discursos dos representantes institucionais e também da sociedade civil organizada:

A parte de cima da nossa região é o nascedouro de cinco rios, só dentro do município de Correntina. Ela vem sendo ocupada exatamente onde nasce, onde há a recarga do aquífero e que jorra nos rios e nos poços artesianos e tudo mais. É exatamente aí onde está colocada a grande área de desmatamento para plantio e hoje saiu do plantio convencional no sentido de ser só do período de chuva para ser a todo tempo, por meio da área irrigada. Você tá tirando a água de todo tipo, é superficial e é através de poços de alta vazão. Então, os rios, daqui a um tempo não vão mais correr. Nesses últimos 10 anos que começou de fato esse outro lado da agricultura empresarial da irrigação e aí você tem que escolher entre produzir água (já que daqui para baixo, no município de Correntina não se produz mais água, não tem nenhuma nascente, já que elas são todas lá em cima e daqui para baixo é só uso) ou produzir alimento. Cada dia mais há uma necessidade, necessidade não, há uma demanda do uso da água. E são demandas pesadas (Entrevistado 6, representante da Prefeitura Municipal de Correntina).

A agricultura irrigada aqui de forma mais intensa começou há uns 15 anos por aí. Foi, por exemplo em 2004 que a Agronol fez um grande projeto de irrigação com 74 pivôs centrais no Rio Branco, com barramento e tudo mais. No início eles não apostavam muito na irrigação. Mas aí aquele trecho de Luis Eduardo Magalhães estourou. Quem vê aquilo hoje por imagem de satélite, só vê rodinhas. São os pivôs centrais. E aí de fato se intensificou a partir de 2004 para cá. Tem mais de 1500 pivôs instalados e eles pretendem instalar pelo menos mais 2500 para fazer agricultura de irrigação (Entrevistado 3, representante de organização popular em Correntina).

Quando ele vê um rio daquele, ele vê uma fonte de lucro. É ali onde ele vai instalar 10, 20 bombas e vai sugar para irrigar 2000, 5000 hectares. A nossa região ela só permite uma safra, que pode ser de novembro (o período é muito determinado) e daí se tem 4, 5 meses de chuva e fora daí você não pode plantar mais. Mas com o sistema de irrigação você pode ter três safras, então eu vou triplicar o meu lucro (Entrevistado 7, representante de organização popular em Correntina).

O discurso dos agentes econômicos foi captado a partir da análise das Revistas da Aiba (Aiba Rural) publicadas a partir do ano de 2015. Mais adiante será trabalhada de forma específica a atuação da Aiba no Oeste Baiano e em Correntina. No entanto, destaca-se que as revistas expressam, de maneira geral, o posicionamento de certos agentes econômicos do agronegócio, principalmente os grandes produtores rurais e detentores de terras na região no que diz respeito aos interesses na apropriação das águas e os benefícios da irrigação:

A área irrigada na região representa cerca de 130 mil hectares o que possibilita o cultivo de até três safras ao ano, esse fato minimiza os riscos de endividamento dos produtores com instituições financiadoras, uma vez que utilizam empréstimos destas fontes de recursos para custeio da safra e melhoramento da estrutura produtiva oferecendo além da produção, os bens imóveis como garantia de pagamento. Assim, ao avaliar imóveis nesta região, é necessário que se considere a disponibilidade de água para a agricultura, tanto de precipitação natural (chuva) quanto de precipitação controlada (irrigação) para que os imóveis localizados em regiões com baixa pluviometria e que disponibilizam de irrigação, não sejam penalizados e tenham seus valores subestimados (AIBA RURAL, nº 05, Ano II, 2ª trimestre, 2016, p. 28).

Neste excerto da Revista, a Aiba, além de fazer referência ao fato da irrigação proporcionar o cultivo de até três safras anuais, o que obviamente intensifica a produtividade e

a lucratividade dos produtores, destaca também o fato desta prática minimizar os riscos com a produção. A minoração dos riscos com a atividade agrícola é outro elemento fundamental que compõe o rol de interesses e “benefícios” da apropriação das águas pelo agronegócio.

Quando se utilizam as técnicas de irrigação para suprir as demandas ou necessidades hídricas das plantas, mesmo que falte chuva, o risco de quebra de safra é minimizado, com maior garantia de produção. A redução dos riscos de quebra de safras é um fator atrativo essencial para investimentos, tanto em áreas já ocupadas por unidades produtivas, como em áreas agrícolas com baixa taxa de ocupação de terras. Desta forma, a irrigação pode se tornar um elemento ampliador da disponibilidade de produtos e facilitador de capitalização na agropecuária (TESTEZLAF, 2017, p. 13).

Os chamados ‘riscos climáticos’ são fontes de grande preocupação para determinados agentes do agronegócio que dependem direta e indiretamente de uma boa dinâmica produtiva. Não são raros os eventos climáticos, principalmente relacionados à grandes períodos de estiagem, nas regiões de cerrado que acometem as safras e impactam os seus regimes produtivos. E, neste sentido, a irrigação mediante a apropriação das águas se apresenta como um instrumento capaz de minimizar estes riscos e garantir maior segurança aos investimentos, permitindo, inclusive um maior incremento financeiro na produção de grãos.

É com o olhar focado no aumento da produtividade e na diminuição dos riscos que a Aiba tem construído os caminhos para a intensificação da apropriação das águas no Oeste da Bahia e em Correntina. Em suas publicações fica evidente a perspectiva de crescimento constante e contínuo do agronegócio, principalmente considerando as dimensões da “eficiência” e “produtividade”, tendo como resultado necessário o aumento das safras e da produção ano a ano. Para isso, a Associação se coloca como a organização que pode colaborar com a superação das dificuldades dos produtores de grãos no Oeste da Bahia, entendendo que as principais são o clima, a infraestrutura e a logística.

A perspectiva apresentada pela Aiba é a de evitar que eventos climáticos atemporais, como a estiagem que prejudicou consideravelmente a safra de 2015/2016 no Oeste da Bahia, possam afetar o desempenho produtivo do agronegócio baiano. Agrega-se a isso o contexto de queda dos preços das *commodities* agrícolas, que indica, segundo a própria Aiba, a necessidade de “ser criativos para baixarmos o custo de produção sem baixar a produtividade” (AIBA, 2015).

O que se percebe então é que a apropriação das águas no contexto da região de estudo, utilizada principalmente para a irrigação, está associada tanto à busca, pelo agronegócio, por maior produtividade, capaz de gerar maior lucratividade e intensificar a dinâmica acumulativa por meio da espoliação, quanto pela necessidade crescente de segurança. A segurança é um dos

elementos fundamentais de sustentação do projeto político e econômico do agronegócio e precisa estar presente em todas as fases do processo produtivo. Como ressaltado pelo representante da Aprosem, em entrevista cujo excerto foi transcrito no capítulo anterior, o agronegócio só funciona se houver financiamento para produção, já que há uma relação de dependência entre produção e “crédito no banco” e o financiamento, com juros baratos e seguros agrícolas, acaba propiciando a segurança necessária ao produtor.

A política de financiamento público para a produção de *commodities*, sobretudo aquela que se expressa no crédito rural, faz com que a tese de que o “bom” desempenho do agronegócio se deu em decorrência da iniciativa privada seja considerada insubsistente. Heredia, Palmeira e Leite (2010) argumentam que a intervenção do Estado junto ao setor rural hegemônico, sobretudo através de políticas públicas como o crédito, tem sido essencial para subsidiar a expansão do agronegócio e as transformações territoriais agrícolas decorrentes. De acordo com Wesz Junior e Grisa (2017), o custeio das grandes lavouras de soja através do crédito, por exemplo, apresentou no período de 1999 a 2012 um crescimento mais que significativo no que diz respeito ao volume de recursos destinado, passando de 1,2 bilhão para R\$ 18,9 bilhões, evidenciando uma ampliação de mais de 15 (quinze) vezes. Segundo os referidos autores, estes números indicam “um estilo de intervenção estatal que alimenta um modelo de desenvolvimento agroexportador, orientado pela demanda internacional” (WESZ JUNIOR E GRISA, 2017, p. 103).

Neste sentido, a apropriação das águas acaba se constituindo como um fator que gera segurança durante o processo produtivo, diminuindo os riscos climáticos e propiciando uma maior produção e acaba também retroalimentando a própria lógica do financiamento agrícola, já que sendo a irrigação um fator que gera maior certeza na produção, ela se torna também um instrumento seguro na aquisição de empréstimos que têm como garantia a própria produção irrigada futura ou mesmo o imóvel onde será desenvolvida a atividade.

De forma consorciada, dispor de terra e água, mais ainda, controlá-las, possibilita ao capital condições para a prática da irrigação, o que reforça e intensifica a expansão territorial sobre as melhores terras para fins produtivos. Ou seja, o acesso às terras, seja pela titularidade (legal ou grilada), seja por meio de contratos de arrendamento etc., é a garantia que o capital, identificado como agronegócio (grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais), requer para reproduzir-se e apropriar-se dos meios de produção e controlar o tecido social, mediante o acionamento dos dispositivos das esferas da produção, da circulação, da distribuição, do consumo, bem como especulativos (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 97)

Além disso, uma dimensão essencial é a associação entre terra e água de modo a gerar, além de ganhos produtivos, ganhos especulativos. Destaca-se que a disponibilidade hídrica, bem como os próprios equipamentos de irrigação, que são também adquiridos mediante empréstimos, agregam valor ao imóvel (ver figura 23, capítulo 2), que faz com que haja aumento do poder de alavancagem para aquisição de mais empréstimos (AIBA, 2016) e fortalecem uma dinâmica especulativa de compra e venda de imóveis rurais. Portanto, água e terra se conformam como uma teia entrelaçada que sustenta a dinâmica – segura – de acumulação do capital na agricultura.

As águas, portanto, assumem uma dimensão fundamental na discussão sobre a territorialização do agronegócio e expansão de fronteiras no cerrado baiano. A água é um fator extremamente importante no processo de aquisição de terras e o seu acesso pode ser definidor da possibilidade de cultivo (ou não daquela terra), além de também se constituir cada vez mais, como veremos, como um recurso estratégico independente e dissociado da terra. Segundo Edelman (2013), o estudo sobre apropriação de terras (*land grabbing*) não deve se restringir à extensão territorial apropriada, visto que a rentabilidade das terras agrícolas é afetada pela ‘renda diferencial’, pelas diferenças relacionadas aos diversos tipos de sistemas de produção e recursos naturais associados à terra. Para o autor, a análise do fenômeno de intensificação da apropriação de terras deve considerar as dimensões de escala, o tipo de capital aplicado à terra, a disponibilidade de água e os modos de acumulação e reprodução social que estes fatores facilitam ou impedem (EDELMAN, 2013). Do mesmo modo, partindo do pressuposto de que as discussões de escala são fundamentais para a compreensão do fenômeno de *land grabbing*, Franco, Mehta e Veldwisch (2012), percebem que a análise acerca da água se torna central para entender as dinâmicas de apropriação, espoliação e acumulação.

A apropriação global de águas tem sido, atualmente, sintetizada no conceito de *water grabbing*. De acordo com Kay e Franco (2012), *water grabbing* se refere a situações em que atores (geralmente poderosos) controlam ou privatizam (cercam) as águas, privando comunidades e atores locais cujo as relações sociais, históricas e econômicas dependem das águas capturadas. Assim como no *land grabbing*, no *water grabbing* a dimensão do controle externo (estrangeiro ou não) é central, abarca vários interesses (monoculturas, minerários, hidroeletricidade, acesso ao bem em si), e está associado aos processos de privatização, mercantilização e aquisição de bens comuns. Ou seja, a apropriação global das águas envolve a privação de atores locais que anteriormente usavam e geriam a água, gerando exclusão e desconstituição de uma ideia de bem comum. Estes processos são necessariamente mediados

por interesses econômicos, disputas e relações de poder, fortalecem a ideia da privatização como principal meio de gestão e racionalização dos chamados recursos hídricos e se inserem em uma lógica de desenvolvimento que tem como base o mercado das águas.

Franco, Mehta e Veldwisch (2012), partindo do pressuposto de que o acúmulo de riquezas em geral está relacionado à apropriação de recursos naturais, incluindo terra e água, também entendem que o fenômeno de *water grabbing* pode ocorrer com ou sem transferência de propriedade, mas necessariamente envolve a perspectiva do controle externo e, geralmente, a exclusão de atores pobres e marginalizados. Segundo as autoras, a própria apropriação da terra permite o domínio dos recursos a ela associados, no qual a água se destaca. Neste sentido afirmam que o elemento central da gestão dos recursos hídricos é o controle externo, que pode envolver tanto a utilização imediata como futura dos recursos apropriados/controlados. É por isso que o processo de apropriação das terras e das águas se conformam como uma teia entrelaçada e que devem ser analisados conjuntamente, considerando também o fato de que os investidores não buscam a terra se não têm a água enquanto um recurso disponível (FRANCO, MEHTA e VELDWISCH, 2012).

Assim como o *land grabbing*, o *water grabbing* também não se evidencia como um fenômeno novo, se inserindo no processo histórico de cercamento dos bens comuns e é também elemento essencial da chamada acumulação por espoliação, visto que a apropriação dos recursos naturais é parte integrante e imanente do movimento contínuo e expansivo de reprodução e acumulação do capital. A novidade do novo ciclo de apropriação das águas é também a intensidade e quantidade dos cercamentos, a dimensão global do fenômeno, em uma nova escala, e o fortalecimento da ideia de dissociabilidade das transações envolvendo a terra e água, sendo a água, cada vez mais, negociada, transacionada, capturada como um recurso independente da terra. Kay e Franco (2012) identificam que a nova dimensão da apropriação das águas é que os mecanismos criados para o seu controle externo e para a transformação das águas em bens privados estão muito mais avançados e cada vez mais globalizados, sujeitos, inclusive, às leis internacionais sobre investimentos e comércio estrangeiros.

É importante ressaltar que o *water grabbing*, entendido como um novo ciclo de apropriação das águas, também está associado às múltiplas crises que confluíram no ano de 2008, e à toda dimensão de especulação financeira mobilizada pela alta dos preços das *commodities*, o que provocou um aumento na produção agrícola e demandou um consumo ainda mais intensivo dos recursos hídricos, além de fomentar a construção de estratégias e alternativas para que o capital exerça o controle e a gestão das águas.

Percebe-se então que o atual movimento de acumulação do capital – que sintetizamos aqui no conceito de acumulação por espoliação – está relacionado ao controle e à exploração intensiva dos recursos naturais, no qual a água tem papel central. Importante perceber que a dimensão das crises (hídricas, alimentar, ambiental) traz consigo uma ideia de escassez, isso porque as crises se constituem como terrenos férteis para a promoção de processos de exploração intensiva, geradores de escassez (seja ela real ou construída). É nesta perspectiva que Kay e Franco (2012) relacionam o contexto de crise com o fortalecimento do discurso que se fundamenta na necessidade de garantir “segurança” (alimentar, hídrica), no qual o Estado e o capital se mostram como responsáveis por garantir esta segurança. O contexto de crise ao mesmo tempo que provoca e é provocado por uma ideia de escassez, se conforma como um terreno fértil para que os interesses econômicos exerçam o controle dos ‘recursos naturais limitados’ em prol de uma suposta gestão eficiente e racional.

Kay e Franco (2012) abordam um aspecto importante da apropriação das águas e sua relação com a dimensão da escassez que é o chamado comércio de “água virtual”, o qual se configura por enormes quantidades de águas sendo transferidas e transacionadas sob a forma de *commodities*, em decorrência do uso intensivo dos recursos hídricos na produção destas *commodities*. Destaca-se que o termo “água virtual” significa o volume total de água utilizada no processo produtivo de um determinado bem agrícola ou industrial (GELAIN et. al., 2018) e, no caso em estudo se refere à quantidade de água utilizada na produção de grãos. Para Kay e Franco (2012), o comércio virtual de águas atende a demanda de águas de uma região ou setor empresarial específico e, ao mesmo tempo, cria a escassez em outra região ou para outros tipos de atividades.

É importante ressaltar, então, que, com a intensificação dos processos de apropriação de águas, tem-se fortalecido, inclusive através da atuação efetiva dos organismos internacionais multilaterais (a exemplo da Organização das Nações Unidas - ONU, do Fundo Monetário Internacional - FMI e Banco Mundial) – elemento que marca o novo ciclo de apropriação de terras e recursos naturais -, o discurso da escassez, o qual, associado a uma determinada ideia de crise hídrica, é base para a consolidação da água enquanto mercadoria e para a sua privatização (PORTO-GONÇALVES, 2012). Para o autor, a privatização consiste no poder do capital de definir onde e como se dá uso da água, sendo um pressuposto para a mercantilização.

Diante do que já foi discutido, percebe-se que a análise em torno da disputa pelo acesso e controle das águas nos permite identificar que o processo histórico de apropriação de recursos naturais estratégicos pelo capital (nacional e internacional) influenciou de forma significativa

o atual cenário de intensificação do agronegócio no Oeste da Bahia, assim como nas demais regiões do Matopiba, integrantes, majoritariamente, do bioma cerrado. Seja a partir de uma dinâmica local de apropriação de terras e água, expropriação e espoliação dos povos do cerrado, que provoca transformações profundas nas relações locais de gestão de águas, seja a partir de uma dinâmica global de privatização e mercantilização (especulativa e real), o que se vislumbra é uma intensificação do fenômeno de *water grabbing*, sendo o agronegócio no Oeste da Bahia um dos principais vetores para isso.

Este fenômeno se expressa, na realidade estudada, principalmente através da prática da irrigação em larga e intensa escala protagonizada por determinados agentes vinculados ao agronegócio. Em estudo recente, CUNHA (2017) realizou um levantamento das outorgas de águas subterrâneas e superficiais emitidas pelo Inema e pela ANA na Bahia e identificou o domínio da irrigação em relação aos demais usos da água. Identificou o autor:

de um total de 1910 outorgas emitidas, 59,74% (1141 outorgas) estão vinculadas a irrigação, demonstrando o controle pleno desse tipo de uso, com proporções extremamente superiores aos demais, como: Abastecimento Humano – 24,22%; Abastecimento Industrial – 3,77%; Dessedentação Animal – 6,71%; Piscicultura – 0,26% e Lançamento de Efluentes – 0,11%⁸⁶. Tais dados revelam empiricamente o comando soberano do grande capital sobre o domínio da água no Oeste da Bahia. Sobretudo quando é observado que praticamente todos os grandes grupos que controlam a cadeia produtiva regional são outorgados ou possuem relação direta com produtores de *commodities* agrícolas que possuem essa licença de uso. (CUNHA, 2017, p. 216)

A outorga de água é um dos principais instrumentos da política de gestão das águas, prevista na Lei 9433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e tem como função primordial a regulação do uso das águas pelos mais diversos usuários. A outorga é o instrumento que autoriza, de acordo com as prioridades estabelecidas em lei, a captação e uso das águas e, em tese, objetiva assegurar o controle do uso das águas. Quem tem o poder de autorizar (ou não) a captação é o Estado Brasileiro, através dos órgãos e entidades públicas responsáveis pela gestão dos recursos hídricos. No caso das águas federais, a responsabilidade recai sobre a ANA e nos demais casos (águas cuja gestão é de responsabilidade dos Estados Federados), os órgãos ambientais estaduais assumem esta função.

Como o foco da presente pesquisa é a apropriação das águas no município de Correntina – BA, superficiais e subterrâneas, para a análise deste fenômeno foi realizado o levantamento das outorgas emitidas apenas pelo Inema. O levantamento se deu por meio de análise e coleta de informações no Diário Oficial do Estado da Bahia, já que obrigatoriamente todas as autorizações de uso das águas (outorgas) emitidas pelo Inema devem ser publicadas no Diário,

com apoio também da plataforma digital Seia (Sistema Estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos). Neste sentido, foi possível verificar todas as outorgas emitidas pelo Estado da Bahia referentes ao município de Correntina, entre os anos de 2015 (início da implementação do PDA Matopiba) e 2018, e identificar os usuários outorgados, as finalidades das outorgas indicadas pelos próprios usuários, o corpo d'água atingido e o volume de captação autorizado.

O levantamento indicou que o Estado da Bahia, através do Inema, concedeu, em Correntina, 36 autorizações de uso de recursos hídricos (outorgas), sendo 31 delas com a finalidade de irrigação ou construção de barragens (duas, no caso) para uso agrícola, para 25 usuários diferentes. Destas 31 outorgas, 12 foram solicitadas formalmente em nome de pessoas jurídicas (empresas), mas, isso não significa dizer que as demais (19), que foram pedidas em nome de pessoas físicas, não sejam destinadas para uso empresarial, já que a solicitação normalmente é feita por algum sócio ou representante de empresa. Importante ressaltar também, em relação às outorgas para uso agrícola, que há um equilíbrio entre o número de outorgas superficiais (que captam água diretamente dos rios ou outros corpos d'águas) e subterrâneas (que captam água diretamente do aquífero Urucuia), como se pode perceber no quadro abaixo:

Quadro 2 – Outorgas concedidas pelo Inema para fins de agricultura em Correntina-BA.
(Jan/2015 a Dez/2018)

Nome	Ano da Outorga e Quantidade	Tipo de Captação	Volume Captado	Finalidade Declarada
1. LUIZ CARLOS BERGAMASCHI	2015 (1 outorga) 2016 (1 outorga) 2018 (1 outorga)	Subterrâneas	32.726m ³ /dia	Irrigação com pivô central
2. CHAPADÃO AGROPEX AGROPECUÁRIA	2015 (1 outorga)	Subterrânea	355m ³ /dia	Irrigação
3. PAULO RICARDO FRASSON	2015 (1 outorga)	Subterrânea	26.881m ³ /dia	Irrigação com pivô central
4. NELSON SCHNEIDER	2015 (1 outorga)	Superficial	24.986,70m ³ /dia	Irrigação com pivô central
5. JOSÉ EDUARDO GOTTSCHALK	2015 (1 outorga)	Superficial	7.176m ³ /dia	Irrigação por gotejamento
6. MÁRCIO JÚLIO SCHERMACK	2015 (1 outorga)	Subterrânea	71m ³ /dia	Irrigação
7. GEACIR CELESTINO DAMIANI	2015 (1 outorga)	Superficial	81.347m ³ /dia	Irrigação com pivô central
8. LAVOURA E PECUÁRIA IGARASHI LTDA	2015 (1 outorga)	Superficial	176.620m ³ /dia	Irrigação com pivô central

9. ALCEU SANTANA FALEIROS	2016 (1 outorga)	Superficial	24.060m ³ /dia	Irrigação com pivô central
10. ANTÔNIO OLIVEIRA SOUZA	2016 (1 outorga)	Subterrânea	58.140m ³ /dia	Irrigação com pivô central
11. PEDRO MASSAMI KIKUDOME	2016 (1 outorga)	Subterrânea	21.559m ³ /dia	Irrigação com pivô central
12. AGRÍCOLA XINGU S/A	2016 (3 outorgas)	Superficiais	172.622m ³ /dia	Irrigação com pivô central
13. IMOBILIÁRIA CAJUEIRO LTDA	2016 (1 outorga)	Subterrânea	98m ³ /dia	Irrigação
14. AGROPECUÁRIA SEMENTES TALISMÃ LTDA	2017 (1 outorga)	Subterrânea	35.692m ³ /dia	Irrigação com pivô central
15. AGRIFIRMA BRASIL AGROPECUÁRIA S/A	2017 (1 outorga) 2018 (2 outorgas)	Superficiais	26.823m ³ /dia	Irrigação com pivô central e Construção de 02 barragens
16. SJ AGROPECUÁRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	2017 (1 outorga)	Subterrânea	8.476m ³ /dia	Irrigação com pivô central
17. ANTENOR JOSÉ SCATULIN	2017 (1 outorga)	Superficial	99.024m ³ /dia	Irrigação com pivô central
18. EROLT ERTAL	2017 (1 outorga)	Subterrânea	23.360m ³ /dia	Irrigação com pivô central
19. CIF – CIA DE INTEGRAÇÃO FLORESTAL LTDA - EPP	2017 (1 outorga)	Superficial	16.504m ³ /dia	Irrigação com pivô central
20. PRUDENTE JOSÉ DE MORAIS	2017 (1 outorga)	Superficial	1.256m ³ /dia	Irrigação
21. HERBERTO SCHERMARCK	2017 (1 outorga)	Subterrânea	103m ³ /dia	Irrigação
22. IVANEIDE BARBOSA DE OLIVEIRA	2018 (1 outorga)	Superficial	303m ³ /dia	Irrigação
23. HELEODORO FERREIRA DO NASCIMENTO	2018 (1 outorga)	Superficial	919m ³ /dia	Irrigação
24. JOÃO BATISTA SANTA ROSA	2018 (1 outorga)	Superficial	48.693m ³ /dia	Irrigação com pivô central
25. FELIPE FRANCISCO FACCIONI	2018 (1 outorga)	Subterrânea	77m ³ /dia	Irrigação
TOTAL	31 outorgas	14 subterrâneas e 17 superficiais	887.871,70m³/dia	Irrigação

Outorgas concedidas pelo Inema para fins de agricultura em Correntina-BA.

Fonte: Diário Oficial do Estado da Bahia

Organização: Joice Bonfim

Assim como o fenômeno de *land grabbing*, a apropriação das águas (*water grabbing*) é fundamentalmente caracterizada por ter como protagonistas agentes de controle externo, que podem ser nacionais ou estrangeiros. Os agentes de controle se conformam como externos, por não integrarem originalmente o território que disputam e por atuarem no sentido de monopolizar o espaço/território de acordo com suas próprias identidades, concepções e interesses, gerando exclusão a partir de jogos e relações de poder.

Como evidenciado no capítulo anterior (ver Quadro 1), muitos dos controladores externos de grandes extensões de terras, são também os atores que detém outorga de águas e atuam no sentido da apropriação das águas, seja com interesses produtivos (principalmente considerando o fato que o uso da irrigação propicia maior segurança e rentabilidade à produção agrícola) ou especulativos (considerando tanto a dinâmica de compra e venda de terras, já que a água é um fator crucial na dinâmica de valorização do preço da terra, quanto à perspectiva de implementação de um mercado/comércio da água bruta), o que fortalece a compreensão de que o controle das terras em Correntina está imbricado com o controle das águas.

Este é o caso de Luiz Carlos Bergamaschi, que está associado à família Faccioni, a Agropecuária Sementes Talismã, à família Antonioli, e à Suzane Mari Piana (ligada às empresas Piana Capello Agropecuária Ltda. e Tecnoseeds), da Lavoura e Pecuária Igarashi, da Agrícola Xingu, da Imobiliária Cajueiro (que é ligada à estrangeira BrasilAgro), da Agrifirma, de Antônio Oliveira Souza (proprietário da empresa Sudotex), de Nelson Schneider (sócio da empresa Agrícola Xingu) e da SJ Agropecuária. Ou seja, de 20 grandes grupos ou controladores de terras em Correntina, pelo menos oito deles são também formalmente controladores de águas no município.

Este número é ainda maior se considerarmos o processo de controle das águas que não está formalizado pelo Inema e nem reconhecido pelo Estado da Bahia. Como ressaltado anteriormente, o instrumento oficial que autoriza a captação e uso das águas é a outorga. Salvo nos casos dos pequenos usuários, que são dispensados da outorga, para haver captação, em tese, a outorga é um instrumento obrigatório. No entanto, a realidade em Correntina demonstra que há um processo massivo de captação de águas, realizado por grandes usuários e agentes econômicos externos, sem formalização do instrumento de outorga. Ou seja, há um processo de apropriação das águas realizado de forma ilegal, sem que o Estado exerça qualquer tipo de controle.

Com a pesquisa de campo foi possível acessar os relatórios e resultados das fiscalizações nos imóveis rurais apontados como usuários de águas, produzidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Correntina. Em decorrência das constantes denúncias que apontam o processo intenso e desenfreado de captação das águas – sobretudo subterrânea – nos últimos anos, que tem gerado graves impactos aos corpos d’águas do município e ao processo de uso tradicional das águas pelos agricultores familiares e comunidades tradicionais rurais e resultou em uma grande manifestação na Fazenda Igarashi¹², a Secretaria realizou, durante os três primeiros meses de 2018, um levantamento de poços artesianos de baixa e alta vazão no município de Correntina mediante fiscalizações realizadas através de visitas aos imóveis rurais que captam água no município. O resultado deste processo apontou uma situação bastante alarmante, já que foram encontrados pelo menos 114 poços de alta vazão em funcionamento sem a outorga correspondente. Destaca-se que como não há outorgas para os poços, a Secretaria não pôde mensurar o volume captado pelos usuários “informais”, mas conclui pela gravidade da situação, considerando o uso irrestrito e descontrolado de grandes quantidades de águas.

Diante dos dados fornecidos pela Secretaria, foi possível sistematizar o seguinte quadro com os usuários que detêm poços de alta vazão em suas propriedades e captam água sem outorga:

Quadro 3 – Usuários que detêm poços de alta vazão e captam água sem outorga (2018)

USUÁRIO		FAZENDA	QTD DE POÇOS SEM OUTORGA
1	Grupo Papaiz	Entre Rios	1
2	Ricardo Anversa	AEPL	1
3	Edwaldo de Paulo Perez	Dona Moça	1
4	Lúcio Flávio Socreppa	São Marcos e Três Amores	1
5	Brás Gonçalves Souza	São Brás	1
6	Jucelmo	Juliana	1
7	Oreste Tizziane	Anta Gorda	1
8	Anésio Horário Ferreira	Guarantã	1
9	Noel Santiago de Souza	Alto da Serra	1
10	Agropecuária Liberdade Eireli	-	1
11	Jonh Kudiess	Fênix e Colibri	2
12	João Adão Melo	Melo	1
13	Planta 7 S.A. Empreendimentos Rurais	Planta 7	1

12 Como será melhor desenvolvido no item referente aos conflitos, a manifestação ocorrida na Fazenda Igarashi (uma das grandes captadoras de água no município), no dia 02 de novembro de 2017, que resultou na quebra e destruição dos maquinários do imóvel, é considerado um importante marco de denúncia da situação alarmante dos rios da região e de defesa das águas que atravessam Correntina.

14	Milton Hotman	M.H. Agropecuária	1
15	João Bigolin	Bigolin	1
16	Geacir Celestino Damiani	Curitiba	2
17	Benedicto Trajano Borges	Boi Branco (Arrendatária Brasholanda)	1
18	Agropecuária Ubatuba	Agropecuária Ubatuba	2
19	Valter Mikio Morinada	Morinada	1
20	Gladimir Perin Clemens	Ivatuba	1
21	Emerson e Hermes	Combona	1
22	Umberto José Denardin	São Francisco	1
23	Roberto Pelizaro	Veneza	1
24	Nelci Pelizaro	Toledo	1
25	JH Sementes	Delta	2
26	Pedro Massami Kikudome	Agrobahia Vale do Arrojado	4
27	Rui Luis Gaio	Gaio	1
28	Paulo Ricardo Frasson	Boi Forte	1
29	Nelson Yoshio Igarashi	São Miguel	1
30	Suzane Mari Piana	Cerrana e Tucumã	2
31	José Machado	Nutrion	1
32	Alfio Gabriel	Santo Antônio e Barra 4	2
33	Agropecuária S.A.	Mapasa	2
34	Nelvo Lhomann	Veneza	1
35	Amildo Zils	Capão Alto	2
36	Roque Goegen (Arrendatário Nelvo Lhomann)	Santa Rita	1
37	Leandro/Lília (Arrendatário Amildo Zils)	Rio Verde	1
38	José Valnei Poppi	Nossa Senhora Aparecida	1
39	Edson Luiz Brandão	Santa Terezinha	1
40	Manoel dos Reis	São Pedro	1
41	Antônio Luiz Castro Souza	Norte Sul	1
42	Paulo Rogério Santiago	Santiago	1
43	Hugo Henke	Henke	1
44	Erolt Ertal	Bom Pastor	1
45	Não Identificado	Aguas Claras	1
46	Elcio Zils (Arrendatário Roberto Mentuig)	Santa Cruz	1
47	Martin Pascoal Drees	Nova Aliança e Brasholanda	3
48	Agrifirma	Rio do Meio e São Simão	3
49	Não Identificado	Primavera	1
50	Almor Paulo Antonioli	Prata Nova e Caramuru	4
51	Cargil e Gilson Osmar Denardin	São Paulo	1
52	Walter Gama Terra	São Paulo	1
53	Gilson Osmar Dernadin	Amizade	1
54	SLC Agrícola S/A	Panorama	2
55	Marilane Moresco Denardin	Guará e Passagem Funda	3
56	Heinz Kudiess	Aurora	2
57	Francesco Lanciotti	Itália	1
58	Marino Carascosa	Rio Branco	1

59	Agrícola Xingu	Tabuleiros I, II e III	3
60	“Barão”	Quebradeira	1
61	Não Identificado	Griso	2
62	Não Identificado	Luaral	1
63	João Henrique Meneguel	Guará do Meio	1
64	Darci Bento de Oliveira	Santa Fé	1
65	Antenor José Scatulin	Terra Morena	1
66	“Piu”	Santa Fé	1
67	Orth	Tapera Grande	2
68	São José Agropecuária Empreendimentos e Participações LTDA	São José Agropecuária Empreendimentos e Participações LTDA	1
69	Evandro Marcos Castelli	Cabeceira Grande	2
70	Rita Pazzini Gobbi	Serrinha	1
71	Paulo (Arrendatário Ricardo Rodrigues)	Oriental	1
72	Marco Aurélio Botolli	Nice e Botolli	1
73	Harold Kudiess	Mamonas	1
74	Walter Yuki Horita	Sagarana	2
75	Erardo Markete	Celestina e Natália	2
76	Maria de Lourdes	Pato Branco	1
77	Orlando	Plant Fertt	1
78	Walter Mirio Morinaga	Marina	1
79	Nelei Belizario	Nossa Senhora de Fátima	2
80	Luiz Carlos Bergamaschi	Xanxerê	3
81	Rogério Pelizario	Dois Amigos (Pelizario)	1
82	José Alberto Costa Curta	Vitória	1
TOTAL DE POÇOS			114

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Correntina-BA

Organização: Joice Bonfim

Usuários destacados em negrito: são também controladores externos de terras em Correntina-BA

Os usuários que estão em negrito são aqueles indicados também como grandes controladores externos de terras em Correntina. Além dos que já foram apontados nos parágrafos antecedentes, destaca-se a JH Sementes e a família Kudiess vinculada à empresa, a Planta 7 S.A. Empreendimentos Rurais, a Família Denardin, a SLC Agrícola S/A, e o Grupo Horita. Isso significa dizer que, se consideradas as captações ilegais de água, na verdade, dos 20 grandes grupos ou controladores de terras em Correntina, pelo menos 13 deles são também controladores de águas no município, ficando evidente, portanto, a relação simbiótica entre apropriação de terras e águas na região em estudo.

Outro elemento que precisa ser apontado na análise dos dados referentes à captação de águas é a grande dimensão da captação ilegal subterrânea. Muitos dos relatos obtidos no trabalho de campo, apontaram o aumento significativo da perfuração de poços de alta vazão em Correntina nos últimos três anos, mas esta realidade não estava evidente nas outorgas. Sabia-se

do interesse do Estado da Bahia e das organizações de classe vinculadas ao agronegócio na realização de estudos e pesquisas sobre a potencialidade hídrica do Aquífero Urucua (inclusive com a realização de um estudo específico sobre o referido aquífero, a partir de parcerias público-privadas, que será analisado em seguida), mas o aumento relatado pelos entrevistados não constava nas publicações do Inema no Diário Oficial. Esta dimensão somente foi de fato evidenciada com os relatórios produzidos pela Secretaria de Meio Ambiente de Correntina, que apontou um número exponencialmente maior do que os oficiais e evidenciou a realidade da “febre” dos poços artesianos em Correntina. Como descrito pela representação da Prefeitura Municipal de Correntina:

Muita gente faz de forma...por fazer mesmo. Como diz, clandestina. A gente fiscaliza e tem outros também autorizados, porque nós fomos em uma fazenda aqui, e são 32 poços artesianos em uma fazenda só. É, me perdi aqui o nome da fazenda mas eu tenho aqui no relatório dos poços artesianos que a gente tem aqui na cidade...é assustador. E continua saindo viu as autorizações.

(...)

E é ..a gente também é..não sei se você rodou ai pelo município..você vai logo assim na beira da BR..é, você passa assim na estrada, tem uma árvore bem aqui e logo na esquina tem uma plaquinha “contatos para poços artesianos..0800”. Você não viu não? Indo pro Tatu, indo pro grilo, na metade do caminho você vai ter os contatos lá no 0800 pra ligar pra perfuração..”perfuramos poços artesianos”, virou uma prática, virou uma febre, todo mundo quer ter um, quer água limpa, né? (Entrevistado 8, representante da Prefeitura Municipal de Correntina).

A grande dimensão de captação de águas subterrâneas em Correntina realizada de forma ilegal, sistematizada no Quadro 03, demonstra e anuncia uma situação grave e alarmante da dinâmica de apropriação. Considerando que de um universo de 98 grandes usuários de água na agricultura, 82 deles estão em situação irregular, que dos 128 poços de alta vazão identificados no município, apenas 14 deles estão outorgados, e que foram também mapeados pelo portal Seia pelo menos 86 novos pedidos de outorgas ainda não analisados pelo Inema sendo referentes à captação superficial e à captação em mais 185 novos poços, pode-se afirmar que a apropriação das águas em Correntina acontece de forma absolutamente expansiva e muitas vezes ilegal e que o Estado, responsável pelo controle e gestão do uso das águas, acaba, mediante ações e omissões compactuando com esta dinâmica.

O aprofundamento da discussão sobre o papel do Estado na dinâmica de gestão e apropriação das águas não será objeto deste trabalho, mas, entende-se como fundamental reivindicar a discussão sobre o papel do Estado na promoção da violência na fronteira, trabalhada por Foweraker (1981). Considerando que a apropriação das águas em Correntina é também expressão da violência na fronteira, já que impacta e violenta diretamente a dimensão

do “território como abrigo”, o “território dos gerais” e seus povos tradicionais, faz uso da força na perspectiva de “eliminação de rivais, formação de coalizões, extensão da proteção e extração rotinizada de recursos”, e considerando que o Estado, por deter, em tese “o controle último da força dentro de um determinado território” e por, contraditoriamente, tolerar e incentivar a violência privada (FOWERAKER, 1981, p. 231-232; HAESBAERT, 2014) compreende-se que este mesmo Estado é um dos atores chaves da dinâmica de apropriação das águas. Em Correntina, fica evidente que o papel omissivo do Estado interfere diretamente na apropriação das águas e na promoção da violência.

A distinção entre público e privado é, de qualquer forma, legal, isto é, definida pelo Estado em primeiro lugar – e esta distinção torna-se crescentemente obscurecida ao nível da acumulação. Sugerimos, por exemplo, que a inércia da burocracia de Estado na fronteira “permitiu”, em certo sentido, o uso da violência privada. Mas, da atual perspectiva, essa mesma inércia burocrática mascara uma intensa atividade política que é especificamente, orientada de modo a garantir a continuação das condições de acumulação no campo e, no caso da acumulação primitiva, impulsioná-la pela violência (FOWERAKER, 1981, p. 232-233)

Outro ponto de destaque do processo de apropriação das águas em Correntina, que inclusive fortalece a relação com a apropriação e controle de terras é o envolvimento de empresas e empresários ligados à atividade de compra e venda de imóveis rurais, ou seja, das chamadas imobiliárias rurais. No levantamento realizado há importantes usuários que têm como atividade principal ou secundária o mercado de terras e que atuam a partir da lógica especulativa de valorização dos imóveis. São os casos: de Geacir Celestino Damiani, que é sócio da Ícaro Participações S.A. e da Damiani Administração de Bens e Participações Ltda., ambas vinculadas à corretagem de imóveis; de Pedro Massami Kikudome, sócio da Kikudome Imóveis Ltda., da Kaka Imóveis Ltda. e da Kikudome Participações e Investimentos Ltda; da Imobiliária Cajueiro, vinculada à multinacional BrasilAgro; da SLC Agrícola, que tem a imobiliária rural SLC Land Co como um dos seus braços; do grupo envolvendo a Agropecuária Sementes Talismã, a família Antonioli, Luiz Carlos Bergamaschi, Dino Romulo Faccioni e Suzane Mari Piana, que são vinculados à imobiliária MRF Participações S.A., e à Candango Leilões e Negócios Rurais.

Esses são alguns exemplos em que se identificou a vinculação do usuário de água com a atividade de compra e venda de imóveis rurais, entretanto, este rol não é necessariamente taxativo, já que é possível que haja outros agentes (empresariais ou não) que também estão associados a este tipo de prática econômica, mas que não está tão evidente a associação. De qualquer forma, com o que foi viável mapear, percebe-se que o interesse especulativo do

controle da água voltado para a valorização dos imóveis se faz presente na dinâmica de apropriação em Correntina.

Como trabalhado anteriormente, a existência de água disponível nos imóveis rurais é um fator chave no aumento do preço da terra, influenciando a sua valorização principalmente nas regiões onde há maior escassez ou maior irregularidade de chuvas. A presença de atores externos que têm como uma das atividades centrais não apenas a relação produtiva, mas também a perspectiva especulativa, na dinâmica de captação de águas indica que no contexto atual o processo acumulação também tem sido concretizado através de mecanismos ligados à lógica financeira e que os processos de *land e water grabbing* caminham juntos em Correntina, principalmente considerando a implementação do PDA Matopiba.

À medida que a apropriação das águas colabora com o aquecimento do mercado de terras e fortalece a lógica da financeirização associada a ele, também pode indicar o anúncio da construção do chamado mercado global de águas, que tem na dimensão especulativa e financeira um apoio fundamental. É neste sentido que Kay e Franco (2012) destacam o surgimento e fortalecimento de companhias transnacionais e de fundos de investimento especializados neste recurso natural, que têm os recursos hídricos como componentes importantes dos seus portfólios de investimentos, a exemplo do Fundo AgriSar, que inclui o investimento em água como um dos seus principais objetivos.

Além das mudanças institucionais que são fomentadas com vias à privatização e mercantilização, estão sendo feitos grandes investimentos nas infraestruturas relacionadas às águas e nas empresas voltadas ao desenvolvimento de tecnologias de captação e armazenamento, o que acaba por fortalecer a relação entre terra e água, já que a infraestrutura voltada para captação e armazenamento de águas, de alto custo, acaba por valorizar o preço da terra e, esta mesma terra se constitui como garantia e é fundamental para a aquisição de infraestrutura e tecnologia.

essa nova fase da irrigação com base na acumulação de capital que move o agronegócio se caracteriza por usar técnicas que exigem elevados recursos financeiros, o que implica que só faz sentido usá-las se for com grandes extensões de terra, daí o caráter latifundiário que conforma o bloco de poder que protagoniza o que, para eles, configura um modelo de desenvolvimento e, para os outros, um drama de vida (PORTO-GONÇALVES e CHAGAS, 2018, p. 33).

Nos últimos anos tem se disseminado em Correntina e em todo o Oeste da Bahia o uso dos chamados “piscinões”, que são estruturas voltadas para o armazenamento de grandes quantidades de água. Estes “piscinões” são alimentados pelas águas que são extraídas dos poços

de alta vazão ou mesmo diretamente dos rios. São montadas estruturas envolvendo bombas de sucção e canos que transmitem a água captada para grandes reservatórios. Com grandes quantidades de água “guardada”, se torna viável a alimentação de vários pivôs centrais ao mesmo tempo e permite também que aquela água possa ser transportada para outros locais. Este processo é conhecido pelas organizações locais:

Dois ou três poços artesianos não vai dar água para 50 pivôs de uma vez só. Então é preferível você trabalhar enchendo primeiro os grandes piscinões e depois numa pancada só você abrir as torneiras e irrigar uma quantidade x de pivôs centrais. Assim de cabeça eu lhe aponto mais de 15 piscinões aqui. É uma coisa que está em franca expansão. E tá sendo a solução apontada pelos técnicos, pelos agrônomos. (Entrevistado 3, representante de organização popular em Correntina)

Figura 25 – Piscinão para armazenamento de água da fazenda Sudotex. Correntina (2016)



Fonte: Revista Porantim

Não foi possível, no trabalho de campo, realizar o levantamento exato da quantidade de piscinões existentes em Correntina e identificar precisamente como se deu o processo de expansão do seu uso, mas pôde-se verificar alguns casos emblemáticos. Segundo o Relatório da Fiscalização Preventiva Integrada produzido pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MPE), foram identificados nas fazendas Sudotex, de propriedade de Antônio Oliveira Souza, 03 (três) piscinões com uma capacidade média de 194 milhões de litros cada, havendo previsão de construção de mais sete piscinões de igual porte. Além desses, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Correntina, identificou durante fiscalização a existência de 02 (dois)

piscinões na Fazenda Boi Forte, de Paulo Ricardo Frasson, e 04 (quatro) na Fazenda Agrobahia Vale do Arrojado, de propriedade de Pedro Massami Kikudome.

Até o momento, não foi relatado nenhum caso em que houve a transferência ou comercialização da água captada e armazenada entre os agentes econômicos, estando a água incorporada à terra, agregando valor aos imóveis rurais, e, portanto, sendo comercializada de modo dependente da terra. No entanto, estão sendo gestadas e implementadas mudanças institucionais voltadas para a configuração da água como uma mercadoria independente e, isso significa dizer que apesar de água e terra estarem historicamente vinculadas nos processos de apropriação, privatização e mercantilização, percebe-se a construção de caminhos que anunciam a água como um bem independente a ser comercializado, o que pode ser um dos indicadores para a continuidade da apropriação de terras mesmo em um cenário de queda dos preços das *commodities*. Thomaz Junior (2010), inclusive, ao trabalhar a ideia do “agrohidronegócio” destaca o movimento recente de fortalecimento dos interesses do capital voltados para o processo de mercantilização da água por meio do aumento e intensificação dos investimentos neste campo, indicando um processo de apropriação de fontes de águas, considerando a perspectiva futura de comercialização.

Portanto, o processo de expansão promovido e fortalecido pelo PDA Matopiba está também calcado na apropriação das águas (de modo central e não apenas secundário), em seus vários aspectos e com as diversas finalidades/interesses. Além de incentivar a expansão – e toda a dinâmica de acumulação a partir das lógicas espoliadoras, produtivas e especulativas –, o PDA Matopiba se apresenta como o instrumento capaz de colaborar com a superação dos gargalos atrelados ao movimento expansionista nas regiões de fronteira do cerrado. E, sem dúvida, o acesso à água é um dos principais entraves, pois ela é fundamental seja para garantir maior rentabilidade e segurança à produção agrícola em um contexto de expansão para áreas menos seguras economicamente, seja para fortalecer o mercado especulativo de terras, seja para se configurar como uma mercadoria específica e relativamente dissociada da terra.

Entende-se então que o movimento expansionista sobre as águas nas regiões de cerrado do Matopiba é também uma forma de avanço de fronteiras, compreendendo que a expansão de fronteiras vai além do processo de apropriação de terras. Como desenvolvido por Foweraker (1981), por mais que a consolidação do regime de propriedades privadas em um determinado território signifique o estágio final do processo expansionista, enquanto houver terras e recursos naturais “disponíveis” e passíveis de privatização, a dinâmica de “(re) fronteirização” se

apresenta, visto que a definição de fronteira se baseia na ideia da “ampliação da acumulação por meio da incorporação do meio físico ao meio econômico” (FOWERAKER, 1982).

Em essência, a apropriação da terra e da água em Correntina é seguramente indissociável, principalmente considerando o contexto de implementação do PDA Matopiba e o “novo” movimento de expansão de fronteiras que está em curso na região. Como dito anteriormente, a água não pode ser considerada um elemento subsidiário na dinâmica atual de acumulação, já que ao mesmo tempo em que está necessariamente atrelada à terra, também tem assumido uma relativa independência, se fortalecendo como mercadoria a ser apropriada, especulada e comercializada como bem específico.

3.2. O papel das organizações de classe Aiba e Abapa na apropriação das águas

No processo de reflexão sobre territorialização do agronegócio no Oeste Baiano, o avanço de fronteiras e a apropriação das águas, a Aiba e a Associação Baiana de Produtores de Algodão (Abapa), despontam como atores chaves, influenciando e intervindo diretamente na construção de caminhos e nas definições de estratégias e prioridades dos produtores e das empresas produtoras rurais vinculados ao agronegócio. Destaca-se que, buscando compreender os interesses e papel destas organizações na apropriação das águas associadas à construção do agronegócio como alternativa socioeconômica e territorial hegemônica no território em estudo, foram levantadas e analisadas as revistas institucionais da Aiba publicadas trimestralmente no site da Aiba no período de 2015 a 2018.

A partir das revistas, foi possível identificar tanto a Aiba como a Abapa como organizações de classe, ligadas diretamente ao agronegócio e voltadas para a defesa dos seus interesses. A Aiba se coloca como organização que “trabalha pelo desenvolvimento do agronegócio no Oeste da Bahia”, se afirmando também como a organização que “inseriu o Oeste da Bahia entre os maiores produtores de grãos e fibras do país” (AIBA RURAL, nº 02, Ano I, 2ª trimestre, 2015, p. 02). “Formadas por líderes engajados na defesa dos interesses da classe, a entidade tem participado de forma contínua no desenvolvimento socioeconômico do Oeste baiano” (AIBA RURAL, nº 07, Ano III, 2ª trimestre, 2017, p. 11) Estão focadas na perspectiva do crescimento constante, principalmente considerando as dimensões da “eficiência” e “produtividade”, buscando fortalecer os produtores e suas estratégias de modo a garantir o aumento das safras e da produção, ano a ano.

Como organizações de classe, a Aiba e Abapa deixam nítida nas publicações a valorização do princípio do associativismo, o encarando também como uma das principais estratégias da construção da hegemonia do agronegócio. Por isso, se apresentam como símbolos da união “em prol do fortalecimento da integração dos povos que escolheram este pedaço de Brasil para viver e prosperar” (AIBA RURAL, nº 01, Ano I, 1ª trimestre, 2015, p. 04). Um dos alicerces desta ideia de união e integração é justamente a construção discursiva – trabalhada no capítulo anterior – de que a chegada e um suposto esforço individual e coletivo dos produtores rurais, descendentes de europeus e oriundos do sul do país é que na verdade fez “prosperar” o Oeste da Bahia retirando-o de um lugar encarado como “não-lugar”. Neste sentido, estas organizações se colocam como aquelas que, fundadas nesse ideário de união, irão colaborar para o fortalecimento desta perspectiva de prosperidade, buscando que o Oeste da Bahia seja, cada vez mais, o território do agronegócio.

E, para a concretização deste intento, a Aiba e Abapa trabalham para a superação dos gargalos que dificultam a expansão e territorialização aceleradas do agronegócio na região em estudo. Com a análise das revistas foi possível perceber que os principais gargalos cuja a incidência dessas organizações pretende superar são os referentes ao risco climático, às questões ambientais, à segurança jurídica, sobretudo em relação aos registros imobiliários, à infraestrutura e à logística.

Interessa particularmente ao presente trabalho a discussão em torno dos riscos climáticos, já que, como desenvolvido anteriormente, a expansão e intensificação da apropriação das águas tem sido apontada como uma das soluções possíveis para superação dos riscos e garantia de maior segurança e rentabilidade às atividades vinculadas ao agronegócio. A preocupação com os riscos associados ao clima, sobretudo em decorrência da ausência ou irregularidades de chuvas, fica evidente considerando que os anos de 2015 e 2016 foram marcados por períodos secos prolongados ou enchentes intensas que atingiram a safra de 2015/16. Por esta razão, em quase todas as edições analisadas há reflexões em torno da instabilidade climática:

Das atividades econômicas, a agricultura é sem dúvida aquela com maior dependência das condições do tempo e do clima. As condições atmosféricas afetam todas as etapas das atividades agrícolas, desde o preparo do solo para semeadura até a colheita, o transporte, preparo e o armazenamento dos produtos. As consequências de situações meteorológicas adversas levam constantemente a graves impactos sociais e a enormes prejuízos econômicos, muitas vezes difíceis de serem quantificados, a exemplo das safras dos últimos anos no oeste baiano (AIBA RURAL, nº 08, Ano III, 3ª trimestre, 2017, p. 16).

Nas últimas décadas, o monitoramento das estações ganhou destaque no país em decorrência das irregularidades climáticas que tem causado situações extremas como enchentes e secas, e tem resultado em prejuízos econômicos, ambientais e sociais, tanto no meio rural como no meio urbano. Esta situação pôde ser observada na região oeste do estado da Bahia no ano de 2016, onde 14 municípios decretaram situação de emergência por condições climáticas adversas, sendo 60% por estiagem prolongada e 40% por enchentes (AIBA RURAL, nº 08, Ano III, 3ª trimestre, 2017, p. 20).

A preocupação em torno da instabilidade climática ganha ainda mais importância considerando a dinâmica de expansão materializada no PDA Matopiba, que, como trabalhado, tem promovido ações e políticas voltadas para o controle de terras e recursos naturais em áreas climáticas mais instáveis. Considerando isto, a Aiba e Abapa têm focado boa parte das suas reflexões institucionais em torno da necessidade de desenvolvimento de pesquisas, monitoramentos, aprofundamentos em relação às questões ambientais, climáticas e hídricas das áreas e regiões com potencialidade de expansão.

Matopiba é a região brasileira que mais ampliou a produção de grãos nos últimos anos, graças à expansão combinada de soja e milho sobre pastagens e áreas de cerrado. A disponibilidade de terras e a expectativa em torno das obras de infraestrutura que estão sendo implementadas valorizam as terras e ampliam a atividade agrícola regional. Adicionalmente, se consolida como uma região vocacionada para atender o Nordeste e também a exportação, dado à proximidade com importantes portos no norte do país, destacando os de Belém e entorno, Itaqui, Pecém e Suape. De acordo com fontes locais, a região do Matopiba ainda possui áreas apropriadas para o agronegócio, que somam pelo menos 10 milhões de hectares que podem ser abertas sem desrespeito à legislação ambiental. Dentro deste contexto, há as condições ambientais, da qual a agricultura é totalmente dependente. As condições edafoclimáticas controlam o crescimento e o desenvolvimento das plantas e, conseqüentemente, elas devem ser adequadamente avaliadas antes de se implantar uma atividade agrícola. Na gestão do agronegócio, a identificação de regiões com alto potencial de produção, isto é, áreas onde o clima e o solo sejam adequados para a cultura, é o passo decisivo para se alcançar uma agricultura sustentável, dinâmica e altamente produtiva. Conhecer o ambiente não é só essencial, mas decisivo se o objetivo é alcançar altas produtividades e ter rentabilidade. (AIBA RURAL, nº 06, Ano II, 3º trimestre, 2016, p. 11)

Apesar da expansão agrícola do cerrado baiano e do agronegócio ter grande importância para a economia, principalmente a local, para continuar crescendo é preciso abrir novas áreas e investir em tecnologia. Atualmente, apenas 2,2 milhões de hectares da região é usado para a agricultura. No entanto, ainda há mais que o dobro de terras a serem incorporados (AIBA RURAL, nº 01, Ano I, 1ª trimestre, 2015, p. 23).

Neste contexto, uma das soluções apontadas e construídas pela Aiba para a diminuição dos riscos e instabilidades climáticas é justamente a expansão da apropriação das águas, reconhecendo a dependência entre maior segurança e rentabilidade e uso controlado da água na agricultura. A Aiba trata essa expansão, tida como sustentáculo do fortalecimento da agricultura

irrigada, como um consenso. Além de associar a necessidade de apropriação das águas com maior segurança e rentabilidade às atividades agrícolas, também ressalta que o uso intensivo e controlado das águas na agricultura é imperioso, considerando o aumento populacional e o decorrente aumento da demanda de alimentos, buscando fortalecer, portanto, a imagem do agronegócio como o ator econômico responsável pelo abastecimento alimentar mundial.

A água desempenha papel chave em todos os processos biológicos, físicos e químicos na agricultura, determinando a eficiência de todos os outros insumos e influenciando grande parte dos impactos ambientais através do processo erosivo ou da emissão de efluentes para o solo e cursos d'água. O manejo correto do solo e as tecnologias modernas de irrigação garantem a disponibilização adequada de água para as plantas e aumentam significativamente a probabilidade de ganhos econômicos, além de serem instrumentos imprescindíveis para minimizar riscos inerentes à produção agrícola (AIBA RURAL, nº 08, Ano III, 3ª trimestre, 2017, p. 62).

Assim, é importante o desenvolvimento da agricultura irrigada, permitindo estabilidade e ampliação da produção brasileira e mundial de alimentos. Por outro lado, vivemos em um período de forte escassez de água em muitas regiões, que exigem um foco bem direcionado para os trabalhos de ampliação da área irrigada brasileira. A resposta para tudo isso passa inexoravelmente por três vertentes: 1 Entendimento profundo, por parte da sociedade, da importância da irrigação para o aumento da produção agrícola no Brasil e no mundo; 2 Que o poder público crie condições e programas de incentivo, controle e ofereça melhorias em infraestrutura e logística, que beneficiarão a agricultura em geral; 3 Todos os envolvidos no sistema, sejam eles produtores, funcionários, empresários, industriais, técnicos, professores ou pesquisadores, tenham consciência que o único caminho é uma agricultura irrigada sustentável, com uso eficiente da água, energia e outros insumos. Neste sentido, o conhecimento científico sobre a disponibilidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos é imprescindível (AIBA RURAL, nº 07, Ano III, 2º trimestre, 2017, p. 34).

Portanto, nos últimos quatro anos (2015-2018), um dos principais focos da Aiba foi a construção de fundamentos e justificativas capazes de sustentar os discursos e as práticas em torno da intensificação da apropriação das águas, sobretudo através da ampliação da irrigação. Inclusive, construíram uma linha histórica a partir da concepção de que no passado a ampliação da irrigação se deu em um cenário de “pouca disponibilidade técnica, operacional, industrial e de recursos financeiros”, o que era considerado problemático, mas, na atualidade, houve a ampliação da “nossa capacidade de implantar de forma sustentável novas áreas irrigadas”, o que faz com que sejam viabilizados grandes e inúmeros projetos de irrigação nas mais diversas regiões, nas mais diversas condições climáticas (AIBA RURAL, nº 07, Ano III, 2ª trimestre, 2017, p. 34).

Figura 26 - Linha histórica dos focos da irrigação. 2017.



Fonte: (AIBA RURAL, nº 07, Ano III, 2ª trimestre, 2017, p. 34).

Tanto a linha histórica quanto o último excerto destacado, bem como a leitura integral das publicações institucionais da Aiba nos últimos 04 (quatro) anos apontam – direta ou indiretamente – as principais estratégias – discursivas e práticas – que estão associadas à defesa e construção da expansão da apropriação das águas, materializada principalmente na irrigação. As referidas estratégias foram sistematizadas em três vertentes que serão trabalhadas em seguida: 1) construção contraditória e conveniente da ideia de existência e inexistência de crise hídrica; 2) construção, a partir da afirmação de que o agronegócio e apropriação das águas não geram impactos socioambientais, do discurso da sustentabilidade; 3) investimentos na realização de pesquisas e monitoramentos das águas, principalmente do Aquífero Urucuia.

A primeira vertente das estratégias é a referente ao discurso contraditório da Aiba em relação à crise hídrica. A contradição é evidenciada pois, em determinados momentos a Aiba se refere à existência de uma crise hídrica, reconhecendo a diminuição significativa dos corpos d'águas, e em outras ocasiões, nega a existência da crise e evidencia a abundância dos recursos hídricos do Oeste da Bahia.

A análise das Revistas permite perceber que a afirmação da existência de um perigo real de escassez hídrica, ou seja, de um contexto de crise, normalmente está associada à uma discussão sobre gestão das águas. Tem-se a construção do argumento, pela Aiba, de que diante de um quadro de escassez, deve-se fortalecer uma perspectiva de gestão “qualificada e eficiente”, voltada à “preservação”, que exerça maior controle das águas e a consolidar uma concepção da água como bem limitado, dotado de valor econômico, o que, na verdade, são as bases para a privatização e mercantilização das águas. Assim, assumindo de forma genérica a escassez, ou seja, sem problematizar como, por quem e com quais interesses a escassez é

produzida, a Aiba afirma uma preocupação com a gestão das águas, entendendo que o setor privado deve implementar práticas que garantam uma gestão eficiente principalmente considerando contextos de escassez. Com fundamento na ONU, afirmam que a gestão deve ser voltada para evitar os conflitos entre preservação e “desenvolvimento” econômico (AIBA RURAL, nº 03, Ano I, 3ª trimestre, 2015).

A discussão sobre a gestão das águas e sua relação com as perspectivas de privatização e mercantilização deste bem natural não pôde ser trabalhada nesta pesquisa, mas, o que se pode afirmar de imediato é que os discursos da crise e da escassez são mobilizados pelos setores privados quando há interesses em assumir ou participar diretamente da gestão das águas, construindo, para tanto, a ideia de que a gestão pública das águas é ineficiente e incapaz de garantir o controle necessário à preservação. Uma das possíveis saídas à “crise hídrica” que tem sido apontada pelos setores públicos e privados é a chamada cobrança do uso das águas, instrumento que já faz parte da atual concepção institucional de gestão das águas, mas que ainda não tem sido implementada de forma massiva, e que na verdade é um dos principais marcos da transformação efetiva da água (bem comum) em mercadoria. É nesta perspectiva que a Aiba, ao realizar uma entrevista com o Secretário Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da época, o Sr. Geraldo Reis, deu destaque à parte do discurso do Secretário que apontava que diante da baixa média de chuva que impactou a Bahia dos últimos seis anos, há a necessidade de que “os agentes econômicos precisam incorporar a questão ambiental não como um entrave ou um obstáculo a ser superado, mas como um aspecto essencial do próprio negócio” (AIBA RURAL, nº 07, Ano III, 2ª trimestre, 2017, p. 08). Ou seja, a crise hídrica é reconhecida quando o interesse é fazer da gestão das águas um negócio.

Em outra perspectiva, e aparentemente de forma contraditória, a Aiba nega a existência de uma crise hídrica. Até reconhece, em algumas passagens, a diminuição da vazão de alguns corpos d’águas, mas afirmando que a agricultura não é responsável por esta diminuição, que não é possível se falar em crise hídrica, que a diminuição do volume hídrico em alguns locais é cíclica e que a construção do discurso em torno da crise, na verdade, trata-se de um anúncio “terrorista” infundado e que, portanto, não deve haver empecilhos para a continuidade expansiva da apropriação das águas e irrigação.

Neste sentido, a Aiba tem argumentado que a diminuição da vazão dos rios faz parte do “ciclo natural” de uso e renovação das águas, indicando que a captação para a utilização nos pivôs centrais não interfere neste ciclo, já que, em tese, a água é utilizada e retorna ao ambiente. Para a Aiba, a população em geral não foi impactada por falta d’água e, portanto, não se deveria

falar em crise hídrica. Uma das principais tarefas colocadas para os agricultores na atualidade seria então “vencer o terrorismo psicológico acerca de uma crise hídrica que pode nem vir a se concretizar” (AIBA RURAL, nº 09, Ano IV, 1ª trimestre, 2018, p. 04).

Estamos realizando palestras mostrando que as baixas vazões fazem parte de ciclo natural. A irrigação contribui para baixar as vazões, mas não em um patamar tão elevado como muitos imaginam. Em certas seções dos rios somente cerca de 15 cm na lâmina se alteram, ou seja, as outorgas permitem o uso das águas em 20 horas por dia. Diariamente os pivôs são desligados às 17h só voltam a funcionar às 21h, para desviar do pico de consumo de energia elétrica pela prioridade de atendimento a população urbana. No entanto, os rios não enchem e secam todos os dias, mostrando claramente que a irrigação não é o fator decisivo pela baixa vazão dos rios. Dessa forma, houve consenso de que suspender outorgas seria uma atitude muito drástica, com consequências imprevisíveis para o setor de irrigação. Decidiu-se pela publicação do decreto nº 292, de 07/06/16, estabelecendo regime especial de fiscalização dos rios no território do município de Barreiras. A crise hídrica não se confirmou ainda, pois todas as necessidades da população estão sendo atendidas. Entretanto, o fato de não irrigar 60% das áreas irrigadas, provocou grande impacto econômico para produtores e população, que percebe o imediato aumento de preços de alguns produtos, especialmente do feijão. Os dados históricos mostram que após um período prolongado de baixas precipitações de chuvas, logo a seguir vem um período de boas chuvas bem distribuídas. Provavelmente não enfrentaremos esses problemas no próximo ano (AIBA RURAL, nº 06, Ano II, 3º trimestre, 2016, p. 18-19).

Conforme a Secretaria Nacional de Irrigação (SENIR) do Ministério da Integração Nacional, considera que o consumo quantitativo de água não diminui o volume de água disponível na atmosfera, pois o volume de água utilizado tem apenas um deslocamento temporal e espacial. Porém algumas atividades humanas contribuem para a deterioração do sistema hídrico, como intensificação de assoreamento e da poluição dos rios, lagos e oceanos, ambientes com diversidade de vida e de recursos naturais, também é a maior fonte de evaporação de água do planeta (AIBA RURAL, nº 06, Ano II, 3º trimestre, 2016, p. 16).

Associada, portanto, à negativa da crise hídrica, há também a construção discursiva de que o uso das águas na agricultura para irrigação não é a responsável pela diminuição das vazões dos rios. Ao contrário, afirma-se que os princípios da “sustentabilidade” estão massivamente incorporados aos grandes produtores rurais, o que, junto com a tecnologia, faz com que a irrigação assuma uma função de preservação dos recursos hídricos, sendo esta a segunda vertente das estratégias para justificar a continuidade expansiva e intensiva da apropriação das águas.

Segundo o SENIR, se focalizarmos alguns países com baixo índice de precipitação pluviométrica fica evidenciado que o excedente da irrigação contribui para a realimentação das ressurgências e nascentes, melhorando a disponibilidade hídrica para os demais usos. Portanto, a agricultura irrigada, quando consorciada a boas práticas ambientais, não deve ser considerada como um potencial consumidor de água, porque a atividade também promove o seu deslocamento temporal e espacial no ciclo hidrológico da parte que é utilizada no desenvolvimento fisiológico das culturas, da mesma forma como ocorre com a vegetação das florestas. O ciclo hidrológico é

essencial para a renovação da água sobre a Terra, e para que ele não seja alterado, é necessário manter os mananciais conservados e protegidos pelas florestas. Assim, para garantir o equilíbrio e potencialidade do sistema hídrico para os usos múltiplos também é preciso garantir a conservação do solo, as boas práticas ambientais, o tratamento de efluentes lançados aos rios e sobretudo o uso consciente da água (AIBA RURAL, nº 06, Ano II, 3º trimestre, 2016, p. 16).

O produtor rural não pode ser visto como vilão. As pessoas precisam entender que ele é o maior interessado em preservar os rios, pois o seu negócio depende diretamente disso. Se o rio secar isso inviabiliza o nosso sistema de produção. É daqui que tiramos o nosso alimento e também o de uma nação inteira. Para continuar produzindo, a gente precisa da água, pois não há outro modo de produzir. Nenhum produtor, em sã consciência, vai investir em um sistema de irrigação caríssimos para implantar em uma área que corre o risco de secar. É ingênuo pensar que alguém queira perder dinheiro e colocar a segurança alimentar em risco”, explicou o presidente da Aiba e conferencista do Fórum Mundial (AIBA RURAL, nº 09, Ano IV, 1ª trimestre, 2018, p. 50).

O pivô configura-se como um sistema de irrigação pelo qual uma área circular é projetada para receber uma estrutura suspensa que em centro recebe uma tubulação, e por meio de um raio circular asperge água. Esse tipo de irrigação permite aplicar de maneira precisa a quantidade de água, justamente o argumento utilizado para combater o mito, visto que oferece às plantas a quantidade ajustada sem desperdícios. Além disso, reiterando a derrubada do mito, é preciso entender e informar as pessoas de que a instalação do pivô é controlada pelo Estado por meio de outorgas cedidas após estudos ambientais (Resolução nº 284, de 2001, CONAMA e Lei nº 12.787, de 2013) (AIBA RURAL, nº 09, Ano IV, 3ª trimestre, 2018, p. 66).

O termo sustentabilidade é uma constante nas revistas analisadas, mas é principalmente nas 05 (cinco) últimas edições, ou seja, a partir do segundo trimestre de 2017¹³, que esta discussão ganha maior volume. Afirma-se, em muitas passagens, que “no oeste baiano, o agronegócio vem consolidando uma mentalidade empresarial que coloca a sustentabilidade como fator decisivo para estabilidade e ampliação da atividade econômica” (AIBA RURAL, nº 09, Ano IV, 3ª trimestre, 2018, p. 66). Neste sentido, anuncia a implementação de certos instrumentos e práticas que, em tese, concretizam uma prática agrícola e de irrigação sustentável. Um deles, tem sido o projeto de recuperação de nascentes, que consiste basicamente em cercar determinadas nascentes – as que, como será trabalhado adiante, ainda permanecem vivas, mas que estão em processo de migração da região das chapadas em direção aos vales – para possibilitar a sua recuperação. Este projeto tem sido executado por meio de uma cooperação técnica entre a Aiba, Abapa e as Prefeituras dos municípios do Oeste e tem como objeto central o aporte de recursos financeiros às prefeituras para a viabilização prática dos cercamentos (AIBA RURAL, nº 09, Ano IV, 3ª trimestre, 2018, p. 66-67).

13 Este período, como será trabalhado adiante, coincide com a intensificação do rebaixamento dos corpos d'água no Oeste da Bahia, que resultou, em novembro de 2017, em uma grande mobilização no município de Correntina contra a apropriação das águas protagonizada pelo agronegócio.

Apesar de na percepção dos gestores municipais, este Projeto colaborar com o apoio às comunidades rurais que ficam no entorno das nascentes escolhidas e efetivar a proteção delas (AIBA RURAL, nº 09, Ano IV, 3ª trimestre, 2018, p. 66-67), o trabalho de campo realizado, que envolveu a visita às comunidades de Capão do Modesto e Matão, em Correntina, demonstrou que a efetividade do mesmo é quase mínima, já que o seu foco são as nascentes próximas às comunidades, às regiões de vale, que são impactadas não por uma ação local, mas por um intenso processo de captação nas regiões de chapada, nos gerais, que faz com que as águas não cheguem às áreas de baixada, como será visto.

A construção da ideia de que os produtores rurais vinculados ao projeto político e econômico do agronegócio implementam práticas voltadas à preservação ambiental, ou seja, que incorporam a dimensão da sustentabilidade – especialmente a sustentabilidade hídrica – é chave para a compreensão da “contradição” em torno da existência ou não de uma crise hídrica. Entendendo a sustentabilidade como uma estratégia para manutenção e intensificação da extração predatória dos recursos naturais de modo a garantir o processo de reprodução e acumulação do capital, o que seria uma contradição em torno da existência ou inexistência de uma crise hídrica deixa de ser. Isso porque, a afirmação da crise em nenhum momento significa a diminuição da captação/apropriação, e, ao contrário, “tem propalado que a solução para a crise hídrica no oeste baiano é aumentar a irrigação” (PORTO-GONÇALVES e CHAGAS, 2018, p. 30). Ao contrário, toda a perspectiva apontada nos documentos oficiais da Aiba indica justamente a ampliação e intensificação. No entanto, é uma ampliação com uma suposta gestão mais “eficiente”, com uma gestão incorporada como negócio, com o envolvimento direto do setor privado, e calcada em uma imagem de sustentabilidade.

A terceira vertente das estratégias cunhadas para justificar a expansão da apropriação das águas está associada às outras duas e se refere à construção argumentativa – que tem se reverberado em ações concretas – acerca da necessidade de realização de pesquisas sobre os recursos hídricos “disponíveis” no Oeste da Bahia. A Aiba tem investido em parcerias e atividades voltadas ao monitoramento das águas superficiais e subterrâneas, objetivando diagnosticar e mapear a situação atual dos recursos hídricos, afirmando que não é possível falar em crise hídrica se não se conhece “técnica e cientificamente” a realidade hídrica do Oeste Baiano. A partir das pesquisas, a Aiba pretende também garantir maior segurança aos produtores e empresas captadoras de águas, que poderão planejar suas ações e investimentos com base em estudos e análises que assegurem temporal e quantitativamente a disponibilidade das águas e que determinem os limites de “preservação”.

“Navegar é preciso, viver não é preciso”. A frase milenar, proferida pelo general romano Pompeu, e depois afamada pelo escritor português Fernando Pessoa, nunca fez tanto sentido como nesses tempos em que precisamos desbravar novos mares. Se quisermos, de fato, viver será necessário conhecer as águas, “navegar” por elas e saber usá-las, sobretudo na produção de alimentos. Nos tempos atuais, “passear” sobre as águas continua sendo fundamental. A diferença é o olhar clínico sobre elas. Muito mais que “via de escoamento” para levar a produção agrícola aos lugares mais distantes, a água é matéria-prima no processo produtivo. Por isso, tornou-se, também, objeto de estudo, para que possa ser quantificada, qualificada e melhor aproveitada, no sentido de garantir a segurança hídrica e alimentar do mundo. Os tripulantes de agora são os agricultores, que precisam vencer o terrorismo psicológico acerca de uma crise hídrica que pode nem vir a se concretizar, caso se confirmem os resultados parciais de uma pesquisa que estuda a fundo o potencial hídrico da região oeste da Bahia. A pesquisa monitora as águas superficiais e subterrâneas da região, e já aponta que não há razões para pânico, pois temos recursos suficientes para consumo humano e animal, e para o uso na agricultura irrigada, podendo, inclusive, aumentar a área para suprir a crescente demanda por comida no mundo (AIBA RURAL, nº 09, Ano IV, 1ª trimestre, 2018, p. 04).

No excerto destacado acima fica muito nítido o real interesse do agronegócio no monitoramento das águas. A perspectiva é “conhecer” para expandir a apropriação em bases mais seguras e fundadas em alicerces científicos (que traz consigo uma ideia de neutralidade). A pesquisa a que a Aiba se refere é a chamada “Projeto Urucuia”, que está sendo conduzida pela própria organização, em parceria com a UFV (em especial o grupo conhecidamente vinculado ao agronegócio, AgroPlus), com a Universidade de Nebraska, no EUA, com o Instituto norte-americano Water For Food, com o Prodeagro (Programa para Desenvolvimento da Agropecuária, fundo privado ligado à Aiba e Abapa) e o Governo da Bahia (Sema e Seagri). A análise sobre esta pesquisa será feita no tópico seguinte, mas o fato dela ser conduzida pelas organizações representantes dos interesses do agronegócio e se espelhar na experiência do Estado de Nebraska, reconhecido por ser um Estado com intensa captação de águas subterrâneas para irrigação de monoculturas de grãos no EUA, por si só diz muito sobre ela e a situa no campo de fortalecimento dos setores empresariais da agricultura que têm se estruturado considerando a intensa apropriação de águas.

Além das três vertentes de estratégias que estão mais diretamente ligadas à apropriação das águas, há outras também importantes que foram identificadas nos documentos institucionais analisados e nas entrevistas de campo realizadas que colaboram para a construção da hegemonia do agronegócio na região. Uma delas é a articulação público-privada, principalmente através da incidência da Aiba e Abapa nos poderes locais, nos órgãos de poder municipais.

A Aiba e Abapa têm buscado intervir nas estruturas locais e regionais de poder através do que elas chamam de “parcerias entre agricultores e comunidade regional” (AIBA RURAL,

nº 01, Ano I, 1ª trimestre, 2015, p. 04), incidindo diretamente nas políticas, serviços e equipamentos públicos que são do seu interesse e, também de interesse geral da população. A Abapa, por exemplo, implementa o projeto chamado “Patrulha Mecanizada”, lançado em 2013 e que em 2015 já havia recuperado cerca de 380km de estradas no Oeste da Bahia. Este projeto é realizado em parceria com as Prefeituras dos municípios “beneficiados” e financiado com recursos do Fundeagro e tem como objetivo a reforma, pavimentação, melhoria das estradas, de modo a facilitar o escoamento da produção de grãos e algodão. É um exemplo emblemático da interferência privada na esfera pública, em prol do direcionamento e efetivação de políticas voltadas para os interesses privados.

Sabemos que tanto a iniciativa pública quanto a privada têm deveres e obrigações de certo modo distintos. Isso não quer dizer que ambos não possam trabalhar juntos em prol de um mesmo objetivo. Os projetos de parcerias público-privadas desenvolvidos nas estradas no Oeste da Bahia são exemplos exitosos desse compartilhamento de ações para reduzir os transtornos na logística (AIBA RURAL, nº 06, Ano II, 3º trimestre, 2016, p. 04).

A Abapa contando com a parceria dos municípios como Barreiras, Formosa do Rio Preto, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães e dos produtores das áreas contempladas, já recuperou mais de 500 km de estradas vicinais. Para o presidente de entidade, Celestino Zanella, “logística sempre foi um dos principais problemas enfrentados pelos produtores. Com a recuperação das estradas vicinais, estamos minimizando mais um gargalo e promovendo a preservação do meio ambiente”, ressaltou. Para 2016, a meta é atingir mais 300 km de estradas através do projeto de conservação. Atualmente está em andamento a recuperação de 50 km de estradas na região da Garganta, município de Formosa do Rio Preto, no extremo da divisa com o estado da Bahia e Tocantins. Com o Prodeagro, a partir do ano passado, as ações das PPPs ganharam ainda maior dimensão, e além dos produtores rurais através de sindicatos, associações (como Aiba e Abapa) e dos municípios, participam também as secretarias estaduais de Infraestrutura (Seinfra) e Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (Seagri). Desde 2015, com a instituição do Prodeagro, já foram executados mais de 300 km entre tapa-buracos em rodovias asfaltadas do Estado e da União, e benfeitorias em estradas vicinais com pistas de terra. O projeto, entretanto, vai muito além de facilitar a trafegabilidade das carretas e caminhonetes dos agropecuaristas (AIBA RURAL, nº 06, Ano II, 3º trimestre, 2016, p. 26).

Além do Projeto “Patrulha Mecanizada”, pode-se citar o “Projeto Jovem Aprendiz”, que objetiva incidir na “capacitação de jovens nas escolas agrotécnicas” (AIBA RURAL, nº 01, Ano I, 1ª trimestre, 2015, p. 06) e promove “curso de classificação de grãos” (AIBA RURAL, nº 04, Ano II, 1ª trimestre, 2016, p. 48), a incidência nos equipamentos públicos de saúde através da doação de instrumentos e aparelhos médicos durante as edições da “Bahia Farm Show” (AIBA RURAL, nº 03, Ano I, 3ª trimestre, 2015), entre outros.

Em Correntina, e em outros municípios do Oeste da Bahia, a estratégia também tem sido construir parcerias com entidades públicas ou organizações civis ligadas à agricultura

familiar, construindo a imagem de um agronegócio que incentiva a produção familiar e que é dela um parceiro e não um inimigo. Uma ação que tem sido desenvolvida, por exemplo, é a realização de contratos para a compra periódica, pelas empresas do agronegócio, de produtos alimentícios oriundos da agricultura familiar, para alimentar os funcionários das referidas empresas. Em Correntina, este projeto começou a ser desenvolvido em 2018 em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura que colaborou com a criação de uma organização civil – Central de Abastecimento da Agricultura Familiar – que tem como função intermediar a compra dos produtos pelas empresas do agronegócio.

Amanhã a gente vai lançar um projeto da secretaria de agricultura chamado “amigo do agro”, que é um programa de incentivo à comercialização. Esse é um programa para que a gente incentive o comerciante a adquirir o produto daqui, da agricultura familiar e não sair daqui para ir a Brasília comprar. O mercado que tiver o produto da agricultura familiar vai ter um selo, “seja amigo do agro”. E a Abapa é parceira da gente neste programa, porque paralelo a isso a gente vai incentivar o consumidor a comprar mais da agricultura familiar e também a parte ambiental de não usar sacolinha. E vai doar sacola patrocinada pela Abapa, de puro algodão. A Abapa e a Aiba também abraçam a causa do pequeno (Entrevistado 1, representante da Prefeitura Municipal de São Desidério).

Por exemplo, a gente produz na agricultura familiar e nós estamos vendendo esses produtos que eles [agronegócio] não produzem, tipo frangos, ovos, essa parte de hortifrutigranjeiro, nós estamos vendendo para os empresários, para dentro das suas empresas. Por exemplo, tem uma empresa aqui, a Xingu, que passou a comprar da agricultura familiar, já duas remessas de produtos e já vai para nove mil reais, em 8 dias. E isso só para a parte de alimentação de seus funcionários. Aí depois que ela entrou, desse nosso processo, todas as outras fazendas e empresas já estão nos procurando para fazer esse trabalho. Eu acho que isso é uma forma de aproximar, de forma econômica e social as duas atividades. E outra coisa é também comprando produtos de lá: milho, farelo de soja, caroço de algodão, que pode ser utilizado para produção de leite, de carne. Essa ação é do nosso projeto chamado “viver melhor no campo”, que envolve muitas ações (Entrevistado 6, representante da Prefeitura Municipal de Correntina).

Pensando especificamente a realidade de Correntina, que, como veremos, tem vivenciado intensos conflitos em torno da disputa por terras e águas, este tipo de projeto tem sido utilizado para diminuir as tensões sociais que culminam nos conflitos. A compra periódica de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar por empresas do agronegócio tende a fortalecer relações de dependência e garantir maior legitimidade a este projeto político e econômico. Não foi à toa que estes projetos ganharam maior amplitude a partir do ano de 2018, logo depois de um intenso conflito no município que levou mais de 10.000 pessoas às ruas para protestar contra a apropriação intensiva das águas.

E também nós estamos aproximando, já que já passou os momentos de conflito e nosso entendimento hoje é que isso já diminuiu, estreitando as nossas relações,

enquanto agricultura familiar, com a agricultura empresarial. Nós estamos sentando, conversando, revendo algumas práticas, estreitando essa relação. Isso a partir do ano passado até hoje e isso tem surtido muitos efeitos positivos para a comunidade. Isso é um grande avanço, para evitar essa área de conflito permanente. Muita gente da sociedade civil, dos movimentos, não vê isso com bons olhos, mas eles já estão aqui e nós não temos mais muito que fazer. Então tem que haver um trabalho que seja vantajoso para o município. O município é um todo, não é só a agricultura familiar; é a agricultura empresarial também (Entrevistado 6, representante da Prefeitura Municipal de Correntina).

Portanto, a partir da interferência direta – principalmente financeira – das entidades representativas do agronegócio baiano nas esferas institucionais de efetivação de políticas públicas, constrói-se a ideia de que esta atividade se configura como alternativa sociopolítica e econômica hegemônica para a região. Difunde-se a percepção que sem o agronegócio não haveria desenvolvimento para o Oeste da Bahia e que, portanto, é possível e necessário conciliar/minimizar as tensões entre agronegócio/apropriação dos recursos hídricos e agricultura familiar/comunidades rurais/defesa das águas.

No entanto, como veremos adiante, apesar de toda a construção discursiva da Aiba e Abapa em torno da expansão “sustentável”, “segura” e “científica” da apropriação das águas, que ora reconhece e ora nega a crise hídrica, os impactos socioambientais visualizados no decorrer da pesquisa são absolutamente graves e demonstram a insustentabilidade do projeto político e econômico do agronegócio.

3.3. A apropriação das águas subterrâneas. O projeto de monitoramento do aquífero Urucuia.

Como trabalhado no tópico anterior, uma vertente das estratégias dos grandes produtores rurais e dos setores empresariais ligados ao agronegócio para continuar expandindo a apropriação das águas é a realização de pesquisas e monitoramento dos corpos d'águas do Oeste da Bahia, com foco nas águas subterrâneas, em especial no SAU. Busca-se, como dito, monitorar quantitativa e qualitativamente as águas superficiais e subterrâneas do Oeste Baiano na perspectiva de garantir um processo de expansão mais seguro, rentável e amparado “cientificamente”.

Para isso, está em curso o “Projeto Urucuia”, que é um projeto “colaborativo” e interinstitucional, que envolve a articulação entre Aiba, Abapa, UFV (em especial o grupo Agro Plus), Universidade de Nebraska (EUA), Sema, Inema, Seagri, Instituto Water for Food e conta

com financiamento do Prodeagro. De acordo com o folder oficial do Projeto¹⁴, os seus objetivos são: 1. Modelagem hidrogeológica para definição do uso sustentável do sistema aquífero Urucuia; 2. Quantificação da disponibilidade hídrica superficial nas bacias dos rios Grande, Corrente e Carinhanha; 3. Estudo de uso do solo e mensuração do potencial de fixação do carbono no solo em áreas irrigadas no Oeste da Bahia; 4. Desenvolvimento, teste e avaliação econômica de sistemas de previsão hidroclimática para a segurança hídrica, alimentar e energética do Oeste da Bahia.

Analisando os documentos institucionais do Projeto Urucuia¹⁵ e as Revistas da Aiba, e considerando o trabalho de campo realizado, pode-se afirmar que apesar dos objetivos do Projeto versarem sobre o monitoramento das águas superficiais e subterrâneas, o foco do mesmo é em torno do Aquífero Urucuia e da segurança para a ampliação da perfuração de poços de alta vazão. O SAU, segundo Pantoja Garpar e Campos (2007) representa uma associação/conjunto de aquíferos e se estende desde o sul do Piauí até o noroeste de Minas Gerais, num total de setenta e seis mil quilômetros quadrados (76.000km²), estando localizado, em sua maior proporção, no Oeste da Bahia.

É o Aquífero Urucuia responsável pelo abastecimento das principais Bacias Hidrográficas do Oeste da Bahia (Corrente, Grande e Carinhanha) e do país como um todo (principalmente São Francisco, Tocantins e Araguaia), contribuindo de modo crucial para a perenização do Rio São Francisco, sobretudo em períodos de estiagem. O SAU, armazenado nos “lençóis artesianos”, é quem nutre a terra de água, formando as nascentes, lagoas, veredas, olhos d’águas, é quem garante a vida molhada aos chapadões do Oeste, aos gerais (BARBOSA, 2016). A sua recarga acontece por meio da infiltração das águas das chuvas, principalmente nas áreas de chapada, que têm relevo plano e alto, mas, por conta da utilização destas áreas para a plantação de grãos, que promove a remoção da vegetação originária de cerrado e a compactação do solo, o processo de recarga tem sido gravemente comprometido (PANTOJA GASPAS e CAMPOS, 2007):

As condições de infiltração são primordiais para a garantia da recarga do sistema aquífero subjacente. A compactação foi a principal consequência observada resultante de intervenções antrópicas referentes às principais atividades desenvolvidas na região (agricultura e pecuária) incluindo o preparo dos solos para o cultivo, retirada da vegetação natural, construção de vias de acesso e estradas não-pavimentadas entre as lavouras, tráfego de máquinas pesadas e formação de áreas de pastagem. Essa compactação é qualitativamente representada pelo aumento do volume de água

14 Disponível em <https://www.slideshare.net/equipeagroplus/projeto-urucuia-folder-dwfi>. Acessado em 29 de março de 2019.

15 Disponíveis em <https://www.agroplusufv.com.br/projeto-urucuia>. Acessado em 29 de março de 2019.

escoada na superfície do terreno durante o período chuvoso, e foi constatada a partir de mudanças das condições de infiltração da água nos solos, materializadas pela redução dos valores de condutividade hidráulica vertical desses solos, notadamente na parte superficial dos solos (PANTOJA GASPAS e CAMPOS, 2007, p. 225).

Além da dificuldade em sua recarga, o SAU tem sido impactado também pela captação intensa de suas águas, principalmente através da perfuração de poços de alta vazão, o que, segundo os entrevistados durante o trabalho de campo, tem sido a causa do rebaixamento do aquífero e da constante diminuição das vazões dos principais rios que atravessam Correntina. O modelo de irrigação sustentado através da captação de águas subterrâneas tem se fortalecido nos últimos anos no Oeste da Bahia e, por esta razão, não é à toa que o “Projeto Urucuia” tenha como parceria a Universidade de Nebraska, nos EUA, e tenha como referência o modelo de irrigação desenvolvido por este Estado norte-americano.

O Estado de Nebraska, que tem tamanho semelhante ao Oeste da Bahia, possui 3.500.000 (três milhões e meio) de hectares irrigados, ou seja, quase vinte e quatro vezes da área irrigada do Oeste da Bahia (o Oeste Baiano possui um pouco mais de 150.000 hectares irrigados), sustentados hidricamente pela captação subterrânea do aquífero de Ogallala. O Estado iniciou a dinâmica de irrigação em 1895 e atualmente organiza esta atividade e a gestão dos recursos hídricos a partir da sua divisão em 23 Distritos de Recursos Naturais (NRDs), formados por agricultores e outros membros da sociedade civil, que definem regras, monitoram a qualidade e quantidade do uso das águas e têm a responsabilidade de aplicar sanções e penalidades a nível local. Atualmente, Nebraska conta com cerca de 100 mil poços artesianos que captam água diretamente do aquífero Ogallala, que contribuem com cerca de 80% da irrigação e sustentam a produção de grãos do Estado (AIBA RURAL, nº 08, Ano III, 3ª trimestre, 2017, p. 63).

Os Estados Unidos, apesar de um mercado de mais de 300 milhões de habitantes, são os maiores exportadores de alimentos do mundo, com balança comercial positiva de 16,6 bilhões de dólares em 2016 (USDA, 2017). Os EUA ocupam o terceiro posto quanto à produção total de alimentos, após a China e a Índia. As produtividades alcançadas pelos agricultores americanos estão entre as mais altas do mundo em função do emprego de tecnologias modernas e uma eficiente infraestrutura. Destaca-se o uso da irrigação que ocupa uma área de 26,6 milhões de hectare e garante alta eficiência técnica e rentabilidade econômica. O Nebraska obteve em 2016 a 4ª maior receita agrícola entre os estados americanos, após a Califórnia, Iowa e Texas. Este estado ocupa a 3ª e a 5ª posição na produção de milho e soja nos EUA, contribuindo com respectivamente 43 e 8,5 milhões de toneladas destas commodities, ou 12,2% e 7,2% do total americano (USDA, 2017); além de ser o maior produtor de carne bovina (16% do total dos EUA) e o 2º maior produtor de etanol, com 25 usinas de processamento de milho para este biocombustível. A expressão “golden triangle” destaca a importância da sinergia entre as cadeias de produção de milho, etanol e carne bovina. A irrigação é a tecnologia chave para o sucesso da agricultura no Nebraska.

Área irrigada de 3,5 milhões de ha é a maior entre os estados americanos, contribuindo com 13,5% do total irrigado dos EUA. Com dimensão semelhante ao Paraná (200 mil km²), a irrigação no estado equivale a cerca de 70% de toda a área irrigada do Brasil, estimada em cerca de 5,4 milhões de ha em 2015 (Bleed, 2015; Alexandratos, 2012) (AIBA RURAL, nº 08, Ano III, 3ª trimestre, 2017, p. 62-63).

No âmbito do Projeto Urucuia, foi organizada uma comitiva, formada por representantes da Aiba, Abapa, da UFV, do Governo da Bahia e outros parceiros do projeto que foram até Nebraska na perspectiva de conhecer a dinâmica de irrigação do Estado e o modelo de gestão de recursos hídricos desenvolvido naquele território. Contando com apoio da Universidade de Nebraska e do Instituto “Water For Food”, a ideia da visita, e do projeto como um todo, foi ter Nebraska como referência e transformar o Oeste da Bahia em um grande polo de irrigação como o Estado norte americano.

“Pretendemos trazer para o oeste da Bahia, e que tem um cenário bastante semelhante ao dos americanos. A região abriga boa parte do Sistema Aquífero Urucuia”, essa é a expectativa de Christopher M. U. Neale, professor e diretor Científico do Instituto Water for Food da Universidade do Nebraska que faz parte da comitiva norte americana. Neale, que também é coordenador do Projeto Aiba-UFV, afirma que é importante utilizar a experiência de sucesso que os produtores e a universidade de Nebraska adquiriram durante anos de pesquisas e investimentos em tecnologia e modelos de gestão (INEMA, 2018. Disponível em <http://www.inema.ba.gov.br/2018/02/especialistas-em-gestao-dos-recursos-hidricos-do-nebraska-visitam-a-bahia-para-troca-de-experiencias/>. Acessado em 31 de março de 2019).

Além de estar nitidamente voltado para justificar e fundamentar cientificamente a expansão da irrigação no Oeste da Bahia mediante a intensificação da perfuração de poços de alta vazão e captação superficial, outro elemento que chama atenção no “Projeto Urucuia” é a presença de atores estrangeiros na condição de protagonistas do monitoramento. O Instituto Water For Food, que é vinculado à Universidade de Nebraska, por exemplo, foi fundado com recursos de uma fundação privada (Fundação Robert B. Daugherty) e tem como objetivo apoiar, mediante estudos e articulações locais e internacionais, o desenvolvimento e fortalecimento do modelo agrícola empresarial. A missão do Instituto está essencialmente voltada para aprimorar o conhecimento em torno dos recursos hídricos, desenvolvendo técnicas de gestão das águas associadas à produção de alimentos.

Considerando o contexto atual de intensificação da apropriação das águas por atores externos, entendido a partir da dinâmica sintetizada no conceito de *water grabbing*, compreende-se que não é possível ignorar o fato de que as águas do aquífero Urucuia estão sendo monitoradas, qualificadas e quantificadas por atores estrangeiros ligados ao agronegócio

norte-americano. Como visto, o fenômeno do *water grabbing* aponta o processo atual e a perspectiva futura de intensificação do controle externo das águas, estando associados aos processos de privatização, mercantilização e aquisição de bens comuns. O interesse de atores estrangeiros no processo de monitoramento e formulação de um modelo de gestão das águas subterrâneas brasileiras conflui para essa dinâmica e indica a perspectiva a privação dos atores locais do acesso a água e a desconstituição de uma ideia de bem comum em prol do fortalecimento de uma racionalidade econômica que compreende as águas como recursos, como bens de produção, como ativos financeiros, como meio que sustenta o movimento contínuo e expansivo de acumulação e reprodução do capital. O que se apresenta é o enunciado: conhecer para controlar.

O urucuia é um aquífero fabuloso. É o segundo maior aquífero do Brasil, praticamente. Estes estudos preliminares que estão sendo feitos aí, são perda de tempo. Para nós aqui, tem algumas coisas que ainda não são bem claras. Por exemplo, um rio, o que é um rio para nós? Um rio é um afloramento de um lençol freático. Se eu antropizo o solo, eu antropizo por tabela o lençol freático, se eu antropizo o lençol freático, por tabela eu antropizo o aquífero. Então essa relação ainda não está bem explicada para nós. Que bom que o pessoal está estudando, mas está estudando me parece que com dinheiro pago do próprio agronegócio. Então quem paga, pede o repertório. Então eu acredito que não é uma novidade não. Eles vão adiantar o passo e dizer que tem água suficiente (Entrevistado 3, representante de organização popular em Correntina).

Como previsto pelo Entrevistado 3, o estudo foi contratado com a intencionalidade de negar que a captação intensiva das águas e seu controle externo não afetam os corpos d'água e não podem ser responsáveis pelo contexto de escassez. Neste sentido se evidenciam as manifestações dos setores empresariais

Figura 27 - Título de reportagem do jornal “Notícias Agrícolas” (2017)

Aiba quer provar que irrigação no Oeste da Bahia não afeta aquífero Urucuia

Publicado em 27/11/2017 16:15 e atualizado em 27/11/2017 17:05



695 exibições

Associação dos produtores contrata investigadores internacionais para mostrar que a agricultura preserva e conserva águas no semi-árido baiano.

Fonte: Notícias Agrícolas. Disponível em <https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/agronegocio/203212-aiba-defende-papel-da-agricultura-na-preservacao-e-conservacao-das-aguas-e-ainda-esclarece-utilizacao.html#.XKNlAiJKjIV>. Acessado em 02 de abril de 2019.

Figura 28 – Título de reportagem do jornal “Correio da Bahia” (2018)

Pesquisa em aquífero para ampliar área irrigada no Oeste será apresentada na Alba

Fonte: Jornal Correio da Bahia. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/pesquisa-em-aquifero-para-ampliar-area-irrigada-no-oeste-sera-apresentada-na-alba/>.

Como presidente da Aiba e do Prodeagro, Celestino Zanella enfatizou que a proposta é ambiciosa, mas que estudar a questão hídrica da região a partir dos preceitos científicos, dará segurança para os empreendimentos e permitirá que a água seja aproveitada em todo seu potencial disponível sem afetar a sustentabilidade regional. A Universidade de Nebraska é uma referência mundial em estudos ambientais, notadamente, na área dos recursos hídricos. Segundo a presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães (SPRLEM), Carminha Missio, o estado de Nebraska possui menor capacidade hídrica quando comparado à região Oeste da Bahia. “No entanto, irriga uma área bem maior, sem colocar em risco a segurança hídrica. Tenho certeza que esta pesquisa, feita por quem mais entende do assunto, vai comprovar o potencial hídrico do Oeste da Bahia e, dessa forma, poderemos fazer o bom uso, sem prejudicar o meio ambiente”, enfatizou. A pesquisa em curso, além de dimensionar a capacidade do Sistema Aquífero Uruçuaia armazenar e recarregar água, também vai avaliar a água disponível nos rios, fazendo um comparativo com a quantidade que já está outorgada para usos múltiplos. Neste contexto, serão apontadas novas tecnologias que minimizem o uso da água e maximizem a produção (AIBA RURAL, nº 07, Ano III, 2º trimestre, 2017, p. 27).

É importante ressaltar que um dos principais argumentos manejados pelas organizações, movimentos e comunidades populares e ambientalistas de Correntina e região para questionar o controle externo das águas por meio da captação intensiva subterrânea e superficial é a ausência de estudos aprofundados, atualizados e isentos em relação à disponibilidade hídrica dos rios e do SAU. Inclusive, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Corrente deliberou, mediante a Deliberação nº 01/2015 de 11 de dezembro de 2015, que o Inema se absteresse de emitir novas outorgas e autorizações de uso dos recursos hídricos até que os estudos para elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia fosse realizado e o Plano concluído, o que não foi cumprido pelo Inema. Além disso, foi com base nesta deliberação que o MPE emitiu recomendação (recomendação nº 03/2016) ao Inema para que se cumprisse a determinação do Comitê e interviu na Ação Civil Pública¹⁶ que objetiva a paralisação da captação de águas subterrâneas pelo empreendimento Sudotex. Na argumentação do MP/BA não se deve autorizar

16 Processo nº 0000619-43.2016.805.0069 ingressado pela Associação Ambientalista Corrente Verde, em face dos representante legais da empresa Sudotex e do Inema, que tramita na Comarca de Correntina-BA. Ação visa suspender a captação subterrânea realizada pelo Empreendimento Sudotex.

o uso dos recursos hídricos – superficiais e subterrâneos – enquanto não houver o Plano de Bacia do Rio Corrente e estudos que possam subsidiar as autorizações.

Portanto, considerando que a intencionalidade de quem está protagonizando a realização do “Projeto Urucuia” é ampliar a apropriação das águas (sobretudo subterrâneas) e que um dos entraves a esta ampliação é justamente o argumento da ausência de estudos aprofundados sobre a disponibilidade hídrica no Oeste, o fato de se ter um arcabouço científico produzido por universidades de referência legitimando e assegurando a captura das águas é muito estratégico para o agronegócio no Oeste Baiano. É mais um dos elementos que acumulam para a construção argumentativa e prática da intensificação da apropriação das águas.

Como foi destacado anteriormente, o cenário atual tem sido marcado por um aumento significativo da captação subterrânea em Correntina, o qual está refletido na perfuração de 128 poços (sendo 14 autorizados e 114 ilegais) por empresas e produtores rurais ligados ao agronegócio e à compra e venda de terras, E, não é à toa que o Projeto Urucuia ganha maior expressão neste contexto, se conformando como instrumento estratégico capaz de justificar e fortalecer essa dimensão. Os trabalhos de campo realizados em Correntina indicaram nitidamente que a captura subterrânea tem sido apontada como uma das principais formas de apropriação das águas.

Alguns dos principais rios que atravessam Correntina já estão com suas vazões absolutamente comprometidas com outorgas agrícolas anteriores, a exemplo do Rio do Meio, que não é mais possível emitir novas autorizações de captação já que em razão da vazão máxima permitida ter sido outorgada, qualquer nova autorização poderia comprometer as outorgas à jusante. Neste sentido, o Inema tem negado os pedidos de captação superficial do Rio do Meio e os demais rios também estão quase comprometidos, já que estão próximos de atingir o limite de vazão máxima outorgável. Além disso, nos períodos de estiagem, os rios têm diminuído visivelmente a sua vazão, exigindo, inclusive, que a própria Aiba organize a dinâmica de captação e o revezamento do uso dos pivôs centrais.

A Aiba foi convidada para reuniões com as autoridades municipais e daí iniciou-se uma série de encontros, nos quais assumimos tomar decisões para minimizar os efeitos da crise hídrica. A mais importante delas foi a suspensão do uso das águas em até 60% da área irrigada, já acertado previamente com irrigantes de algumas bacias. Ou seja: os pivôs que iriam concluindo suas safras não voltariam a plantar antes do início das chuvas esperadas para a segunda quinzena de outubro (AIBA RURAL, nº 06, Ano II, 3º trimestre, 2016, p. 18).

Isso significa dizer que a captação superficial tem atingido seu limite, sendo mais difícil a expansão da apropriação nesta perspectiva. Além disso, na visão das pessoas da sociedade civil organizada, principalmente das representações de organizações e comunidades populares, que foram entrevistadas, a captação superficial tem apresentado desvantagens em relação à subterrânea. O impacto da captação superficial é mais visível e mais imediato, já que, segundo os relatos obtidos com os representantes da sociedade civil organizada de Correntina, quando as bombas que alimentam os pivôs centrais são ligadas ocorre imediatamente o rebaixamento dos rios, fazendo com que o impacto seja percebido de forma irrefutável por qualquer pessoa que conheça a dinâmica dos corpos d'águas locais.

É melhor você rebaixar não sei quantos metros de um aquífero que ninguém vai ver hoje a noite do que rebaixar meio metro de um rio que quem passar lá qualquer hora vai descobrir que tem algo errado ali (Entrevistado 3, representante de organização popular em Correntina).

Existe um potencial para exploração da água subterrânea. Eles dizem o seguinte: como a água subterrânea a movimentação dela é mais lenta, do ponto de vista ambiental seria mais interessante retirar a água subterrânea do que a água superficial. Primeiro porque a água superficial do ponto de vista de outorga ela já tá praticamente exaurida e a água subterrânea ainda é pouco explorada. Mas a grande discussão é a seguinte: Não é a mesma água? Você retirando água subterrânea, você não vai influenciar na água superficial?

(...)

O pessoal da FPI teve na Xingu. Quando liga as bombas da Xingu e deixa ligado em 15 minutos, 12 bombas, o rio Guará baixa 15 cm. Visualmente o impacto de retirada da água superficial é muito maior do que a subterrânea (Entrevistado 4, representante de organização popular em Correntina).

Uma vez que não se consiga a outorga superficial, parte-se para o poço. É o caso do Rio Correntina, que não pode ser outorgado por causa da PCH, mas se olhar as portarias de concessão de outorga subterrânea, a maioria se dá na Bacia do Correntina (Entrevistado 7, representante de organização popular em Correntina).

Além do impacto ser mais visível e imediato e das outorgas superficiais estarem atingindo o seu limite, a captação subterrânea se apresenta como alternativa estratégica para o agronegócio, pois o ponto de captação não precisa estar vinculado a um corpo d'água específico. Ou seja, como a captação subterrânea é realizada por meio da perfuração de poços de alta vazão, os agentes captadores têm maior maleabilidade para a definição da localização do ponto de captação de modo facilitar os seus interesses, seja com a irrigação, seja com a especulação a partir da compra e venda dos imóveis. A captação subterrânea permite, por exemplo que mesmo os imóveis que estão mais distantes dos rios ou de outros corpos d'águas possam ser valorizados pela disponibilidade hídrica ou possam ser considerados aptos, rentáveis e seguros para o processo produtivo.

São, portanto, nestas perspectivas trabalhadas que o Projeto Urucuia se apresenta. Espelhado na experiência de Nebraska, o Projeto se conforma como um instrumento voltado para a sustentação da intensificação da apropriação das águas, sobretudo das águas subterrâneas. E o exemplo de Nebraska nos evidencia a inviabilidade de conciliação entre a apropriação intensiva das águas pelo agronegócio e existências dos rios, das águas, como espaços naturais preservados, como bem comum. Não foi possível aprofundar, na pesquisa, o estudo sobre a situação socioambiental de Nebraska em relação aos usos e preservação das águas, mas algumas pistas apontaram a gravidade dos impactos vivenciados pelo Estado norte-americano, principalmente considerando que um dos chamarizes de Nebraska é justamente o fato de continuar havendo a apropriação intensiva mesmo em um contexto de grave escassez.

Cada um faz um estudo de acordo a seu interesse. A Aiba tem interesse de que? De irrigar. Nebraska, que fica lá no deserto norte americano, pega o Arizona, o Texas. Se você visitar essa região, a área de irrigação, eles fizeram uma opção por irrigar e não existe mais rio. Eles estão fazendo todos estes estudos para afirmar que a prioridade é produção e a água não. Nós queremos a água para produção e não água para descer no rio, é o que dizem. Você tem fotos hoje nos EUA de rebaixamento do solo, tem tubos de poços artesianos que estão com mais de 5m de altura e antes eram rentes com o solo. Então é esse mesmo estudo que está sendo feito no Oeste da Bahia (Entrevistado 6, representante da prefeitura municipal de Correntina).

Olhando para Nebraska, para o Projeto Urucuia, percebendo a atuação histórica dos agentes ligados ao agronegócio em torno da apropriação dos bens naturais, e analisando a concepção do uso e gestão das águas que tem sido imposta ao Oeste da Bahia, a discussão em torno dos impactos e dos conflitos nesta região não pode ser ignorada. Os impactos atuais já anunciam uma situação de grave escassez na região, o que faz com que os prognósticos, caso a intensificação da apropriação das águas continue sendo concretizada, sejam absolutamente alarmantes.

3.4. A disputa pelas águas e os conflitos associados.

Uma dimensão importante do *water grabbing* se insere no campo dos impactos e consequências, e é o resultado catastrófico que pode haver em decorrência da captação e apropriação intensiva dos recursos hídricos (KAY E FRANCO 2012). Em razão da natureza fluida das águas (elas correm, atravessam territórios e regiões), o impacto (seja pelo uso intensivo, seja em razão da emissão de efluentes que geram poluição etc) que atingir um

determinado corpo d'água (superficial ou subterrâneo), pode afetar todo o seu curso a jusante, causando prejuízos muitas vezes imensuráveis e em uma escala muito além da local.

Além disso, uma das formas de produção da escassez é, além do uso intensivo dos recursos hídricos (e dos impactos relacionados), a desconstituição dos modos de vida e usos comuns e das relações sociais e econômicas locais preestabelecidas, que são geralmente invisíveis ou consideradas precárias e atrasadas. Isso é parte fundamental do processo de privatização e apropriação das águas. Com o fundamento em um ideal de eficiência e proteção, destruir a organização social, coletiva e autônoma de uso dos recursos hídricos, transferir a gestão para o mercado e agentes privados individuais é o objetivo da política privatista dos recursos hídricos.

Para Franco, Mehta e Veldwisch (2012), um dos discursos por trás da apropriação e privatização das águas é a ideia do pensamento racionalista e produtivista, que percebe os espaços diferentes, tradicionais e preestabelecidos, como não produtivos ou como não espaços. Ressalte-se que boa parte das aquisições de terras e investimentos na construção de infraestrutura para captura das águas acontecem nos territórios onde as agriculturas locais são de baixa intensidade e onde o acesso a água se dá de forma autônoma e não institucionalizada. Isso necessariamente provoca um impacto grave a estas formas de gestão da água, pois novos usuários (geralmente poderosos) concorrendo diretamente com os usos locais e tradicionais provocam uma disputa desigual.

As autoras ressaltam como a captura da água envolve a privatização de bens comuns por empresas multinacionais e agências governamentais, e, com ela a expropriação de camponeses e povos tradicionais, alterando significativamente as formas de uso das águas e conseqüentemente o próprio território em si, física, social e economicamente. Neste sentido, as autoras percebem como “o natural e o social se co-constituem e como os fluxos de água, poder e capital produzem arranjos sócio-ecológicos desiguais sobre o espaço e o tempo” (FRANCO, MEHTA e VELDWISCH, 2012, p. 198).

A apropriação e privatização das águas, que, como destacado, são elementos fundamentais do processo de territorialização do agronegócio no Oeste da Bahia e da dinâmica atual de expansão de fronteiras, atingem diretamente territórios, impactando de forma entrelaçada tanto os bens naturais quanto as relações sociais, as comunidades, as identidades, os modos de vida que deles dependem. E, este movimento é provocador de intensos conflitos e disputas.

Como o avanço do agronegócio na região Oeste da Bahia se deu principalmente nas regiões onde se encontram as nascentes dos principais rios, com a apropriação das águas e com volumoso desmatamento, promoveram-se intensas transformações, principalmente em decorrência da “retirada da cobertura vegetal natural para a produção de grãos e outras plantas exóticas, o que impediu a realimentação dos aquíferos” (BARBOSA, 2016, p. 14), e da utilização da irrigação intensiva, causando o drástico desaparecimento de rios, nascentes e outras águas correntes. Cunha (2017), com base em notícias de jornal e trabalho de campo, realizou um levantamento dos corpos d’águas mortos no Oeste da Bahia, identificando, nas Bacias do Rio Grande e do Rio Corrente, 29 corpos d’águas que morreram, sendo que 17 deles¹⁷ se situavam em Correntina.

A maioria dos corpos d’água que morreram em Correntina é integrante da Bacia Hidrográfica do Rio Corrente, e de terceira ordem, considerando a dinâmica hierárquica de rede hidrográfica. Os rios de primeira ordem são as nascentes, os de segunda são o encontro de dois rios de primeira ordem, os de terceira ordem o encontro de dois de segunda ordem e assim sucessivamente. Isso significa que quanto maior for a ordem do rio principal, maior a quantidade de corpos d’água que o integram. Como são rios de terceira ordem que estão morrendo, significa dizer que o impacto maior (e conseqüentemente a maior intensidade de captação) tem se dado no nascedouro dos principais rios afluentes do Rio Corrente, o que gera necessariamente um impacto direto na diminuição da vazão dos mesmos. Ou seja, os rios estão sendo mortos antes mesmo de nascerem.

Os rios estão morrendo devido a degradação da área de recarga e também devido a forma desenfreada de captação de águas, seja diretamente dos rios, no caso da Bacia do Rio Corrente, do Rio Correntina, ou da grande quantidade de poços de alta vazão.
(...)

Você tem um processo que desmata, que é o primeiro impacto para as águas da região. Uma vez que desmata a área de recarga, já que o agronegócio se instalou justamente na área de recarga do aquífero, que é onde começa o ciclo hidrológico da região, dos rios. É a partir dessas águas que os rios são perenes. Uma vez desmatada, esses rios começam a diminuir e causa efeito muito rápido. A retirada da vegetação dos chapadões do Urucuia tem conseqüências irreversíveis (Entrevistado 7, representante de organização popular em Correntina).

Mas, depois que começou o desmatamento, aí mudou bastante. São muitos córregos, ribeirões que desapareceram, secaram. É possível ir em muitos locais onde tinham água perene e hoje não corre mais nada. Choveu, parou a chuva, não tem mais água. E é tudo reflexo disso.
(...)

17 Ribeirão Bom Jesus, Ribeirão da Vaca Morta, Ribeirão do Rosário, Ribeirão da Salobra, Ribeirão do Sapé, Ribeirão Lençóis, Ribeirão Caixeiro, Ribeirão Baixão, Ribeirão dos Buritis, Rio Planta Cana, Rio Itapicuru, Rio do Corredor, Rio Cabeceira Grande, Rio Sucuriu, Rio Catingueiro, Rio Caititu e Ribeirão do Salitre.

Como você vai sangrar um bebê no berço? Ele não vai crescer. A melhor forma de utilizar a água é onde ela não é recarga. Toda essa produção que está se fazendo irrigada lá em cima é um prejuízo enorme para o aquífero (Entrevistado 6, representante da prefeitura municipal de Correntina).

A gente sabe que o rio abaixou muito, quando a gente era criança aqui muita gente morria afogado ai, a gente não conseguia atravessar de um lado pro outro, no nado. Lá nas sete ilhas tinha um lugar lá que a gente chama de “banheiro da pesada”, pra atravessar você tinha que ter braço, era água que cobria em pé, com as mãos levantadas. Hoje você chega lá você atravessa com a água nos pés.. nas pernas, então diminuiu bastante (Entrevistado 8, representante da Prefeitura Municipal de Correntina).

Tanto o desmatamento quanto a captação intensiva (subterrânea e superficial) tem atingido diretamente o Aquífero Urucuiá, provocando seu rebaixamento, sendo estes fatores os responsáveis pelo secamento e desaparecimento de córregos, nascentes, veredas, cabeceiras. Essa dinâmica tem gerado um fenômeno denominado migração de nascentes, que consiste no recuo das nascentes do seu local de origem, sendo que em um primeiro momento ocorre a migração das partes mais altas (chapadas, gerais) para as mais baixas (vales) e posteriormente os cursos d'água menores começam a secar e desaparecer (BARBOSA, 2016). Porto-Gonçalves e Chagas (2018) analisam este fenômeno em Correntina, e trazem como um dos exemplos o Rio Santo Antônio que sofre um grave processo de migração:

Figura 29 - Fenômeno “Migração de Nascente” em cursos d'água perenes no Oeste da Bahia (2018).



Fonte: PORTO-GONÇALVES E CHAGAS (2018)¹⁸

18 De acordo com Porto-Gonçalves e Chagas (2018), a imagem foi retirada do Google Earth, 2018 e construída com base nas imagens do programa GEOBAHIA, vinculado ao Inema, disponível em:

A delimitação em vermelho indica a área de um grande empreendimento econômico, um dos maiores captadores de água do município, que detém 15 poços de alta vazão em sua propriedade, que é a Sudotex. É justamente nesta área onde originalmente nascia o Rio Santo Antônio, como é possível observar o início da linha azul, que representa o curso d'água do referido rio. Mas, atualmente, o Rio está brotando cerca de 37,7 Km após a nascente original, no local indicado em amarelo, ou seja, com o fenômeno da migração, o rio já perdeu quase 40 km de extensão, prejudicando quem dependia das suas águas nesta parte do perímetro (PORTO-GONÇALVES E CHAGAS, 2018).

Além do Rio Santo Antônio, percorrendo Correntina durante o trabalho de campo, foi possível identificar esse fenômeno a partir do secamento nas nascentes, galhos, veredas, cabeceiras que eram utilizadas historicamente pelas comunidades tradicionais do município.

São exemplos a Cabeceira do Salto, a Cabeceira do Capão, o Rêgo do Capão, a Cabeceira Grande do Grilo, a Barragem da Comunidade do Grilo e o Rêgo do Buriti, que, apesar de secos, ainda estão vivos nas memórias das pessoas encontradas. A migração de nascentes e o secamento dos corpos d'águas é uma realidade conhecida do povo de Correntina.

As empresas que só plantavam em época de chuva, não estão mais só plantando em época de chuva. Estão plantando também utilizando água. E a água é uma só. A gente sabe que não são duas águas. Não existe uma água subterrânea e uma água superficial. A que corre em cima é a sobra do aquífero, se você tira, ele rebaixa e não aflora mais. Já tem trechos de rios que já estão longe da nascente há mais de 15km, a exemplo do Arrojado (Entrevistado 6, representante da prefeitura municipal de Correntina).

Apesar do secamento e da migração de nascentes ser uma realidade no Oeste da Bahia, reconhecida pelos representante de poder público local – como no excerto acima – os agentes ligados ao agronegócio sustentam o discurso de que não existe crise hídrica ou, caso exista, a responsabilidade não é da produção agrícola empresarial e da captação intensiva, pois seria um problema cíclico da ausência de chuvas, como visto. No entanto, de acordo com Porto Gonçalves e Chagas (2018), os dados da estação pluviométrica de Santa Maria da Vitória (município vizinho a Correntina, banhado pelo Rio Corrente, que tem como principais afluentes os rios que atravessam o município em estudo) comprovam que entre os anos de 1977 a 2015 a precipitação diminuiu em 21% enquanto que a vazão do Rio Corrente diminuiu em 40%, ou seja, uma proporção absolutamente maior do que a queda da precipitação.

<http://www.seia.ba.gov.br/mapas/interativos> e acessado em 07/08/2018, às 20:35 horas e no programa HIDROWEB, vinculado a ANA, disponível em: http://www.snirh.gov.br/hidroweb/publico/mapa_hidroweb.jsf e acessado em 07/08/2018.

Isso significa dizer que a diminuição das chuvas não é o único fator responsável pelo secamento dos corpos d'águas, diminuição das vazões ou rebaixamento do aquífero. A retirada da cobertura vegetal natural de cerrado por meio do desmatamento para a introdução do plantio de grãos e a intensa captação subterrânea e superficial para a alimentação dos pivôs centrais para a irrigação são fatores fundamentais diretamente relacionados com a escassez (provocada) das águas. Além disso, são recorrentes também as enchentes, diretamente relacionadas com a diminuição da capacidade de infiltração das águas. Os impactos às águas são, portanto, resultados da intervenção direta dos setores econômicos ligados ao agronegócio em seu ciclo.

A escassez provocada pelo uso intensivo das águas pelo agronegócio é uma das principais fontes de conflito e disputas em Correntina. Como discutido anteriormente, os povos que historicamente habitaram (e habitam) o município têm uma relação umbilical com as águas. Além de ser fonte de sustento, a água é um dos elementos fundamentais para a construção do modo de vida das comunidades tradicionais geraizeiras e de fundo e fecho de pasto, conformando suas identidades e suas formas históricas de viver e produzir.

O pessoal está entendendo que ela [água] some, e muitos territórios ficaram quase desabitados. Você tinha comunidades que estavam bem arranchadas na beira de um riacho, que tinha seus projetos de irrigação, seu rêgo lá de irrigação no fundo de casa, tinha suas plantações, seus laranjais, seus coqueiros, suas chacaras ali no fundo de casa. O rêgo seca, o riacho seca, ela vai embora. Então, o processo de desagregação é total. Mesmo gostando daquele território, ele não vive mais naquele território. Vai embora ou vende pro fazendeiro, ou planta capim de vez em quando vai lá. Então, a relação água e território é muito umbilical.

(...)

Você chega nos rios e não vê um único peixe mais, você não vê lambari. Nas fontes que as mulheres vão hoje, você não tem lambari mordendo na ferida ou o calo do sapato. Sumiu. E a gente sabe que isso é efeito de um processo que tá em curso. A gente viu as famílias perderem a condição de produção, perderem a condição de adquirir alguma coisa em função de que não puderam mais criar. O município de Correntina tinha 100 mil rezes e ele voltou para praticamente 20 mil com a chegada do agronegócio aqui e da tomada desses fechos todos (Entrevistado 3, representante de organização popular em Correntina).

Neste sentido, à medida que estes povos vivenciam, de modo cada dia mais intenso, a escassez produzida e seletiva das águas, que se veem sem as veredas, os galhos, as cabeceiras, as nascentes, e que têm comprometidos seus modos tradicionais de vida, o conflito emerge. Assim como a expansão das fronteiras, a dinâmica de apropriação das águas, é provocadora de conflitos. A maioria dos conflitos está relacionada com a luta dos povos originários e tradicionais, dos camponeses, pela reprodução da vida em seus territórios, que envolve necessariamente o acesso e a gestão autônoma dos recursos naturais, sendo terra e água os principais. Alier (1992) qualifica esta luta como “ecologismo dos pobres”, pois “tratam de

retirar os recursos naturais da esfera econômica, do sistema de mercado generalizado, da racionalidade mercantil, da valoração crematística (redução do valor a custos-benefícios)” (ALIER, 1992, p. 09). Segundo Alier (1992), diferentemente do mercado ou mesmo do controle estatal que pensam a gestão e o uso dos recursos naturais em horizontes temporais curtos, os pobres, ao lutarem pelo acesso autônomo aos bens da natureza, confrontando a lógica de privatização, fortalecem a perspectiva de conservação destes recursos.

O significado do conflito se expressa, então, quando, há, sobre uma determinada situação, sobre um determinado problema, visões, percepções e práxis distintas, que se chocam. O conflito evidencia concretamente contradições sociais à medida que fazem elas virem à tona (PORTO GONÇALVES E CHAGAS, 2018). E, no caso em estudo, estas contradições estão ligadas às disputas em torno da apropriação das águas, que reflete também disputas em torno da sobrevivência (material e imaterial), da possibilidade de afirmação e construção de identidades, ou seja, disputas de poder.

Pensando a relação entre sociedade e natureza, que muitas vezes se traduz em processos de territorialização, Alimonda (2011) destaca que a forma como se dá a apropriação dos bens naturais, as decisões do que e como produzir, o modo como as sociedades se organizam para produzir e reproduzirem sua subsistência “é sempre mediada por relações sociais de dominação e consenso”. Isso significa dizer que a ecologia das sociedades humanas, além de coletiva, é política. A ecologia política se conforma como instrumental teórico-metodológico para compreender as relações da sociedade e da natureza, os temas ecológicos e de uso e apropriação dos bens naturais a partir de uma lente política, que envolve necessariamente relações de poder, dominação e consenso, como dito.

Para Alimonda (2011), a ecologia política é uma matriz que permite compreender as relações de poder que estão presentes na América Latina desde a colonização, que evidencia que a globalização contemporânea tem a pretensão de impor um modelo único de modernidade, e que tem como elementos centrais o acesso a terra e a outros recursos naturais, e o seu controle. Por isso, a ecologia política se constitui não apenas como a análise de questões de distribuição de recursos, mas sim de apropriação, que envolve o processo crucial e definidor da mercantilização da natureza, de exploração e exclusão, que considera elementos ecológicos, históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Ou seja, o referido autor privilegia a concepção de ecologia política que parte da centralidade dos dispositivos materiais e discursivos do poder, evitando assim cair no economicismo, no biocentrismo ou mesmo numa visão idealista que deixa de lado as conexões

entre as práticas sociais com a materialidade do mundo. Por esta razão, compreende que uma das noções centrais para a ecologia política é a da governabilidade ambiental e, sendo assim, a define como a articulação complexa e contraditória entre múltiplas práticas e representações através da qual diferentes atores políticos, atuantes em diversas escalas, se fazem presentes, com diferenciados graus de legitimidade, colaboração ou conflito, na constituição de um território e na gestão dos seus recursos naturais (ALIMONDA, 2005).

Entendimento semelhante é o de Miranda (2013) que, com base na concepção de Gezon e Paulson (2004), afirma que as análises que têm como base o aporte da ecologia política, tem abordado as seguintes proposições: que as disputas pelo uso e apropriação dos recursos naturais são mediadas pelas relações sociais, as quais têm impacto direto no meio ambiente; que estas relações sociais expressam uma diversidade de posição e de racionalidades sobre o meio ambiente, que muitas vezes revelam relações de poder; e que as relações locais influenciam e são influenciadas por processos políticos e econômicos externos.

Leff (2004) posiciona a ecologia política como contraponto à matriz de pensamento baseada na racionalidade econômica e tecnológica, que desnatura a natureza e, ao mesmo tempo, naturaliza as interações e relações estabelecidas com ela. A partir da concretização dos processos (políticos e econômicos) de apropriação das águas, a natureza deixa de ser um objeto de trabalho e meio da reprodução da vida e passa ser um meio de produção, sendo este fato provocador de conflitos.

Ao passo que não é possível fazer a leitura do natural ou dos fenômenos naturais, sem a mediação das análises sociais, econômicas e de poder, compreendendo os fenômenos naturais como neutros, a complexidade da natureza e sua dimensão ecossistêmica também não podem ser esquecidas. Essa é uma das perspectivas que orienta a ecologia política. A ecologia política não apenas reivindica a natureza esquecida e submetida pela racionalidade econômica, pois, ao se aliar e se mesclar com a economia política, economia ecológica e outros campos do conhecimento, combate a naturalização dos seus regimes, politiza os territórios e os inscreve na esfera do poder, das disputas de sentidos e dos conflitos sociais pela apropriação da natureza. Portanto, se contrapondo à ideia de natureza aliada a uma política de Estado para conservação das bases naturais de sustentabilidade econômica, a ecologia política localiza a natureza como lugar de disputa, de conflito e apropriação social, onde as relações (coletivas e individuais) entre os seres humanos e entre eles e a natureza se constroem através de relações de poder (LEFF, 2004).

Segundo reportagem de noticiário local¹⁹, construída com base nos dados do monitoramento de conflitos no campo da CPT, o Oeste Baiano tem o maior número de conflitos no período de 1985 a 2016, sendo que o município de Correntina se destaca com 41 conflitos nos últimos 32 anos, liderando o ranking e sendo referência também em reincidências. Ressalta-se que as disputa em torno das águas tanto no município quanto em nível nacional vem, nos últimos períodos, assumindo maior dimensão e isso tem se reverberado nos dados de conflitos sistematizados pela CPT. De acordo com o Relatório de Conflitos do Campo, em 2018 o número de conflitos por água bateu recorde histórico, representando um aumento de 40% em relação ao ano anterior. Em relação ao número de pessoas envolvidas em conflitos por águas, o ano de 2018 representou um aumento de cerca de 109% em relação ao ano anterior (2017) que, até então havia sido o ano com maior número de pessoas envolvidas em conflitos dessa natureza desde 2002, quando a CPT iniciou a sistematização de dados desta categoria (CPT, 2019).

Os conflitos por água emergem – e têm emergido cada vez mais – pois a dinâmica de apropriação além de provocar os impactos ambientais já evidenciados, atinge diretamente os povos tradicionais, as comunidades, os/as camponeses/as que constroem a partir da relação com a água suas próprias identidades e formas socioeconômicas de vida. A apropriação das águas significa então a negação deste bem de vida, deste bem comum, a determinados grupos e organizações sociocomunitárias, o que acaba, com fundamento em uma lógica supremacista e de colonização, “elegendo” atores privilegiados e poderosos como legítimos para monopolizar as águas e excluindo aqueles considerados como “atrasados”, “incapazes” ou, em última instância, aqueles “não considerados”.

O conflito é, portanto, expressão de uma luta por sobrevivência/existência material e imaterial. Um dos elementos fundamentais do conflito pela água em Correntina é como a apropriação se configura como uma forma perversa de destruição de vidas e identidades. Evidência concreta desta dinâmica é o fato da apropriação hídrica pelo agronegócio provocar a migração de nascentes, o secamento de diversos corpos d’águas e acabar inviabilizando os métodos tradicionais de captação de águas desenvolvidos historicamente pelas comunidades rurais do município. Os rêgos, por exemplo, que são intervenções seculares que desviam uma pequena quantidade de água dos rios em direção às vilas comunitárias e quintais para viabilizar a irrigação das plantações de alimentos estão também secando e desaparecendo. O mesmo

19

Bom Jesus da Lapa noticia. Disponível em: <https://www.bomjesusdalapanoticias.com.br/regiao/0111-raio-x-correntina-com-41-conflitos-em-32-anos-municipio-lidera-historico-de-conflitos-agrarios-e-do-uso-da-agua-na-bahia/>.

acontece com as rodas d'águas, que são estruturas circulares, que se movimentam com a força da água e por meio dessa força levam as águas dos rios até as casas, açudes ou cisternas. Neste caso, se o volume dos rios diminui, as águas muitas vezes não atingem mais as rodas ou não têm força suficiente para movimentá-las, impactando diretamente a captação comunitária.

A relação do povo daqui com a água é umbilical. Eles inventaram tudo com a água. A roda d'água de colocar água na casa deles e irrigar o pedaço de sítio deles. O mais comunitário aqui é o rêgo. Você faz um pequeno matame no rêgo, um açude, na direção do rio, ele simplesmente fica perpendicular ao rio e isso traz água pra dentro de um rêgo. Eles pegam um ponto de declive, faz isso e logo ali adiante você tem uma depressão e você irriga essa parte por inundação. Os rêgos são antigos. Meu avô fez um em 1922. Nós estamos beirando 100 anos do rêgo do Santo Antônio. É um desvio do Rio Santo Antônio, que é comunitário, ninguém paga por aquela água. Simplesmente eles têm um processo comunitário e entendem comunitariamente que se todos não forem lá ano a ano limpar o rêgo em função da quantidade de areia que entrou nele ou argila. Se você não for tirar, ele vai ficando soterrado e daqui a pouco não entra água nenhuma (Entrevistado 3, representante de organização popular em Correntina).

O povo nosso desenvolveu um espírito muito coletivo, herdado dos povos tradicionais que têm isso, povos indígenas, quilombolas. É um povo que já tem na consciência de que ele só, ele não consegue sobreviver. Mesmo depois de exterminados os quilombos, as aldeias indígenas, você guardou no fundo este espírito de coletividade. E com os mutirões, você tinha a construção dos regos, que é um sistema muito antigo e estima-se que alguns canais tenham mais de 200 anos de existência, que também foram construídos de forma coletiva para beneficiar aquela comunidade. Então você tinha no período de limpar o canal, todo mundo fazia o mutirão e você ia limpar este canal. (...)

Mas é a partir de 2000 que o agronegócio começa a se interessar pela água e aí começou a diminuir a oferta de água na região. Você teve um processo muito violento, muito rápido de morte de nascente, de vereda. Então com isso despertou a consciência ambiental, essa consciência social de que este modelo não era bom para a região e daí você teve o aumento do conflito (Entrevistado 7, representante de organização popular em Correntina).

Estas racionalidades culturais, ecológicas, sociais e econômicas diferenciadas têm sido configuradas e resgatadas como lutas de resistência e afirmação frente às estratégias de apropriação e transformação da natureza (LEFF, 2004), já que esta dinâmica de apropriação é também concretizada tendo como efeito prático e como objetivo a desconstituição/apagamento destas racionalidades. À medida que as práticas tradicionais de uso das águas são inviabilizadas, se inviabilizam também as possibilidades destas racionalidades diferenciadas se afirmarem como possíveis e como potentes. Isso porque as águas para as comunidades tradicionais de Correntina sempre foram parte fundamental de suas existências.

Ninguém estaria aqui se não tivesse água. A água é o ponto de referência para o território. Em Correntina, sem água, dificilmente haverá territorialização. Foi a água o motor chave para a construção da territorialização camponesa em Correntina. Os fechos, só existem por causa da água. Ela é a razão de existir desse modo de vida

tradicional. Se não tivesse a aguada, a cabeceira, o galho, eles iam levar o gado para lá para que? Para morrer de sede?
Por isso, a ameaça do agronegócio é uma ameaça de vida.
O riacho, a ponte, o rêgo é o ponto de referência dessas comunidades. (Entrevistado 3, representante de organização popular em Correntina).

Leff (2000) aponta que o processo de apropriação dos recursos naturais se associa à produção e reprodução da colonialidade, que destrói, desconstitui os ecossistemas bases de reprodução de determinadas sociedades, anulando assim as possibilidades de construção de autonomia destas sociedades, e construindo o lugar socioeconômico do subdesenvolvimento:

Este processo de espoliação e exploração implica na destruição da base de recursos dos países pobres, que poderiam usá-la para o seu desenvolvimento endógeno. Seus efeitos mais duradouros resultam da destruição do potencial produtivo dos países do Terceiro Mundo, devido à introdução de padrões tecnológicos inapropriados; também, pela indução de ritmos de extração e pela difusão de modelos sociais de consumo que geram um processo de degradação de seus ecossistemas, de erosão de seus solos e esgotamento de seus recursos.
O subdesenvolvimento não é só um estado gerado como uma relação estrutural de dependência no processo de acumulação de capital em escala mundial.
(...)
O subdesenvolvimento é o efeito da perda do potencial produtivo de uma nação, devido a um processo de exploração e espoliação que rompe os mecanismos ecológicos e culturais, dos quais depende a produtividade sustentável das suas forças produtivas e a regeneração de seus recursos naturais. (LEFF, 2000, p. 20-21)

Do mesmo modo, Alimonda, ao refletir sobre as disputas em torno dos recursos naturais, considera a interface entre ecologia política e história ambiental e, neste sentido, parte da premissa de que o trauma catastrófico da conquista e integração subordinada e colonial da América Latina ao sistema internacional, integração esta transmutada de modernidade, é a origem da identidade latinoamericana e se expressa nas dinâmicas atuais de apropriação da natureza. É com base nisso que o referido autor trata a colonialidade como um fenômeno persistente, entendendo que, com base em uma “ideologia da subalternidade” tanto a realidade biofísica quanto a configuração territorial são vistas, perante o pensamento hegemônico, como espaços subalternos, que podem ser explorados, reconfigurados de acordo com os interesses dos regimes de acumulação vigentes. (ALIMONDA, 2011).

Portanto, para entender os conflitos socioambientais em torno da apropriação das águas no Oeste Baiano é necessário perceber também que foi-se construindo, histórica e socialmente, num jogo de memória e esquecimento, um escamoteamento da colonização como elemento central e fundante da modernidade. O colonialismo acaba ficando escondido nas ideias de “processos civilizatórios”, “progresso”, “desenvolvimento” e excluído das análises das narrativas sobre o desenvolvimento, se configurando como um evento específico e determinado

(ALIMONDA, 2011). É por esta razão que Alimonda (2011) propõe o desafio de se revelar uma pluralidade de lugares de enunciação, passados e presentes, que assume um contraponto crítico e de resistência em relação à modernidade colonial, supondo a reescritura das narrativas sobre a modernidade, a partir de outro lugar, revalorizando as culturas dos povos dominados e suas histórias de resistência. Propõe, em síntese, o resgate da história a partir das relações entre sociedade e natureza, entendendo que a ideia de modernização guarda íntima relação com o desaparecimento das análises a partir da discussão sobre colonialidade. Para Alimonda (2011), é movimento anticolonial que visibiliza a colonialidade.

É nesta perspectiva que Porto-Gonçalves e Chagas (2008) afirmam que a formação territorial do Oeste Baiano é marcada por um caráter capitalista e colonial e tem como fundamento a violência histórica, provocadora de conflitos. São estas marcas, que permeiam as disputas por poder, que geram os processos desiguais de acesso aos recursos naturais, sobretudo terra e água no Oeste da Bahia e em Correntina. Portanto, todo o processo de territorialização do agronegócio em Correntina deve ser analisado, compreendendo também que a relação metabólica entre terra, água, clima, solo, subsolo e bioma está diretamente relacionada com os múltiplos modos de vida que conformam racionalidades diferenciadas na região e que são fortemente impactados/atacados com esta dinâmica de territorialização fundada na apropriação das águas (PORTO-GONÇALVES E CHAGAS, 2008).

Compreende-se então, que o aporte teórico-metodológico da ecologia política para analisar o processo de apropriação das águas pelo agronegócio no cerrado baiano e sua relação com a territorialização se mostra fundamental, visto que é um instrumento que desvela ocultamentos e desnatura os processos envolvendo a relação sociedade natureza. A ecologia política, numa perspectiva transdisciplinar discute como os mais diversos fatores (sociais, econômicos, ideológicos, de resistência e conflitivos) influenciam tanto o discurso como a prática da interação/apropriação homem e natureza, e portanto, é essencial para a desnaturalização destas relações. Entender esta dinâmica é desnaturalizar a ideia de escassez, de crise hídrica, identificando-as como fundamentos para a construção, numa perspectiva multiescalar (que envolve desde grandes corporações e organismos multilaterais, até atores e empresas locais), da privatização e mercantilização da água. Segundo Silva, “a metodologia da ecologia política nos induz à crítica dos processos de normatização das ideias, dos comportamentos e das políticas assentadas em uma ontologia naturalista do mundo” (SILVA, 2010, p. 38).

Em perspectiva confluyente, Losekann (2016) evidencia que a América Latina tem se destacado no que se refere ao número de conflitos relacionados à temática da justiça ambiental, indicando que estes conflitos estão ligados à matriz econômica adotada pelos países latinoamericanos que se baseia no extrativismo e exportação de *commodities* agrícolas e minerais e que associa a superexploração dos recursos naturais à expansão das fronteiras territoriais. Ao passo que os conflitos revelam um processo violento de exploração e expropriação de territórios, fundado em relações de poder desiguais, também podem ser reveladores de ações coletivas de enfrentamento importantes, as quais devem ser compreendidas a partir de análises e explicações que levem em consideração as “microfundações”, as relações territoriais e locais específicas que fazem emergir as referidas ações.

Losekann (2016), desenvolvendo o que seria a “política dos afetados” de modo a explicar as mobilizações dos atores que são atingidos pela dinâmica extrativa de recursos naturais na América Latina, propõe um caminho que diferencia e categoriza os “tipos de afetados”, buscando identificar como eles se relacionam e se articulam de modo a produzir ações políticas contestatórias. Sem adentrar no mérito da classificação proposta pela autora, importante destacar o seu entendimento de que um dos fatores centrais para a emergência de ações políticas se constitui na existência de “uma ampla rede que conecta os afetados em si nos territórios com atores já engajados”, a qual favorece a construção de múltiplos repertórios de ação coletiva, que estão conectados com uma dimensão emocional.

Os conflitos rurais também estão intimamente ligados aos processos de resistência camponesa, de resistência dos povos do campo. Inclusive, quando trabalhados os conflitos rurais e as resistências camponesas, particular importância deve ser dada às “formas cotidianas de resistência”, que são as lutas constantes entre os povos do campo e aqueles que querem extrair deles seus meios de vida, sua identidade, seu trabalho, os lucros, e que não necessariamente se expressam em reivindicações públicas, institucionais (SCOTT, 2002).

O município de Correntina e a luta dos seus povos pelas águas são exemplos emblemáticos da associação entre conflito, ação coletiva, emoção e resistência. Além de todo o processo histórico de luta por terra e água na década de 1980, mais recentemente, Correntina tem sido palco de atos de resistência públicos e cotidianos importantes que colocam a água no centro das disputas atuais. No início dos anos 2000, período em que a apropriação das águas para irrigação em larga escala começou a se intensificar, foi construído, por dois fazendeiros (Wagner Luiz Rossi e Naim Jacob) um canal de 9km para desviar uma grande quantidade de

água do Rio Arrojado para alimentação de pivôs centrais. Antes do canal ser efetivado, a população da beira do Rio Arrojado realizou uma ação concreta de entupimento do canal de modo a inviabilizar o seu uso. Depois desta ação, o Estado se atentou para a situação e embargou formalmente a obra e multou os fazendeiros (PORTO-GONÇALVES E CHAGAS, 2008).

Em 2015, com a construção em larga escala dos grandes reservatórios de água pela empresa Sudotex, voltado para o armazenamento hídrico da água extraída por 17 poços artesianos de alta profundidade, e para alimentação simultânea de 28 pivôs centrais, a população Correntinense realizou uma denúncia pública da gravidade da situação. Foram mobilizadas cerca de 6000 pessoas que se dirigiram às ruas de Correntina para evidenciar a gravidade da situação, e, chamando atenção dos poderes públicos locais, fizeram um grande pedido de socorro.

Com a Sudotex, as pessoas começaram a ter consciência do que eram os piscinões (apesar da Sudotex não ser o pioneira dessa tecnologia, mas era uma de grande escala). A partir daí houve uma mobilização pela cidade, onde as pessoas começaram a se sentir ameaçadas com o projeto da Sudotex. E aí se formou um grupo e se fez um abaixo assinado com mais de 10000 assinaturas. E depois disso se fez um grande ato em defesa dos rios do Oeste da Bahia, de Correntina, uma grande mobilização com mais de 6000 pessoas pelas ruas da cidade, onde se formou um SOS la na ilha do Ranchão, para representar o pedido de socorro dos rios. E fizemos um abraço simbólico nos rios para representar que o povo que estava abraçando, estaria na defesa dos rios, que são tão importantes para a cidade e para a região (Entrevistado 7, representante de organização popular em Correntina).

Figura 30 - Manifestação em defesa das águas ocorrida em Correntina-BA (nov/2015).



Fonte: Jornal Folha de Formosa News.

A realização desta ação pública (figura 30) se configurou como a base necessária para que a Associação Ambientalista Corrente-Verde ingressasse judicialmente com uma Ação Civil Pública que busca a paralisação do empreendimento tanto por irregularidades e insustentabilidade ambientais quanto por conta de ilegalidades no registro imobiliário do imóvel onde está instalada a Sudotex. A ação tem como objetivo central opor-se à concessão da outorga para captação subterrânea pelo Inema, tendo como fundamento os impactos ambientais que a captura da água causa ao aquífero Urucua e à própria dinâmica natural dos rios. Além disso, se baseia também na Deliberação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Corrente, de 11 de dezembro de 2015, de que o Inema se abstenha de emitir novas Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Corrente até que seja elaborado o Plano da referida Bacia, deliberação esta que é base para a Recomendação nº 03/2016 do MPE ao Inema no sentido do cumprimento das determinações do Comitê.

A Ação Civil Pública encontra-se, como dito, em tramitação na Comarca de Correntina, sendo que inicialmente houve uma decisão liminar do juízo de primeira instância pela suspensão da outorga concedida. Tanto o Inema quanto os proprietários do empreendimento recorreram desta decisão mediante agravo de instrumento e o Tribunal de Justiça reviu a decisão de primeiro grau e manteve a validade das outorgas. Acontece que, o próprio o Inema, por ocasião da primeira decisão, publicou em Diário Oficial a Portaria 12.275, de 24 de agosto de 2015, a suspensão da outorga anteriormente concedida. Atualmente, mesmo com decisão judicial preliminar a favor do empreendimento, por decisão administrativa do Inema, a captação não está autorizada.

Destaca-se que foi a grande dimensão do empreendimento no que se refere à captação de águas que chamou a atenção e preocupou as organizações ambientalistas e sociais, os sindicatos, as comunidades tradicionais e a população do município em geral e que motivou a realização da manifestação em novembro de 2015 (antes mesmo da outorga de águas ser concedida pelo Inema). Após manifestação, Correntina se manteve em resistência permanente, discutindo a apropriação das águas no município, provocando os diversos órgãos públicos a tomar providências diante da problemática anunciada, organizando coletivamente a construção e ingresso da Ação Civil Pública contra o empreendimento, o que foi uma importante demonstração de força e resultou na convocação pelo MPE de uma audiência pública para julho de 2016 (logo após a concessão da outorga) e na própria suspensão da Portaria de Concessão da Outorga.

Mais recentemente, em novembro de 2017, Correntina vivenciou mais um ato de resistência em defesa das águas que acabou repercutindo nacionalmente. No dia 02 de novembro de 2017, cerca de 1000 pessoas realizaram uma grande manifestação na Fazenda Igarashi, localizada no distrito de Rosário, em Correntina, com o intuito de denunciar a intensa captação de águas que a referida fazenda realizava no Rio Arrojado (a empresa detém outorga desde 2015 e está autorizada pelo Inema a captar 106 milhões de litros diários para irrigação de 2.539,21 hectares) e o descaso do poder público diante dos impactos históricos que os recursos hídricos vêm sofrendo na região em razão das atividades do agronegócio. Esta manifestação acabou resultando na quebra e destruição de maquinários de captação de águas da Igarashi, na queda da rede elétrica que alimentava as bombas de sucção de águas, no incêndio dos galpões da empresa, na danificação da lona que forrava os grandes reservatórios de água, entre outras coisas.

Figura 31 – Estrutura de captação de água da empresa Igarashi destruída após manifestação contra a apropriação intensiva em Correntina (2017)



Fonte: Site “Matutar”. Disponível em : <https://www.matutar.com.br/correntina/populacao-se-revolta-e-invade-duas-fazendas-de-correntina/>

Figura 32 – Rede elétrica da empresa Igarashi danificada após manifestação contra a captação intensiva da águas em Correntina (2017)



Fonte: Abapa

Após a manifestação do dia 02 de novembro, instaurou-se um violento processo de criminalização voltado para as principais lideranças da região e representantes das comunidades impactadas pela apropriação das águas. Foi iniciado um inquérito policial, que já inquiriu mais de 30 pessoas, na tentativa de encontrarem os ditos responsáveis pelo ato de resistência do dia 02 de novembro, e foi fundamento para diversas arbitrariedades e situações de abuso de poder, a exemplo de invasão de escolas e envolvimento das entidades de classe representativas do agronegócio (Aiba e Abapa), como denunciado em nota do Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos²⁰. Aconteceram também sucessivos ataques midiáticos ao povo de Correntina e às lideranças comunitárias rurais, qualificando-os como terroristas, criminosos, e apoiando a empresa Igarashi.

20

Disponível em: <http://comiteddh.org.br/ultimas-noticias/nota-publica-comite-manifesta-preocupacao-sobre-abusos-policiais-contra-populacao-de-correntina-ba-e-exige-providencias-do-estado/>.

Figura 33 – Ato público em defesa das águas, após manifestação na sede da empresa Igarashi.

Correntina (2017)



Fonte: CPT/Thomas Baurer

Acontece que, após o ato de resistência, em decorrência da intensa criminalização e dos abusos de poder perpetrados pelas entidades policiais, o povo de Correntina realizou um ato público, de cerca de 10.000 (dez mil) pessoas, que foram às ruas, de preto, pela defesa das águas e contra a criminalização. O ato de resistência e a manifestação em seguida, que mobilizou cerca de um $\frac{1}{3}$ da população Correntinense, foram cruciais para que o debate sobre apropriação das águas e seus efeitos se tornassem públicos. É tanto que após estes fatos, o MPE convocou uma Audiência Pública na qual se debateram as questões relativas ao monopólio das águas pelos setores do agronegócio, a atuação do Estado da Bahia quanto à gestão das águas e os processos de repressão e criminalização promovidos após o ato de resistência.

Destaca-se que as resistências públicas e cotidianas que aconteceram em Correntina nos últimos períodos fizeram com que as questões que, em tese, estavam localizadas no âmbito empresa-comunidade ganhassem repercussão pública e se inserissem na agenda institucional do Estado da Bahia. São os processos históricos de resistência “sorradeira”, que envolvem no caso concreto, boicotes sistemáticos, “invasões” de terras, corte de cercas etc (que acabam por desafiar “abertamente as relações de propriedade”) associados às formas de resistências traduzidas como “confrontação direta” (SCOTT, 2002) que fazem de Correntina um exemplo

importante de resistência em defesa das águas e que geraram a publicização da pauta das águas na região.

Essas formas de resistências de Correntina (principalmente as cotidianas e de confrontação direta), assim como as analisada por Scott (2002, p. 16), “refletem as condições e limitações sob as quais elas se geraram”. A natureza e dimensão dos impactos vivenciados pelas comunidades rurais de Correntina, sobretudo porque estes impactos refletem mudanças decisivas, massivas e intensas que atingem gravemente a vida cotidiana e a sobrevivência material e imaterial destes comunidades, foram decisivas na construção desses tipos de resistência. Além disso, destaca-se também o papel agregador e mobilizador que a defesa das águas proporciona, seja porque Correntina tem uma relação muito forte e histórica com as águas, como evidenciado, seja porque tem-se vivenciado momentos decisivos de apropriação, privatização e exclusão em torno deste bem comum na região. Entender estes elementos é fundamental para entender porque Correntina é um exemplo emblemático de resistência na defesa das águas.

O processo do canal do Rio Arrojado em 2000 foi onde 2 ruralistas decidiram fazer um canal de 9km para desviar o rio arrojado e, inclusive, uma dessas fazendas é a própria Curitiba, que fazia parte dessas duas propriedades que ia fazer esse canal. A Curitiba hoje está arrendada para a Igarashi. Aí teve em 2000 esse acirramento, que o pessoal reuniu um grupo de mais de 500 pessoas e foram lá e tamparam o canal do rio arrojado. E aí depois disso, dessa ação popular, o Estado agiu. Aí o Ibama esteve lá, embargou, multou o proprietário e tudo e o projeto tá lá largado, o canal ainda existe, mas o projeto não foi para frente.

(...)

Depois disso, tivemos a partir de 2014 vários eventos na região, romarias do Cerrado, que começou também de certa forma o Mab atuar, devido ao projeto de barragem, trabalhando a importância da água e de ficar no lugar e não ceder espaços para os projetos que sejam do agronegócio, ou que sejam do setor elétrico. E aí você tem esses conflitos pela região aumentando.

(...)

Uma vez aumentando a escassez e na necessidade natural, a pessoa se sentir com fome e com sede, o oprimido vai se rebelar contra o opressor. E foi também uma defesa da constituição, já que ela determina que é dever do Estado e da coletividade a proteção do meio ambiente para as atuais e futuras gerações. Disseram que o ato foi terrorista, mas neste caso a própria constituição é que seria terrorista (Entrevistado 7, representante de organização popular em Correntina).

A importância da água e sua relação com a terra não está presente apenas nas relações econômicas protagonizadas pelos setores ligados ao agronegócio, mas é também essencial para as comunidades rurais e povos tradicionais da região em estudo. À medida que as dinâmicas de apropriação deste bem comum se tornam centralidade para o processo de territorialização do agronegócio e impactam diretamente a existência material e imaterial das racionalidades historicamente construídas por estes povos, a disputa e o confronto emergem. E, nestas disputas,

confrontos e conflitos, a água apesar de ser configurada como fator essencial, na grande maioria das vezes não está dissociada da sua interação com a terra, pois o conflito em torno da água, no caso específico de Correntina, se refere essencialmente a um conflito relacionado à mudança no uso da terra que, cada vez mais, tem se tornado dependente da captação intensiva das águas.

O estudo da territorialização do agronegócio e da sua relação com a apropriação das águas em Correntina evidencia que a captação intensiva das águas está diretamente vinculada à busca permanente pela maximização da extração de valor através da exploração da terra – e da sua interação com a água – a partir tanto do aumento da produção de grãos (considerando maior produtividade, segurança e rentabilidade) quanto da especulação a partir do preço da terra (cuja a água se mostra como fator fundamental). Neste sentido, afirma-se que no caso em estudo a “terra e a água não podem ser separadas”, já que “são os fins que estão comandando as práticas, e seus meios técnicos de adequação dos usos da terra/água, que estão em conflito” (PORTO-GONÇALVES E CHAGAS, 2018, p. 54).

Thomaz Junior (2010, p. 98), tratando sobre a interação necessária entre terra e água na agricultura, evidencia o conceito de “agrohidronegócio”, no qual terra e água são “indissociáveis para o capital” e com relação “historicamente vinculada ao acionamento dos pivôs-centrais e à irrigação das grandes plantações para exportação, num ritmo de destruição sem limites”. Para o autor, uma das principais estratégias do capital tem sido justamente a expansão das áreas destinadas à produção de *commodities* com a exploração dos recursos terra e água e, por esta razão, a posse da terra e da água assume dimensão central na atualidade e, deve ser compreendida, a partir da sua “complexa e articulada” relação.

Já desenhando algumas linhas conclusivas, a partir do estudo realizado é possível afirmar que na dinâmica de territorialização do agronegócio em Correntina, sobretudo considerando o contexto imposto a partir da implementação do PDA Matopiba, a água assume dimensão central, formando uma teia entrelaçada de articulação com a terra na dinâmica de apropriação e acumulação do capital. Tanto na dinâmica produtiva quanto na dinâmica especulativa a água se incorpora à terra de forma indissociável em Correntina. A captação das águas superficiais e subterrâneas no município tem sido uma estratégia prioritária dos produtores rurais e grandes empreendimentos e empresas nacionais e estrangeiras vinculadas ao agronegócio, cujo o uso está geralmente voltado para a garantia de maior segurança e rentabilidade através da irrigação e também como instrumento de valorização da terra, fundamental para a dinâmica especulativa inerente ao mercado fundiário mundial.

A interlocução direta entre apropriação de terras e águas também se evidencia na análise dos impactos e conflitos associados. Como destacado, os conflitos emergem no momento em que os impactos da apropriação das águas se concretizam e à medida em que afetam as racionalidades, as identidades e os modos de vida sócioeconômicos dos povos que historicamente ocupam as terras e os territórios que têm sido apropriados pelo agronegócio. A apropriação das águas tem se mostrado cada vez mais necessária (para o agronegócio), conseqüentemente mais intensa, e assumindo cada vez mais centralidade na sua territorialização no Oeste Baiano conforme se intensifica a dinâmica de expansão de fronteiras nesta região e são implementadas mudanças no uso da terra.

Destaca-se também que a expressão destes fenômenos não está restrita à Correntina. Apesar das incursões de pesquisa terem se detido de forma mais específica ao caso de Correntina, a análise dos posicionamentos e papéis exercidos pelas organizações de classe do agronegócio baiano (sobretudo Aiba e Abapa), bem como a iniciativa de realização dos estudos do potencial hídrico do Aquífero Urucuia em parceria com a Universidade de Nebraska demonstram que a intensificação da apropriação das águas é uma perspectiva vinculada ao agronegócio do Oeste da Bahia como um todo e não apenas de Correntina.

CONCLUSÃO

O caminhar da presente pesquisa, que teve como objetivo central a análise do papel da apropriação das águas pelas empresas produtoras de *commodities* em Correntina na territorialização do agronegócio no Oeste Baiano, considerando, sobretudo o período de implementação do PDA Matopiba, revelou o município de Correntina como um caso emblemático da dinâmica de apropriação das águas, necessariamente conectada com interesses locais e globais. A partir da articulação constante entre teoria e empiria foi possível perceber que a apropriação das águas assume um papel central no processo de territorialização do agronegócio no Oeste da Bahia e que Correntina é um exemplo importante de como os fenômenos denominados *water e land grabbing* e os processos – atuais e históricos – de expansão de fronteiras e territorialização do agronegócio se inter-relacionam e se materializam concretamente na região em estudo.

Os fenômenos de *water e land grabbing*, entendidos também como um novo e específico ciclo de apropriação de águas e terras, foram associados à crise mundial de 2008, que envolveu as dimensões alimentares, energéticas, ambientais e financeiras e que evidencia a demanda crescente por alimentos, fibras, florestas, combustível, águas e outros recursos naturais. Grande parte dos processos de apropriação de terras e recursos naturais (sejam eles históricos ou inseridos no novo ciclo de *water* ou *land grabbing*) envolve, assim como no movimento de expansão de fronteiras, a lógica da privatização, de tornar privado, através de novos (ou antigos), legais (ou ilegais) cercamentos de bens públicos ou bens tradicionalmente tidos como de uso comum/coletivo e uma disputa em torno do controle, que pode envolver tanto a utilização imediata como futura dos recursos apropriados/controlados. Partindo desta perspectiva priorizou-se a análise a partir da acepção que privilegia a apropriação por via do controle na gestão da terra e da água.

O estudo concreto destes processos no Oeste da Bahia e, especificamente em Correntina, confirmou, de fato, que o conceito de apropriação está diretamente vinculado às dinâmicas interdependentes de acumulação e expropriação (BORRAS e SAUER, 2017, p. 13). Esta vinculação pode ser sintetizada no conceito de acumulação por espoliação desenvolvido por Harvey, que se configura como “acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência”, que não está restrita à etapa original de formação do sistema capitalista e não poderá ser datado, por tratar-se de um fenômeno contínuo e diverso. Um dos elementos centrais neste processo de acumulação por espoliação é a privatização, o qual é instrumento para a

desvalorização de ativos de capitais que são necessariamente reciclados e valorizados no processo de circulação e financeirização. Ativos, recursos naturais e bens comuns (estatais ou não) passam a ser diretamente regulados pelo mercado para que o capital sobreacumulado possa investir neles, valorizá-los com objetivos de especulação e acumulação (HARVEY, 2004, p. 131).

A forma como esta dinâmica se concretiza no Oeste da Bahia e em Correntina envolve tanto a territorialização do agronegócio como a expansão de fronteiras. A dinamicidade do território e os processos de territorialização e desterritorialização na região em estudo estão conectados com os movimentos de fronteira, os quais manifestam tanto interesses globais vinculados ao fortalecimento da acumulação monopolista que incorpora os espaços e territórios locais ao espaço/capitalismo global (BECKER, 1998), como também estão articulados com interesses locais. Para Martins, “a expansão territorial do capital”, presente no movimento de fronteira, não está apenas na dependência do “capital propriamente dito” e, neste sentido, reestabelece processos de acumulação primitiva. É a partir deste entendimento que o autor ressalta que a teoria da fronteira é “um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital”, afirmando que novos espaços são ocupados de modo capitalista quando é possível a partir deles, gerar processos de acumulação (MARTINS, 1996, p. 48).

Nos dois primeiros capítulos desta dissertação foram analisados os processos de expansão de fronteiras no Oeste e em Correntina que confluíram para a territorialização do agronegócio. Principalmente a partir da década de 1980 os movimentos de fronteira, do tipo frente pioneira, se manifestam intensivamente de forma alinhada com a modernização da agricultura, confluindo para, a partir da década de 2000, a territorialização do agronegócio na região. Em Correntina, a década de 1980 foi marcada pela imposição do Projeto de Reflorestamento, o qual significou um dos marcos para o avanço da dinâmica expansionista de fronteira, do tipo frente pioneira. Este processo envolveu a incorporação “modernizadora” de “novas” regiões ao mercado, numa articulação com interesses globais, e teve como alicerce fundamental a transformação do regime de posses em um regime de propriedade e a valorização da terra como ativo financeiro e econômico. Já neste período era possível visualizar a inserção da água como um recurso estratégico na dinâmica de privatização e acumulação, mas é a partir da década de 2000, sobretudo pós 2008 (crises confluentes), que esta inserção ganha proporções maiores. Um contexto importante, que tem influenciado diretamente este processo no Oeste da Bahia é o referente à implementação do PDA Matopiba (pós 2015).

O PDA Matopiba foi compreendido neste estudo como síntese de um movimento de fronteira agrícola atual, baseado em tecnologias capazes de gerar segurança e alta produtividade. Mesmo em territórios que já vivenciaram processos intensos de transformações, de (re)construções, voltados para a reestruturação socioeconômica da agricultura numa perspectiva modernizadora e de consolidação do agronegócio, a expansão de fronteiras permanece sendo um instrumental para a continuidade e o fortalecimento destas transformações e tem se concretizado por meio do Matopiba. Considerando a fronteira como movimento, não fortuita, e que se desenvolve ou se intensifica em resposta a uma necessidade de acumulação do capital (FOWERAKER, 1981), conclui-se que a delimitação de uma “nova” fronteira agrícola por meio do PDA Matopiba tem como viés relevante: a execução e impulsionamento de políticas e ações públicas voltadas para a aceleração do crescimento da produção agrícola, inclusive através da incorporação de novas áreas; consolidação e incremento de redes regionais de infraestrutura, transporte e serviços; o aquecimento do desenvolvimento de tecnologias voltadas a garantir maior produtividade e maior controle de variáveis físicas e ambientais.

Com o estudo de caso a partir da análise do município de Correntina, foi possível perceber que este “novo” ciclo de expansão de fronteiras envolve não apenas as disputas, os conflitos e as mediações políticas em torno da terra, mas também em relação à água. A captura das águas em Correntina, compreendida como elemento chave para garantir maior rotatividade do capital, tem sido imposta, numa dimensão verticalmente autoritária e violenta, e tem provocado transformações profundas no seu território influenciando direta e centralmente a territorialização do agronegócio no município. Do mesmo modo que as águas constituem o território de Correntina para aqueles que lá vivem e que delas dependem, é também um dos atrativos para a fixação de empresas produtoras de *commodities*. As águas de Correntina foram e são um dos principais motivos, na dinâmica de migração, para a fixação de população e das empresas naquele território. Tanto o processo histórico de modernização da agricultura quanto a dinâmica mais recente de consolidação e fortalecimento do projeto político econômico do agronegócio são necessariamente dependentes da lógica de apropriação das águas e da irrigação. Atualmente, no contexto do Matopiba, ela ganha outras dimensões e especificidades e, por isso, o conceito de *water grabbing* se mostrou fundamental para entender o que tem acontecido em Correntina hoje.

Um dos caminhos traçados para compreender como a apropriação das águas influencia a territorialização do agronegócio em Correntina foi identificar e analisar os interesses e estratégias utilizadas pelas empresas produtoras de *commodities* instaladas no município. No

campo dos interesses, uma das questões centrais é o processo de expansão do agronegócio a partir da incorporação de novas áreas consideradas como de maior risco climático, e a construção da irrigação como instrumento necessário para garantir maior controle, segurança, produtividade e lucratividade já que ela promove maior rapidez no ciclo de reprodução do capital – como desenvolvido, a irrigação na região em estudo promove até três safras anuais. Este processo de expansão está também relacionado com a diminuição dos preços das *commodities* e a aposta na intensificação da produção como contrapartida. Por mais que haja desde 2011 uma tendência de queda (e uma queda efetiva) dos preços das *commodities*, o cenário encontrado foi o de expansão, inclusive com a incorporação de novas áreas para a sua produção. Tem-se a ‘expansão geográfica’ do capital (HARVEY, 2005), intensificando e ampliando a espoliação de territórios periféricos.

Analisando as publicações institucionais da Aiba, pode-se perceber a vinculação direta entre Matopiba, fortalecimento desta fronteira agrícola, e incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura, logística e “inovação agrícola” deste território. Como a perspectiva é de expansão para áreas de produção menos consolidadas, o Matopiba se apresenta como um instrumento capaz de garantir a estrutura e segurança necessárias. E, neste sentido, o desenvolvimento de técnicas voltadas à apropriação e uso das águas na agricultura se mostra como elemento fundamental. No que diz respeito à segurança, destaca-se que a irrigação se constitui como estratégia para superação dos riscos climáticos, principalmente diante do contexto demonstrado de veranicos cada vez mais constantes e recorrentes e de incorporação de áreas agrícolas situadas em localidades com menor pluviosidade. A apropriação das águas acaba se constituindo como um fator que gera segurança durante o processo produtivo, diminuindo os riscos climáticos e propiciando uma maior produção. Além disso, intensifica a lucratividade já que retroalimenta a lógica do financiamento agrícola, pois sendo a irrigação um fator que gera maior certeza na produção, ela se torna também um instrumento seguro na aquisição de empréstimos – elemento fundamental para ampliação da produção – que tem como garantia a própria produção irrigada futura ou mesmo o imóvel onde será desenvolvida a atividade.

Ainda no campo dos interesses, além do fortalecimento da produtividade, lucratividade e segurança no processo produtivo, identificou-se também que a apropriação das águas está conectada com interesses especulativos. No levantamento das empresas ligadas ao agronegócio que se apropriam das águas em Correntina há uma participação bem expressiva das chamadas imobiliárias agrícolas transnacionais ou brasileiras, empresas especializadas em compra, venda

e corretagem de imóveis rurais. Elas estão direta ou indiretamente (por suas subsidiárias ou empresas a elas ligadas – mesmos donos/sócios) envolvidas no mercado de terras, indicando que o controle das águas é um fator atrativo, de interesse da dinâmica especulativa de compra e venda de terras.

A pesquisa identificou que há uma efetiva valorização das terras agrícolas na região do Matopiba nos últimos anos e que a tendência de elevação continua, mesmo com as *commodities* com preços em queda, e isto indica o fortalecimento da terra como um ativo financeiro independente, favorecendo, assim, o ganho especulativo. Um fator importante para a valorização das terras na região analisada é a disponibilidade hídrica associada à irrigação. Tanto as entrevistas, quanto as publicações e o mapa (ver figura 23) produzidos pela Aiba evidenciam que o preço da terra é significativamente mais elevado quando há autorização para realizar a captação de águas para fins de irrigação.

Como o controle das águas se mostra como elemento agregador de valor da terra (renda da terra), percebeu-se que os recursos associados à ela capazes de lhes agregar valor – no caso, a água – estão despertando cada vez mais interesses do mercado, das empresas e dos investidores sejam eles nacionais ou estrangeiros. Por isso, conclui-se que o interesse nas águas (subterrâneas e superficiais) tem assumido cada vez mais importância na dinâmica da apropriação global de terras, já que na lógica de especulação através do preço da terra, a disponibilidade de água para irrigação é um fator que tem influência direta. Percebe-se então que em um contexto de intensificação das transações envolvendo compra e venda de terra e consolidação de um mercado imobiliário rural no em Correntina e no Oeste da Bahia, a água assume um papel central, capaz de favorecer a lucratividade tanto através do negócio produtivo quanto através do negócio imobiliário.

No campo das estratégias, foi possível identificar o uso pelas empresas produtoras de *commodities* e organizações de classe representativas dos interesses do agronegócio dos seguintes caminhos para a efetivação do controle e apropriação das águas em Correntina e região: 1) exercício institucional do controle, por meio do acesso regulado às outorgas de águas, com aumento expressivo de pedidos de outorga nos últimos 03 (três) anos; 2) controle direto e não regulado das águas, aproveitando-se do caos da gestão e fiscalização, já que a grande maioria das captações de água é exercida direta e ilegalmente, sem que haja regulação estatal; 3) investimentos em captação subterrânea e técnicas de armazenamento, de modo a facilitar o acesso independente dos cursos d'águas superficiais, diminuir o impacto visual da captação, facilitando inclusive o acesso não regulado às águas subterrâneas. A análise do Projeto Urucua

indica que a captação subterrânea tem se constituído como a alternativa para a intensificação da apropriação das águas, considerando inclusive o contexto de que alguns rios já atingiram seu limite para a captação; 4) incidência política para o exercício do controle das águas por meio das organizações de classe do agronegócio, sobretudo Aiba – a partir da estratégia do associativismo, influenciando e intervindo diretamente na construção de caminhos e nas definições de prioridades dos produtores e das empresas produtoras rurais vinculados ao agronegócio. Estas organizações trabalham para a superação dos gargalos que dificultam a expansão e territorialização aceleradas do agronegócio na região em estudo e são protagonistas na construção contraditória e conveniente da ideia de existência e inexistência de crise hídrica; na construção, a partir da afirmação de que o agronegócio e apropriação das águas não geram impactos socioambientais, do discurso da sustentabilidade; na articulação público-privada, principalmente através da incidência nos poderes locais, nos órgãos de poder municipais.

A implementação destas estratégias tem conseguido garantir, na prática, a captura e exercício do controle das águas pelas empresas ligadas à produção de *commodities*, influenciando diretamente a territorialização do agronegócio em Correntina. Como trabalhado, no Oeste da Bahia há uma rede de fluxos, organizada hierarquicamente, comandada a partir do exterior, que envolve a dinâmica de apropriação de terras e recursos naturais, que tem transformado o cerrado e reconfigurado territórios (HAESBAERT, 2008). O processo histórico de transformações territoriais imposto verticalmente no Oeste da Bahia se fortalece e ganha novos contornos com a intensificação da apropriação das águas, sendo Correntina um exemplo emblemático.

Além das estratégias anteriormente citadas, fundamental destaque há de ser dado à monopolização da terra como meio essencial para a monopolização da água em Correntina, já que a forma utilizada na região para ter acesso à água é, inicialmente garantindo o acesso à terra. Isso gera como resultado o fato de que a grande maioria das empresas controladoras de terras no município é também formada pelas empresas que controlam ou têm implementado ações no sentido de garantir o controle das águas, evidenciando assim, como já demonstrado, que água e terra formam uma teia entrelaçada na região.

Na dinâmica de territorialização do agronegócio no Oeste baiano e em Correntina, a interação entre terra e água sempre esteve presente e, no contexto de expansão do agronegócio e incorporação de novas áreas associadas ao controle de águas, esta interação fica ainda mais evidente. No processo produtivo do agronegócio, a garantia da terra e água são indissociáveis para o capital, formando o complexo denominado agrohidronegócio (THOMAZ JUNIOR,

2010), e, neste sentido, o estudo de Correntina demonstrou a impossibilidade de se entender a apropriação e controle das águas sem considerar a apropriação e controle das terras. Portanto, as disputas em torno das águas estão vinculadas às disputas em torno do uso e controle da terra e às dinâmicas produtivas e especulativas próprias do agronegócio na atualidade.

Ao se analisar as relações entre apropriação das águas, de terras, expansão de fronteiras e territorialização do agronegócio no cerrado baiano, fica evidente também o papel central e histórico do Estado. Seja através do financiamento ao agronegócio, concessão de créditos subsidiados, investimentos em infraestrutura, incentivos fiscais, do incentivo à implementação em larga escala da irrigação, da facilitação – por meio de ações e omissões – do exercício do controle de terras e águas, ou mesmo por meio da criação e implementação de programas e projetos institucionais voltados para a expansão do agronegócio no Oeste da Bahia, o Estado sempre se constituiu como um ator chave. Entendendo que a apropriação se conforma como uma relação política de redistribuição do espaço e constituição de territórios em diferentes configurações de classe e é muitas vezes executada/facilitada/provocada pelo Estado, um viés importante para a compreensão destas relações é construir uma análise que vincule política e acumulação, qualificando o entendimento dos interesses e intencionalidades que motivam a apropriação, e a identificação da heterogeneidade destes processos a depender dos territórios e dos momentos históricos específicos em que acontecem (LEVIEN, 2014).

Destacou-se durante as reflexões desenvolvidas no decorrer da pesquisa que o Estado é um mediador fundamental para a expansão do agronegócio associada ao controle de águas e terras, se constituindo as esferas institucionais – através da articulação entre lei, burocracia e violências – como forças políticas e ideológicas vinculadas à acumulação. Assim, os fatos econômicos não podem estar dissociados dos fatos políticos, já que na fronteira, nos processos de monopolização da terra e recursos naturais, a mediação política e ideológica através da intervenção (ou omissão) legal e violenta do Estado é essencial, influenciando a própria compreensão da formação da fronteira (FOWERAKER, 1981).

Apesar deste entendimento ter sido diagnosticado durante a pesquisa, inclusive compreendendo que a diferenciação entre o público e privado, que, é necessariamente definida pelo Estado, acaba sendo obscurecida ao nível da acumulação e sua inércia tanto favorece a ação da violência “privada” como mascara uma intencionalidade diretiva institucional (FOWERAKER, 1981), não foi possível analisar de forma profunda como concretamente as mediações estatais foram e são implementadas no Oeste e em Correntina no processo de territorialização do agronegócio, expansão de fronteiras e apropriação das águas. Esta dimensão

se coloca então como um horizonte de estudo e aprofundamento futuro e que também se faz necessário para uma compreensão mais avançada acerca da dinâmica analisada. Um caminho possível é analisar, em concreto, a política de gestão e concessão das águas e sua relação com o agronegócio, buscando evidenciar como esta política é implementada no Oeste baiano, como está conectada com interesses globais, e como influencia (ou não) a apropriação das águas, as perspectivas de privatização e mercantilização deste bem natural e as reconfigurações territoriais decorrentes.

Para a construção da pesquisa, partiu-se da ideia de que a escassez de água, assim como de outros recursos naturais, não é algo natural, sendo um produto social, e, neste sentido, não foi trabalhada a escassez em seus termos gerais, e sim um processo de espoliação (HARVEY, 2004), no qual a água vai perdendo o seu caráter de bem comum e tornando-se mercadoria, pressupondo então um processo de privatização. A privatização consiste no poder de definição, pelo capital, onde e como se dá uso da água, sendo um pressuposto para a mercantilização. Tanto os discursos da escassez, como os referentes à crise, são muitas vezes mobilizados pelos setores públicos e privados tendo em vista os interesses em garantir maior interlocução entre o privado e o público na gestão das águas, construindo, para tanto, a ideia de que a gestão pública das águas é ineficiente e incapaz de garantir o controle necessário à preservação.

De acordo com Silva (2010), o Banco Mundial, em conjunto com outros organismos internacionais multilaterais, alicerçados no discurso da escassez de água (que esconde as reais razões provocadoras dos impactos sobre as águas) e no discurso de que o Brasil, assim como outros países do sul global de economias dependentes, é ineficiente em sua política de gestão de recursos hídricos, constrói a argumentação pela universalização do acesso à água. Para o Banco Mundial, o acesso universal à água deve ser garantido de maneira a atender o desenvolvimento sustentável e, para isso propõe a mercantilização como forma de garantir a racionalização do consumo, o incentivo a investimentos no setor, a melhor distribuição. Ou seja, para o Banco Mundial, a valoração e a privatização são as bases para a chamada universalização (SILVA, 2010).

Evidenciando o discurso do Banco Mundial, tido como meio de impor uma agenda de abertura econômica aos países do sul global que inclui a facilitação de acesso a recursos naturais estratégicos, Silva (2010) destaca que este discurso resultou no Brasil em mudanças institucionais e, neste sentido, que o instrumento legal brasileiro que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (a Lei 9433/97) é fruto dessa imposição. Segundo o autor, com a Lei 9433/97 ocorre uma mudança significativa no que diz respeito à política de águas, pois a

água deixa de ser compreendida como um bem público de uso comum e passa a ser tida como um bem público limitado, dotado de valor econômico, que tem na outorga e cobrança do uso dos recursos hídricos os seus principais instrumentos de racionalização e universalização. Para Silva (2010), a Lei 9433/97 caminhou no sentido de promover as bases para a privatização das águas no país, para a sua constituição enquanto mercadoria, criando o alicerce para a formação de um mercado global de águas.

A outorga de uso das águas e a cobrança da água bruta são instrumentos da política de gestão dos recursos hídricos, sedimentados com a edição da Lei 9433/97, e que conjuntamente se apresentam como os mecanismos institucionais de regulação e priorização do uso das águas. A outorga, em tese, é o instrumento que o Estado autoriza/formaliza a captação das águas de acordo com a prioridade dos seus usos. Como foi trabalhado, a absoluta maioria das situações de captação intensa das águas em Correntina não está outorgada, demonstrando um total desordenamento institucional no que diz respeito à regulação/priorização do uso das águas, evidenciando a dinâmica de omissão estatal como forma de legitimação da apropriação das águas, favorecendo a espoliação e a acumulação a partir da exploração intensiva deste recurso natural.

No que diz respeito às captações embasadas em outorgas concedidas, a pesquisa indicou que o Estado da Bahia – por meio do seu órgão ambiental (Inema) – e a política de gestão de águas por ele implementada também corroboram para este desordenamento institucional. As outorgas quando concedidas, por exemplo, são feitas sem averiguação dos elementos concretos que as fundamentam – tipo de empreendimento, método e local da captação, destinação dos recursos hídricos captados – pois todo o seu procedimento é realizado remotamente, com informações prestadas unilateralmente pelo requerente. Além disso, percebeu-se também que não há, na região, políticas ou ações estruturadas de fiscalização das outorgas concedidas. Isso significa dizer que após a concessão da outorga – que estabelece um limite máximo de volume de água que pode ser extraído – não há qualquer controle estatal do quanto efetivamente está sendo retirado pelo usuário outorgado.

Outra dimensão importante que aponta reflexões em torno da política estadual de gestão das águas é o fato do Inema emitir outorgas sem a realização de estudos aprofundados e atuais em relação às condições dos corpos d'água superficiais e subterrâneas do cerrado baiano. A título de exemplo, a Instrução Normativa nº 15/2010, editada pelo Inema, que estabelece os critérios para a perfuração dos poços de alta vazão no SAU foi elaborada com base em uma pesquisa específica realizada nas sub-bacias do Rio dos Cachorros e Rio das Fêmeas, ambos

afluentes e integrantes da Bacia do Rio Grande e, por esta razão não poderia ser utilizado como regra geral, como tem sido. Diante disso, o Projeto de Monitoramento das Águas do Urucuia tem sido indicado como o instrumento que irá suprir a ausência de estudos, mas, como visto, além de estar sendo conduzido pela Aiba, tem como objetivo central propiciar a intensificação da captação. No que diz respeito às águas superficiais, até o momento não existe Plano de Bacia do Rio Corrente (Bacia que os rios de Correntina integram), que deveria ser o instrumento balizador para a emissão das outorgas, pois é ele quem define as condições dos corpos d'água e as prioridades de uso. Por esta razão, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Corrente deliberou que o Inema se absteresse de emitir novas outorgas até a realização dos estudos do Plano de Bacia, como destacado, o que nunca foi cumprido pelo órgão ambiental.

A inércia institucional é, ao mesmo tempo, a forma como se obscurece o protagonismo estatal no processo de apropriação das águas, e a justificativa para a implementação de instrumentos complementares de regulação do uso das águas, a exemplo da cobrança. Em um contexto de intensa exploração das águas (espoliação), de escassez hídrica, a cobrança do uso da água bruta se mostra, em tese, como um mecanismo adequado. Em tese, o cadastro de usuários de águas e a implementação da cobrança, podem ser forma inibidoras do processo de captação intensiva.

Portanto, uma das possíveis saídas à “crise hídrica” que tem sido apontada pelos setores públicos e privados, é justamente a cobrança do uso das águas, mas que, na verdade, é um dos principais marcos da transformação efetiva da água (bem comum) em mercadoria. Apesar deste mecanismo fazer parte da atual concepção institucional de gestão das águas (Lei 9433/97), e ainda não ter sido implementada de forma massiva, há mudanças institucionais sendo construídas para a efetivação deste instrumento. Tem-se, como exemplo, a proposição, pelo Senador Tasso Jereissati, de um Projeto de Lei (PL 495/2017) que objetiva provocar alterações na Lei 9433/97, com a finalidade de instituir formalmente os mercados de águas no Brasil. De acordo com o texto do próprio projeto, o mercado de águas tem por finalidade “promover alocação mais eficiente dos recursos hídricos” e seria, portanto, mais um dos instrumentos de gestão da política de recursos hídricos.

Em conformidade com este direcionamento, na Bahia, foi aprovada e publicada em dezembro de 2017 uma nova regulação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Resolução Conerh nº 110 – que dispõe sobre as diretrizes e critérios gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos. Segundo a resolução a cobrança teria como objetivo garantir a racionalidade econômica e ambiental ao uso da água, incentivar a melhoria da qualidade dos

efluentes lançados nos corpos d'água e contribuir para a elaboração e implementação de programas e projetos voltados para a conservação e recuperação das águas. Como dito, a resolução propõe então a cobrança pela captura e extração da água bruta dos mananciais superficiais e subterrâneos e a traveste de um instrumento de racionalização e proteção das águas, capaz de enfrentar as situações de escassez e crise hídrica, mascarando, portanto, seu papel fundamental: transformar a natureza da água, que perde seu caráter de bem comum, se transformando em mercadoria. É nesta perspectiva que a Aiba, em seus documentos institucionais, defende a ideia de que os agentes econômicos precisam incorporar a questão ambiental, a regulação do uso das águas, não como entraves e sim como aspectos essenciais do negócio, introjetando os instrumentos de gestão como aspecto econômico.

Se tivesse sido possível aprofundar as dimensões institucionais da dinâmica de apropriação, analisando a política de gestão e concessão das águas, a perspectiva da água como mercadoria dissociada da terra, no âmbito do agronegócio, poderia ser explorada. Apesar de água e terra estarem historicamente vinculadas nos processos de apropriação, privatização e mercantilização dos recursos naturais pelos agentes ligados ao agronegócio, como estão sendo gestadas e implementadas mudanças institucionais voltadas para a configuração da água como uma mercadoria, percebe-se a construção de caminhos que anunciam a água como um bem independente a ser comercializado. À medida que a apropriação das águas colabora com o aquecimento do mercado de terras e fortalece a lógica da financeirização associada a ele, também pode indicar o anúncio da construção do chamado mercado global de águas. É neste sentido que Kay e Franco (2012) destacam o surgimento e fortalecimento de companhias transnacionais e de fundos de investimento especializados neste recurso natural.

Qualquer investigação em torno da gestão das águas, da dimensão política da apropriação dos recursos hídricos, precisa estar associada e precedida de uma análise que aborde as dinâmicas econômicas de apropriação e acumulação e as desigualdades e conflitos decorrentes. E, neste sentido, a presente dissertação cumpre este papel de ser o primeiro passo para uma reflexão aprofundada das relações entre apropriação, expansão de fronteiras e territorialização do agronegócio, as quais têm um papel fundamental na emergência de conflitos e disputas de poder e que necessariamente envolvem as dimensões econômicas e políticas.

Por fim, é importante destacar que os impactos e conflitos trabalhados durante a pesquisa indicam a impossibilidade de conciliação entre a exploração intensiva dos recursos hídricos na perspectiva do agronegócio com a forma que historicamente os povos de Correntina concebem e entendem as águas. A conformação de um “novo” território em Correntina a partir

da expansão do agronegócio associada à intensificação do controle externo das águas envolve a imposição de uma lógica de acumulação, racionalização e padronização, que se configura como critério para a criação de um outro “lugar” que se contrapõe à ideia de um lugar arcaico ou mesmo de um não-lugar. Trata-se do que Haesbaert (2014) definiu como a transformação do território “abrigo” em território “recurso”, os quais partem de concepções diametralmente opostas, principalmente no que diz respeito à compreensão dos gerais do cerrado como território de produção de águas, como território tradicional.

A desconstituição dos modos de vida e usos comuns e das relações sociais e econômicas locais preestabelecidas, que são geralmente invisíveis ou consideradas precárias e atrasadas é parte integrante e inerente deste processo de transformação territorial e das dinâmicas de privatização e apropriação das águas e coloca em ameaça a própria existência da água enquanto bem comum. A instituição da propriedade privada da terra e, no caso em estudo, da água, é ponto chave para emergência dos conflitos, os quais estão relacionados com a luta dos povos originários e tradicionais, dos camponeses, pela reprodução da vida em seus territórios, e pelo acesso e gestão autônoma dos recursos naturais.

Neste sentido, compreender que o presente estudo revela perspectivas diferentes – e inconciliáveis de relação com a água e que o conflito indica conformações e concepções também diferentes de territórios, é perceber que as disputas de poder nos processos de apropriação das águas e expansão de fronteiras são violentas, mas também dotadas de grande potencial político, já que a negação (do controle externo das águas) é também um processo de afirmação (da água como bem comum, necessária à reprodução da vida). A dinâmica de expropriações que alijou e marginalizou camponeses, indígenas, quilombolas e demais povos também é provocadora de resistências, de organização popular e de enfrentamentos que fizeram (e fazem) com que parte destas populações ainda permaneça no campo constituindo relações específicas com base em seus territórios que lhes permitem viver e afirmar suas próprias identidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. **Atlas Irrigação: uso da água na agricultura irrigada**. Brasília: ANA, 2017.

_____. **Gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos: Sistemas aquíferos Urucuia e Bambuí**. Apresentação na XXIX Reunião Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. 2016.

AIBA. Cerrado da Bahia: 40 anos. **Revista AIBA RURAL**, n. 01, ano I, 1º trimestre de 2015. Barreiras: AIBA, 2015.

_____. **Panorama Socioeconômico do Agronegócio do Oeste da Bahia**. Barreiras: AIBA, 2015.

_____. Programa Fitossanitário da Bahia. Desafios e experiências. **Revista AIBA RURAL**, n. 02, ano I, 2º trimestre de 2015. Barreiras: AIBA, 2015.

_____. Gestão das Águas. **Revista AIBA RURAL**, n. 03, ano I, 3º trimestres de 2015. Barreiras: AIBA, 2015.

_____. A soja nossa de cada dia. **Revista AIBA RURAL**, n. 04, ano II, 1º trimestre de 2016. Barreiras: AIBA, 2016.

_____. 12ª Bahia Farm Show. A Feira. **Revista AIBA RURAL**, n. 05, ano II, 2º trimestre de 2016. Barreiras: AIBA, 2016.

_____. PPPs viabilizam melhorias de estradas. **Revista AIBA RURAL**, n. 06, ano II, 3º trimestre de 2016. Barreiras: AIBA, 2016.

_____. Urucuia. A caixa d'água sob o Cerrado. **Revista AIBA RURAL**, n. 07, ano III, 2º trimestre de 2017. Barreiras: AIBA, 2017.

_____. Agricultura Eficiente. Uma realidade no Oeste baiano. **Revista AIBA RURAL**, n. 08, ano III, 3º trimestre de 2017. Barreiras: AIBA, 2017.

_____. Sustentabilidade hídrica na produção de alimentos. **Revista AIBA RURAL**, n. 09, ano IV, 1º trimestre de 2018. Barreiras: AIBA, 2018.

_____. A importância do Cerrado brasileiro. **Revista AIBA RURAL**, n. 10, ano IV, 2º trimestre de 2018. Barreiras: AIBA, 2018.

_____. Potencialidades do Oeste. **Revista AIBA RURAL**, n. 11, ano IV, 3º trimestre de 2018. Barreiras: AIBA, 2018.

ALIER, Juan Martinez. El ecologismo de los pobres. **Revista WANI**, n. 125, abril de 1992. Publicación mensual de la Universidad Centroamericana (Uca) de Manágua, Nicarágua.

ALIMONDA, Hector. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, Hector (org.). **La Naturaleza colonizada. Ecología Política y minería em América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2011.

_____. Paisajes del Volcán de Agua (aproximación a la Ecología Política latinoamericana). In: ALIMONDA, Hector; PARREIRA Clélia (orgs.). **Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas**. Brasília: Flacso-Brasil, Editorial Abaré, 2005.

AATR. Formas Jurídicas da Grilagem Contemporânea: Casos típicos de falsificação na Bahia. **Revista no Rastro da Grilagem**, nº 01, ano 1, 2017.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Correntina – BA**. 2015.

BAHIA. Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **Resolução nº 110, de 07 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre as diretrizes e critérios gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos no Estado da Bahia. Diário Oficial do Estado, Salvador, BA, 12 dez. 2017, CII, nº 2231.

BARBOSA, Altair Sales [et.al]. **O piar da juriti Pepena – narrativa ecológica da ocupação humana do Cerrado**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2014.

BARBOSA, Altair Sales. O rio São Francisco não bate mais no mar. **Trincheiras. Revista de cidadania ativa**. Edição 04. Rio de Janeiro, 2016.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Tradução de Sérgio Joaquim de Almeida; revisão da tradução de Henrique Caetano Nardi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BECKER, Bertha K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, Catherine, BECKER, Bertha. **Fronteiras**, pp. 60-89. Brasília; Paris: Universidade de Brasília; ORSTOM, 1998.

BORRAS JR., Saturnino; SAUER, Sérgio. ‘*Land Grabbing*’ e ‘*Green Grabbing*’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre apropriação global de terras. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Edição Especial, p. 6-42, jun., 2016.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). **GeoTextos**, n. 1, vol. 6, pp. 35-50. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010.

_____. Um território indiferenciado dos Sertões: a Geografia pretérita do Oeste Baiano (1501-1827). **Boletim Goiano de Geografia**, n. 1, v. 29, p. 47-56. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2009.

BRUNO, Regina. Agronegócio, palavra política. Artigo apresentado ao VIII Congresso de Sociologia Rural. Porto de Galinhas, 2010.

BUES, Andrea; THEESFELD, Insa. Water grabbing and the Role of Power: Shifting Water Governance in the Light of Agricultural Foreign Direct Investment. **Water Alternatives** 5(2): 266-283, 2012.

BOURDIEU, Pierre et al. A construção do objeto . In: BOURDIEU, Pierre. **O Ofício de Sociólogo**. [1968], pp: 45-72. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2005.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS**. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CAR. Política de Desenvolvimento Regional para a região Oeste da Bahia. **Série Cadernos CAR**, n. 1. Salvador: CAR, 1993.

CAR. Oeste da Bahia: perfil regional; Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS. **Série Cadernos CAR**, n. 8. Salvador: CAR, 1995.

CARVALHO, Horácio Martins de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. Agronegócio e Realidade Agrária no Brasil. **Revista Reforma agrária**. Publicação especial da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, 2013. ISSN 0102-1184.

CLAPP, Jennifer. Responsibility to the rescue? Governing private financial investment in global agriculture. **Springer Science+Business Media Dordrecht**, 2016.

CORRENTINA. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Comarca de Correntina. **Ação Civil Pública nº 0000619-43.2016.805.0069**. Associação Ambientalista Corrente-Verde (autora), Antônio Oliveira Souza, Ilza Souza Oliveira (réus), 2016.

CUNHA, Tássio Barreto. **Do oculto ao invisível: terra-água-trabalho e o conglomerado territorial do Agrohidronegócio no Oeste da Bahia**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. Tese de Doutorado. São Paulo, 2017.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

_____. Reestruturação da economia do agronegócio: anos 2000. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**, v. 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

DESLAURIERS, Jean-Pierre. A indução analítica. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

EDELMAN, M. Messy hectares: questions about the epistemology land grabbing data. **Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 3, 2013.

_____. **Siete dimensiones del acaparamiento de tierras que todo investigador tendrían que tomar en cuenta**. Ponencia preparada para la Conferencia Internacional “Tierras y Territorios em las Americas: Acaparamientos, Resistencias y Alternativas”, Universidad Externado de Colombia, Bogotá, 23 al 26 de agosto de 2016.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Grupo de Inteligência Territorial Estratégica – Gite. **MATOPIBA – Delimitação, caracterização, desafios e oportunidades para o desenvolvimento**: Bahia. 2015.

Empresa Júnior de Engenharia Agrícola. Importância da irrigação no desenvolvimento do agronegócio. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sergio Pereira. Land Market and Land Grabbing in Brazil during the Commodity Boom of the 2000s. **Contexto Internacional**, vol. 39 (02), Mai/Ago, 2017.

FOWERAKER, Joe. A Luta pela Terra. A economia política da fronteira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FRANCO, Jennifer; MEHTA, Lyla; VELDWISCH, Gert Jan. Introduction to the special issue: water grabbing? Focus on the (re) appropriation of finite water resources. **Water Alternatives**, vol. 5 (2): 193-207, 2012.

GELAIN, Jaqueline Gisele; Et. al. Estimativa do volume e do valor da Água Virtual exportada pela região de Matopiba. **Rev. Econ. NE, Fortaleza**, nº 3, v. 49, p. 93-112, 2018.

GONÇALVES, José Sidnei. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas**, SP, v. 35, n. 4, abr. 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. 2004. Disponível em <http://w3.msh.univ-tlse2.fr/cdp/documents/CONFERENCE%20Rogerio%20HAESBAERT.pdf>. Acessado em 11 de agosto de 2016.

_____. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O Prodecer e as tramas do poder na territorialização do Cerrado**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás. Tese de Doutorado. Goiânia: 2010.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DA BAHIA – INEMA. Portaria 11.797 de 18 de maio de 2016.

_____. Processo administrativo nº 2015.001.016554. Antônio Oliveira Souza (requerente). 2015.

_____. Processo administrativo nº 2017.001.037274. Antônio Oliveira Souza (requerente). 2017.

INCRA. **O livro branco da grilagem de terra no Brasil**. Brasília: Incra, 1999.

KAY, Sylvia; FRANCO, Jenny. **The Global Water Grab: A Primer**. Amsterdam: Transnational Institute, 2012.

KNUTH, Sarah. Global finance and the land grab: mapping twenty-first century strategies. **Canadian Journal of Development Studies / Revue canadienne d'études du développement**, 36:2, 163-178, 2015.

KURZ, Robert. **Natureza em ruínas**. 2001. Disponível em <https://arlindenor.com/2016/08/10/natureza-em-ruinas-robert-kurz/>. Acessado em 05 de dezembro de 2017.

LANDAU, Elena Charlotte; Et. al. **Caracterização ambiental das áreas com agricultura irrigada por pivôs centrais na região do Matopiba – Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2014.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Trad. Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Ed. da Furb, 2000.

_____. **Racionalidad Ambiental. La reapropiación social de la naturaleza**. 1ª ed. México: Siglo XXI, 2004.

LEITE, Sérgio Pereira; DELGADO, Nelson Giordano. Gestão Social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: LEITE, Sérgio Pereira; DELGADO, Nelson Giordano (coord.). **Políticas Públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011.

LEVIEN, Michael. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **Sociologia & Antropologia**, v. 04, Rio de Janeiro, p. 21-53, 2014.

LOSEKANN, Cristiana. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 20. Brasília, p. 121-164, 2016.

LOWY, Michel. – **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica**. Cadernos nº 5, p. 102-112. Curitiba: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1972.

_____. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. *Tempo Social*; **Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 6(1-2): 1-25, 1995.

_____. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENEZES, Laila; HECK, Egon. MATOPIBA: projeto de destruição do Cerrado. In: **Revista Porantim**. Publicação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Jan/Fev 2016. ISSN 0102-0625.

MIRANDA, Avelino Fernandes de. **Tradicionalismo e Modernização**. Goiânia: Ed. UCG, 2000.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; Et.al. Nota Técnica. Proposta de Delimitação Territorial do Matopiba. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2014.

MIRANDA, Roberto de Sousa. Ecologia política e processos de territorialização. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 28, Número 1 – Janeiro/Abril 2013.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984b.

MONDARDO, Marcos Leandro. A “**territorialização**” do agronegócio globalizado em **Barreiras-BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais**. 2010. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1355/1342>. Acessado em 18 de novembro de 2017.

NERA. DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2016. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2017.

OBENG-ODOOM, F. The grab of the world’s land and water resources. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 3, jul-set., 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês. **Revista Agrária**, São Paulo, nº 12, pp. 3-113, 2010.

_____. **Modo capitalista de produção agrícola e reforma agrária**. 1ª ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

OXFAM BRASIL. **Terrenos da desigualdade. Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural**. Oxfam, 2016.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L. F.; SANTOS, R. N. (orgs.). **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998

PANTOJA GASPAR, Maria Tereza; CAMPOS, José Eloi Guimarães. O Sistema Aquífero Urucuia. **Revista Brasileira de Geociências**, volume 37 (4-suplemento), p.216-226, 2007

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. (2007) Sociologia da alta burguesia. **Sociologias**. n.18, Porto Alegre, July/Dec.

PINHEIRO, Luana Cristine da Silva Jardim. **Análise Multitemporal da dinâmica do uso e cobertura da terra no município de Correntina – BA**. Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade de Brasília. Dissertação de mestrado, 2012.

POLANYI, Karl. **Nossa Obsoleta Mentalidade de Mercado**. Trad. 2013. Disponível em: <http://plataformapoliticasocial.com.br/57/>. Acessado em 12 de novembro de 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. Dos Cerrados e de sua riquezas. In: CANUTO, Antônio. Et al [Coord.]. **Conflitos no Campo – Brasil 2014**. Goiânia: CPT Nacional, 2014, pp. 88-95.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CHAGAS, Samuel Britto das. **Os pivôs da discórdia e a digna raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina – BA**. 2018. Disponível em <http://www.lemto.uff.br/index.php/noticias/44-correntina>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: Poupart et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA**. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

RUBIO, Blanca. Resurge la renta de la tierra? La revalorización de los bienes agropecuarios y su impacto en América Latina. In: **Revista Alasru**. Análisis Latinoamericano del Medio Rural. Nueva época, n.º 10, octubre 2014, pp. 127-145.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. **Oeste da Bahia: modernização com (des)articulação econômica e social de uma região**. Salvador. Programa de Pós-Graduação em Ciência Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Tese de doutorado, 2007.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos; VALE, Raquel de matos Cardoso do; LOBÃO, Jocimara Souza Britto Lobão. Modernização da agricultura e ocupação de cerrados no Oeste baiano. In: **Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos além São Francisco/ Clovis Caribé; Raquel Vale (orgs.)** Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

SANTOS, Crisliane Aparecida Pereira dos; SANO, Edson Eyji. Formação da Frente de Expansão, frente pioneira e fronteira agrícola no Oeste da Bahia. **Bol. geogr.**, Maringá, n 3, v. 33, p. 68-83, 2015.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Angélica Freitas (trad.). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan./jun. 2002, pp. 10-31.

SILVA, Jairo Bezerra. **As tramas da questão hídrica**: uma análise da transformação da água num bem público dotado de valor econômico e dos comitês de bacias hidrográficas no Brasil. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Tese de doutorado. João Pessoa: 2010.

SOBRINHO, José de Souza. **O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia**: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo: 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. Produto Interno Bruto dos Municípios. Nova Base. Bahia: 2012 – 2014. 2014.

SVAMPA, Maristella. **Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración em América Latina**. 2013. Disponível em <http://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/> . Acessado em 11 de agosto de 2017.

TESTEZLAF, Roberto. **Irrigação**: métodos, sistemas e aplicações. São Paulo: Unicamp/FEAGRI, 2017.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O Agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil no Século XXI. **Campo e Território**: revista de geografia agrária, nº 10, v. 5, p. 92-122, 2010.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular Brasil, 2007.

VELHO, Otávio. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WESZ JUNIOR, Valdemar João; GRISA, Catia. O Estado e a soja no Brasil: a atuação do crédito rural de custeio (1999-2015). In: MALUF, Renato S.; FLEXOR, George. **Questões agrárias, agrícolas e rurais**. Conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-papers, 2017.

ANEXOS

Anexo 1 – Relação das pessoas entrevistadas e rodas de conversa realizadas

1. Entrevistado 1: Representante da Prefeitura Municipal de São Desidério

Local da entrevista: São Desidério – BA

Data: 25 de julho de 2018

Segmento: Instituições públicas

2. Entrevistado 2: Representante da Aprosem

Local da entrevista: Luís Eduardo Magalhães – BA

Data: 25 de julho de 2018

Segmento: Setor empresarial

3. Entrevistado 3: Representante de organização popular de Correntina

Local da entrevista: Correntina – BA

Data: 27 de julho de 2018

Segmento: Sociedade civil organizada

4. Entrevistado 4: Representante de organização popular em Correntina

Local da entrevista: Correntina – BA

Data: 28 de julho de 2018

Segmento: Sociedade civil organizada

5. Entrevistado 4: Representante de Comunidade de Fecho de Pasto

Local da entrevista: Zona rural de Correntina – BA

Data: 30 de julho de 2018

Segmento: Sociedade civil organizada

6. Entrevistado 6: Representante da Prefeitura Municipal de Correntina

Local da entrevista: Correntina – BA

Data: 01 de agosto de 2018

Segmento: Instituição pública

7. Entrevistado 7: Representante de organização popular em Correntina

Local da entrevista: Correntina – BA

Data: 01 de agosto de 2018

Segmento: Sociedade civil organizada

8. Entrevistado 8: Representante da Prefeitura Municipal de Correntina

Local da entrevista: Correntina – BA

Data: 02 de agosto de 2018

Segmento: Instituição pública

9. Entrevistado 9: Representante da Coordenação de Ação Regional

Local da entrevista: Barreiras – BA

Data: 24 de julho de 2018

Segmento: Instituição pública

10. Entrevistado 10: Ex-representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Correntina
Local da entrevista: Correntina – BA
Data: 03 de agosto de 2018
Segmento: Sociedade civil organizada

11. Entrevistado 11: Representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Corrente
Local da entrevista: Santa Maria da Vitória – BA
Data: 03 de agosto de 2018
Segmento: Sociedade civil organizada

12. Entrevistado 12: Representante de organização popular em Correntina
Local da entrevista: Correntina – BA
Data: 04 de agosto de 2018
Segmento: Sociedade civil organizada

13. Entrevistado 13: Representante do Inema
Local da entrevista: Salvador – BA
Data: 09 de agosto de 2018
Segmento: Instituição pública

14. Roda de conversa 01 – Coletivo de Fecho de Pasto do Oeste da Bahia
Local: Correntina – BA
Data: 28 de julho de 2018
Segmento: Sociedade civil organizada

15. Roda de conversa 02 – Comunidade de Capão do Modesto
Local: Correntina – BA
Data: 29 de julho de 2018
Segmento: Sociedade civil organizada

16. Roda de conversa 03 – Comunidade de Matão
Local: Correntina – BA
Data: 30 de julho de 2018
Segmento: Sociedade civil organizada

Anexo 2 – Roteiro das entrevistas

Atores privados empresariais

1. Trajetória do informante (organização, empresa, formação, cargo, principais atribuições).
2. Explicar o que é e qual os objetivos da organização em que atua e também do empreendimento específico (setor, atividades, produção).
3. Quando a organização foi criada e porque especificamente se instalou no Oeste da Bahia? Houve apoio de outras organizações/instituições na criação? *(Pergunta específica para a Aiba e para a Abapa)*
4. Quanto ao seu empreendimento, empresa específica: Quando a empresa se instalou na região? Apontar os principais motivos que levaram a empresa a selecionar esta região para atuação (possibilidades logísticas, baixo custo das terras, presença de produção agropecuária, incentivos governamentais, etc.) e também as principais dificuldades enfrentadas nos primeiros tempos. *(Se a água não for destacada de pronto, questionar se ela foi um atrativo/dificultador e por que razão)*
5. Qual a estratégia da empresa na região (parcerias, principais investimentos, estratégias, valores, missão)? Nos últimos 03 anos, expandiu a produção ou diversificou os negócios?
6. Qual o papel ou a importância do agronegócio para a região? Tem percebido mudanças no setor durante os últimos 03 anos (novos produtores, empresas/investidores, atividades/serviços etc.)?
7. Qual a importância da água para a região, para o agronegócio e para a sua empresa em específico?
8. Qual a importância da irrigação para o agronegócio na região? Há alguns municípios ou regiões que dependem da irrigação com maior intensidade? Quais e porque?
9. Nos últimos anos, como tem se dado as mudanças tecnológicas na produção agrícola? Há alguma mudança tecnológica associada à captação de águas? Qual o lugar da tecnologia na estratégia da empresa?
10. Como sabe das principais inovações tecnológicas de captação de água a serem empregadas na produção? Quais os atores que estão envolvidos no seu desenvolvimento?
11. Quais os principais gargalos para a expansão das atividades da empresa (e do agronegócio) na região? Há algum gargalo associado à captação de águas, irrigação?
12. Quais as principais empresas que operam com captação de água na região? Essas empresas têm mudado ao longo dos anos? Existem alianças e parcerias entre empresas? Há competição? Existem empresas que possuem ações em bolsa de valores? *(a sua possui?)*
13. Tem procurado investidores parceiros para ampliar os empreendimentos produtivos na região? Como tem procurado diversificar seus parceiros? Atua também com o setor financeiro? Quais ou que tipo (bancos públicos, bancos privados, bancos estrangeiros, corretoras, etc.)? Acha que os instrumentos financeiros atendem suas necessidades?
14. Como se dá o acesso à água na região? Há dificuldades neste acesso?

15. No processo de aquisição da propriedade para desenvolvimento de suas atividades, a disponibilidade hídrica foi um fator relevante? Influenciou a aquisição de alguma forma? De que modo?
16. Nas transações de compra e venda de propriedades na região, a água é um fator relevante? Influencia de que modo? É comum nas transações de compra e venda da terra haver também a transferência de outorga?
17. Como avalia a política de gestão e concessão de águas dos governos federal e estadual? Como avalia os instrumentos de outorga e cobrança de uso das águas? A sua empresa estaria disposta a pagar pelo uso da água bruta?
18. Como avalia a disponibilidade hídrica na região? Há diferenças significativas em relação às águas subterrâneas e superficiais?
19. Há algum receio de escassez de água ou crise hídrica na região? Há estratégias desenvolvidas pela empresa (ou organização) para lidar com situações de escassez?
20. A sua empresa realiza concretamente a captação de águas? É subterrânea ou superficial? Quais foram os elementos que fizeram optar por uma ou outra forma? *(Para as organizações: A captação de águas na região tem se dado mais no modo subterrâneo ou superficial? Quais os prós e contras de cada um deles?)*
21. A sua empresa utiliza alguma forma de armazenamento de água? Qual e por qual motivo escolheu esta forma? Qual a importância do armazenamento? *(Para as organizações: Há avanços no desenvolvimento de tecnologias para armazenamento de água nos últimos anos? Qual a importância do armazenamento?)*
22. A sua empresa utiliza a vazão máxima outorgada pelo Inema? Se não, por que razão?
23. Qual o uso que sua empresa dá para a água captada? Além da irrigação há alguns outros usos econômicos que podem ser dados à água captada?
24. A sua organização/empresa desenvolve alguma ação voltada para o controle e preservação das águas na região? Se sim, quais?
25. O preço da terra aqui é muito alto? Isso tem atrapalhado sua atividade? Como tem se comportado o preço das terras na região? Tem percebido um aumento no negócio com terras na região? A disponibilidade hídrica é um fator que influencia? Quem está comprando e quem está vendendo? Para que atividades/interesses estas áreas têm sido adquiridas (agricultura, logística, especulação etc.)?
26. Tem percebido a presença de estrangeiros na região *[somente se o informante não for estrangeiro]*? Isso mudou nos últimos anos? Quais os principais atores e instituições internacionais que atuam na região? Em quais áreas? Inclui também a compra e/ou o arrendamento de terras e a captação de águas?
27. Tem percebido o conflito pelo uso da água na região? Consegue identificar quais são as razões/motivações do conflito? Houve aumento deste tipo de conflito nos últimos 03 anos? Como sua empresa/organização lida diante deles?
28. A sua organização/empresa participa de algum espaço de diálogo e de participação social, a exemplo de Comitês de Bacia e Conselhos de Recursos Hídricos? Como avalia a sua participação e a efetividade destes espaços?
29. Em relação às demandas postas pela sua organização, houve alguma reação ou resposta concreta dos governos? Qual ou quais?

30. Como avalia o desenvolvimento da região nos próximos anos? Tem havido muitos problemas na região? Que tipo de problemas? Como eles podem ser superados? A sua organização possui ou está envolvida em alguma agenda específica para esse futuro próximo?

Atores institucionais

1. Trajetória do informante (formação, função, principais atribuições).
2. Conte-nos um pouco sobre a sua pasta/órgão/etc aqui na região e quais são as principais atividades desenvolvidas e se houve alguma mudança dessas atividades nos últimos anos.
3. Sua organização busca trabalhar com outras organizações parceiras? Quais e em que direção? Há campanhas ou ações mais coletivas?
4. Como avalia a política atual de gestão e concessão de águas? Houve transformações significativas nos últimos 03 anos?
5. Há alguma especificidade desta política para o meio rural, para a agricultura? Se sim, qual?
6. Sua organização tem desenvolvido algum programa/parceria voltado para a modernização do sistema de captação e concessão de águas?
7. Como percebe a importância das águas para o cerrado baiano? E para a atividade da agricultura especificamente?
8. Qual a importância da irrigação para o agronegócio no cerrado? Há alguns municípios ou regiões que dependem da irrigação com maior intensidade? Quais e porque?
9. Como avalia a distribuição da concessão de águas para as suas diversas finalidades? Qual o papel do Estado nesta distribuição? Há interferência?
10. Quais os principais instrumentos de gestão das águas? Como os avalia?
11. Quais políticas e/ou instrumentos de gestão de uso das águas afetaram/afetam de maneira mais específica o setor rural? Como avalia o resultado destas políticas/instrumentos?
12. Como avalia a política atual de cobrança de uso das águas e sua implementação? Houve transformações significativas nos últimos 03 anos? Quais?
13. Qual a importância da cobrança do uso das água para a sua gestão?
14. Como a cobrança do uso das águas afeta (ou pode afetar) o bioma cerrado? E mais especificamente o meio rural e o setor do “agronegócio”?
15. Como avalia a política atual de outorga do uso das águas e sua implementação? Houve transformações significativas nos últimos 03 anos? Quais?
16. Como se dão as transferências de titularidade de outorga? Quais os critérios para efetivação (ou não) das transferências?
17. Como avalia a disponibilidade hídrica na região? Há diferenças significativas em relação às águas subterrâneas e superficiais?

18. O número de outorgas subterrâneas tem aumentado nos últimos 03 anos? Quais as vantagens e desvantagens entre a captação subterrânea e a superficial?
19. Como se dá a relação entre as políticas de monitoramento e fiscalização e de concessão de uso das águas?
20. Há diferenças entre as políticas de monitoramento, fiscalização e concessão do uso das águas no que se refere às águas superficiais e subterrâneas?
21. Com relação à sua instituição particularmente, quais ações relativas à política de gestão e concessão das águas poderiam ser destacadas nos últimos anos? Vocês recebem muita pressão dos atores privados e da sociedade civil? Conte-nos um pouco sobre isso e como tem sido a reação ou resposta a essas pressões/demandas?
22. Durante a sua atuação nesta instituição, vivenciou situações em que houve conflitos pelo uso da água? Como a instituição se posicionou?
23. Há especificidades em relação à concessão de águas para estrangeiros? Tem percebido, nos últimos anos, um aumento na autorização de uso das águas para estrangeiros na região do cerrado baiano?

Atores da sociedade civil organizada

1. Trajetória do informante (formação, função, principais atribuições).
2. Conte-nos um pouco sobre a origem da organização aqui na região, quais são as principais atividades desenvolvidas e se há envolvimento na discussão sobre águas.
3. Sua organização busca trabalhar com outras organizações parceiras? Quais e em que direção? Há campanhas ou ações mais coletivas?
4. Como avalia o setor rural aqui no município de Correntina? O/A senhor/a destacaria alguma mudança significativa, observando os últimos 03 anos? (*perguntar se há uma preocupação específica sobre o processo de atuação do “agronegócio”, caso o/a informante destaque o setor*)
5. Tem percebido mudanças tecnológicas na produção agrícola em Correntina ou na região? Alguma mudança associada à captação de águas? Quais? São implementadas por quais atores?
6. Qual a importância das águas para Correntina? E para o meio rural? E para o setor do agronegócio em específico?
7. Como se dá o acesso à água na região? Há dificuldades neste acesso?
8. Qual a importância da irrigação para o agronegócio? Há alguns locais aqui na região que dependem com maior intensidade da irrigação? Quais e porque?
9. Tem percebido o aumento das transações de compra e venda da terra em Correntina e na região? O preço da terra aqui é muito alto? Acredita que a disponibilidade hídrica é um fator que influencia no preço? Quem está comprando e quem está vendendo? Para que atividades/interesses estas áreas têm sido adquiridas (agricultura, logística, especulação etc.)?
10. Como tem se dado a captação de águas pelas empresas do agronegócio em Correntina e região? Houve alguma mudança/intensificação nos últimos 03 anos?

11. As empresas instaladas em Correntina têm utilizado mais a captação subterrânea ou superficial? Sabe quais as razões da preferência de uma ou outra forma?
12. As empresa instaladas em Correntina têm realizado armazenamento de água? Se sim, como se dá este armazenamento? Sabe quais são os interesses envolvidos no armazenamento?
13. Quais são os usos que as empresas têm dado às águas captadas? Sabe se há processos de compra e venda de água entre as empresas?
14. Qual a importância da irrigação para a agricultura familiar/comunidades?
15. Como se dá a captação de águas pela agricultura familiar/comunidades em Correntina e região? Houve alguma mudança nos últimos 03 anos?
16. As comunidades de Correntina utilizam mais a captação subterrânea ou superficial? Sabe quais as razões da preferência de uma ou outra forma?
17. As comunidades de Correntina realizam armazenamento de águas? Se sim, de que modo? Qual a importância do armazenamento para elas?
18. Quais são os usos que as comunidades dão às águas? Sabe se há processos de compartilhamento de água entre as comunidades?
19. Como avalia a política de gestão e concessão de águas dos governos federal e estadual? Como avalia os instrumentos de outorga e cobrança de uso das águas? As comunidades rurais de Correntina estariam disposta a pagar pelo uso da água bruta?
20. Como avalia a disponibilidade hídrica em Correntina? Há diferenças significativas em relação às águas subterrâneas e superficiais?
21. Há algum receio de escassez de água ou crise hídrica na região? Há estratégias desenvolvidas pelas comunidades para lidar com situações de escassez?
22. A sua organização vem buscando atuar de alguma maneira específica no que diz respeito às águas?
23. Tem percebido a presença de estrangeiros na região (*somente se o informante não for estrangeiro*)? Isso mudou nos últimos anos? Quais os principais atores e instituições internacionais que atuam na região? Em quais áreas? Inclui também a compra e/ou o arrendamento de terras? Sabe se há estrangeiros que realizam a captação de águas?
24. O/A senhor/a saberia identificar com que finalidade (atividades/interesses) essas áreas vêm sendo adquiridas (agricultura, logística, especulação, etc.) na região? Quais são as áreas (terras de pequenos agricultores/grande propriedades etc.)?
25. Há casos de disputa ou conflito por água aqui em Correntina ou na região? Existe relação entre estes conflitos e conflitos de terras?
26. A sua organização participa de algum espaço de diálogo e de participação social, a exemplo de Comitês de Bacia e Conselhos de Recursos Hídricos? Como avalia a sua participação e a efetividade destes espaços?
27. Em relação às demandas postas pela sua organização, houve alguma reação ou resposta concreta dos governos? Qual ou quais?
28. Como avalia o desenvolvimento da região nos próximos anos? Tem havido muitos problemas na região? Que tipo de problemas? Como eles podem ser superados? A sua organização possui ou está envolvida em alguma agenda específica para esse futuro

próximo?